RICARDO LIMA CAIXETA

O ESTADO NO SISTEMA-MUNDO MODERNO:
Um estudo sobre permanências baseado na obra de Immanuel Wallerstein

Versão Original

Dissertação de Mestrado apresentada à
Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da
Universidade de São Paulo (FDRP-USP), para
obtenção do título de Mestre em Direito.

Área de concentração: Desenvolvimento no
Estado Democrático de Direito.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Cynthia Soares Carneiro

RIBEIRÃO PRETO – SÃO PAULO

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
e Seção Técnica de Informática da FDRP/USP,
com os dados fornecidos pelo autor

C138e	<p>Caixeta, Ricardo Lima</p> <p>O Estado no sistema-mundo moderno: um estudo sobre permanências baseado na obra de Immanuel Wallerstein / Ricardo Lima Caixeta; orientadora Prof^a. Dr^a. Cynthia Soares Carneiro. -- Ribeirão Preto, 2018. 264 p.</p> <p>Dissertação (Mestrado – Departamento de Direito Público) -- Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2018.</p> <p>1. ESTADO MODERNO. 2. CAPITALISMO. 3. SISTEMAS-MUNDO. 4. HISTÓRIA MODERNA. I. Carneiro, Cynthia Soares, orient. II. Título</p>
-------	--

CAIXETA, Ricardo Lima. **O ESTADO NO SISTEMA-MUNDO MODERNO: UM ESTUDO SOBRE PERMANÊNCIAS BASEADO NA OBRA DE IMMANUEL WALLERSTEIN.** Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Professor: _____

Instituição: _____ Avaliação: _____

Assinatura: _____

Professor: _____

Instituição: _____ Avaliação: _____

Assinatura: _____

Professor: _____

Instituição: _____ Avaliação: _____

Assinatura: _____

Professora Doutora Cynthia Soares Carneiro

Instituição: Faculdade de Direito de Ribeirão Preto/USP. Avaliação: _____

Assinatura: _____

Ao meu querido amigo, Professor Luciano de Camargo
Penteado (*in memoriam*), e à Dilma Vana Rousseff, Presidenta
da República deposta no golpe de 2016.

“O presente e o passado esclarecem-se mutuamente, com uma luz recíproca”.

(FERNAND BRAUDEL, 1990, p. 22)

AGRADECIMENTOS

A vida se estrutura em etapas e ao final de cada uma delas é possível lançar um olhar retrospectivo, identificando as incontáveis mãos amigas que nos ajudaram na caminhada, muitas vezes nos conduzindo quase que integralmente.

Na jornada até aqui, pude reconhecer a minha total incapacidade de realizar qualquer coisa de útil sem o apoio e o amparo de inúmeros corações aos quais cabem todos os méritos que, indebitamente, me foram atribuídos. Primeiramente, agradeço a dádiva inestimável da vida, transmitida a mim, por meu pai e minha mãe. Diante da magnitude de tal presente, qualquer outra coisa que vim a obter posteriormente não passou de inexpressivo adereço. Dos meus pais ainda recebi, e sigo recebendo, todo o suporte emocional e material de que necessitei e ainda necessito. Portanto, muito obrigado, querido pai e querida mãe.

Mas a fonte de dádivas do universo parece ser inesgotável. Deixando o aconchego do lar, deparei com a boa vontade, o carinho e o apoio desinteressados de muitos amigos, anulando por completo a equivocada crença de que neste mundo vige o “cada um por si”. A partir do relacionamento com tais corações, pude me desenvolver e experimentar alegres episódios de fraternidade e afeto, que constituem os verdadeiros valores desta vida. Dentre esses amigos, cabe mencionar especialmente dois.

O meu amigo e inesquecível professor, Luciano de Camargo Penteado, de cujo convívio partilhei por breve tempo, mas a quem devo muito da minha formação. Muito obrigado, professor Luciano, que você possa seguir sua jornada em paz, de onde estiver, amparado pela gratidão daqueles que, um dia, a sua presença engrandeceu e edificou na Terra.

E a minha amiga e orientadora, Cynthia Soares Carneiro, que me recebeu como um filho, abrindo as portas da sua própria casa. Agradeço a instrução esclarecedora, as descontraídas reuniões de estudo, o convívio afetuoso e as lições inarticuladas que apenas a amizade verdadeira e desinteressada pode ensinar. Muito obrigado, Cynthia!

Por fim, me cabe agradecer o apoio amoroso e abnegado de minha sempre amiga Raquel e sua família; os conselhos e a imensa disponibilidade da Débora, que tão prestimosamente fez a revisão deste trabalho; e o amparo silencioso e permanente dos amigos anônimos que, em nome do Mestre, me sustentam o destino. Minha permanente e sincera gratidão!

RESUMO

CAIXETA, Ricardo Lima. **O Estado no sistema-mundo moderno: um estudo sobre permanências baseado na obra de Immanuel Wallerstein**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2018.

O presente trabalho debruça-se sobre os quatro volumes da obra *The Modern World System*, de Immanuel Wallerstein, visando a compreender o pensamento desse autor acerca do Estado moderno como instituição, de longa duração, essencial ao funcionamento da economia-mundo capitalista europeia, surgida no longo séc. XVI e que perdura até hoje. Para tanto, percorreu-se o seguinte itinerário: (1) no capítulo primeiro, a obra de Wallerstein foi contextualizada, expondo-se as suas influências teóricas e as premissas fundamentais da análise dos sistemas-mundo, crítica metodológica por ele feita em oposição ao método tradicional das ciências sociais; (2) no capítulo segundo, apresentaram-se o contexto social e econômico no qual surgiu e se consolidou o Estado moderno, tais como a desagregação do sistema feudal; as causas da formação de uma economia-mundo capitalista europeia no longo séc. XVI; as características da divisão única do trabalho e da estrutura centro-periferia; a dimensão espacial da economia-mundo no séc. XVI; as opiniões complementares de Fernand Braudel e Giovanni Arrighi acerca do surgimento do capitalismo como sistema mundial; e a *raison d'être* do capitalismo histórico ou sistema-mundo moderno; (3) no capítulo terceiro, foram analisados as estruturas e mecanismos de funcionamento do Estado moderno na primeira fase do seu desenvolvimento histórico, nos séculos XV-XVIII, evidenciando as vinculações íntimas entre o objetivo da acumulação capitalista que dirigiu a vida econômica europeia a partir dessa época, e a conformação peculiar que o Estado moderno assumiu, especialmente no que tange à dependência estatal da acumulação capitalista para a manutenção do poder soberano; a existência de um sistema interestatal que estabiliza a relação entre os aparatos estatais em prol da meta da acumulação; o relacionamento da classe capitalista com o Estado; e a diferenciação geográfica essencial entre os aparatos estatais, que se organizavam em uma hierarquia de poder diretamente relacionada à estrutura centro-periferia; (4) no capítulo quarto, tratou-se dos acontecimentos posteriores à Revolução Francesa e dos seus impactos cultural-ideológicos no sistema-mundo moderno, que promoveram a mudança da feição do Estado; o surgimento das ideologias políticas e dos movimentos antissistêmicos; a formação do Estado liberal, do Estado do bem-estar social e dos Estados socialistas; e os episódios derradeiros de crise e desarticulação do Estado e do capitalismo como realidades de longa duração; (5) no capítulo quinto, foi realizada uma síntese teórica das teses de Wallerstein acerca do Estado, demonstrando os desafios que os aparatos estatais enfrentam diante da tendência de democratização do mundo, com especial atenção ao atual momento de crise sistêmica e os possíveis desdobramentos para o séc. XXI.

Palavras-chave: Estado Moderno. Capitalismo. Sistemas-mundo. História Moderna.

ABSTRACT

CAIXETA, Ricardo Lima. **The State in the modern world-system: a study about permanence based on Immanuel Wallerstein's work.** Dissertation (Master's Degree in Law) – Law School of Ribeirão Preto, University of São Paulo. Ribeirão Preto, 2018.

The present work deals with the four volumes of Immanuel Wallerstein's *The Modern World System*, in order to understand the author's thinking about the modern state as a long-term institution essential to the functioning of the European capitalist world-economy, created in long sixteenth century and lasting until today. For this, the following itinerary was pursued: (1) in the first chapter, Wallerstein's work was contextualized, exposing its theoretical influences and the fundamental premises of the world-systems analysis, a methodological critique he made in opposition to the traditional method of social sciences; (2) the second chapter presented the social and economic context in which the modern state has emerged and consolidated itself, such as the breakdown of the feudal system; the causes of the formation of a European capitalist world-economy in the long sixteenth century; the characteristics of the single division of labor and the center-periphery structure; the spatial dimension of the world-economy in the sixteenth century; the complementary views of Fernand Braudel and Giovanni Arrighi on the emergence of capitalism as a world system; and the *raison d'être* of the historical capitalism or the modern world-system; (3) the third chapter analyzed the structures and mechanisms of modern state functioning in the first phase of its historical development in the fifteenth-eighteenth centuries, highlighting the intimate connections between the objective of capitalist accumulation, which directed European economic life from this time on, and the peculiar conformation that the modern state has assumed, especially as regards the state's dependence on capitalist accumulation for the maintenance of sovereign power; the existence of an interstate system that stabilizes the relationship between state machineries in favor of the goal of accumulation; the relationship of the capitalist class with the state; and the essential geographical differentiation between the state machineries, which were organized in a hierarchy of power directly related to the center-periphery structure; (4) the fourth chapter dealt with events subsequent to the French Revolution and its cultural-ideological impacts on the modern world system, which promoted a change in the state's character; the emergence of political ideologies and antisystemic movements; the formation of the liberal state, the welfare state and socialist states; and the final episodes of crisis and disarticulation of the state and of capitalism as long-lasting realities; (5) in the fifth chapter, a theoretical synthesis of Wallerstein's theses on the state was carried out, demonstrating the challenges that state machineries face about the trend towards democratization of the world, with special attention to the actual moment of systemic crisis and the possible unfolding for the twenty-first century.

Key-words: Modern State. Capitalism. World-Systems. Modern History.

Lista de abreviaturas e siglas

Das obras e artigos citados de Immanuel Wallerstein (ordem alfabética):

AL – *Após o liberalismo* (2002)

AOT – *The age of transition: trajectory of the world-system: 1945-2025* (1996)

CHC – *Capitalismo histórico e Civilização Capitalista* (2001)

CWE – *The Capitalist World-Economy* (1979)

DAP – *The decline of american power* (2003)

EU – *European Universalism* (2006)

EW – *The essential Wallerstein* (2000)

FDM – *O fim do mundo como o concebemos* (2002)

GEG – *Geopolitics and geoculture* (1991)

ICS – *Impensar a ciência social* (2006)

IWS – *The Itinerary of World-System Analysis; or, How to Resist Becoming a Theory* (2002)

MWS – *The Modern World-System* (2011)

OSS – *Open the Social Sciences* (1996)

PWE – *The politics of the world-economy* (1984)

RFD – *Rise and Future Demise of the World Capitalist System* (1974)

SDI – *The social-democratic illusion* (2011)

UTP – *Utopistics or Historical choices of twenty-first century* (1998)

WCM – *The West, Capitalism and the Modern World-System* (1999)

WSA – *World-System Analysis: an introduction* (2004)

Outras abreviaturas:

cf. – Conferir

p. – Página

séc. – Século

ss. – Seguintes

vol. – Volume

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1. IMMANUEL WALLERSTEIN E A ANÁLISE DOS SISTEMAS-MUNDO.....	25
1.1 Notícias biográficas.....	25
1.2 Influências teóricas e propósito da obra de Immanuel Wallerstein.....	28
1.3 As ciências sociais modernas: premissas e limites.....	32
1.4 A proposta da Escola dos Annales para a historiografia: a nouvelle histoire.....	38
1.5 Análise dos sistemas-mundo	41
1.5.1 Contexto histórico das ciências sociais no pós-1945.....	41
1.5.2 O surgimento da análise dos sistemas-mundo.....	44
1.5.3 Premissas e conceitos em análise dos sistemas-mundo.....	46
1.5.3.1 Unidade de análise: o sistema-mundo.....	46
1.5.3.2 Tempos sociais múltiplos: a dialética das durações.....	50
1.5.3.3 Unidisciplinaridade	53
1.5.4 Orientação teleológica e valorativa da pesquisa.....	55
1.6 Síntese e problema do trabalho.....	57
2. A ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA EUROPEIA.....	61
2.1 A crise do feudalismo europeu.....	61
2.2 A formação da economia-mundo capitalista europeia.....	69
2.3 A divisão única do trabalho e a estrutura centro-periferia.....	73
2.4 O espaço da economia-mundo e a arena externa.....	85
2.5 As fases da economia-mundo capitalista europeia.....	90
2.6 A posição de Braudel e de Arrighi.....	96
2.7 A peculiaridade do capitalismo histórico.....	106
3. O ESTADO: SÉC. XV-XVIII.....	113
3.1 A formação dos Estados modernos europeus.....	113
3.2 A estrutura de classe e o sucesso do empreendimento estatal.....	121
3.3 A atuação e a força do Estado na economia-mundo capitalista europeia.....	127
3.4 O sistema interestatal e os Estados hegemônicos.....	140

3.5	O capitalista em face do Estado.....	152
3.6	O Estado na periferia: colonização, descolonização e incorporação de novas áreas	165
4.	O ESTADO: SÉC. XIX-XX.....	181
4.1	A Revolução Francesa: evento-mundo histórico.....	181
4.2	O liberalismo centrista: a formação da geocultura.....	187
4.3	O Estado liberal.....	196
4.4	O dilema da cidadania.....	207
4.5	O Estado do bem-estar social e o Estado socialista.....	213
4.6	O Estado moderno em crise.....	221
5.	SÍNTESE TEÓRICA E POSSIBILIDADES PARA O FUTURO.....	233
5.1	O Estado moderno e suas peculiaridades em resumo.....	233
5.2	Possibilidades para o futuro: um breve exercício de utopística.....	249
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	255
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	257
	ANEXO ÚNICO: LIVROS DE IMMANUEL WALLERSTEIN EM ORDEM CRONOLÓGICA DE PUBLICAÇÃO.....	261

INTRODUÇÃO

L'état, c'est moi. We the people.

O Estado é uma figura emblemática. Dentre suas características, a mais marcante é a ambiguidade. Muito se disse, muito se especulou, muito se opinou, porém o que se sabe realmente sobre ele?

A palavra que o expressa nos remete, de pronto, ao verbo estar. Aquilo que se situa, que é de um certo modo, que permanece por certo tempo. Indica a ideia de permanência, de presença; para alguns, onipresença. Em sentido específico, consiste nas instituições do poder político. É a política em ordem, organizada. Nas dimensões deste trabalho, o Estado é o Estado Moderno. Aquela realidade político-institucional que se aglutinou em torno da gravidade dos monarcas europeus a partir da Baixa Idade Média, e cujo objetivo era exercer o poder de forma concentrada. Ele nasce para ser soberano. E tem tentado, desde aí.

As razões dessa configuração específica e inédita na história do mundo serão objeto deste trabalho. O Estado Moderno não é igual a nada que lhe precedeu. O seu poder não compete com nenhum outro. Internamente, está acima de todos. Externamente, é obrigado a conviver com outros “iguais” a si. Ele exerce uma força dissolutiva de todas as demais esferas autônomas de poder sob sua jurisdição, como uma corrente de água que engole partículas de sal, as quais deixam de ser separadas para se tornar integradas. Não desaparecem, contudo. As diversas autoridades políticas passam a ser e atuar por dentro da estrutura do Estado, agora a fonte de todo o poder. Uma primeira consequência é que tudo o que está alheio ao Estado deixa de ser político, passa a ser social. A política torna-se puramente estatal. Dá-se uma das grandes fraturas da modernidade.

Rapidamente, todavia, se percebe que o adjetivo “soberano” é mais um projeto do que uma realidade. Algo que precisa ser repetido muitas vezes para se materializar. Onde o poder do Estado falha ou encontra obstáculos, ele chama a si a cooperação das outras ordens da vida social. A cultura, a religião, as hierarquias sociais e, a mais importante delas, a economia: todas, gradualmente, caíram na órbita do Estado moderno, associando-se a ele sem se anular. Tal qual uma comunhão temporária de interesses, um casamento mais ou menos arranjado e nem sempre livre de atritos. Estamos a testemunhar o fim dessa união, o divórcio. O que virá depois?

Retrocedamos um pouco, contudo, para as diretrizes desta pesquisa.

O enfoque do presente trabalho não é comum no âmbito do Direito ou mesmo dentre as ciências sociais. Para que o leitor compreenda o tom que será dado a esta dissertação, permita-me abrir um parêntesis e rememorar o que me conduziu a esse tema.

O problema da pesquisa surgiu originalmente de um estudo da obra de KARL MARX intitulada *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*¹, publicada na juventude do autor em 1843, antes do seu mergulho mais intenso nas realidades da economia e do capitalismo. Essa pequena obra esboça a teoria política que MARX nunca pôde desenvolver integralmente, como o fez com sua crítica ao capitalismo. O ponto mais impactante dessa obra é o apelo que MARX faz à democracia como princípio de todas as constituições políticas. Ele rejeita a concepção hegeliana de Estado como mistificadora, por dar ao Estado moderno, na forma essencial da monarquia constitucional, atributos que não lhe pertencem. HEGEL oferece o Estado moderno como forma acabada e realizada do universal abstrato, como uma instância autônoma da vida capaz de sublimar os particularismos da família e da sociedade civil. No entanto, HEGEL preserva e justifica a realidade da monarquia e da propriedade privada, que, para MARX, representam o predomínio de uma forma de particularismo das classes privilegiadas, porém travestida de universal, como expressão do interesse geral.

Nesse intento, a *Crítica* de MARX apresenta a democracia e o Estado moderno como realidades opostas e excludentes. A democracia como princípio é o enigma revelado de todas as constituições políticas, pois devolve o homem real à sua condição de sujeito e não mais predicado do Estado. O Estado moderno, contrariamente, erigiu-se com base na distinção em relação àquilo que passou a ser chamado de sociedade civil, lugar do homem concreto, particular. E, além de estar separado da sociedade, o Estado é autônomo e superior a ela. A política estatal dirige a vida do povo, contudo não admite a participação do homem concreto enquanto tal. O povo participa do Estado apenas mediante uma representação sua, um mediador. Esse filtro à inserção do povo na direção dos negócios estatais constitui a marca registrada do Estado moderno. A democracia, segundo MARX, teria o condão de tornar o Estado um negócio da sociedade civil, isto é, um instrumento da consecução dos interesses do homem concreto, real, não mais idealizado ou mediado. Para MARX, portanto, a construção da democracia promoveria a desconstrução do Estado.

Essas reflexões de MARX me levaram a considerar o dilema da compatibilidade do Estado moderno com a democracia, tentando entender, primeiro, o Estado conforme revelado pela

¹ Usei como referência a tradução de RUBENS ENDERLE e LEONARDO DE DEUS, publicado pela Boitempo em 2005. Como obra de apoio foi utilizada também a dissertação de mestrado de WELLINGTON TROTTA (2004), intitulada *A Crítica da Filosofia do Direito de Hegel como matéria prima da teoria política de Marx em 1843*.

história e não pelas teorias políticas, jurídicas ou filosóficas. Olhar para o Estado moderno concreto me daria base para meditar sobre sua compatibilidade com a democracia, valor tão caro ao Ocidente e às constituições contemporâneas. Contudo, a dimensão da pesquisa que se me imporia, especialmente acerca do conceito de democracia, desaconselhou uma imersão tão profunda. Fiquei, portanto, apenas com o problema do Estado moderno. O que ele é? Como ele se forma? Qual o seu conteúdo, o seu colorido essencial? Como entendê-lo?

Para enfrentar esses questionamentos, recorri a IMMANUEL WALLERSTEIN. Esse sociólogo norte-americano foi um dos responsáveis pela elaboração da análise dos sistemas-mundo, crítica metodológica às ciências sociais tradicionais. A extensa *magnum opus* por ele produzida, *The Modern World-System*, constitui a base desse trabalho. A pesquisa acabou por converter-se em um estudo acerca do pensamento de WALLERSTEIN com foco no problema do Estado moderno.

O empreendimento teórico desse autor parte da história para compor uma descrição de regularidades de um sistema social específico: o sistema-mundo moderno ou economia-mundo capitalista europeia. WALLERSTEIN acredita que só é possível fazer ciências sociais a partir da concretude histórica, em cujas durações se manifestam as “leis” que regem a realidade social por certo tempo, até serem substituídas por outras. Ele não julga possível uma ciência social universal, despregada de um sistema social concreto e que produza leis de vigência atemporal.

A proposta teórica de WALLERSTEIN me pareceu capaz de superar as encruzilhadas às quais uma abordagem exclusivamente jurídica ou filosófica do Estado poderia conduzir. No âmbito do Direito, o Estado é o criador da ordem jurídica, que, por sua vez, institui o próprio Estado. A pedra angular desse paradoxo é a constituição. O Estado, como tal, não teria, a princípio, nenhum compromisso prévio, podendo ser constituído livremente. A constituição política é um ato puramente arbitrário e virtualmente ilimitado, conforme ensina a teoria do poder constituinte originário. Com a mesma naturalidade com que se constitui um Estado ditatorial, poderia ser constituído um Estado democrático, ambos pela forja do direito. Assim, por um óptica estritamente jurídica, o Estado acaba por ser definido por um ato de vontade, de escolha política, feito conforme as necessidades e emoldurado a partir de uma constituição. Essa visão me parece insuficiente para captar algumas peculiaridades do Estado moderno como fenômeno histórico.

Por outro lado, o pensamento especulativo da filosofia também tem suas limitações explicativas. Por ser bastante livre, acaba por perder a concretude, o peso de realidade que apenas a história pode dar. Para determinadas linhas filosóficas, como a filosofia analítica de matriz anglo-saxã, o problema do Estado e da ordem política é uma questão de escolha racional. Nesse sentido, o Estado moderno torna-se uma moldura, uma forma com conteúdo bastante aberto. A

filosofia política vai indicar as balizas morais nas quais é feita a escolha política que dá conteúdo ao Estado. O fator limitante dessa escolha é a razão humana, vez que estamos no âmbito especulativo, filosófico. Ainda assim, com requintes equivalentes de racionalidade e lógica, várias escolhas de pensamento produziram diferentes visões sobre a política e o Estado, tais como a do utilitarismo, o liberalismo igualitário, o libertarianismo, o comunitarismo, o marxismo, entre outras. Há muitos méritos nessas abordagens. Contudo, mais em termos ideais, de elaboração de um molde adequado ou possível a ser adotado pelos Estados reais. Quando se intenciona compreender as amarras e as particularidades de uma realidade concreta formada pelo tempo, a filosofia não fornece as ferramentas mais indicadas.

Contrariamente, o propósito desta pesquisa é compreender o Estado moderno como um fenômeno substancial, vivo, em movimento. Como produto da história, ele tem um conteúdo específico, uma inclinação particular, está circunscrito em um tempo e espaço, apresenta regularidades, mas também muitas ambiguidades. Não pretendíamos ingressar em uma abstração do que o Estado poderia ou deveria ser, mas tentar desvendar algumas nuances do que ele tem sido, das opções reais que a política tomou no período moderno. Por isso, fala-se em Estado moderno, isto é, o Estado formado no contexto do sistema-mundo moderno, da economia-mundo capitalista europeia, da qual o mundo de hoje é uma continuação.

A proposta metodológica de WALLERSTEIN tem a virtude do meio-termo. Ele não aborda o Estado moderno a partir de um olhar histórico particularista, visando a descrever a individualidade de Estados específicos ou a narrar uma história estatal “nacional”. Por outro lado, seu olhar de cientista social não abarca a possibilidade de elaborar leis gerais e universais, aplicáveis à realidade social independentemente do tempo ou do espaço. Ele não deixa, contudo, de formular “leis” ou apontar regularidades acerca do Estado moderno, mas circunscreve-lhes a vigência no contexto espaço-temporal da economia-mundo capitalista europeia. E mesmo assim, tais regularidades são temporárias e estão sujeitas a ajustes e discontinuidades no longo prazo. Por isso, WALLERSTEIN defende que a unidade de análise da realidade social deva ser a do sistema histórico: como sistema, apresenta leis e uma previsibilidade interna de funcionamento; mas, sendo histórico, tem um início e um fim, revelando fraturas mais ou menos intensas ao longo da sua trajetória temporal.

Por conseguinte, o olhar de WALLERSTEIN desce alguns degraus na escala do pensamento, deixando o âmbito das generalidades e abstrações atemporais, sem, contudo, atingir o reino das particularidades irrepetíveis, das individualidades impassíveis de comparação e estudo científico. O que é totalmente individual e único não pode ser conhecido cientificamente, apenas apreciado e descrito. Nesse meio-termo, a história se encontra com as ciências sociais,

a primeira dando peso específico e concretude à segunda, que, por sua vez, dá àquela mais amplitude e maior generalidade para que seja possível formular teorias explicativas da realidade social moderna.

A partir dessa moldura metodológica, chamada de análise dos sistemas-mundo, o Estado moderno apresenta dimensões marcadamente distintas daquelas que as teorias jurídicas e filosóficas lhes conferem. Reunindo a vida social presente com a história, e superando a divisão disciplinar entre economia, ciência política e sociologia, a obra de WALLERSTEIN nos surpreende. Passamos a perceber que a realidade do capitalismo, que lança suas raízes no mundo europeu do longo século XVI, não pode ser separada da realidade do Estado moderno, formado também na mesma época. O propósito do lucro e da acumulação de capital, a mercadorização, o impulso pelo aumento da eficiência produtiva, a ampliação dos mercados a nível mundial, realidades associadas à vida econômica, não estão desconectadas de outras como a formação de um aparato burocrático abrangente, a criação de um sistema interestatal regido pelo direito internacional europeu, o redirecionamento do propósito das guerras, a formação de corpos parlamentares, a ampliação da participação das elites econômicas no aparato estatal. Os movimentos da política moderna estão intrinsicamente conectados ao desenvolvimento do capitalismo como sistema histórico.

Essa percepção diferenciada confere um colorido específico ao Estado moderno, retira-lhe a pretensa neutralidade que as teorias filosóficas e jurídicas quiseram lhe dar. O Estado não é o que as constituições dizem, ou o que as teorias políticas e as ideologias pretendem, ou mesmo o que o seu governante eleito pelo povo quer que ele seja. O Estado é uma realidade multissecular, histórica, formada na longa duração e associada intrinsicamente à economia-mundo capitalista europeia. E isso não mudará bruscamente, mesmo que KARL MARX ou ROSA LUXEMBURGO sejam eleitos presidente ou presidenta. A ilusão da política, especialmente depois dos revolvimentos da Revolução Francesa, que parecia ser capaz de tudo mudar com algumas sessões da Assembleia Nacional, turvou a visão que se tem do Estado. A realidade da política estatal pós-1789 pareceu se acelerar enormemente.

A longa duração, contudo, revela o contrário. Há uma continuidade de séculos seja na economia, seja na política. Essa inércia do tempo é o que nos permite construir “leis” acerca da realidade social moderna, revelando regularidades e permanências cujos primeiros traços se esboçaram desde o longo século XVI. Nesse sentido, olhar para o Estado moderno em 1500 ou 1600, é desvendar aspectos do Estado de hoje. Da mesma forma, compreender a atividade dos mercadores e financistas de 1600 e 1700 é lançar luz acerca do capitalista de hoje. O passado revela e elucida o presente, seja na economia, seja na política.

Por conseguinte, a proposta deste trabalho é apresentar outras dimensões do Estado moderno, que complementam a rica (porém limitada) visão já ofertada pelo direito e pela filosofia política. Para não tornar impossível a consecução dos objetivos deste trabalho, que é apenas uma dissertação de mestrado, o percurso tomado foi inteiramente circunscrito pelo pensamento de IMMANUEL WALLERSTEIN, coadjuvado por outros intelectuais da mesma linha teórica, notadamente FERNAND BRAUDEL e GIOVANNI ARRIGHI.

Basicamente, pretendo expor o pensamento de um autor acerca do Estado moderno, trazendo uma visão diferente da que nos acostumamos na seara jurídica. Nesse ínterim, será possível tecer alguns breves comentários, mais a título de questionamento e de problematização, para contrapor a visão que temos nutrido acerca do Estado moderno. Na confusão em que mergulhou a política no mundo, retornar ao longo século XVI poderá ser bastante elucidativo. Se não para apaziguar os ânimos, ao menos para clarear o caminho, até que o tempo nos permita uma visão mais abrangente e profícua capaz de resolver os dilemas e contradições que a modernidade nos legou.

CAPÍTULO 1 – IMMANUEL WALLERSTEIN E A ANÁLISE DOS SISTEMAS-MUNDO

1.1 Notícias biográficas

A biografia de IMMANUEL WALLERSTEIN revela muito sobre sua obra. O amplo trabalho intelectual do autor se desdobra em três vertentes principais, cada qual surgindo associada a um contexto de vida específico e esclarecedor. As três fases podem ser assim sumarizadas: (a) estudos africanos, especialmente sobre as questões coloniais e período pós-independência; (b) moderno sistema-mundo, iniciando-se com a reinterpretação conceitual da história da Europa Ocidental nos primeiros tempos modernos; (c) crítica epistemológica das ciências sociais.

WALLERSTEIN nasceu em Nova Iorque em 28 de setembro de 1930. Toda a sua formação acadêmica, da graduação ao doutorado, se deu na *Columbia University*², uma tradicional universidade norte-americana fundada em 1754, ainda durante o período colonial inglês. Os primeiros anos de docência e pesquisa também foram desempenhados na mesma universidade. O fato de WALLERSTEIN ter nascido, se formado e lecionado em Nova Iorque até 1971 foram decisivos para a profundidade da sua formação intelectual e da sua vivência política, pois, assim como a Londres de Marx era o centro econômico do mundo em meados do século XIX, a cidade de Nova Iorque centraliza toda a influência norte-americana no período em que os Estados Unidos assumiram a hegemonia³ do sistema-mundo de 1945 até 1967/1973 (MWS, 2011, Vol. 2, Prólogo, p. xxiii)⁴. A Nova Iorque desse período “was both a haven for refugee intellectuals and the prime vantage point for seeing the world as a whole” (GOLDFRANK, 2000, p. 153).

A primeira fase do trabalho intelectual de WALLERSTEIN foi dedicada aos estudos africanos. Ele tinha interesse em compreender a realidade social dos países africanos recém-independentes do jugo colonial europeu. Os países onde desempenhou estudos *in loco* foram Gana e Costa do Marfim. Como ponto de parada, havia Paris, onde WALLERSTEIN desenvolveu muitas relações acadêmicas, contribuindo em periódicos científicos e lecionando em universidades

² Graduação em 1951; Mestrado em 1954; Doutorado em 1959. Essas e outras informações presentes neste item foram colhidas do site oficial do autor: <https://www.iwallerstein.com/>.

³ O conceito de hegemonia refere-se a um período em que determinado Estado central da economia-mundo capitalista atinge uma ampla primazia nos aspectos produtivo, comercial e financeiro, exercendo uma posição de condutor temporário da política do sistema interestatal. Esse conceito foi elaborado por WALLERSTEIN e será tratado neste trabalho.

⁴ Pelo fato de este trabalho ter como foco o desdobramento intelectual da obra de IMMANUEL WALLERSTEIN, considera-se relevante alterar as regras metodológicas de citação das suas obras, sinalizando-as por abreviação do título e pelo ano de publicação. Assim, evita-se a repetição monótona do sobrenome do autor nas referências e ainda permite aferir a evolução temporal e topográfica do seu pensamento. As citações de outros autores seguirão utilizando o sistema autor-data. Na lista de abreviaturas, consta o nome completo da obra a que cada qual se refere.

parisienses. Foi lá que conheceu o trabalho da Escola dos *Annales* e de FERNAND BRAUDEL. Nesse primeiro período, a principal obra publicada, em 1964, foi “The road to independence: Ghana and the Ivory Coast” (GOLDFRANK, 2000, p. 154-156).

O trabalho intelectual dessa primeira fase foi responsável por despertar em WALLERSTEIN a importância dos fatores mundiais sistêmicos na compreensão da realidade social das ex-colônias africanas (GOLDFRANK, 2000, p. 156). Isso, contudo, veio como crítica do trabalho inicialmente feito, pois as primeiras obras publicadas nesse período careciam desse tipo de abordagem. Foram as próprias deficiências da pesquisa, que tomou como unidade de análise o território administrativo da colônia, que conduziram ao despertar para questões mais profundas da metodologia das ciências sociais (MWS⁵, 2011, Vol. 1, p. 5).

A partir de 1967, WALLERSTEIN inicia uma nova linha de pesquisa em parceria com TERENCE K. HOPKINS, com a publicação do artigo intitulado: *The comparative study of National Societies* no período norte-americano *Social Science Information*. Sob o influxo teórico de pesquisadores latino-americanos, vinculados à teoria da dependência, WALLERSTEIN e HOPKINS “move toward a conception of modern world-economy as the necessarily inclusive totality from which analysis of change in any individual country should proceed” (GOLDFRANK, 2000, p. 157). O fruto mais profícuo dessa fase veio a público apenas em 1974 com a publicação da sua *magnum opus*: *The Modern World-System I: Capitalist agriculture and the Origins of European World-Economy in the Sixteenth Century*.

Nesses sete anos, contudo, importantes fatos ocorridos ajudam a explicar o intuito crítico da obra. O principal deles, de ordem global, foram as manifestações estudantis de 1968, iniciadas em Paris e que tiveram seus episódios também na *Columbia University*. Nessa, os principais temas do debate foram: “anti-war sentiment, defense of the predominantly black neighborhood against university encroachment, and students political rights” (GOLDFRANK, 2000, p. 158). O engajamento político de WALLERSTEIN em favor dos estudantes acabou gerando indisposições posteriores no ambiente institucional da universidade, levando a sua decisão de se desligar da instituição em 1971. Ele se mudou para a *McGill University* em Montreal, no Canadá, onde permaneceu até 1976, realocando-se, posteriormente, na *State University of New York* (SUNY) no *campus* de *Binghamton*. Foi nesta última universidade que ele desenvolveu e ampliou largamente as propostas teóricas da análise dos sistemas-mundo, contando com amplo apoio institucional e financeiro. Lá foi fundado o *Fernand Braudel Center for the Study*

⁵ Abreviatura da obra: *The Modern World-System*, publicada em quatro volumes.

of Economies, Historical Systems and Civilizations em 1976 e o período científico *Review*, que serviu de suporte para a divulgação do trabalho realizado.

Os eventos mundiais de 1968 foram tão importantes na escalada intelectual de WALLERSTEIN que, nas suas análises mais recentes do quarto estágio do desenvolvimento histórico do sistema-mundo moderno, ele fixa aquele ano como o início do período de questionamento das balizas geoculturais estabelecidas no século XIX para o capitalismo histórico (AL⁶, 2002; FDM⁷, 2002). Aquele ano seria também marco do início da fase de crise terminal do sistema mundo-moderno, pois veio associado com o recrudescimento de contradições sistêmicas no aspecto econômico, político e ecológico (FDM, 2002; AOT⁸, 1996).

A principal obra de WALLERSTEIN, *The Modern World-System*, desdobrou-se em outros três volumes publicados, respectivamente, em 1980⁹, 1989¹⁰ e 2011¹¹. O projeto original previa quatro volumes. Contudo, no desenvolver da obra, o autor percebeu que seriam necessários mais dois ou três, que ainda não foram publicados. O último volume publicado, abordou a história do sistema-mundo moderno até o início do século XX. As questões relacionadas ao século XX e XXI, todavia, foram trabalhadas em artigos esparsos que vieram a público nos últimos anos, de forma que a opinião do autor a seu respeito já se encontra disponível, faltando apenas o desenvolvimento analítico e teórico, com ampla revisão bibliográfica (MWS, 2011, Vol. 4, Prefácio, p. xi e seguintes).

No longo interregno entre a publicação do terceiro e do quarto volumes (1989-2011), WALLERSTEIN se envolveu em outra vertente de estudos: a crítica à epistemologia das ciências sociais. Nesse período, ele ocupou a presidência do *Fernand Braudel Center* (1976-2005) e da *International Sociological Association* (1994-1998). Em 1993, presidiu a *Gulbenkian Commission on the Restructuring of the Social Sciences*, um projeto financiado pela *Calouste Gulbenkian Foundation* que reuniu pesquisadores das áreas de ciências sociais, ciências naturais e humanidades. A comissão desenvolveu estudos por dois anos, e seu objetivo era propor bases para a reestruturação das ciências sociais. O resultado dos estudos gerou a publicação de um

⁶ Abreviatura da obra: *Após o liberalismo*, coletânea de artigos de WALLERSTEIN publicada, em língua portuguesa, em 2002. O original em língua inglesa foi publicado em 1995.

⁷ Abreviatura da obra: *O fim do mundo como o concebemos*, coletânea de artigos de WALLERSTEIN publicada, em língua portuguesa, em 2002. O original em língua inglesa foi publicado em 1999.

⁸ Abreviatura da obra coletiva, coordenada por WALLERSTEIN e TERENCE K. HOPKINS, publicada originalmente em 1996 intitulada: *The age of transition: trajectory of the world-system: 1945-2025*.

⁹ *The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*. 1ª Edição publicada em 1980; e a 2ª Edição, em 2011.

¹⁰ *The Modern World-System III: The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730s-1840s*. 1ª Edição publicada em 1989; e a 2ª Edição, em 2011.

¹¹ *The Modern World-System IV: Centrist Liberalism Triumphant, 1789-1914*. 1ª Edição publicada em 2011.

relatório chamado *Open the Social Sciences* (1996). Nessa publicação, encontra-se sintetizado o pensamento de WALLERSTEIN acerca da crítica epistemológica das ciências sociais.

A crítica de WALLERSTEIN às ciências sociais surge como um desdobramento das suas pesquisas sobre o sistema-mundo moderno e que gerou o movimento intelectual chamado análise dos sistemas-mundo. Apesar de esta última conter linhas de pesquisa variadas, com algumas divergências metodológicas, o pensamento de WALLERSTEIN foi o mais influente.

Desde 2000, com a aposentadoria do seu cargo na SUNY, ele se vinculou à Universidade de Yale como pesquisador sênior, lá permanecendo até os dias atuais. Seu labor acadêmico não cessou. Embora se esteja aguardando a publicação de futuros volumes de *Modern World-System*, WALLERSTEIN continua publicando análise de fatos atuais quinzenalmente, sempre partindo da moldura teórica da análise dos sistemas-mundo e objetivando compreender a complexidade do mundo atual desde uma visão sistêmica, de larga escala e de longo prazo.

1.2 Influências teóricas e propósito da obra de Immanuel Wallerstein

A principal contribuição de WALLERSTEIN para o estudo da realidade social foi lançar as bases da análise dos sistemas-mundo ou perspectiva dos sistemas-mundo. Essa nova forma de olhar originou-se de variadas influências teóricas recebidas de algumas tradições acadêmicas europeias reunidas à sensibilidade crítica de pesquisadores sociais do então chamado “terceiro mundo”. Essas tradições foram três: (a) a economia histórica alemã; (b) a escola dos *Annales*; e (c) o marxismo (GOLDFRANK, 2000, p. 160).

Da primeira, veio a influência de MAX WEBER, acerca do “urban imperialism vis-a-vis the countryside and of status groups reconceived in a materialist vein” (GOLDFRANK, 2000, p. 160), distanciando-se, em alguma medida, do mais clássico estudo de WEBER acerca do espírito do capitalismo e a ética protestante. Também dos alemães, tem-se a influência das obras de KARL BUCHER, GUSTAV SCHMOLLER, JOSEPH SCHUMPETER e KARL POLANYI. Destes dois últimos, WALLERSTEIN retira, respectivamente, a natureza essencialmente cíclica do capitalismo e as três formas básicas de organização econômica (recíproca, redistributiva e economia de mercado) (GOLDFRANK, 2000, p. 161).

Dos *Annales*, WALLERSTEIN obtém o núcleo central das premissas metodológicas que estruturaram a análise dos sistemas-mundo, especialmente no que tange à unidade de análise e aos tempos sociais múltiplos (essas influências serão desdobradas no item 1.4 *infra*). Ademais, é dos diversos estudos e artigos publicados na revista, sobretudo na primeira e segunda fase, que WALLERSTEIN retira a maior parte do material historiográfico empírico utilizado na análise

teórica empreendida em *The Modern World-System* (GOLDFRANK, 2000, p. 162). Na parte metodológica, FERNAND BRAUDEL foi o historiador que exerceu maior influência sobre a obra de WALLERSTEIN, pois é daquele o conceito de longa duração (*la longue durée*) e dos tempos sociais múltiplos, que refletem e sistematizam o pensamento da primeira e segunda geração da Escola dos *Annales*.

Nas palavras de WALTER GOLDFRANK (2000, p. 163): “In summing up the Annales imprint on Wallerstein, it seems fair to say that it is greatest at a very general methodological level (the long term, the regions, the geo-economic base) and also in terms of direct evidence for the initial two volumes of *The Modern World-System*”.

Do marxismo, WALLERSTEIN tenta extrair o espírito, o núcleo da crítica de MARX, e não tanto as suas formas e elaborações, limitadas pelas premissas metodológicas e a visão de mundo do século XIX. Logo, pode-se afirmar que, para WALLERSTEIN, a característica fundamental da realidade social são os conflitos sociais materialmente situados¹² (GOLDFRANK, 2000, p. 163). Nesse sentido, o trabalho teórico da análise dos sistemas-mundo, apesar de se distanciar das teses marxistas mais notórias¹³, aproxima-se das premissas destas, isto é, do materialismo histórico. Distancia-se, por não endossar as teses acerca da força revolucionária do proletariado, na rapidez propalada pelos marxistas; por deslocar a unidade de análise para além das fronteiras dos Estados nacionais; por alargar a realidade temporal do capitalismo histórico para antes da revolução industrial; e por considerar que o trabalho assalariado é apenas um dos modos de controle do trabalho presentes no sistema capitalista, coexistente com vários outros igualmente capitalistas (e.g. *slave labor, coerced cash-crop labor, tenancy, sharecropping*) (MWS, 2011, Vol. 1, Cap. 2).

Também do marxismo advêm a preocupação com as totalidades, a transitoriedade e historicidade das formas sociais, a importância central da acumulação de capital para a

¹² Por exemplo, WALLERSTEIN afirma no artigo intitulado *Class formation in the capitalist world-economy* compilado na obra *The Capitalist World-Economy* (CWE, 1979, p. 230): “The capitalist world-economy as a totality – its structure, its historical evolution, its contradictions – is the arena of social action. The fundamental political reality of that world-economy is a class struggle which however takes constantly changing forms: overt class consciousness versus ethno-national consciousness, classes within nations versus classes across nations”. E também, no capítulo final de *The Modern World System I* (MWS, 2011, Vol. 1, p. 347): “Its [the world-system] life is made up of the conflicting forces which hold it together by tension, and tear it apart as each group seeks eternally to remold it to its advantage”.

¹³ Para WALLERSTEIN, o marxismo enfrenta o problema não de explicar os grandes revolvimentos da história humana a partir da base econômica, mas de elucidar “the complicated detail: the long and murky ‘transitions’ from one mode of production to another, the workings of ‘uneven development’, the superstructural ‘lags’” (CWE, 1979, p. 213).

compreensão da dialética da realidade social moderna, e a mudança inevitável decorrente das contradições e dos conflitos sociais (GOLDFRANK, 2000, p. 163-164).

Dos cientistas sociais dos países periféricos do sistema-mundo moderno, também chamados de “terceiro mundo” ou “subdesenvolvidos”, WALLERSTEIN recebeu importantes contributos, notadamente da chamada teoria da dependência, em que se destacaram pesquisadores de inúmeras origens, até mesmo dos países centrais¹⁴, tais como SAMIR AMIN, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, THEOTONIO DOS SANTOS, ARGHIRI EMMANUEL, ANDRE GUNDER FRANK, ANIBAL QUIJANO e DUDLEY SEERS (GOLDFRANK, 2000, p. 164). Foi a partir dos desenvolvimentos da teoria da dependência e também da teoria da troca desigual (*unequal exchange*) – opostos teóricos da teoria clássica das vantagens comparativas no comércio internacional – que WALLERSTEIN compôs a descrição centro-periferia da divisão única do trabalho que caracteriza o sistema-mundo moderno (MWS, 2011, Vol. 1, Cap. 2; WSA¹⁵, 2004, Cap. 2).

Como contribuição própria, WALLERSTEIN elaborou o conceito de semiperiferia (GOLDFRANK, 2000, p. 169), definidas como zonas intermediárias na divisão polarizada da economia-mundo capitalista, responsável por amortecer os conflitos e as contradições sociais em nível mundial e gerar uma complexa estrutura de camadas dentro de camadas que dificulta a apreensão dos processos exploratórios por detrás da incessante acumulação capitalista (MWS, 2011, Vol. 2, Cap. 5).

Um olhar rápido sobre as influências teóricas da obra de WALLERSTEIN já indica que ele não se alinha com as correntes tradicionais anglo-americanas das diversas áreas das ciências sociais. Nas décadas de 50-60, antes do lançamento do primeiro volume de *The Modern World System*, a tese mais famosa que explicava o ritmo da mudança social moderna e como ela poderia se processar nos países periféricos ou “subdesenvolvidos” era a chamada teoria da modernização. É nesse período que se inventa o conceito de desenvolvimento associado à trajetória histórica de cada Estado nacional isoladamente considerado. Nas palavras de WALLERSTEIN:

Until 1945 it still seemed reasonable to assume that Europe was the center of the world. Even anti-imperialist movements outside of Europe and against Europe often tended to assume it. But the world move inexorably on. And everyone's geographical horizons expanded. **To cope with this changing world, western scholars invented**

¹⁴ A questão da nacionalidade ou origem étnica e social dos pesquisadores é de grande importância quando se considera a objetividade do conhecimento produzido pelas ciências sociais. Para WALLERSTEIN, uma ciência social produzida predominantemente por pesquisadores dos países centrais da economia-mundo não se pode dizer objetiva ou neutra, mesmo que respeite uma metodologia considerada científica. A verdadeira ou possível objetividade das ciências depende da variedade e diversidade dos pesquisadores que a produzem, oriundos de diferentes países, etnias, culturas, classes, etc. Sobre esse tema conferir a obra *European Universalism: the rhetoric of power* (EU, 2006).

¹⁵ Abreviatura da obra *World-System Analysis: an introduction*.

development, invented the Third World, invented modernization. (CWE¹⁶, 1979, p. 132, negrito nosso).

É exatamente contra essas “invenções” que a obra de WALLERSTEIN se desdobra. A teoria da modernização e suas variantes “ahistóricas” são o ponto central da crítica que a análise dos sistemas-mundo empreende, especialmente pelo fato de que as premissas teóricas das quais partem aquelas teorias são as mesmas que dominaram as ciências sociais do século XIX até meados do século XX. A mais célebre delas é a utilização do Estado nacional como unidade de análise da pesquisa social e a exclusão da história como um dado relevante na teorização.

Assim, pode-se dizer que a teoria da modernização é também uma contra-influência teórica da obra de WALLERSTEIN. Ter esse fato em mente permite compreender o desenvolvimento das premissas e teses propostas pela análise dos sistemas-mundo e como elas fornecem uma explicação substancialmente diferente acerca dos enigmas da realidade social moderna.

Nesse intento, e opondo-se às explicações fornecidas pela teoria da modernização, WALLERSTEIN sumariza a agenda de pesquisa da análise dos sistemas-mundo da seguinte forma (CWE, 1979, p. 135-136)¹⁷: (1) compreender o funcionamento interno da economia-mundo capitalista como um sistema; (2) reabrir a questão de como e porque a economia-mundo capitalista foi criada, a partir da transição do feudalismo ao capitalismo; (3) como a economia-mundo capitalista se relacionou com outros sistemas sociais externos a ela no período entre o século XV e XVIII; (4) estudar comparativamente os tipos históricos de outros sistemas sociais que já existiram; (5) desvendar os mecanismos em curso da crise terminal da economia-mundo capitalista (ou sistema-mundo moderno) e a sua transição para o sistema ou sistemas seguintes.

Essa agenda alarga intencionalmente o campo de pesquisa que a teoria da modernização se propôs a cobrir. Contudo, o autor considera isso importante, pois, segundo ele:

Modernization theory has served to deflect us from the agenda that would be able to speak to the problems with which it was supposedly concerned. **This agenda requires redoing our historical narratives, accumulating new world-systemic quantitative data (almost from scratch), and above all reviewing and refining our conceptual baggage.** (CWE, 1979, p. 136, negrito nosso).

Considerando esses três requisitos para a concretização da agenda de pesquisa acima exposta, pode-se dizer que o propósito principal da obra de WALLERSTEIN, especialmente nos quatro volumes de *The Modern World-System*, foi revisar e refinar a bagagem conceitual e teórica por meio da qual se compreende a realidade social moderna. Em outras palavras, o autor focou em reconceituar e reinterpretar a história moderna para tentar lidar com aqueles cinco tópicos de pesquisa por ele propostos (GOLDFRANK, 2000, p. 166). Por esta razão, o trabalho de

¹⁶ Abreviatura da obra: *The Capitalist World-Economy*.

¹⁷ Extraído do artigo crítico intitulado: *Modernization: requiescat in pace*.

WALLERSTEIN levantou tanta polêmica e muitas incompreensões, pois modificar conceitos e reinterpretar lugares comuns gera muito desconforto, sobretudo naqueles pontos em que os interesses não acadêmicos se fazem presentes.

Nos tópicos subsequentes, para introduzir os pontos de partida metodológicos da análise dos sistemas-mundo, conforme propostos por WALLERSTEIN¹⁸, serão expostos: (a) o panorama intelectual e o contexto histórico no qual se institucionalizaram as ciências sociais modernas¹⁹; (b) as premissas básicas das quais partiam as pesquisas em ciências sociais até o momento em que é lançada a teoria da modernização; (c) as mudanças ocorridas em 1945 que levaram à teoria da modernização e às críticas subsequentes; (d) as premissas teóricas adotadas pela pesquisa em análise dos sistemas-mundo. Adicionalmente a esses tópicos, foi destacado um item específico para tratar das contribuições teóricas da Escola dos *Annales* que mais influenciaram o pensamento de WALLERSTEIN no aspecto metodológico.

Com isso, pretende-se aclarar o itinerário intelectual do autor, cujos desdobramentos serão analisados, nos tópicos relacionados ao Estado, nos capítulos a seguir.

1.3 As ciências sociais modernas²⁰: premissas e limites²¹

¹⁸ Deve-se ter em mente que a análise dos sistemas-mundo é um movimento intelectual que parte de algumas premissas comuns, mas que recebe um tratamento distinto e, às vezes, contraditório pelos pesquisadores que a seguem. Assim, não se pode falar que há ampla homogeneidade nos estudos dentro da análise dos sistemas-mundo. Neste trabalho, parte-se sempre do marco teórico das obras de IMMANUEL WALLERSTEIN e, na medida em que for conveniente, serão indicados pontos de divergências em alguns tópicos essenciais, quando outros pesquisadores, da mesma linha, tomam caminhos diferentes daqueles propostos por WALLERSTEIN. Em algumas partes, serão introduzidos também alguns críticos de WALLERSTEIN, sem pretender exaurir a crítica, pois o foco deste trabalho é expor o pensamento desse autor e os mecanismos analíticos e argumentativos que ele usa para chegar às conclusões propostas. Logo, não será feita uma revisão aprofundada dos seus críticos.

¹⁹ O qualificativo de moderno, apostado ao substantivo “ciências sociais”, é extremamente comum na obra de WALLERSTEIN e demais pesquisadores da análise dos sistemas-mundo. Não faz contraponto com o qualificativo “contemporâneo”, comumente usado para separar os dois períodos do desenvolvimento histórico do pensamento científico. Ele apenas destaca que as ciências sociais conforme se conhecem é um produto do período moderno, contendo e preservando todas as características deste, especialmente no contexto do chamado sistema-mundo moderno. Isso porque tais teóricos não endossam a visão de uma ciência social universalmente válida para qualquer tempo histórico como decorrência da “natureza humana”, ideia usualmente implícita na obra da maioria dos cientistas sociais tradicionais.

²⁰ Conferir nota 19.

²¹ Os subsídios teóricos utilizados na composição deste tópico podem ser encontrados, em sua maioria, na obra coletiva, coordenada por WALLERSTEIN, intitulada *Open the Social Sciences: report of Gulbenkian Commission on the Restructuring of the Social Sciences* (1996). A visão de WALLERSTEIN e demais pesquisadores que participaram da *Gulbenkian Commission* acerca da metodologia das ciências sociais é bastante controversa e vai de encontro as teses dominantes nessa área do conhecimento, sendo, por isso mesmo, uma crítica heterodoxa. Participaram da *Gulbenkian Commission*: IMMANUEL WALLERSTEIN (sociólogo, norte-americano), CALESTOUS JUMA (estudos de ciência e tecnologia, queniano), EVELYN FOX KELLER (física, norte-americana), JÜRGEN KOCKA (historiador, alemão), DOMINIQUE LECOURT (filósofa da história e da ciência, francesa), VALENTIN-YVES MUDIMBE (literato, do Zaire ou República Democrática do Congo), KINHIDE MUSHAKOJI (cientista político, japonês), ILYA

A institucionalização das ciências sociais modernas é devedora de um fato histórico de largas consequências na história do sistema-mundo moderno²²: a Revolução Francesa, que promoveu uma verdadeira reestruturação cultural e ideológica na economia-mundo capitalista. Na visão de WALLERSTEIN, o principal legado dos eventos revolucionários foi a desmistificação da ordem política como um fato imutável estabelecido por forças transcendentais, em face das quais não havia outra opção senão se resignar (ICS²³, 2006, p. 24). Em outras palavras, a mudança política passou a ser percebida, pela consciência comum do povo, como algo natural e possível no curto prazo (ICS, 2006, p. 24). Ademais, à mudança política normal, assim como ao próprio fundamento da política, se ligou, com mais força, o conceito de soberania popular (cf. item 4.1 *infra*).

Como a mudança política tornou-se algo natural, surge uma necessidade premente de se compreender adequadamente o modo de funcionamento das sociedades. Em outras palavras, a realidade social deveria ser desvendada para que se pudesse lidar com os impulsos por mudança. Essa necessidade foi essencialmente das autoridades estatais e das elites econômicas (REIS, 2004, p. 103)²⁴. Os governos precisavam saber mais sobre o meio social para fundamentar suas políticas reformistas cujo intuito era situar as demandas populares em ebulição num contexto de normalidade que não afetasse o funcionamento da economia-mundo capitalista.

Esse interesse estatal e econômico na formulação das modernas ciências sociais, que refletiu intimamente no seu financiamento, fez dela um empreendimento conservador, em qualquer de suas tendências (OSC²⁵, 1996). Nas palavras de JOSÉ CARLOS REIS (1994, p. 100), o objetivo das ciências sociais “é de controlar a mudança social, tornando-a segura e previsível, gradual e harmoniosa, e evitar o ‘grande evento’, isto é, as revoluções”. Por isso, elas vão propor uma ação política limitada e com um máximo de controle (REIS, 1994, p. 123).

É nesse cenário que ocorre a institucionalização das ciências sociais como área do saber científico. Esse processo, na verdade, inicia-se a partir de fins do século XVIII e percorre quase todo o século XIX até atingir um ponto de equilíbrio (OSC, 1996, p. 30).

PRIGOGINE (químico, russo naturalizado belga), PETER J. TAYLOR (geógrafo, britânico) e MICHEL-ROLPH TROUILLOT (antropólogo, haitiano).

²² WALLERSTEIN classifica a revolução francesa como evento-mundo histórico, em razão do impacto sistêmico por ela deflagrado (ICS, 2006, p. 15-32).

²³ Abreviatura da obra: *Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do século XIX* (2006).

²⁴ Nas palavras de JOSÉ CARLOS REIS (2004, p. 103): “As ciências sociais e, especialmente, a economia tinham um papel essencial no fornecimento de indicadores, que diagnosticavam a situação vivida pela sociedade, ao Estado, para que esse controlasse os seus desdobramentos. O planejamento das empresas privadas e do Estado empresarial terá uma grande necessidade das ciências sociais”.

²⁵ Abreviatura da obra: *Open the Social Sciences: report of Gulbenkian Commission on the Restructuring of the Social Sciences*.

Como resultado, estabeleceram-se algumas premissas que nortearam as ciências sociais de forma razoavelmente constante até 1945²⁶. A primeira e mais pungente delas foi a fixação da unidade de análise da realidade social como correspondente aos marcos geográficos dos Estados Nacionais (OSC, 1996, p. 80). Assim, o meio social em que se debruçavam os cientistas era determinado pelas fronteiras estatais. Não se tratava de uma questão de enfoque, mas de recorte epistemológico do objeto de estudo. O pressuposto era de que os Estados são unidades autônomas com processos sociais próprios e específicos passíveis de estudo independente.

Essa premissa, de certa forma, era autoevidente, uma vez que a própria razão de surgimento das ciências sociais à época era fornecer subsídios às políticas do Estado, empreendidas primariamente no interior do seu território. No século XIX, isso não podia ter sido diferente.

A segunda premissa consistia na separação entre o tempo presente e o tempo passado. O fundamento dessa separação jazia na física newtoniana segundo a qual o passado e o futuro eram simétricos, de forma que uma lei que se aplicava em um momento se aplicaria a outro (OSC, 1996, p. 2). Presumia-se, portanto, que o tempo era reversível. De certa forma, isso ejetava o conceito de duração da análise científica, e colocava o tempo apenas como um elemento externo que não poderia alterar o objeto de estudo.

O conceito de tempo, para as ciências sociais, acabou se aproximando bastante daquele adotado pelas ciências naturais. Pressupunha-se um tempo físico, exterior, medido pelos movimentos naturais repetitivos (REIS, 2006, p. 179-180). Nega-se a sucessão dos eventos, e adota-se uma ordem de simultaneidade, na qual se dão as transformações estruturais da sociedade como se fossem um movimento natural, sem solavancos e que não pode ser conduzido intencionalmente ou mesmo acelerado (REIS, 2004, p. 17). As ciências sociais “buscam na sociedade o que a física encontra na natureza: uniformidade, reversibilidade, homogeneidade, quantidade, permanência” (REIS, 2004, p. 17).

A terceira premissa tratava da divisão entre o universal e o particular. Aqui ingressa o que, em 1959, CHARLER PERCY SNOW chamou de “duas culturas” para se referir ao modo de pensamento dos pesquisadores das ciências naturais, de um lado, e das humanidades, de outro (SNOW, 1998, p. 1 e ss.). A abordagem universalizante ou nomotética, que dominava as ciências naturais, objetivava formular leis gerais universais que se aplicariam ao fenômeno estudado em qualquer tempo e espaço. Já a abordagem particularista ou idiográfica das humanidades

²⁶ Deve-se advertir que as premissas que serão expostas não são assunto definitivo e acabado no debate interno às ciências sociais. Elas apenas representam a tendência adotada pelas pesquisas e as posições majoritárias que prevaleceram até aproximadamente 1945, especialmente as de matriz anglo-americanas, sintetizadas na visão de WALLERSTEIN (OSC, 1996, p. 14).

pressupunha a especificidade do objeto de estudo, que merecia uma análise única, mais tendente a descrever qualitativamente do que formular regras gerais.

Os termos nomotético e idiográfico foram cunhados pelo filósofo alemão WILHELM WINDELBAND (1848-1915), e passaram a ser utilizados, desde então, para simbolizar essas duas distintas abordagens que separam as áreas do conhecimento humano desde o século XIX (CANO, 2012, p. 97). O mesmo tipo de oposição foi exposto pelo também filósofo alemão HERINRICH RICKERT (1863-1936), no seu livro *Kulturwissenschaft und Naturwissenschaft* (1899), em que ele trata do conceito de “ciências da cultura”, numerosamente utilizado por MAX WEBER (CANO, 2012, p. 97).

No conflito entre as “duas culturas”, verificou-se uma clara vitória das ciências naturais sobre as humanidades como fonte válida de conhecimento, isto é, da descoberta da “verdade”. Assim, tudo o que se convencionou chamar de “científico” se referia à abordagem nomotética. Essa separação foi tão severa a ponto de C. P. SNOW – que era um cientista e literato – verificar como ela se refletia na própria forma de pensar das pessoas envolvidas em cada área, formando, assim, “duas culturas”, duas mentalidades, distintas e apartadas.

Na visão de WALLERSTEIN, entre essas duas culturas, as ciências sociais acabaram adotando a abordagem nomotética, aproximando-se das ciências naturais e apartando-se da história, em que predominava a abordagem idiográfica (WSA, 2004, p. 6). Essa aproximação, contudo, nunca foi totalmente natural, de forma que se pode afirmar que as ciências sociais continuaram assumindo uma posição intermediária e peculiar entre as ciências naturais, de um lado, e as humanidades, de outro.

A quarta e última premissa foi a divisão do estudo da realidade social em, ao menos, quatro disciplinas. Foi um processo demorado e ambíguo, havendo, mesmo antes de 1945, inúmeras variações. No entanto, predominaram as seguintes disciplinas²⁷: a economia para estudar o mercado; a ciência política para estudar o Estado; a sociologia para estudar a sociedade civil; e a história para estudar toda a dimensão da realidade social pretérita. As três primeiras fixaram-se na realidade social presente, excluindo quase que inteiramente considerações históricas (WSA, 2004, p. 6-7).

²⁷ Dessa classificação foram omitidos a antropologia e os estudos orientais, que eram disciplinas vocacionadas a estudar, na época (isso se modificou depois de 1945), a realidade social fora das zonas centrais da economia-mundo capitalista, entendida como não sendo moderna. Omitiu-se também a geografia, por duas razões: (a) a sua aproximação com as ciências naturais e as humanidades no que tange aos objetos de estudo; (b) tendência de promover análises a partir de uma concepção global, não restrita às fronteiras territoriais do Estado (WALLERSTEIN, 1996, p. 25-26). Tais características a distanciavam das quatro disciplinas acima citadas.

Entre essas disciplinas houve uma separação clara, baseada na segunda e na terceira premissas acima apontadas. Há três disciplinas vocacionadas ao tempo presente, e uma disciplina, ao tempo passado. Entre elas há pouca comunicação, uma vez que, tendo as três primeiras como premissa a reversibilidade do tempo e a simetria entre passado e futuro, desnecessário se faz, a princípio, o intercâmbio com a história. E, ainda, quanto ao enfoque predominante: as três primeiras adotaram uma postura nomotética, e a história, idiográfica. Esse desfecho afastou ainda mais a história das ciências sociais.

As raízes das ciências sociais modernas situam-se na tentativa de “to develop systematic, secular knowledge about reality that is somehow validated empirically” (OSC, 1996, p. 2). Isso explica as razões pelas quais as disciplinas centrais das ciências sociais – economia, ciência política e sociologia – adotaram uma metodologia mimetizada das ciências naturais. A despeito de a realidade social ser qualitativamente distinta, em vários níveis, da realidade natural, a metodologia seguiu premissas similares.

Outra justificativa para isso é de ordem política. As ciências naturais buscavam formular leis universais e deterministas acerca dos fenômenos da natureza. Logo, isso pressupunha que o meio natural é regido por leis totalmente alheias à participação inventiva humana. Esse mesmo pressuposto foi adaptado ao estudo da realidade social, já que era muito mais vantajoso afirmar politicamente existirem tais tipos de lei regendo o fenômeno social, do que abrir margem à possibilidade inventiva e interventiva do homem nesta seara (OSC, p. 1996, p. 10). O gerenciamento tecnocrático das políticas estatais baseava-se nessa premissa determinista.

Além dessas razões, deve-se mencionar que as ciências sociais surgem como reação à orientação especulativa da história, que predominava no projeto iluminista. Os herdeiros do iluminismo acreditavam que o homem poderia desvendar racionalmente o sentido final da história humana e utilizar desse conhecimento para acelerar os eventos que o concretizariam (REIS, 2006, p. 68-69). Partia-se do pressuposto de que o homem era sujeito da história, agindo conscientemente sobre ela sob a guia fiel da razão. Assim, “se o sentido da história já é conhecido antecipadamente, a revolução é legítima”, sendo a revolução “apenas a aceleração da marcha do espírito em busca da liberdade” (REIS, 2006, p. 69).

As ciências sociais pressupõem, contrariamente, que o homem é mais objeto, produto da história, do que seu ator principal (REIS, 2004, p. 37). E que não sendo possível descobrir o fim da história, a revolução não é desejável. Em seu lugar, propõem-se as reformas lentas, graduais e controladas, implantadas pela autoridade esclarecida do Estado.

Portanto, partindo da abordagem nomotética das ciências naturais, as ciências sociais tornaram-se profundamente empiristas. E, como a disponibilidade de dados empíricos acerca

da realidade pretérita era escassa ou de qualidade duvidosa, o foco da análise voltou-se inteiramente para o presente, rejeitando o diálogo com a história, situação esta que posteriormente veio a ser criticada por FERNAND BRAUDEL (1978, p. 71 e ss.), no seu clássico *Histoire et Sciences Sociales: la longue durée*, originalmente publicado em 1958, na Revista dos *Annales*.

A diretriz era colher evidências por meio de experimentos controlados e, a partir deles, formular teorias generalizantes ou testar hipóteses previamente elaboradas. O meio social pesquisado quase nunca excedia ao território do Estado em que se localizavam os pesquisadores.

No que tange à história, deve-se acentuar que essa área do conhecimento já existia há bastante tempo antes do século XIX. Entretanto, a institucionalização das ciências sociais, nesse século, provocou uma modificação na forma como os historiadores atuavam. Apesar da adoção do enfoque idiográfico típico das humanidades, a história recebeu um importante influxo das ciências sociais nomotéticas relativo às fontes de pesquisa. O historiador deveria se ater a escrever a história “como ela realmente aconteceu” (*wie es eigentlich gewesen ist*) – famosa frase do historiador alemão LEOPOLD VON RANKE (1795-1880) (OSC, 1996, p. 15). Assim, a pesquisa deveria ser eminentemente documental, ou seja, ater-se a documentos escritos na época dos acontecimentos. Era uma pesquisa de arquivo.

Essa diretriz é uma reação à história hagiográfica feita anteriormente, na qual, por interesses políticos, os historiadores escreviam a história incluindo elementos imaginados ou exagerando características tendenciosas das personagens políticas.

Ademais, a história também adotou, predominantemente, a unidade de análise correspondente aos marcos territoriais do Estado. Tomavam-se como pressuposto espacial as fronteiras atuais de um país e, projetando-as no passado, estudavam-se os eventos e fatos ali transcorridos como parte integrante da história daquela nação (OSC, 1996, p. 16). Dessa forma, contribua-se para a fabricação de uma identidade nacional. Essa forma de se fazer história veio a ser criticada, posteriormente, pelos historiadores franceses da Escola dos *Annales* na primeira metade do século XX.

A divisão do estudo da realidade social entre as três disciplinas nomotéticas derivou mais de premissas ideológicas do que de especificidades reais do objeto estudado. Segundo WALLERSTEIN, a ideologia liberal dominante no século XIX insistia em afirmar que a modernidade se caracterizava pela separação entre três esferas sociais distintas, cada uma funcionando a partir de leis próprias: a economia, o estado e a sociedade civil (WSA, 2004, p. 6).

Essa distinção nunca foi realmente demonstrada por critérios rigorosos e a realidade sempre dificultou o trabalho dos pesquisadores, dada a intensa interdependência entre essas três esferas. A forma de possibilitar o estudo a partir desse recorte foi utilizando elevados níveis de

abstração em modelos teóricos, muitas vezes, autoexplicativos ou axiomáticos (e.g., lei da utilidade marginal decrescente).

Por fim, deve-se destacar que a ciência social conforme institucionalizada no século XIX foi um empreendimento tipicamente dos Estados localizados em zonas centrais ou semi-periféricas dentro do espaço europeu ampliado, que inclui a América do Norte²⁸ (OSC, 1996, p. 14). Assim, todo o processo foi guiado a partir dos interesses dessas regiões da economia-mundo capitalista. O predomínio tecnológico, militar, econômico e cultural atingido pela Europa no século XIX explica as razões pelas quais tal modelo de estudo da realidade social tornou-se dominante no ambiente acadêmico.

1.4 A proposta da Escola dos *Annales* para a historiografia: a *nouvelle histoire*²⁹

A institucionalização das modernas ciências sociais no Século XIX impactou a historiografia. Os inúmeros acontecimentos do início do Século XX, especialmente a Primeira Guerra Mundial, a revolução russa e a eclosão dos fascismos, também afetaram profundamente os historiadores. A aproximação da história com a filosofia, em decorrência da influência iluminista, gerou combustível para revoluções de toda sorte. A ideia de que o sujeito humano poderia descobrir o sentido final da história humana por meio da razão e acelerar os eventos históricos para atingi-lo produziu terríveis resultados.

E nesse contexto sombrio, em 1929, na França, é fundada a revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, dirigida pelos historiadores LUCIEN FEBVRE e MARC BLOCH (REIS, 2004, p. 93 e ss.). O objetivo principal era promover a aproximação da história com as ciências sociais, adotar uma base interdisciplinar e focar a pesquisa histórica em novos campos que não exclusivamente a vida política (REIS, 2004, p. 94-95). Em verdade, tais historiadores eram opositores da história política, “na sua forma diplomática, narrativa e acontecimental que mascarava o verdadeiro jogo histórico, que se passa nos bastidores estruturais” (REIS, 2004, p. 95).

FEBVRE e BLOCH introduziram na historiografia, por influência das ciências sociais, o conceito de estrutura social, e buscaram construir a história de realidades duradouras, inconscientes e repetitivas, sobretudo no campo socioeconômico e das mentalidades (REIS, 2004, p.

²⁸ WALLERSTEIN (OSC, 1996, p. 14) afirma que a esmagadora maioria dos cientistas sociais em fins do século XIX estava localizada em cinco países: Grã-Bretanha, França, Estados Unidos e nas regiões que se tornaram a Alemanha e a Itália.

²⁹ Neste tópico, serão expostas, brevemente, algumas contribuições da Escola dos *Annales* para a historiografia que exerceram maior influência na análise dos sistemas-mundo. Os *Annales* foram fundados em 1929, tendo se tornado amplamente influentes na Europa continental e no mundo a partir das décadas de 40 e 50.

94-96). O pressuposto era de que o homem não era apenas sujeito da história, “ele é também, e, em maior medida, resultado, objeto, feito pela história” (REIS, 2004, p. 21). Sua ação cotidiana não era tão livre quanto imaginavam os historiadores tradicionais. Há, portanto, uma rejeição da história dos grandes eventos políticos, baseada na curta duração.

O programa dos *Annales* foi se descortinando apenas com o desenrolar da revista, recebendo múltiplas contribuições dos seus participantes. Os fundadores não se propuseram a fazer uma crítica teórica direta da historiografia, mas revelavam os pressupostos da *nouvelle histoire* a partir dos diversos trabalhos e pesquisas que eram publicados, “pelo exemplo e pelo fato” (REIS, 2004, p. 94).

As propostas teóricas fundantes dos *Annales* receberam sua maior contribuição a partir de 1946, quando FERNAND BRAUDEL assumiu a direção da revista, que passou a se chamar *Annales: Economies, Sociétés, Civilisations*. Foi BRAUDEL quem, no seu artigo seminal, publicado em 1958, intitulado *Histoire et Sciences Sociales: La Longue Durée*, introduziu o conceito de longa duração, que, segundo JOSÉ CARLOS REIS (2004, p. 18), “é a tradução para a linguagem temporal dos historiadores da estrutura atemporal dos sociólogos, linguistas e antropólogos”.

A proposta de BRAUDEL era de que o conceito de longa duração constituísse a base de uma metodologia comum entre todas as ciências do homem (BRAUDEL, 1978, p. 43). Além da longa duração, BRAUDEL fala de uma temporalidade múltipla, de uma dialética das durações. Segundo ele, a pesquisa social poderia reconstruir a realidade a partir de três durações, que se dialogam e se interferem mutuamente: o tempo curto dos eventos, o tempo conjuntural dos ciclos, e o tempo longo das estruturas (BRAUDEL, 1978, p. 44 e ss.). A compreensão apurada da realidade histórica somente seria possível dentro desse quadro de temporalidades, que dialogam entre si. Seria um erro, portanto, escolher uma delas em detrimento das outras, como fazia a historiografia tradicional (BRAUDEL, 1978, p. 53.).

A longa duração permitiu à história desvelar aquelas realidades da vida humana que apresentam as mais severas resistências à mudança, tirando os holofotes dos grandes revolvimentos políticos que dominaram a historiografia no século XIX. Porém, não se perde a premissa de que história envolve mudança, movimento. O que se faz é conciliar a vida que permanece, que se repete, com a que muda, que avança para o novo (REIS, 2004, p. 104).

Nas palavras de JOSÉ CARLOS REIS:

A história sofreu uma modificação profunda em seu campo de análise. Dominada por um tempo teleológico, a história tradicional enfatizava a ‘história acontecimental’: o homem aparecia na história política, das ideias, na biografia dos grandes líderes. A história tradicional era um ‘olhar a partir de cima’: psicológica, elitista, biográfica, qualitativa, visava ao particular, ao individual e ao singular, era legitimadora, partidária, comemorativa, uma narrativa justificadora do poder presente. **Os historiadores**

dos Annales darão ênfase à região ‘não acontecimental’ da história: ao mundo mais durável, mais estruturado, mais resistente à mudança, da vida material econômico-social e da vida mental. Nesse campo econômico-social-mental, o tempo histórico revela-se como permanência, constância, resistência, necessidade social. São ações coletivas, massivas, repetições dos mesmos gestos eficazes de produção, distribuição, troca e consumo, comportamento inconscientes, normas, regras, símbolos e ordens sociais (2004, p. 22, **negrito nosso**).

Outro ponto central, compartilhado pelos historiadores da Escola dos *Annales*, era de que a história não poderia conter uma orientação teleológica previamente conhecida. Em outras palavras, o agir humano, o viver a história (*faire l’histoire*), não se confunde com o conhecer a história (*faire de l’histoire*) (REIS, 2004, p. 19). O homem não poderia, por meio do conhecimento histórico, que é uma reconstrução do vivido, desvelar o sentido final da história. A reflexão total por meio da razão não era possível. Assim, o agir na realidade com base no conhecimento deve ser sempre cauteloso. É preciso conhecer as resistências, as imobilidades da vida social, para se empreender uma ação informada e segura, que não gere o drama ou a tragédia (REIS, 2004, p. 19). Nesse sentido, a Escola dos *Annales* era conservadora, pois não acreditava na revolução³⁰.

Partindo dessas premissas, os *Annales*³¹ vão empreender uma revisão teórico-metodológica da historiografia que pode ser sintetizada nos seguintes pontos (REIS, 2004, p. 21-28; 1994, p. 124-134): (1) novo conceito de homem, que passa a ser também objeto, além de sujeito; (2) renovação de métodos e técnicas, mudando-se as fontes históricas, com documentação oriunda do campo econômico-social-mental, cuja principal característica é a involuntariedade; (3) a história é reconstruída por meio de uma problema do presente (história-problema), ao qual se formulam hipóteses variadas; conseqüentemente, a história pode ser reconstruída de maneiras diferentes, não há mais uma história única, dos fatos como eles realmente ocorreram; (4) a interpretação histórica passa a envolver, necessariamente, uma reconstrução teórica; “não há história sem teoria” (REIS, 2004, p. 25); (5) nova periodização, a partir de temas, identificando-se repetições cíclicas ou mudanças estruturais; (6) nova relação entre presente e passado, que passam a dialogar e se interrogar mutuamente; o passado passa a explicar e responder às indagações e problemas do presente.

³⁰ Nas palavras de JOSÉ CARLOS REIS (1994, p. 135): “Ela [a *nouvelle histoire*] foi a constatação e o reconhecimento das forças de inércia estruturais, que limitam a ação livre e que não têm pressa para ver a vitória da razão. No fundo, percebe-se a recusa, consciente ou não, confessada ou não, da ideia de revolução e tudo o que ela implica: aceleração do tempo dos eventos e conhecimento especulativo do sentido da história. A história da longa duração enfatiza os movimentos lentos e representa uma desaceleração das mudanças”.

³¹ Essas proposições dos *Annales* são presentes com mais consistência na primeira e segunda gerações da revista. A partir da terceira geração, com a chamada história em migalhas, há um distanciamento parcial de algumas premissas adotadas pelas primeiras gerações. A análise dos sistemas-mundo foi influenciada pelas primeiras gerações.

De todas as contribuições dos *Annales* para o estudo da história e das ciências sociais, a que irá influenciar mais marcadamente a análise dos sistemas-mundo, é o conceito de longa duração e das temporalidades múltiplas de BRAUDEL. É a partir disso que IMMANUEL WALLERSTEIN irá elaborar a crítica metodológica que a análise dos sistemas-mundo fez às ciências sociais tradicionais, propondo a unificação do estudo da realidade social no espaço-tempo, abolindo as fronteiras disciplinares e formulando o conceito de sistema-mundo.

1.5 Análise dos sistemas-mundo

1.5.1 Contexto histórico das ciências sociais no pós-1945

A moldura acadêmica das modernas ciências sociais começou a ser alterada depois de 1945. Segundo WALLERSTEIN, com o fim da Segunda Guerra Mundial, alguns acontecimentos exerceram grande influência nas ciências sociais, são eles (OSC, 1996, p. 33-34): (a) reorganização geopolítica do sistema-mundo moderno derivada da assunção da posição de hegemonia pelos Estados Unidos como centro da economia-mundo capitalista, que, nessa época, já abrangia todo o globo, e a proliferação dos movimentos de libertação nacional dos povos não europeus; (b) início de um ciclo de profunda prosperidade e expansão material da economia-mundo nunca antes experimentado na trajetória do capitalismo histórico; (c) grande ampliação geográfica do sistema universitário ao redor do mundo, com a inclusão de vários pesquisadores, aumento do número de pesquisas e inauguração de novos campos de estudo.

Com a assunção da posição hegemônica estadunidense, verifica-se uma grande concentração das pesquisas em ciências sociais nas universidades localizadas nesse país. Além disso, seu prestígio influenciou todas as demais. Neste contexto, observa-se uma grande pressão para aumentar o nível de especialização das áreas do conhecimento, muitas vezes ignorando a divisão disciplinar historicamente estabelecida. Essa pressão está ligada ao aumento do número de pesquisadores e do orçamento das universidades.

A primeira inovação é o surgimento dos estudos de área (*area studies*) (OSC, 1996, p. 36 e ss.). Trata-se de uma nova categoria institucional de agrupamento do trabalho intelectual. Uma área é definida a partir de similaridades culturais, históricas ou linguísticas, sem considerar exclusivamente os marcos geográficos dos Estados. Assim, estabeleceram-se grupos de investigação coletiva, necessariamente multidisciplinares, vocacionados a estudar determinadas áreas culturais ou geopolíticas, por exemplo, a América Latina, a China etc. (BRAUDEL, 1978, p. 42). As motivações políticas dessa conformação eram evidentes, uma vez que, como poder

hegemônico, o governo dos Estados Unidos carecia de informações para subsidiar suas políticas internacionais ao redor do mundo. Logo, houve muito estímulo para os estudos de área.

Essa inovação institucional criou algumas tensões com as premissas organizadoras que governaram a institucionalização das modernas ciências sociais. A primeira e mais pungente é a desconsideração dos recortes do objeto de estudo conforme feito pelas disciplinas tradicionais, sobretudo o trio nomotético (economia, ciências políticas e sociologia). Nas palavras de WALLERSTEIN (OSC, 1996, p. 38): “its practice [of area studies] exposed the fact that there was considerable artificiality in the sharp institutional separations of social sciences knowledge”. Outra incongruência foi a desconsideração dos limites territoriais do Estado como unidade de análise, por excelência, da realidade social.

Uma tensão, de mais difícil explicação, diz respeito à antiga premissa que separa o ocidente europeu modernizado das demais zonas do mundo não modernas. Ora, toda a moldura metodológica e acadêmica das ciências sociais foi construída para estudar a realidade social dos países localizados no centro da economia-mundo capitalista europeia. Com a inclusão das zonas periféricas por meio dos estudos de área, muitas vezes utilizando as categorias teóricas e analíticas das modernas ciências sociais, levanta-se o questionamento: essas duas zonas são ou não são ontologicamente diferentes? (OSC, 1996, p. 39).

A resposta foi ambígua, mas extremamente coerente com a moldura teórica elaborada para explicar tal realidade. Segundo WALLERSTEIN, os cientistas sociais responderam afirmando que tais zonas são ontologicamente iguais, mas não tanto (OSC, 1996, p. 40). Para lidar com esse problema, surgiu a teoria da modernização, segunda inovação das ciências sociais pós-1945 (OSC, 1996, p. 40).

Os partidários dessa escola teórica defendiam a ideia de que a modernização era um caminho que poderia (ou melhor, deveria³²) ser seguido por todas as nações. Nesse sentido, elas eram iguais. Entretanto, nem todas o seguiram no mesmo ritmo, tendo algumas nações percorrido esse caminho mais rapidamente do que outras, e, por isso, seriam diferentes. Aqui, surge o impulso por desenvolvimento, tendo como modelo referencial as nações assim chamadas de “desenvolvidas”, Estados Unidos e Inglaterra, basicamente. Uma das obras clássicas, nessa seara, foi o *The Stages to Economic Growth, a Non-Communist Manifesto* (1960), do economista norte-americano WALT WHITMAN ROSTOW (1916-2003).

³² Observa-se que há um tom de inevitabilidade do progresso na teoria da modernização, o que, de certa forma, era politicamente favorável. Esse pressuposto era típico da mentalidade iluminista que influenciou a institucionalização das ciências sociais no século XIX.

Na visão de WALLERSTEIN, as premissas teóricas de que partem a teoria da modernização não destoaram, a princípio, daquelas que guiaram as ciências sociais desde o século XIX (RFD³³, 1974, p. 387). Assim, permanece o Estado como unidade de análise, por excelência, tornando-se então o lugar central e o principal ator das políticas desenvolvimentistas. E mais fortemente, essa escola teórica revigora a naturalidade com que as fronteiras geográficas dos Estados recortavam o estudo do fenômeno social.

As considerações acerca do tempo e do espaço como meros elementos externos também não se modificaram. Tais premissas foram conduzidas a elevadas consequências, sobretudo a questão temporal, uma vez que a base lógica da teoria da modernização era a defesa de estágios de desenvolvimento possíveis de serem alcançados independentemente das condicionantes espaço-temporais (RFD, 1974, p. 388-389). A tendência nomotética também prevaleceu, visto que o grande objetivo era formular leis gerais aplicáveis ao fenômeno social em qualquer nação, com o acréscimo teleológico da busca por desenvolvimento. Em outras palavras, os teóricos da modernização ofereciam, a partir dos seus estudos, uma receita que deveria ser seguida por países não desenvolvidos para alcançarem a posição próspera das nações modernas. Basicamente, pretendiam oferecer um remédio para curar a doença do subdesenvolvimento.

Por outro lado, os estudos de modernização, pela própria lógica que propõem, tenderam a uma reaproximação com a história. Isso foi necessário, uma vez que, para se descrever o caminho a ser percorrido em direção ao desenvolvimento, dever-se-ia olhar, obrigatoriamente, para a trajetória histórica das nações ditas desenvolvidas. O viés histórico, contudo, foi limitado no seu alcance, uma vez que as dimensões de tempo e espaço não foram consideradas seriamente como importantes variáveis no estudo da mudança social moderna. Isso reduziu drasticamente as potencialidades dessa reaproximação, resultando em modelos teóricos ahistóricos, baseados na coisificação de porções da realidade social descolados do tempo, e na comparação dessas estruturas coisificadas entre os diversos países (RFD, 1974, p. 389). A aplicação prática desses modelos se revelou desafiadora e, muitas vezes, frustrante.

Por conseguinte, as modernas ciências sociais passaram por importantes modificações no cenário pós-1945. Contudo, nenhuma que questionasse gravemente as premissas metodológicas limitantes legadas do século XIX. A divisão disciplinar permaneceu vigente, a despeito do aumento do número de campos especializados de estudo multidisciplinar. A unidade de análise e a abordagem nomotética também continuaram firmes. Essa situação começa a ser

³³ Abreviatura do famoso artigo publicado por WALLERSTEIN em 1974, divulgando as premissas metodológicas da análise dos sistemas-mundo, ainda em formação, intitulado: *The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis* (1974).

seriamente questionada depois de 1968, quando o sistema-mundo moderno ingressa em uma nova fase de seu desenvolvimento histórico.

1.5.2 O surgimento da análise dos sistemas-mundo

As manifestações de maio de 1968, que tiveram alcance praticamente global, afetando, sobretudo, os países centrais, questionaram uma série de paradigmas vigentes. O principal ponto em comum foi a crescente descrença das pessoas em relação às promessas progressistas feitas pelos Estados. O consenso liberal – reformismo gradual e esclarecido –, que guiou a política desde meados do século XIX, foi questionado seriamente (AL³⁴, 2002, p. 265).

Desde 1945, muitos Estados da zona central e semiperiférica europeia tiveram governos eleitos com tendências de esquerda – o que foi chamado de social democracia. Foram esses governos que, no contexto do pós-guerra, aparelharam o chamado *Welfare State* na Europa e nos EUA. No hemisfério leste, as mesmas promessas progressistas foram feitas pelos comunismos, e nas zonas periféricas, pelos movimentos de libertação nacional. Em 1968, um pessimismo generalizado se abateu sobre as pessoas, as promessas de um mundo melhor e mais igualitário, ou do desenvolvimento para os países periféricos, foram legadas à descrença.

A realidade da década de 70 e 80 veio estimular o pessimismo. O sistema-mundo ingressa em uma fase de expansão financeira (ARRIGHI, 2016, p. 309 e ss.), a produção e o crescimento econômico a ela relacionado arrefecem, há os choques do preço do petróleo e os Estados entram em crise fiscal – primeiro os da periferia e, posteriormente, os das zonas centrais. O aparelhamento do *Welfare State* teve a sua viabilidade questionada e a ideologia conservadora ressurgiu vigorosa no período dos governos Thatcher-Reagan.

No aspecto acadêmico, e mais especificamente para as ciências sociais, as revoluções de 1968 foram decisivas. O aspecto mais pungente de questionamento foi a “naturalidade” com que a unidade de análise da realidade social era circunscrita às fronteiras do Estado. A partir do momento em que o Estado teve seu papel de principal agente de modernização e da garantia do bem-estar econômico questionado, essa premissa metodológica que guiou as ciências sociais desde o século XIX foi, igualmente, posta em xeque (OSC, 1996, p. 81). No mesmo sentido, foi questionada a compartimentação do estudo da realidade social entre as três distintas esferas da vida social: estado, economia e sociedade civil, ancorada na ideologia liberal, que fundamentou a formatação das disciplinas no interior das ciências sociais.

³⁴ Abreviatura da obra: *Após o liberalismo*, coletânea de artigos de WALLERSTEIN publicado em língua portuguesa em 2002. O original em língua inglesa foi publicado em 1995.

Nesse cenário, surge, na década de 1970, o movimento intelectual denominado “análise dos sistemas-mundo”. Não se tratou de uma nova teorização das ciências sociais, mas de um protesto contra a maneira pela qual se fazia ciências sociais até então.

O nome “análise dos sistemas-mundo” foi cunhado por IMMANUEL WALLERSTEIN. O autor evitou explicitamente o uso do termo “teoria”, argumentando que não se trata de uma teorização pronta e acabada, mas de um intento questionador à forma como se estuda a realidade social (IWS³⁵, 2002, p. 358 e ss.). Assim, o que se deve teorizar são as ciências sociais, e, isso, os analistas do sistema-mundo propõem sobre novas bases que precisam ser construídas a partir da crítica ao modelo tradicional de análise.

Compuseram esse movimento intelectual, seja declaradamente, seja a partir das premissas de estudo utilizadas, a partir do seu surgimento na década de 70, além de IMMANUEL WALLERSTEIN, GIOVANNI ARRIGHI, ANDRE GUNDER FRANK, TERENCE K. HOPKINS, SAMIR AMIN, RICHARD LEE, DALE TOMICH, ROBERT BACH. Paralelamente, têm-se os estudos de FERNAND BRAUDEL, nos *Annales*, que mantiveram uma linha teórica muito próxima daquela desenvolvida pelos analistas do sistema-mundo, compartilhando, com estes, premissas metodológicas semelhantes.

Depois de mais de 40 anos, os estudos em análise dos sistemas-mundo reuniram inúmeros pesquisadores e vêm se aprimorando, sem, no entanto, chegar ao ponto de passagem da crítica à teorização das ciências sociais sobre novas bases. Isso porque grande parte das categorias utilizadas ainda é aquela elaborada pelos cientistas sociais desde o século XIX, especialmente as concernentes à divisão disciplinar clássica entre ciência política, economia e sociologia.

Esses estudos são propagados no *Fernand Braudel Center for the Study of Economies, Historical Systems and Civilizations*, situado no aparato institucional da *State University of New York* em *Binghamton*. O Centro foi fundado em 1976, levando o nome de BRAUDEL, tendo em vista a ampla contribuição desse pensador nos estudos dos sistemas sociais de larga escala e longo prazo.

Em razão da grande dificuldade de se proporem novas premissas metodológicas para o estudo da realidade social, a análise dos sistemas-mundo – ao sugerir uma abordagem complexa, de longa duração e de ampla escala – encontrou muitos pontos de discordância entre os próprios pensadores que a integram. No entanto, o trabalho é reconhecidamente difícil e necessita da participação de muitas pessoas, com ênfase na multiplicidade de origens e culturas, fator

³⁵ Abreviatura do artigo intitulado: *The Itinerary of World-System Analysis; or, How to Resist Becoming a Theory* (2002).

imprescindível para se obter um nível adequado de objetividade quando se trata de estudar a realidade social moderna.

No presente trabalho, serão utilizadas como marco teórico as obras de IMMANUEL WALLERSTEIN, seguindo o viés que ele imprimiu aos estudos em análise dos sistemas-mundo. Em alguns momentos, apontar-se-ão divergências com outros analistas dos sistemas-mundo e a posição de alguns dos seus críticos de outras escolas de pensamento.

1.5.3 Premissas e conceitos em análise dos sistemas-mundo

1.5.3.1 Unidade de análise: o sistema-mundo

O principal ponto da crítica proposta por WALLERSTEIN na pesquisa em análise dos sistemas-mundo trata da determinação da unidade de análise. O objeto de estudo pode ser dos mais variados, com enfoques e finalidades múltiplas. Entretanto, a unidade de análise, isto é, a moldura espaço-temporal na qual se dá o fenômeno social, exige uma definição mais rigorosa e nunca pode ser pressuposta ou alheia ao debate (o que a tornaria dogmática).

Como visto anteriormente, é lugar comum nos estudos da realidade social moderna fixar a unidade de análise como coincidente aos marcos geográficos e políticos do Estado nacional. A força atrativa do Estado se faz sentir irresistivelmente na mente dos pesquisadores sociais, quando estes concebem a própria realidade em que vivem e estudam. Isso se dá em razão dos vários séculos em que o fenômeno do Estado Moderno se desenvolveu e foi se aprimorando, chegando a ser considerado como o perfazimento da forma política, o ápice da racionalidade política.

Como diz BRAUDEL (1978, p. 49), as realidades que demoram a se formar e se manifestar, isto é, aquelas governadas pela longa duração, são as mais persistentes e projetam continuidades cuja permanência tende a ser proporcional ao tempo do seu surgimento e consolidação. Assim, não se deve jamais desconsiderar a proeminência de tais realidades – as estruturas do social – também no âmbito da gnosiologia e da epistemologia. Isto porque não é possível separar o ato cognitivo e o ato intelectual da concreta realidade das estruturas do social que lhe servem de contexto.

Nessa ordem de ideais, somente com o aprofundamento da resistência e dos movimentos de descontinuidade ao fenômeno do Estado moderno – fato ocorrido, com mais vigor, a partir de 1968 – surge uma possibilidade séria de se pensarem as ciências sociais de uma forma distinta, isto é, fora das molduras estatais. Foi nesse contexto histórico-sistêmico que a análise

dos sistemas-mundo encontrou terreno para nascer e se desenvolver. Em outras palavras, não há incoerências quando se trata do tempo histórico. Seu caminhar é inexorável. Determinadas portas e janelas somente se abrem e se fecham quando uma série irrepetível de fenômenos assim o permite. No mais das vezes, a força da realidade se impõe vigorosamente contra a fluidez e a flexibilidade das ideias³⁶.

Em princípio, a análise dos sistemas-mundo conclama ao debate acerca da definição da unidade de análise, mesmo que se venha a sustentar ser o Estado nacional (ICS, 2006, p. 297-298). Em outras palavras, ela deve deixar o altar dos dogmas e dos pontos de partida indiscutíveis para ser posta em discussão. Nesse contexto, WALLERSTEIN propõe uma nova unidade de análise: o chamado sistema-mundo.

O conceito de sistema-mundo é elementar para a compreensão da realidade social abrangente, isto é, de larga escala e de longo prazo. Dada a sua indeterminabilidade, contudo, as dissidências acadêmicas são muitas sobre quando e onde começa e termina um sistema-mundo. Preliminarmente, pode-se conceituar o sistema-mundo³⁷, espécie do gênero sistema social histórico, como uma zona mais ou menos ampla de espaço-tempo, unificada por uma extensa divisão do trabalho, na qual se dá o fenômeno social de uma maneira autônoma e autosuficiente, e que contém múltiplas unidades culturais³⁸ (MWS, 2011, Vol. 1, p. 348). Em outras palavras, o sistema-mundo é uma entidade que contém uma organização de processos singulares, distintos da mera agregação das suas partes (BACH, 1982, p. 165).

É verdade que as dimensões espaciais do sistema-mundo não são imutáveis, porém suas ampliações e contrações se dão no médio e longo prazo. Em geral, seus confins permanecem relativamente estáveis, variando lentamente (BRAUDEL, Vol. 3, p. 16-17). O que lhe

³⁶ A questão do livre-arbítrio e da escolha política real no sentido de moldar a realidade social circundante tem sua força diminuída no seio de um sistema histórico em equilíbrio. Isto porque, durante seu equilíbrio, o funcionamento se dá por leis decorrentes das estruturas que governam os movimentos cíclicos. Contudo, tais realidades são históricas, e, inevitavelmente, as contradições atingem níveis que lançam o sistema na fase de crise, na qual há caos, isto é, em que suas leis de funcionamento param de operar. Há grande incerteza. São nesses momentos, que marcam o fim da vida de um sistema histórico e sua transição para outro (ou outros), que surge verdadeiramente o poder das ideias e das escolhas políticas concretas. Aqui, as ações engendradas por alguns poucos atores podem ter resultados muito abrangentes, que não teriam nos momentos de equilíbrio. As verdadeiras mudanças ocorrem nessas fases. Para WALLERSTEIN (UTP, 1998), o sistema-mundo moderno ou capitalismo histórico encontra-se nessa fase de crise.

³⁷ A utilização do hífen é essencial para a significação da palavra. Um sistema-mundo não é necessariamente um sistema mundial, no sentido de abranger todo o mundo ou o globo terrestre. Ao contrário, ele é um sistema que, por si só, instaura um mundo em si, com suas regras intrínsecas e mecanismos autocontidos de funcionamento. Assim, é possível que haja vários mundos sociais coexistindo no globo, como, de fato, houve na maior parte da história humana conhecida.

³⁸ Trata-se de uma definição com as próprias palavras deste mestrando. Na explanação de WALLERSTEIN: "These later [world-systems] are to be sure distinguished from the former [minisystems] because they are relatively large; that is, they are in common parlance 'worlds'. More precisely, however, they are defined by the fact that their self-containment as an economic-material entity is based on extensive division of labor and that they contain within them a multiplicity of cultures" (MWS, 2011, Vol. 1, p. 348).

confere unidade e singularidade, isto é, o que lhe dá o caráter de ser um sistema com lógica interna e processos autônomos, é o fato de ele ser uma entidade econômico-material baseada em uma divisão única do trabalho (MWS, 2011, Vol. 1, p. 348). Nas palavras de WALLERSTEIN:

We take the defining characteristic of a social system to be the existence within it of a division of labor, such that the various sectors or areas within are dependent upon economic exchange with orders for the smooth and continuous provisioning of the needs of the area. Such economic exchange can clearly exist without a common political structure and even more obviously without sharing the same culture (RFD, 1974, p. 390).

Por essa definição perfunctória, percebe-se que não é tarefa fácil definir onde e quando acontece a realidade social. Limitá-la às fronteiras estatais é simplificar a situação sob grave perda de densidade, a despeito de se ganhar em operabilidade. Mesmo assim, não é difícil perceber que o fenômeno social que ocorre dentro de um Estado não é autônomo, nem autossuficiente. Há inúmeros fatores vinculativos alocados fora, cuja desconsideração, sob o argumento de estar alheio ao recorte analítico, tende a comprometer a utilidade e a plausibilidade das conclusões obtidas com o estudo. Em outras palavras, corre-se o risco de se fazer uma ciência cujos resultados, além de serem de utilidade duvidosa, são equivocados. A busca pela verdade restará frustrada.

WALLERSTEIN (CWE, 1979, p. 5) (RFD, 1974, p. 390-391) propõe a divisão dos sistemas-mundo em dois tipos: impérios-mundo e economias-mundo. Essa classificação se dá com base em observação histórica. Além dos sistemas-mundo, haveria os minissistemas, que são totalidades sociais de pequena escala temporal e espacial, que contêm uma economia de subsistência altamente autônoma e não é parte de um sistema regular de exigência tributária (MWS, 2011, Vol. 1, p. 348). Essa última classificação é aproximativa, uma vez que se têm poucos registros históricos de minissistemas reais, dada a sua curta existência temporal. Atualmente, não há nenhum desse tipo conhecido.

BRAUDEL (2009, Vol. 3, p. 32), por sua vez, complementando a conceituação, fala a respeito da existência de zonas neutras no interior do espaço geográfico das economias-mundo, que com estas mantém relações erráticas. Tais zonas estariam fora do tempo do mundo, isto é, da economia-mundo. Logo, percebe-se que até a maior e mais imponente das totalidades sociais, os sistemas-mundo, não tem força suficiente para atuar uniformemente em todas as zonas sobre as quais se estende. Note-se quão complexo é o estudo da realidade social.

Na concepção de WALLERSTEIN (MWS, 2011, Vol. 1, p. 348-349), o elemento distintivo entre os dois tipos de sistemas-mundo seria a existência ou não de um sistema político comum. Quando há tal unidade, se está diante dos impérios-mundo. Não as havendo, têm-se as economias-mundo. Por evidência histórica, a forma sistêmica prevalecente de manifestação do

social foram os impérios-mundo, cuja estabilidade se mostrou maior. As economias-mundo se revelaram sistemas frágeis que logo caíam sob o domínio de impérios-mundo, havendo uma dialética entre o surgimento das economias-mundo e as fases de contração ou declínio dos impérios-mundo situados nas suas vizinhanças (ICS, 2006, p. 267-268). Tal situação se verifica nas grandes civilizações pré-modernas, tais como Roma, China e Egito, que de economias-mundo tornaram-se impérios-mundo.

Contudo, na visão de WALLERSTEIN, algo extraordinário ocorreu no século XVI, com o surgimento da economia-mundo europeia, que logrou se desenvolver e se consolidar, resistindo às tentativas de torná-la um império-mundo. A razão pela qual isso aconteceu apenas nesse momento histórico permanece sem explicação³⁹. O fato é que, desde então, a economia-mundo europeia passou por sucessivas fases de expansão⁴⁰, que ocorreram em momentos-chave para a sobrevivência do sistema, culminando, no fim do século XIX, com uma força atrativa global, isto é, abrangendo todas as áreas do globo terrestre. Esse é o pensamento de WALLERSTEIN. BRAUDEL, por sua vez, mais cauteloso, não chegou a fazer tal afirmativa, restringindo sua análise às fases da economia-mundo europeia que vão do século XV ao XVIII.

De qualquer forma, é sem dúvida que, se não no século XIX, certamente no século XX, é possível observar um esquema próprio de funcionamento que vincula todas as áreas do globo, de forma que não há nenhuma outra totalidade social além da economia-mundo europeia, por WALLERSTEIN denominada de sistema-mundo moderno. Veja que, seria imprudente afirmar que a força da economia-mundo moderna seja a mesma em todas as áreas do globo, sendo muito úteis os ensinamentos de BRAUDEL (2009, Vol. 3, p. 32) acerca das zonas neutras. Entretanto, pode-se afirmar, com certa tranquilidade, que não há nenhum outro sistema-mundo ou minissistema que coexista com o sistema-mundo moderno nos dias atuais.

Essa constatação lança um ponto inescapável acerca do estudo da realidade social: a imprescindibilidade de um pensamento sistêmico, que agora é também global, para a

³⁹ Na visão de GIOVANNI ARRIGHI (2016; 1998), pesquisador da mesma linha da análise dos sistemas-mundo, a peculiaridade da economia-mundo capitalista europeia não é o fato de ela ser a única economia-mundo que resistiu à tendência de se tornar um império-mundo, nem de ser a única verdadeiramente capitalista (concepções de WALLERSTEIN). Para ele, o diferencial está no fato de que nela ocorre a transição entre a fase de elementos capitalistas esparsos alocados em um sistema de cidades-estados para um sistema capitalista mundial baseado em um sistema de estados-nacionais (ARRIGHI, 1998, p. 127-128). Assim, esse pesquisador discorda de WALLERSTEIN quando este afirma que o capitalismo apenas se manifesta na economia-mundo capitalista europeia (século XVI em diante). Esse ponto de divergência, bem como a visão particular de BRAUDEL sobre a formação da economia-mundo capitalista serão tratados no capítulo seguinte (cf. item 2.6 *infra*).

⁴⁰ Diferentemente dos impérios-mundo, as economias-mundo não têm limites intrínsecos de expansão, permitindo reacomodações periódicas que garantem sua ampliação e consolidação. Os impérios-mundo, por contarem com uma entidade política comum, têm limites materiais a sua expansão, visto que eles dependem de uma dispendiosa estrutura militar para se manterem em funcionamento.

compreensão séria do mundo em que se vive. Não é possível mais estudar os Estados como se eles fossem unidades soberanas, sustentadas por processos próprios e alheios ao exterior. Muito menos é plausível estudá-los fazendo-se uso da ficção do *ceteris paribus*⁴¹, muito comum na teoria econômica.

Todavia, é necessário fazer um alerta acerca do pensamento sistêmico ou totalizante. A reconstrução teórica de um determinado tempo histórico é limitada em dois sentidos. Primeiro, não se pode fazer uma reconstrução única do todo, pois isso sempre envolverá certo nível de interpretação. Logo, haverá reconstruções que devem dialogar entre si. Mesmo a mais abrangente pesquisa empírica, com profunda coleta e quantificação de dados, não habilitaria o pesquisador a elaborar uma reconstrução única, visto que esse empreendimento envolve um salto qualitativo e a opção valorativa de um princípio unificador.

E, em um segundo sentido, apesar de o pensamento totalizante revelar mais informações sobre uma realidade, ele, igualmente, oculta porções dessa realidade. “The whole is more than the assembled parts, but it is surely also less” (T. J. G. LOCHER, 1954, p. 15, *apud* MWS, 2011, Vol. 1, p. 8). Assim, totalidade não pode ser confundida com completude. Deslocar a unidade de análise para o sistema-mundo, construindo uma interpretação da totalidade social não tem o condão de exaurir o conhecimento acerca das partes, o que seria absurdo. É por isso que a pesquisa, no viés sistêmico, exige uma dialética permanente entre a interpretação total e a análise particular de realidades intrassistêmicas.

1.5.3.2 Tempos sociais múltiplos: dialética das durações

O debate sobre a unidade de análise conduz a uma segunda premissa dos estudos em análise dos sistemas-mundo: a reinserção das dimensões espaço-temporais no objeto estudado. Aqui, as contribuições de BRAUDEL são ímpares. Como visto anteriormente, a metodologia tradicional das ciências sociais utiliza o tempo e o espaço apenas como meras variáveis exteriores, cuja manipulação não afeta o resultado da análise. No que tange ao espaço, tem-se a fácil utilização da moldura oferecida pelas fronteiras estatais. E, quanto ao tempo, passa despercebida

⁴¹ Trata-se de um artifício teórico que, ao se concentrar na elaboração de uma teoria sobre um certo aspecto da realidade, presume que todos os demais aspectos permaneçam com seus elementos constantes. Por exemplo, a ciência econômica cuja pretensão é compreender a lógica do comportamento do agente econômico que pratica atos de produção ou troca, desconsiderando outros aspectos, como a vida política, os costumes, os hábitos religiosos etc. Assim, imagina-se poder desvendar a lógica de funcionamento de um setor da vida, divorciando-se dos demais setores ou mesmo de uma concepção do todo. A técnica do *ceteris paribus* é um desdobramento da segunda premissa do método cartesiano de dividir o objeto de estudo em porções mais simples para melhor compreendê-lo (DESCARTES, 2001, p. 23).

sua importância, quase sempre se desconsiderando qualquer elemento histórico e fixando a análise em um eterno presente (REIS, 2004, p. 17). A premissa por trás disso é que a realidade social segue leis atemporais, anti-históricas, aferíveis mediante rigorosa pesquisa empírica. O trabalho do cientista social é desvendá-las e descrevê-las, assim como se faz nas ciências naturais.

O magnífico artigo de BRAUDEL, *Histoire et Science Sociales: la longue durée*, publicado originalmente em 1958, expõe claramente a imperiosa necessidade em se considerar a duração como elemento essencial do objeto de estudo. Segundo o historiador francês, a consideração dos tempos sociais como múltiplos é ponto chave para a aproximação metodológica entre a história e as ciências sociais. Essa tese influenciou marcadamente as premissas metodológicas adotadas por WALLERSTEIN ao elaborar a análise dos sistemas-mundo.

Nas eloquentes palavras de BRAUDEL:

As outras ciências sociais são muito mal informadas a respeito da crise que nossa disciplina atravessou no decorrer desses últimos vinte ou trinta anos, e sua tendência é desconhecer, ao mesmo tempo que os trabalhos dos historiadores, um aspecto da realidade social do qual a história é boa criada, senão hábil vendedora: **essa duração social, esses tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens, que não são apenas a substância do passado, mas também o estofado da vida social atual.** Uma razão a mais para assimilar com vigor, no debate que se instaura entre todas as ciências do homem, a importância, a utilidade da história, ou antes, da dialética da duração, tal como ela se desprende do mister, da observação repetida do historiador; pois nada é mais importante, a nosso ver, no centro da realidade social, do que essa oposição viva, íntima, repetida indefinidamente entre o instante e o tempo lento a escoar-se. **Que se trate do passado ou da atualidade, uma consciência clara dessa pluralidade do tempo social é indispensável a uma metodologia comum das ciências do homem.** (BRAUDEL, 1978, p. 43, negrito nosso).

Nessa ordem de ideias, BRAUDEL conchama a olhar para um aspecto do tempo, que tem sido muito negligenciado e tem tanto a oferecer: *la longue durée*. O tempo longo é o tempo das estruturas, aqueles elementos do social que são os mais persistentes, governando uma multiplicidade de fatores mais dinâmicos que vão se acomodando na sua moldura imponente e relativamente estável. Ao mesmo tempo, as estruturas são tímidas e escorregadias, difíceis de perceber, uma vez que demoram a se formar, e tanto quanto para se deformar. Apenas um olhar abrangente pode captá-las.

A longa duração tem a virtude de ocupar o meio-termo entre a premissa anti-história do eterno presente abstrato das ciências sociais e a fugacidade do tempo curto dos eventos, que dominou a historiografia no século XIX. Aquele congela em demasia a mudança e a sucessão; este tem o defeito de iludir acerca de uma mudança permanente, que, na verdade, não ocorre. Assim, BRAUDEL concilia as porções duradouras da realidade social (as estruturas), dentro das quais há uma ordem de simultaneidade e regularidade, com a inexorabilidade da mudança

histórica, que, mais dia, menos dia, põe termo a qualquer duração. Isso permite um olhar mais lúcido sobre a vida social e o ritmo do seu movimento.

Contrariamente à longa duração, há o tempo curto, dos eventos (*événementielle*). No campo da história, vinha prevalecendo o relato dos grandes eventos políticos, como se a história fosse uma colcha de retalhos linearmente organizados. Entre um ponto e outro nada há, a não ser outros tantos pontos, separados entre si. No âmbito das ciências sociais tradicionais, o tempo curto é preponderante na pesquisa empírica, normalmente restrita a questões atuais⁴². O problema dessa abordagem é que o tempo curto expõe, muitas vezes, realidades demasiadamente efêmeras, quase ilusórias. Isso compromete a plausibilidade das conclusões quando se pretende formular leis mais abrangentes e gerais, como costumeiramente se faz em ciências sociais. Em outras palavras, é um tempo que engana e restringe.

Entre o curto e o longo, há o tempo cíclico, de médio prazo. Trata-se do tempo das conjunturas, governadas por disposições de repetição e redefinição. A repetição se dá em razão do condicionamento das estruturas que organizam a realidade social. A redefinição, por sua vez, ocorre em razão das chamadas tendências seculares, que indicam processos finitos que vão se saturando sob o peso das contradições (ICS, 2006, p. 281). Assim, o movimento das conjunturas é como uma espiral ascendente, sendo que o ponto final de um ciclo nunca realmente coincide com seu ponto inicial, sempre há elementos novos que reinauguram a repetição em outro patamar. Entretanto, no mais das vezes, há equilíbrio e certa previsibilidade nos movimentos cíclicos.

A proposta de BRAUDEL, da dialética das durações, adotada pela análise dos sistemas-mundo, e presente na obra de WALLERSTEIN, consiste exatamente em considerar a singularidade de cada um desses tempos, dando-lhes o peso correspondente na explicação do sistema social como um todo. Assim, os eventos apreciados na curta duração devem ser interpretados no contexto conjuntural cíclico em que se encontram, e comparados com a realidade estrutural que o envolve. Essa dialética pode indicar permanências ou mudanças, rompimento ou inauguração de novos pontos de equilíbrio.

Por exemplo, os eventos revolucionários de 1789, se apreciados nas suas imediações temporais, podem levar a equívocos, quando se pretende compor uma interpretação mais abrangente. Contudo, quando eles são postos em diálogo com a visão estrutural ou conjuntural,

⁴² Mesmo pesquisas empíricas que abrangem períodos de 20, 30 ou 50 anos não conseguem abarcar mais de uma diminuta porção da realidade social no tempo, cujas continuidades apresentam séculos de existência. Apenas um olhar mais largo, que conglomerar dados colhidos em condições nem sempre desejáveis (e.g., fontes históricas involuntárias, produzidas ao sabor da vida), pode compreender níveis mais profundos do todo social.

projetando as suas consequências em um período de 100 ou 150 anos adiante, é possível percebê-lo como um evento-mundo sistêmico, pois ele trouxe mudanças irreversíveis ao sistema-mundo moderno, criando um novo patamar de equilíbrio nas estruturas do poder político (AL, 2002, p. 256-257; ICS, 2006, p. 15-32). Da mesma forma, quando retroagem no tempo as suas causas, inserindo-o em movimentos maiores, como os ciclos de hegemonia do sistema-mundo, pode-se interpretá-lo como o ponto de inflexão na disputa entre Grã-Bretanha e França pela sucessão das Províncias Unidas⁴³ na condição de potência hegemônica da economia-mundo capitalista europeia (ICS, 2006, p. 19 e ss.; MWS, 2011, Vol. 3, Cap. 2).

Nesse sentido, esse movimento dialético de alargamento e encurtamento da janela temporal é pressuposto essencial da elaboração teórica que WALLERSTEIN faz na sua obra em geral, e especialmente em *The Modern World-System*. O itinerário deste trabalho e a plausibilidade da análise que aqui serão feitos dependerão, em grande medida, desse ponto.

1.5.3.3 Unidisciplinaridade

A conjunção dessas duas premissas – a unidade de análise e o espaço-tempo – levou WALLERSTEIN a lançar uma crítica a outro elemento da metodologia das ciências sociais modernas: a divisão disciplinar. Como se percebe, ao tratar da unidade de análise como o sistema-mundo, não foram feitos recortes quanto ao aspecto da realidade social que deveria ser analisado. A própria definição envolve elementos econômicos (divisão única do trabalho), políticos e culturais (existência de múltiplas unidades políticas e culturais). Ademais, a própria noção de sistema-mundo envolve marcadamente uma dimensão histórica, exigida pela reconsideração do espaço-tempo. Em outras palavras, a análise dos sistemas-mundo propõe a reunião das disciplinas integrantes das ciências sociais em um único campo de estudo. Isto é, a unidisciplinaridade.

Trata-se do ponto mais sensível da crítica e de mais difícil elaboração. Isso porque tem-se mais de um século de estudos e pesquisas realizados no contexto da divisão entre Estado, economia e sociedade civil. As próprias categorias de análise são recortadas. Elas se referem a “mundos” distintos, reunidos somente pelo ponto comum e acidental de todas se referirem ao homem em sociedade.

⁴³ O nome oficial era República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos, Estado soberano formado em 1581, depois da negação da soberania espanhola, da Casa Habsburgo, cujo monarca, na época, era Filipe II. O conflito com a Espanha, pela independência, durou até 1648, quando foi encerrado no contexto da Paz de Vestefália. A capital era Amsterdam. Atualmente, corresponderia à parte dos territórios da Holanda e Bélgica.

A reinserção da história, por exemplo, é algo com o qual o trio nomotético das ciências sociais não soube lidar. Muito embora, como BRAUDEL alertou em 1958, seja uma providência inadiável. No caso da análise dos sistemas-mundo, a história ingressa de forma imperiosa. Dá-se desse modo pelo fato dos sistemas-mundo serem, antes de tudo, sistemas históricos. Eles são grandes entidades que personificam um mundo social, isto é, uma totalidade que observa regras próprias de funcionamento autônomo e autossuficiente. Todavia, eles não pairam no tempo, mas são em um tempo específico, a que BRAUDEL chamou de tempo do mundo (2009, Vol. 3, p. 8). Eles têm início, um período de desenvolvimento e consolidação e, posteriormente, chegam ao fim. O tempo de vida de um sistema-mundo é o da longa duração, por serem essas realidades estruturais. Mas “toda longa duração se interrompe mais dia menos dia, nunca de uma vez, nunca em sua totalidade, mas surgem fraturas” (BRAUDEL, 2009, p. 223, Vol. 2).

Nesse diapasão, resolve-se um problema acerca do estudo da realidade social, que é a possibilidade ou não de formulação válida de leis que rejam o fenômeno social, o que vem sendo feito largamente pelo trio nomotético. O que se observa é que a realidade social, sendo sistêmica, é sim governada por leis ou regularidades que permanecem operantes e podem ser objeto de generalização teórica. Contudo, sendo histórica, os fenômenos que dão surgimento a uma estrutura social se sucedem por outros que destroem essa estrutura, do que se conclui que tais regularidades não podem ser eternas, mas, sofrendo influência do tempo, são alteradas.

Nas palavras de WALLERSTEIN:

A world-system is a social system, one that has boundaries, structures, member groups, rules of legitimation, and coherence. Its life is made up of the conflicting forces which hold it together by tension and tear it apart as each group seeks eternally to remold it to its advantage. It has the characteristics of an organism, in that it has a life-span over which its characteristics change in some respects and remain stable in others. One can define its structures as being at different times strong or weak in terms of the internal logic of its functioning. (MWS, 2011, Vol. 1, p. 347).

Essa dinâmica de mudança-permanência é uma constante um tanto paradoxal, que complica a pesquisa científica. Porém, a complexidade da totalidade social exige que se considere tal fator, necessariamente. Fugir dele, é cair no autoengano, falseando os resultados das pesquisas em vista de um ideal inapropriado de busca por leis eternas e universais herdado das ciências naturais, de todo inaplicável ao estudo do social. Mesmo as ciências naturais têm concluído que os sistemas lineares são uma diminuta parcela da realidade natural. A maior parte consiste em sistemas complexos, com características não-lineares, que sofrem influência da “flecha do tempo”, mudando suas diretrizes de funcionamento depois das fases caóticas e de bifurcação (PRIGOGINE, 1996).

Evidenciando essa dinâmica, e dando lugar de destaque às preocupações com o espaço-tempo, especialmente à longa duração, a análise dos sistemas-mundo supera a polêmica entre o método nomotético e idiográfico, entre as generalizações universalizantes e as narrações particularistas. Assim, a pesquisa social deve ser voltada a localizar as estruturas⁴⁴ do social, que governam o tempo conjuntural nos seus processos repetitivos de retroalimentação (o que permanece), e as diversas fraturas por que passam essas estruturas, sob o peso das contradições que elas engendram e a saturação das soluções possíveis para os mesmos problemas, indicados pelas tendências seculares. Nesse caminhar entre o mutável e o permanente, encontra-se um meio-termo entre os extremos nomotético e idiográfico. Nas palavras de WALLERSTEIN⁴⁵:

A análise dos sistemas-mundo oferece o valor heurístico da *via media* entre as generalizações trans-históricas e as narrações particularistas. Ela alega que, ao tender a um dos extremos, nosso formato tende a uma exposição que interessa minimamente e que tem uma utilidade mínima. Alega que o método ótimo é a busca da análise no âmbito de estruturas sistêmicas suficientemente longas no tempo e amplas no espaço para conter “lógicas” diretoras que “determinam” a parcela maior da realidade sequencial, ao mesmo tempo em que reconhecem e levam em conta o fato de essas estruturas sistêmicas terem começos e fins, não dependendo, portanto, ser concebidas como fenômenos eternos. Isso implica, por conseguinte, que a todo instante buscamos tanto a estrutura (os “ritmos cíclicos” do sistema), que descrevemos conceitualmente, como os padrões de transformação interna (as “tendências seculares” do sistema), aquelas que acabarão por levar à queda do sistema, e que descrevemos sequencialmente (ICS, 2006, p. 280-281).

Em resumo, segundo o pensamento de WALLERSTEIN, o que a análise dos sistemas-mundo tenta introduzir no estudo da realidade social se reduz a quatro desdobramentos (FDM, 2002, p. 234-235): (a) a globalidade, evidenciada pelo deslocamento da unidade de análise do estado nacional para o sistema-mundo; (b) a historicidade, consequência da reconsideração do fator espaço-temporal no estudo da realidade social; (c) a unidisciplinaridade, que nega a existência de lógicas próprias e díspares entre estado, economia e sociedade civil, buscando compreender a realidade social indivisa; e (d) o holismo, que sumariza todas as demais sob um aspecto epistemológico, superando a polêmica idiográfico-nomotética.

1.5.4 Orientação teleológica e valorativa da pesquisa

Como visto no tópico 1.4 *supra*, um dos diferenciais da Escola dos *Annales*, em relação à historiografia da época, é sua proposição de que a atividade de conhecer a história (*faire de*

⁴⁴ Sobre as estruturas, BRAUDEL afirma (1978, p. 49, itálico do autor): “Por *estrutura*, os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é, sem dúvida, articulação, arquitetura, porém, mais ainda, uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar”.

⁴⁵ Conforme tradução em língua portuguesa feita por Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves, na obra *Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do século XIX*, publicada em 2006 pela editora Ideias & Letras.

l'histoire) não envolve nem recobre a atividade de fazer ou viver a história (*faire d'histoire*) (REIS, 2004, p. 19; 1994, p. 123-124). O tempo vivido não equivale ao tempo reconstruído pelo historiador. Assim, não é dado ao homem, conhecendo seu passado, desvendar o sentido final da história, predizer o futuro. O pensar a vida é sempre uma reconstrução que representa o vivido, não equivale a ele. É uma representação incompleta e parcial. Dessa forma, o historiador não deve incluir na sua reconstrução histórica uma interpretação teleológica da vida do homem, muito menos utilizá-la para acelerar os eventos, induzir à revolução. Com essa premissa, os *Annales* se afastam da filosofia e da teologia (ambas com uma visão final da humanidade no tempo), e se aproximam das ciências sociais, cujo objetivo era atrasar e controlar a mudança, aproximar a vida mais do passado do que de um futuro incerto e desconhecido⁴⁶ (REIS, 1994, p. 100).

Todavia, essa premissa não foi sempre respeitada. BRAUDEL e FEBRVE, por exemplo, consideravam que o sentido do tempo do mundo “é o da unificação da civilização humana”, que teria se acelerado a partir do século XVI (REIS, 1994, p. 186). Nesse sentido, eles estariam estabelecendo um sentido para a história humana, para o qual ela caminharia. Os eventos e situações que estivessem em desacordo com esse sentido tenderiam a falhar, enquanto os outros, obteriam sucesso.

De qualquer forma, parece pouco plausível que qualquer atividade humana, inclusive a do historiador e a do cientista social, possa ser desprovida de uma orientação teleológica. O humano vive e atua com base em uma causa final, na maioria das vezes, inconsciente, porém sempre presente. A construção teórica acerca da realidade social, na qual o próprio pesquisador confunde-se com o objeto de estudo, envolve também uma concepção finalística do humano. O que pode ocorrer é que ela permaneça oculta. Talvez até com um certo grau de desonestidade, em vista de uma neutralidade inumana que é exigida do pesquisador como critério de objetividade do conhecimento produzido.

No que tange à análise dos sistemas-mundo e, em especial, às obras de IMMANUEL WALTERSTEIN, essa situação é diferente. O próprio autor, na introdução do primeiro volume do seu principal trabalho, *The Modern World-System*, declara quais são suas intenções e seus valores por trás da pesquisa que realiza. Segundo ele, não existe ciência social sem comprometimento, mas, mesmo assim, ela pode ser objetiva (MWS, 2011, Vol. 1, p. 8-9). A objetividade do empreendimento científico depende diretamente da “distribution of social investment in such activity such that it is performed by persons rooted in all the major groups of the world-system in

⁴⁶ Esse objetivo das ciências sociais foi denominado por JOSÉ CARLOS REIS como “simultaneidade atrasada”, isto é, “tomar o presente como contemporâneo mais do passado do que do futuro” (1994, p. 100).

a balanced fashion” (MWS, 2011, Vol. 1, p. 10). Nesse sentido, ele é cético quanto à bandeira de neutralidade erguida pela ciência moderna, especialmente quando a maioria dos cientistas atuantes está localizada nas zonas centrais do sistema-mundo (EU, 2006). Logo, concentrar determinados tipos de pesquisas científicas em grupos particulares produzirá resultados enviesados, conforme os interesses desses grupos. Não parece que se possa negar tal fato, porém certamente pode-se omiti-lo.

Nessa ordem de ideais, WALLERSTEIN declara que a imagem de boa sociedade que lhe dirige a obra é a de um mundo mais igualitário e mais libertário (MWS, 2011, Vol. 1, p. 10). Isso fica claro em obras posteriores (e.g., *Utopistics*, *Historical Capitalism with Capitalist Civilization* e *The end of the world as we know it*). Contudo, para ele, não se pode afirmar que o sentido final da humanidade seja atingir uma sociedade desse tipo. Como premissa do método da análise dos sistemas-mundo, WALLERSTEIN trata do progresso como uma possibilidade (variável analítica), e não como uma trajetória inevitável, assim como propuseram os teóricos do século XIX (ICS, 2006, p. 291). Para que o sistema social avance em um sentido considerado progressista é necessário que os diversos grupos, munidos de conhecimento sobre a realidade social em larga escala, atuem sobre ela, especialmente nos períodos que ele chama de bifurcação ou crise sistêmica (UTP⁴⁷, 1998).

Assim, quando se avançar sobre o tema do Estado na visão de WALLERSTEIN, é importante manter essa posição valorativa do autor em mente. Segundo ele próprio afirma, compreender o sistema-mundo moderno, e também um de seus principais elementos, o Estado Moderno, na sua concretude histórica e a partir do alto, desde uma visão sistêmica, é imprescindível para que se possa posicionar quanto ao futuro da política e do sistema social vindouro (UTP, 1998). E esse posicionamento envolverá sempre uma escolha moral, isto é, um ponto de partida valorativo. Essa escolha interfere em todos os níveis da vida humana, inclusive na tarefa científica.

1.6 Síntese e problema do trabalho

A análise dos sistemas-mundo constitui uma crítica teórica marginal no contexto das ciências sociais contemporâneas. A maioria das pesquisas ainda segue o paradigma tradicional formulado no século XIX, com algumas críticas e alterações, dando origem a várias abordagens e escolas de pensamento. Todavia, as molduras disciplinar e epistemológica continuam as

⁴⁷ Abreviatura da obra *Utopistics or Historical choices of twenty-first century*, publicada por WALLERSTEIN em 1998.

mesmas. A proposta de WALLERSTEIN, nas ciências sociais, direciona-se ao núcleo dessa área do conhecimento. Se levada a suas últimas consequências, haveria uma nova ciência social (ou ciências sociais históricas, terminologia por ele utilizada). O que, em verdade, é o que se propõe.

De toda forma, deve ficar claro que a análise dos sistemas-mundo é uma formulação teórica polêmica que recebeu muitos elogios, mas severas críticas⁴⁸. Não é fácil ir contra uma tradição acadêmica profundamente enraizada em interesses não acadêmicos, especialmente quando a nova proposta afeta tais interesses.

Ainda assim, embora a sua condição de pouca expressividade quantitativa (em número de pesquisas e pesquisadores), elegeu-se a análise dos sistemas-mundo como marco teórico deste trabalho pela sua alta expressividade qualitativa. A própria problemática aqui proposta está eminentemente fundada neste contexto crítico. Lançar luz sobre um Estado moderno realizado pela história, desde o longo século XVI⁴⁹, denunciando suas permanências, não interessa àqueles que se beneficiam da idealização teórica de um Estado propagandeada pelo *mainstream* da academia.

O objetivo desta pesquisa é descrever as características do Estado Moderno como uma realidade sistêmica, no contexto do sistema-mundo moderno, conforme as análises que WALLERSTEIN faz a esse respeito ao longo de toda a sua obra. Será feita uma tentativa de compreender quais são as tendências de longa duração que formam a estrutura do Estado, como solução predominante na organização do poder político no período moderno. Nesse intento, formular-se-á mais uma descrição tipológica do Estado do que uma conceituação propriamente dita. Esse itinerário exige certa abstração teórica generalizante de uma realidade necessariamente multifacetada.

Em uma extremidade, poder-se-ia afirmar que cada país do globo tem um Estado diferente, e que um mesmo país tem Estados diferentes ao longo do seu percurso histórico. Na outra ponta, dir-se-ia que o Estado moderno é um só, com seu modelo atualmente adotado em todo o globo. WALLERSTEIN não vai a nenhuma dessas direções. O que ele faz é descrever características regulares do Estado no contexto de um sistema social histórico específico, o sistema-mundo moderno. Isso não quer dizer que tais características sejam realizadas sempre ou na

⁴⁸ Sobre o tema, confira-se o prefácio à edição de 2011 do *The Modern World-System*, no qual WALLERSTEIN (MWS, 2011, Vol. 1) recapitula os méritos e dificuldades da análise dos sistemas-mundo e rebate seus principais críticos.

⁴⁹ A expressão “longo século XVI”, utilizada por WALLERSTEIN, se refere a um século histórico e não cronológico. Assim, longo século XVI consiste em uma periodização histórica que abrange os anos de 1450 a 1640, nos quais ocorrem a formação da economia-mundo capitalista europeia e o surgimento dos Estados modernos. A partir de 1640, há um outro período, de consolidação do sistema-mundo moderno, com características próprias.

mesma medida em todas as regiões que compõem esse sistema social. Formular um modelo tipológico predominante de uma realidade sistêmica é apenas indicar aqueles elementos que tendem a se manter. E isso exige certo grau de abstração, pois lida com realidades estruturais mais abrangentes, e não com situações particulares ou específicas.

Sobre o objetivo da análise dos sistemas-mundo, WALLERSTEIN afirma:

I was looking to describe the world-system at a certain level of abstraction, that of the evolution of structures of the whole system. I was interested in describing particular events only insofar as they threw light upon the system as typical instances of some mechanism, or as they were the crucial turning points in some major institutional change (MWS, 2011, Vol. 1, p. 8).

Assim, pretende-se aqui descrever as regularidades ou continuidades do Estado moderno segundo o pensamento de WALLERSTEIN. Essa regularidade decorre justamente da sua consonância com a lógica de outras estruturas integrantes do mesmo sistema social. A premissa é que a realidade social é holística, total, não funciona em parcelas. Sua operacionalização é relacional e conectada. A alteração de uma parte interfere no equilíbrio do todo. Por isso se diz sistema social.

Porém, o sistema-mundo moderno é também uma realidade histórica, logo, apresenta mudanças, fraturas. Assim, na descrição do Estado buscar-se-ão igualmente as suas descontinuidades, marcadamente nas fases finais do seu desenvolvimento histórico.

Para lograr êxito, e seguir a própria metodologia da análise dos sistemas-mundo, será necessário avançar em outros temas que não os de ordem política. Assim, serão tratadas aqui as principais categorias teóricas reconceituadas e reinterpretadas por WALLERSTEIN no seu itinerário intelectual de compreensão do período moderno. O foco central da pesquisa serão os quatro volumes de *The Modern World-System*, espinha dorsal da obra de WALLERSTEIN e que contêm a lógica analítica da sua proposta teórica.

À medida que for conveniente, serão expostos alguns dos críticos de WALLERSTEIN sobre temas específicos e vulnerabilidades da teoria do sistema-mundo moderno. Utilizar-se-á, como contraponto, sobretudo as obras de FERNAND BRAUDEL e GIOVANNI ARRIGHI, pois são pesquisadores da mesma linha teórica e que dialogam com WALLERSTEIN. Assim, será possível perceber as divergências de pensamento, no contexto da análise dos sistemas-mundo, e como elas contribuem mutuamente para a elucidação das questões estudadas. O objetivo, contudo, é expor as linhas argumentativas que WALLERSTEIN utiliza na sua obra com foco no tema do Estado Moderno, passando por outros aspectos relevantes do capitalismo histórico.

CAPÍTULO 2 – A ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA EUROPEIA

2.1 A crise do feudalismo europeu⁵⁰

O surgimento de um novo sistema histórico a partir de 1450⁵¹, na Europa, esteve diretamente relacionado com a desarticulação da organização social anterior, a que se convencionou chamar de feudalismo. As tendências de crise que se iniciaram a partir de 1250, prolongando-se por mais de dois séculos revelam as nascentes características do novo sistema social europeu, denominado por WALLERSTEIN de economia-mundo capitalista europeia ou sistema-mundo moderno (MWS, 2011, Vol. 1, p. 15; WSA, 2004, p. 23).

Observar a desagregação das estruturas sociais europeias medievais permite compreender as opções históricas que surgiram para a recomposição de tendências antiquíssimas⁵² a partir de novas bases e diretrizes, superando-se os limites de períodos anteriores e dando diferentes soluções para problemas similares. O principal problema que permeia a interpretação de WALLERSTEIN sobre a crise do feudalismo é a preservação de uma organização social hierarquizada – em que há uma diminuta elite e uma grande massa subordinada – diante da crise dos mecanismos históricos de extração e concentração de excedentes a partir do modo feudal de produção e organização da economia. Essa visão está de acordo com a influência que WALLERSTEIN recebeu do materialismo histórico de MARX (ver item 2, Cap. 1, *supra*)

A situação da Europa na Baixa Idade Média (1000 a 1450) era bastante complexa, faltando-lhe um elemento organizador. O medievo europeu surge da desintegração do Império Romano do Ocidente, fato que nunca se completou totalmente, fornecendo, mesmo depois, uma

⁵⁰ Este tópico apresenta a explicação dada por WALLERSTEIN para a desagregação do feudalismo europeu, constituindo pano de fundo à sua explicação para formação da economia-mundo capitalista europeia. Foram utilizados basicamente dois textos: o Capítulo 1, *Medieval Prelude*, do Vol. 1 de *The Modern World-System* (escrito originalmente em 1974), e um artigo publicado mais recentemente (em 1999), retomando o tema e suprimindo algumas fragilidades do Capítulo 1 de MWS, intitulado *West, Capitalism and the Modern World-System*, publicado na obra coletiva organizada por TIMOTHY BROOK e GREGORY BLUE, *China and Historical Capitalism* (1999). Assim, as explicações constituem a opinião de WALLERSTEIN que serão contrastadas pela visão de BRAUDEL e ARRIGHI em tópicos subseqüentes.

⁵¹ Data é estimada por WALLERSTEIN como início do longo século XVI (período que vai de 1450 a 1640 – ver nota de rodapé nº 49), em que se viu surgir a economia-mundo capitalista europeia como um sistema social histórico autônomo e diferente dos antecedentes. Mais adiante, será visto que FERNAND BRAUDEL e GIOVANNI ARRIGHI tecem uma interpretação distinta do nascedouro da economia-mundo capitalista europeia, retrocedendo suas primeiras formações ao século XIII. Ademais, esses autores não consideram a crise do feudalismo como elemento essencial para compreender o surgimento do moderno sistema capitalista europeu.

⁵² Refere-se aqui a algumas estruturas sociais que, na sua essência, vêm resistindo às sucessivas desarticulações das organizações sociais pretéritas. Por exemplo, uma que é bastante marcante, a tendência das desigualdades sociais, revelada em uma sociedade de privilégios ou hierarquias de qualquer origem, fato que vem sendo mantido ao longo do tempo, mudando-se as formas, mas preservando-se o seu núcleo essencial.

base cultural e jurídica de coerência da vida social europeia (MWS, 2011, Vol. 1, p. 17-18). A Igreja Católica Romana era o elemento unificador que determinava os parâmetros da organização social medieval, criando uma espécie de guarda-chuva civilizacional dos diversos aglomerados sociais (feudos) que se formaram nesse período. Além das unidades feudais, formaram-se na Europa Ocidental, durante a Baixa Idade Média, duas economias-mundo de pequeno porte, uma baseada nas cidades-estados da Itália setentrional, e outra localizada na região de Flandres e norte da Alemanha⁵³ (MWS, 2011, Vol. 1, p. 36-37).

Na forma que assumiu a partir do século XI, o sistema feudal europeu “was a new solution to the continuing problem of how to exploit agricultural labor by an upper stratum whose primary skill was warfare” (WCM, 1999, p. 27). A coexistência de trabalhadores escravos e trabalhadores “livres”, que caracteriza o sistema senhorial anterior, desapareceu no fim do século X. Surge, então, a forma feudal clássica, na qual os servos são vinculados aos seus senhores e entre si, em estruturas comunitárias (WCM, 1999, p. 29).

É comum classificar o feudalismo como uma economia natural ou de subsistência (MWS, 2011, Vol. 1, p. 17). Contudo, a partir do século XI, há um florescimento dos mercados, da circulação monetária e das manufaturas, sem que ocorresse a desarticulação dos feudos. Em verdade, observa-se uma ligação harmônica entre as unidades feudais, voltadas à produção agrária, a existência de mercados bastante locais e o comércio de longas distâncias. Porém, dadas as limitações produtivas dos feudos, em razão da produtividade e da inversão tecnológica relativamente constantes, o sistema feudal permitia uma quantidade limitada de comércio de longas distâncias, cujos principais itens eram preciosidades (*luxuries*) e não bens de consumo corrente (*bulk goods*) (MWS, 2011, Vol. 1, p. 20).

Sob o aspecto da organização social, o feudalismo caracteriza-se pelo “tight link between the economic and political powers of the seignior”, isto é, os senhores cumulavam o poder sobre a terra e o poder sobre os homens (WCM, 1999, p. 30)⁵⁴. Não obstante, o nível de controle da atividade econômica dos servos por parte dos senhores era bastante reduzido, restringindo-se à coleta periódica de parcela da produção. As decisões sobre os meios produtivos, ritmos de trabalho, expansões das terras aráveis, entre outros, eram tomadas, em geral, nas comunidades camponesas, com pouca influência senhorial. Por menor que fosse o feudo, o

⁵³ Ressalta-se que o nome Alemanha ou Itália não se refere a um Estado nacional, inexistente nessa época, mas às regiões que hoje estão incorporadas aos Estados de mesmo nome, apenas para facilitar a localização geográfica passada utilizando marcos contemporâneos.

⁵⁴ Citação completa: “The efficacy of feudalism was precisely located in the tight link between the economic and political powers of the seignior, the total assimilation of power over the land and power over men”.

controle permanente e direto por parte do lorde era inviável (WCM, 1999, p. 31). Isso levou GUY BOIS a denominar o feudalismo de “hegemony of individual petty production” (1976, p. 355, *apud* WCM, 1999, p. 31)⁵⁵.

Em meio a essa estrutura peculiar, os Estados eram de pequena expressividade. Eles se resumiam às cortes que se aglomeravam em torno de reis e príncipes, com origem dinástica reconhecida e ancestral. Apesar do efeito simbólico, o poder efetivo era reduzido. Os reis mantinham exércitos (com grande participação de mercenários, especialmente, nos tempos de guerra) e garantiam certa ordem em benefício dos senhores vassalos. Como contraprestação, havia as exigências tributárias, cuja efetividade, porém, era pequena, pois os reis careciam de um aparato burocrático organizado que pudesse recolhê-las (MWS, 2011, Vol. 1, p. 29-30).

O sistema feudal da Baixa Idade Média passou por dois ciclos distintos. O primeiro, que ocorre entre 1050- e 1250+, é de expansão em vários sentidos (WCM, 1999, p. 33). Há uma expansão geográfica externa considerável⁵⁶ e uma expansão interna bastante relevante, com a ampliação das terras aráveis e o estabelecimento de novos assentamentos camponeses (MWS, 2011, Vol. 1, p. 38-39), que foi possível graças ao crescimento demográfico. Ocorreu, também, uma ampliação das atividades comerciais, com o florescimento de centros urbanos e o fortalecimento das estruturas estatais (WCM, 1999, p. 33).

O segundo ciclo, que ocorre de 1250 a 1450, caracterizou-se por uma profunda crise, e foi marcado por grave depressão econômica, que, associada a outros fatores, provocou a desarticulação final do sistema feudal. Esse período interessa mais de perto, pois ele contém os germens da formação da economia-mundo capitalista europeia, na visão de WALLERSTEIN.

É difícil identificar as verdadeiras causas da crise que se abateu sobre a Europa a partir de 1250. Os historiadores conseguem descrever alguns acontecimentos e tentam elaborar algumas explicações causais, mas não se pode afirmar cabalmente qual foi a razão determinante. É mais prudente dizer que várias foram as causas, atuando em conjunto.

A partir de 1250, a economia feudal europeia experimenta um momento de culminância do ciclo expansivo anterior. A capacidade produtiva atinge um ponto ótimo, não podendo avançar mais, considerando o nível limitado de tecnologia aplicada ao cultivo da terra. E como havia,

⁵⁵ Citação completa: “It is for these reasons that Bois insists on defining feudalism as the ‘hegemony of individual petty production’ combined with, of course, the appropriation of part of the surplus by the seignior, an appropriation that was made possible by political constraint”.

⁵⁶ WALLERSTEIN elenca os seguintes casos: (a) reconquista do sul da Península Ibérica dos mouros; (b) recuperação, pela cristandade, das Ilhas Baleares, Sardenha e Córsega; (c) a conquista normanda do sul da Itália a Sicília; (d) as cruzadas, com o domínio temporário da Ilha de Chipre, Palestina e Síria; depois de Creta e Ilhas Egeias; (e) no nordeste da Europa, a conquista inglesa de Gales, Escócia e Irlanda; (f) na Europa oriental, a expansão germânica e escandinava contra os povos bálticos e eslavos (MWS, 2011, Vol. 1, p. 38).

nesse período, grande densidade populacional, inicia-se uma crise de desabastecimento, que, por sua vez, deixou a população mais vulnerável a epidemias (MWS, 2011, Vol. 1, p. 21). Se o problema fosse apenas econômico, poderia bem ser uma crise cíclica ou conjuntural. Contudo, no início do Século XIV, outros acontecimentos agravam o quadro. Em 1335, inicia-se a Guerra dos Cem Anos, e a partir de 1347, surgem os primeiros surtos da Peste Negra, que se espalharam rapidamente pela Europa.

A economia de guerra provocou aumento dos tributos, para financiar os conflitos, o que gerou um impacto ainda maior na atividade econômica, com queda no consumo e, posteriormente, na produção, redução na circulação monetária (já diminuta)⁵⁷ e consequente crise de liquidez; isso criou um ciclo vicioso, culminando com a insolvência e bancarrota dos reis e senhores (MWS, 2011, Vol. 1, p. 21-22). O impacto no crédito, devido aos calotes, gerou uma diminuição na oferta monetária (formação de reservas não circulantes de metais pesados), que prejudicou o comércio de longas distâncias⁵⁸. Todo esse cenário levou a um rápido aumento dos preços, afetando a margem de subsistência do povo e as rendas dos senhores (que, em geral, eram fixas, conforme os costumes feudais) (MWS, 2011, Vol. 1, p. 22).

A situação dos senhores era bastante grave, pois a massiva epidemia de peste bubônica dizimou grande parte da população, o que diminuiu fortemente a oferta de mão-de-obra e elevou o preço da remuneração dos servos (aqui entendido como a parcela de produção *in natura* a eles devida) (MWS, 2011, Vol. 1, p. 22). Como já estavam prejudicados pelos conflitos bélicos (que também se desenrolaram entre senhores feudais) e pela diminuição proporcional das suas rendas (em razão da inflação dos preços), muitos deles buscaram o amparo dos reis. A intervenção dos reis no congelamento dos salários, associada ao aumento da exação tributária e à economia de guerra, gerou inúmeras e graves revoltas camponesas (MWS, 2011, Vol. 1, p. 24). O clima de descontentamento social foi um dos fatores determinantes para a total desarticulação do sistema feudal, pois representou um desequilíbrio estrutural acerca dos métodos de exploração do trabalhado camponês (MWS, 2011, Vol. 1, p. 23). Isso evidencia uma tendência secular do feudalismo que estava encontrando seu ponto máximo de saturação.

Uma causa coadjuvante, que ajuda a explicar a grande recessão econômica e os surtos epidêmicos ocorridos durante o Século XIV, é a questão climática. Segundo informa GUSTAF

⁵⁷ Isso considerando a Europa Ocidental como um todo, pois no enclave capitalista da Itália setentrional, a situação era bastante diversa.

⁵⁸ O grande impacto no comércio de longas distâncias, cujos consumidores eram majoritariamente da classe abastada, deveu-se à diminuição no volume das transações, o que influiu negativamente nos ganhos, pois os custos de transação eram bastante altos. Assim, uma pequena redução no volume comercializado era capaz de gerar grandes prejuízos (MWS, 2011, Vol. 1, p. 22).

UTTERSTRÖM (1955, p. 47, *apud* MWS, 2011, Vol. 1, p. 33-34), a Europa passou por invernos rigorosos nesse período, o que certamente afetou a produção agrária, considerando a rudimentar tecnologia da época e alta vulnerabilidade às oscilações climáticas. Ao mesmo tempo, esse período apresentou verões quentes, facilitando a multiplicação dos ratos negros, vetor da transmissão da peste bubônica (MWS, 2011, Vol. 1, p. 34). Posteriormente, a partir de 1460, os invernos amenizam-se, melhorando as condições produtivas e contribuindo para a expansão econômica que ocorre a partir desse período.

Em retrospecto, WALLERSTEIN (MWS, 2011, Vol. 1, p. 37) sumariza três explicações conjuntas para a crise do feudalismo: (1º) culminância de um ciclo econômico expansivo, considerando as limitações tecnológicas, levando a um período de depressão; (2º) a saturação de uma tendência secular concernente à extração e concentração de excedente por meio da exploração do trabalho servil, cujo fardo passou por um lento e gradual aumento por todo o período do feudalismo graças à produtividade relativamente constante; (3º) e a concomitância de fatores climáticos desfavoráveis.

A despeito da primeira e da terceira explicação consistirem em fatores conjunturais, o seu aparecimento simultâneo gerou um ponto de não-retorno no sistema social feudal, provocando sua desagregação final. Nas palavras de WALLERSTEIN: “I believe it is most plausible to operate on the assumption that the ‘crisis of feudalism’ represented a conjuncture of secular trends, an immediate cyclical crisis, and climatological decline” (MWS, 2011, Vol. 1, p. 37).

Tecendo outra abordagem, a partir do aspecto da transição para um novo sistema histórico, em olhar retrospectivo, WALLERSTEIN (WCM, 1999, p. 43) descreve a crise do feudalismo a partir de quatro “colapsos”: (a) colapso dos senhores feudais; (b) colapso dos Estados medievais; (c) colapso da Igreja; (d) colapso do Império Mongol.

Os três primeiros colapsos se referem a três componentes do estrato dominante da sociedade feudal. A situação desfavorável pela qual passou cada um deles representa uma evidência de que os mecanismos de sustentação de privilégios e hierarquias do feudalismo europeu estavam em crise. E isso diz respeito a uma estrutura (ou seja, uma realidade de longa duração) que se comporta como uma tendência secular, isto é, aquela que progride lentamente ao longo do tempo e forma uma curva cujo eixo das ordenadas (eixo y) mede um fenômeno em proporções, nunca excedendo cem por cento⁵⁹. À medida que o tempo avança e as contradições se agravam,

⁵⁹ Segundo WALLERSTEIN, sobre as tendências seculares: “A secular trend should be thought of as a curve whose abscissa (or x-axis) records time and whose ordinate (or y-axis) measures a phenomenon by recording the proportion of some group that has a certain characteristic. If over time the percentage is moving upward in an overall linear fashion, it means by definition (since the ordinate is in percentages) that at some point it cannot continue to do so. We call this reaching the asymptote, or 100 percent point” (WSA, 2004, p. 31).

a curva aproxima-se do ponto de assíntota, no qual há uma saturação do fenômeno avaliado (WSA, 2004, p. 31).

Ao se avaliar a história da humanidade anterior ao século XVI, percebe-se que as organizações sociais pretéritas constituíam “a particular variant of an agricultural system in which some overclass exploit in some fashion the mass of the rural producers” (WCM, 1999, p. 33). Esses sistemas exploratórios iam se sucedendo, mudavam-se os mecanismos, porém preservava-se a essência⁶⁰. O problema é que todos eles se desarticulavam, visto que a iniquidade na distribuição de ônus e bônus da vida social é eminentemente instável.

O mesmo veio a ocorrer com o feudalismo entre os séculos XIV e XV. Logo, não é surpreendente que a classe dominante europeia tenha passado por apuros nesse período de crise estrutural.

O colapso dos senhores feudais já foi assinalado acima, estando basicamente relacionado com a crise demográfica (severa queda populacional devido às epidemias e às guerras), que ocasionou o aumento da remuneração⁶¹ dos camponeses e a consequente diminuição das receitas senhoriais, além, é claro, do morticínio de nobres nos conflitos bélicos do período (WCM, 1999, p. 44). Esse desequilíbrio nas relações exploratórias do trabalho camponês foi tão marcante que, nesse período, começaram a se formar assentamentos de camponeses livres, não vinculados a nenhum feudo, trabalhando como se fossem “proprietários” dos seus meios de produção (terra) e, até mesmo, assalariando outros camponeses e participando de trocas mercantis devido ao excedente produzido (WCM, 1999, p. 45-46). WALLERSTEIN compara essas agremiações aos *kulaks* do período pré-revolução russa.

O colapso dos Estados deve ser entendido como declínio das cortes, isto é, dos monarcas e seus aglomerados (diminuta burocracia estatal). O período de expansão das organizações estatais medievais (1000-1250) havia terminado. A grave crise econômica afetou os reis, que foram também fortemente prejudicados pelas guerras que irromperam nesse período. A principal consequência do colapso dos reis foi o agravamento da desordem social, representada, nesse período, pelas revoltas camponesas. O grande fator que permitiu às cortes se reorganizarem a partir de 1450, superando a descentralização política característica do feudalismo, foi o perigo

⁶⁰ Sobre isso, WALLERSTEIN elencou as seguintes características estruturais compartilhadas por esses sistemas: “(...) (a) the primacy of agricultural production, combined with artisanal activity; (b) the limited global surplus; (c) the sustenance of non-agricultural producers by a politically enforced transfer of surplus to the upper stratum of (usually) warriors, clerics, and merchants; (d) some networks of trade, usually at least one long-distance network, combined with very local ones. Probably the most prosperous of all these historical systems were located in the most fertile agricultural zones, wherein we find the ‘great civilizations’ over the millennia” (WCM, 1999, p. 33-34).

⁶¹ Não entendido no sentido moderno, como uma participação monetária, mas como a parcela de produção da terra que cabia *in natura* aos camponeses pelo seu trabalho, depois de pagos os privilégios dos senhores feudais.

que o seu enfraquecimento gerou à elite política da época, isto é, aos senhores (WCM, 1999, p. 46). Foi no século XV que surgiram os grandes monarcas restauradores da ordem interna, pivôs da incipiente formação dos Estados Modernos (e.g., Luís XI na França, Henrique VII na Inglaterra, Fernando de Aragão e Isabela de Castela, na Espanha) (MWS, 2011, Vol. 1, p. 29).

O colapso da Igreja diz respeito a sua incapacidade de desempenhar seu papel de legitimar a supremacia dos interesses do chefe político, ao qual ela se associava, acima de qualquer outro interesse, até mesmo os de ordem econômica. Essa incapacidade foi se revelando durante todo o período medieval. Nas organizações sociais constituídas sob a forma de império-mundo, sempre havia um corpo religioso cuja função era legitimar a força política do imperador, coagindo culturalmente os demais elementos da sociedade que tentassem se sobrepor a ele (e.g., os grupos protocapitalistas, cujo poder derivava de vantagens econômicas e não de privilégios políticos) (WCM, 1999, p. 48).

Pela peculiaridade da Igreja Católica Romana não se ter vinculado a nenhuma organização política europeia em especial, isso foi erodindo seu papel de constranger o surgimento de elementos protocapitalistas (WCM, 1999, p. 49). Ainda assim, essa sobreposição aos poderes temporais lhe permitiu defender seus interesses contra a incursão de qualquer autoridade política em especial. Todavia, ela acabou se igualando a qualquer poder temporal, perdendo a legitimidade “espiritual”⁶². Isso ficou evidente no período de crise do feudalismo quando, para se manter, a Igreja se engajou mais fortemente em atividades econômicas e financeiras (WCM, 1999, p. 49).

O resultado foi o relaxamento dos constrangimentos morais à atividade capitalista (e.g., empréstimos a juros, lucro obtido mediante vantagens comerciais), não tanto pela doutrina oficial, mas pela incoerência entre o discurso e a prática. Essas inconsistências receberam a forte reação do movimento das reformas religiosas que se inicia no século XV. O declínio da influência moral da Igreja teve importante papel na formação da economia-mundo capitalista europeia.

Resumindo esses três “colapsos”, WALLERSTEIN afirma:

Overall, 1250-1450 was a disastrous period for the ruling classes of Western Europe, collectively. Their incomes were squeezed. They were involved in an exceptionally high level of internecine struggle, which negatively affected their wealth, their authority, and their lives. They were faced with popular revolt/peasant rebellions, heretical movements. Public disorder was high, as was public intellectual turmoil. What had been solid was melting away. There was a ‘crisis’ in the historical system (WCM, 1999, p. 50).

⁶² Nas palavras de WALLERSTEIN (WCM, 1999, p. 50): “The Church’s very independence transformed the Church into one more secular contender for power and wealth”.

Paralelamente a essa situação alarmante para a elite feudal, ocorre uma situação peculiar nos sistemas sociais vizinhos à Europa que permitiu um desfecho histórico inusitado, isto é, a formação de uma economia-mundo capitalista estável e duradoura⁶³.

Nos períodos históricos anteriores, quando ocorria a desagregação de um sistema social, resolvia-se a situação pela conquista ou invasão por parte de povos vizinhos, que se aproveitavam desse período de vulnerabilidades. Algum tempo depois, reorganizava-se a questão com o estabelecimento de uma nova classe governante, mantendo-se mecanismos semelhantes de exploração da produção agrária (WCM, 1999, p. 51).

Isso não ocorreu na Europa nesse período (1250-1450) por falta de candidato.

As organizações sociais vizinhas da Europa, entre 1250-1350, haviam sido unificadas⁶⁴ pelo Império Mongol, depois de um período de rápida expansão territorial estreado por Gengis Khan, no princípio do Século XIII. As conquistas mongóis criaram rotas unificadas entre zonas que continham organizações imperiais, como a China, a Índia e a região árabe-persa, chegando até as sub-regiões da Europa (WCM, 1999, p. 51). Contudo, a partir de 1350, o Império Mongol passa por uma desarticulação, graças ao impacto gerado pela Peste Negra, que se alastrou por meio de mercadores, afetando o exército imperial (WCM, 1999, p. 51-52). A desorganização militar quebrou os vínculos existentes, com o aumento da insegurança nas rotas previamente estabelecidas. Como consequência, cada uma das sub-regiões “pull into themselves; none had the strength at that moment to engage in imperial expansion” (WCM, 1999, p. 53)⁶⁵.

Como resultado, a Europa Ocidental, já bastante fragilizada, não ficou sujeita a conquistas exteriores no período crucial de 1350-1450. Isso permitiu a reorganização do sistema social europeu sob novas bases, culminando com a formação da economia-mundo capitalista europeia.

⁶³ Na concepção de WALLERSTEIN, a economia-mundo capitalista europeia do Sec. XVI foi a primeira (e única) que alcançou um ponto de equilíbrio e não foi suplantada ou incorporadora por um império-mundo, constituindo-se como um sistema histórico de larga duração. As economias-mundo que se formaram em períodos anteriores não conseguiram transcender essa barreira e acabavam submetidas a um império-mundo que constringiam seus mecanismos essenciais de reprodução de privilégios a partir de vantagens econômicas e não políticas. BRAUDEL e ARRIGHI têm uma interpretação diversa desse fenômeno, que será analisada em itens subsequentes.

⁶⁴ Não foi uma unificação política, pois os mongóis adaptaram-se bem às autoridades políticas situadas em cada uma das sub-regiões, permitindo uma organização imperial não hierárquica. A unificação foi mais econômica, permitindo rotas de comércio a longas distâncias e estabelecendo certa paz social.

⁶⁵ Citação completa: “What Abu-Lughod is calling the ‘Fall of the East’, (...) had a straightforward politico-military implication. It caused the various ‘subregions’ to pull into themselves. None had the strength at that moment to engage in imperial expansion”.

2.2 A formação da economia-mundo capitalista europeia

O cenário europeu começa a se modificar com as conquistas territoriais obtidas por meio das grandes navegações, cujo protagonista foi Portugal. O pioneirismo desse país pode gerar algum estranhamento ao observador do século XXI, visto que a nação portuguesa não tenha logrado êxitos de longo prazo com os empreendimentos marítimos. Contudo, isso se deu por interveniência de outros fatores. O fato é que a expansão geográfica propiciada pelas navegações foi um fator sumamente importante para a construção da economia-mundo capitalista europeia (MWS, 2011, Vol. 1, p. 38).

As pressões causadas na elite, pela desarticulação do modo feudal de extração de excedentes, foram remediadas por formas diversas. No princípio do século XV, quando Portugal inicia suas navegações pelas ilhas atlânticas e pela costa africana, a maioria das regiões europeias ainda estava em franco conflito interno (MWS, 2011, Vol. 1, p. 50). Para evitar a queda das receitas senhoriais, os senhores tentaram expandir seus feudos invadindo o território de outros senhores, o que gerou muitas guerras. Portugal conseguiu atingir certa estabilidade política quase um século antes que outros estados europeus (MWS, 2011, Vol. 1, p. 51).

A posição geográfica de Portugal também contribuiu para o seu pioneirismo, seja pelas diminutas dimensões do país e a escassez de terras, seja pela proximidade com a costa africana e o Oceano Atlântico (MWS, 2011, Vol. 1, p. 49). Outro fator crucial foi a preexistência de vínculos comerciais com os mercadores genoveses, que financiaram as expedições. Posteriormente, o crédito genovês fluiu largamente para a Espanha, com a qual a classe capitalista de Gênova formou uma frutífera aliança na exploração dos domínios coloniais americanos, a partir de fins do século XV⁶⁶ (MWS, 2011, Vol. 1, p. 49).

Várias foram as razões que lançaram Portugal e, posteriormente, a Espanha, nas grandes navegações, seja por razões econômicas, seja por motivos culturais-ideológicos (e.g. espírito das cruzadas). As principais motivações foram, contudo, de cunho econômico: (a) a busca de novas fontes de metais preciosos (ouro e prata), que eram importantes para sustentar o comércio europeu de longas distâncias com a Ásia e fornecer base monetária para as trocas comerciais no espaço europeu; (b) a busca de comida e madeira, inicialmente nas ilhas mediterrâneas e atlânticas; (c) descobrir novas rotas comerciais para a Ásia, local histórico de fornecimento de

⁶⁶ Essa união do capital excedente genovês, adquirido nos períodos anteriores de expansão comercial do século XIII e XIV, com a máquina imperial espanhola, foi responsável por iniciar um importante ciclo sistêmico de acumulação, de natureza mundial (considerando o mundo europeu), vulgarizando, na Europa, as técnicas capitalistas elaboradas e testadas nas cidades-estados italianas desde o século XIII (ARRIGHI, 2016, p. 111 e seguintes).

especiarias e joias não encontradas na Europa e muito apreciadas pela elite europeia (MWS, 2011, Vol. 1, p. 39-48).

A surpreendente expansão geográfica⁶⁷ provocada pelas grandes navegações impôs substanciais modificações ao cenário econômico europeu. Os novos fluxos comerciais e a riqueza por eles mobilizada alteraram profundamente a conformação social e política da Europa. Basicamente duas alterações foram muito significativas: (I) a formação de aparatos estatais relativamente fortes, em torno da autoridade dinástica dos reis; (II) o surgimento de novos métodos de controle da força de trabalho distribuídos em diferentes zonas territoriais (MWS, 2011, Vol. 1, p. 38).

A formação dos Estados modernos europeus remonta ao século XIII, período no qual as principais linhas de fronteira entre os reinos de França, Espanha e Inglaterra já haviam sido fixadas, conforme são conhecidas hoje (MWS, 2011, Vol. 1, p. 31-32). As grandes peculiaridades foram a sobrevivência e o ulterior desenvolvimento dessas estruturas durante o período de crise que abalou a Europa de 1250 a 1450. Tanto os reis quanto os senhores feudais foram fortemente impactados pela crise do feudalismo, sendo o fenômeno das guerras intraelites muito comum nesse período, como já ressaltado. Contudo, passado o período de crise, e com a expansão econômica do século XV, o poder dos reis superou o dos senhores, por inúmeras razões, levando à formação de estruturas políticas cuja força se retroalimentou a partir daí. A influência política dos senhores, por sua vez, foi sendo erodida lentamente até sua superação completa alguns séculos depois, ao menos nos Estados situados nas zonas centrais da economia-mundo europeia (MWS, 2011, Vol. 2, p. xxi). Os motivos que levaram ao sucesso dos Estados dinásticos europeus, no século XVI em diante (e não de outras estruturas políticas alternativas), têm íntima relação com o desenvolvimento da economia-mundo capitalista europeia. Isso será analisado em pormenores nos capítulos 3 e 4 deste trabalho.

A forma feudal de controle do trabalho tinha características relativamente uniformes em toda a Europa, reproduzida com certa homogeneidade em cada feudo. Contudo, no período designado como longo século XVI (1450-1640), ocorre uma especialização da força de trabalho, com diferentes mecanismos de controle que variavam conforme a localidade geográfica, interligados entre si por meio do mercado mundial⁶⁸ (MWS, 2011, Vol. 1, p. 67 e seguintes).

⁶⁷ No período entre o 1535-1540 até 1670-1680, a área sob controle dos monarcas europeus passou de 3 para 7 milhões de quilômetros quadrados, voltando a se expandir enormemente a partir do final do século XVIII (MWS, 2011, Vol. 1, p. 68).

⁶⁸ A expressão em inglês *world market* não tem, para WALLERSTEIN, sentido restrito aos fluxos do comércio internacional (importação e exportação), mas abrange também o mercado interno, com o intento de ressaltar que o espaço em que eram tomadas as decisões econômicas, mesmo as de cunho interno às fronteiras de um Estado, era

Foi esse mercado que, pelos seus fluxos comerciais constantes, gerou e sustentou uma divisão única do trabalho. O espaço geográfico alargado onde se davam tais trocas comerciais e no qual se organizou essa divisão do trabalho foi o que constituiu a economia-mundo capitalista europeia. Aí, uma nova forma de apropriação de excedentes se formou, baseada em mercados cada vez mais abrangentes: o lucro.

Nas palavras de WALLERSTEIN:

For what Europe was to develop and sustain now was a new form of surplus appropriation, a capitalist world-economy. It was to be based not on direct appropriation of agricultural surplus in the form either of tribute (as had been the case for world-empires) or of feudal rents (as had been the system of European feudalism). Instead what would develop now is the appropriation of a surplus which was based on more efficient and expanded productivity (first in agriculture and later in industry) by means of a world market mechanism with the "artificial" (that is, nonmarket) assist of state machineries, none of which controlled the world market in its entirety (MWS, 2011, Vol. 1, p. 37-38).

Os privilégios feudais não deixaram de existir. As hierarquias sociais medievais seguiram seu curso. A cultura caminhava na sua marcha lenta, resistente a mudanças. Contudo, um novo ator passou a integrar progressivamente a vida das pessoas: o mercado mundial⁶⁹. Não se tratava do comércio de longas distâncias, mas de um mercado que integrou o espaço europeu e os domínios coloniais americanos: o mundo da época⁷⁰. E a importância que esse mercado foi ganhando decorre do fato de que nele circulavam produtos essenciais à reprodução da vida econômica, isto é, produtos de consumo corrente (*bulk goods*) pela maioria das pessoas, de

o da economia-mundo. As opções eram, por definição, mundiais, no sentido de “mundo” como o espaço integral e interligado da economia-mundo (isto é, não necessariamente global). Quando se diz que os produtores estavam orientados ao *world market* se quer assinalar não que eles atuavam necessariamente com importação e exportação de produtos, mas que suas decisões econômicas consideravam e eram influenciadas pelos fluxos comerciais e políticos que excediam as fronteiras do Estado em que situados. O intento claro de WALLERSTEIN é superar a concepção de economia nacional vinculada ao Estado como o espaço por excelência de estudo das relações econômicas. No período moderno, isso não é plausível, pois é da natureza do capitalismo ser “mundial”. Sobre isso, GOLDFRANK afirma: “The ‘world market’ is not the same as international market but synonymous with all non-local, non-subsistence production, whether or not it crosses state boundaries in the course of its transformation from resource extraction to final consumption” (2000, p. 190).

⁶⁹ Ver nota 68.

⁷⁰ A zona geográfica pela qual se estendia a economia-mundo europeia entre os séculos XVI e meados do século XVIII englobava o antigo sistema mediterrâneo cristão, da Itália até a península Ibérica, os espaços reunidos pelas rotas comerciais hanseática e de Flandres, bem como o norte e noroeste da Europa, as regiões a leste do Rio Elba e algumas regiões da Europa Oriental, as ilhas atlânticas e algumas regiões colonizadas do Novo Mundo (MWS, 2011, Vol. 1, p. 68). Formavam a fronteira da economia-mundo europeia o Império Russo e o Império Otomano no continente europeu, e fora deste, todos os sistemas sociais baseados no continente africano e asiático, e na Oceania e ilhas do Pacífico, bem como as vastas regiões da América não exploradas pelos europeus. Isso permaneceu assim, de forma razoavelmente estável, do século XVI até meados/fins do século XVIII, quando vastas regiões foram incorporadas (MWS, 2011, Vol. 3, Cap. 3), e posteriormente, no século XX, em que todo o globo foi reunido em um único sistema social: a economia-mundo capitalista europeia ou sistema-mundo moderno.

forma que, se as trocas fossem interrompidas definitivamente, a vida social se desagregaria, com maior ou menor intensidade⁷¹, em todos os espaços da economia-mundo.

Os cereais do Báltico e do Mediterrâneo, a prata mexicana, o açúcar das ilhas atlânticas, as manufaturas inglesas e francesas, os peixes e navios holandeses, o dinheiro italiano, os vinhos portugueses e franceses, o ferro e o cobre suecos, o ouro e os escravos africanos⁷², as especiarias indianas⁷³, o chá chinês⁷⁴. Tudo se interligou por intermédio do mercado mundial, que tem se fortalecido progressivamente desde o século XVI até os dias de hoje, suprimindo os espaços econômicos autônomos, em que prevaleciam mercados locais ou economias de subsistência.

No século XXI, por exemplo, seria impensável manter a vida econômica de qualquer país, interrompendo-se definitivamente as trocas comerciais internacionais. Esse fenômeno, que foi batizado mais recentemente de “globalização”, começou no longo século XVI (WSA, 2004, Cap. 1). Essa é a principal característica da economia-mundo capitalista europeia (hoje global): a formação de interdependências econômicas cada vez mais profundas em um espaço hierarquizado chamado de mercado mundial.

A fixação de WALLERSTEIN pelo século XVI, nos seus estudos sobre a mudança social moderna, decorre exatamente das grandes transformações que aí se operaram, lançando-se as bases do sistema-mundo moderno, no qual ainda se vive. Assim, WALLERSTEIN não compartilha da opinião majoritária, nas ciências sociais, de que a origem do mundo moderno, ou mais especificamente do capitalismo, é encontrada nas transformações operadas pelo modo fabril de

⁷¹ A força com a qual uma economia-mundo liga os seus diferentes espaços varia bastante, sendo mais expressiva no centro dessa economia, daí irradiando em graus decrescentes para suas zonas periféricas (BRAUDEL, 2009, Cap. 1). Contudo, o nível de dependência econômica tende a ser inverso, com a periferia sendo mais dependente do que o centro, uma vez que a riqueza produzida tende a se concentrar e acumular nos centros. Assim, em períodos de crise e desaceleração das trocas comerciais, as zonas periféricas sofrem mais do que as zonas centrais (e.g., durante a depressão econômica do século XVII) (MWS, 2011, Vol. 2, Cap. 4).

⁷² O comércio europeu com a costa ocidental da África e partes do norte da África apresenta algumas distinções em relação ao comércio com as ilhas atlânticas, as colônias americanas ou as diversas regiões do espaço europeu, limitado a leste pelo Império Russo e a sudeste pelo Império Otomano. Isso porque as regiões africanas, bem como a Índia e a China, não integravam a economia-mundo capitalista europeia no século XVI, o que veio a se modificar apenas em meados do século XVIII. Tais localidades situam-se na chamada arena externa à economia-mundo, organizadas em sistemas sociais distintos, mesmo assim ligados por fluxos comerciais de natureza peculiar. Esse comércio distingue-se daquele praticado entre as zonas integrantes da economia-mundo em vários níveis, analisados mais adiante neste trabalho, mas que podem ser sumarizados assim: (a) os produtos comercializados não são essenciais ao funcionamento da economia-mundo, por serem *luxuries*, e não *bulk goods*; (b) o comércio tem fluxos mais irregulares, variando conforme a disponibilidade de metais preciosos; (c) geram uma balança comercial permanentemente desfavorável às nações europeias; (d) são um meio de consumir excedentes, em vez de gerá-los de forma autossustentada; (e) não provocam modificações profundas na organização das forças produtivas nas zonas externas à economia-mundo (MWS, 2011, Vol. 1, Cap. 6; MWS, 2011, Vol. 3, Cap. 3).

⁷³ Ver nota 72.

⁷⁴ Ver nota 72.

produção em fins do século XVIII (MWS, 2011, Vol. 2, p. 7-8). Essa é a opinião tradicional, seja entre os teóricos do liberalismo econômico, seja entre os marxistas ortodoxos.

Para ele, todavia, a chamada Revolução Industrial foi apenas um desdobramento de um sistema maduro, nascido trezentos anos antes. É enganoso e até ilusório imaginar o surpreendente progresso da técnica ocorrido a partir de 1780/1790 no Reino Unido, sem a formação anterior de um mercado mundial, de uma infraestrutura internacional de trocas monetárias, de técnicas altamente lucrativas de manejo do comércio e das finanças, de uma uniformização do ritmo dos preços na Europa, de um sistema de Estados soberanos, entre outras modificações operadas na Europa durante o século XVI (MWS, 2011, Vol. 2, Cap. 1; Vol. 3, Cap. 1).

Por isso, segundo WALLERSTEIN, é importante averiguar os fenômenos históricos ocorridos naquela época para se compreender melhor o mundo de hoje, que é desdobramento de sementes lançadas naquele tempo. Há, para esse autor, uma continuidade histórica de quinhentos ou seiscentos anos, uma unidade temporal, que explica seja o fenômeno do capitalismo, seja o fenômeno dos Estados modernos.

2.3 A divisão única do trabalho e a estrutura centro-periferia

No período designado por WALLERSTEIN como longo século XVI, que vai de 1450 a 1640, formou-se uma nova divisão europeia do trabalho, bem distinta daquela conhecida no período feudal. As características dessa divisão do trabalho se estabilizaram e se consolidaram durante a contração econômica do século XVII, não se modificando mesmo com a incorporação de vastas regiões à economia-mundo europeia em fins do século XVIII e durante o século XIX. O tipo de papel econômico atribuído a cada região geográfica modificou-se, mas os papéis em si permaneceram constantes na sua principal característica: a hierarquização (BRAUDEL, 2009, Vol. 3, p. 25-31),

Três fenômenos marcaram a economia europeia no longo século XVI: (1º) aumento surpreendente do fluxo de metais preciosos em circulação; (2º) inflação dos preços (ou a chamada *price revolution*); (3º) expansão econômica associada ao crescimento populacional (MWS, 2011, Vol. 1, Cap. 2). Todos eles estão correlacionados entre si e contribuíram para a formação da nova divisão europeia do trabalho.

O aumento do fluxo de metais preciosos decorreu, em grande medida, da oferta adicional vinda da América, sobretudo por meio da Espanha, espalhando-se por toda a Europa. O principal impacto desse aumento foi dar base monetária para as trocas comerciais, favorecendo a expansão econômica (MWS, 2011, Vol. 1, p. 41). As novas reservas de metais em circulação

não geraram, por si só, riqueza, mas foram essenciais para que o comércio se mobilizasse e se expandisse, na Europa, para setores por ele ainda não ocupados. A despeito da larga tradição do dinheiro em conta corrente (*money of account*), usado há séculos pelos mercadores de longa distância como forma artificial de circulação monetária, a confiança no dinheiro metálico era muito maior (MWS, 2011, Vol. 1, p. 46). Alguns séculos ainda seriam necessários para que as moedas de curso forçado, emitidas por um Estado, obtivessem a firmeza e a confiança necessárias para permitir um fluxo regular de trocas comerciais internacionais.

Então, não se pode desconsiderar a importância do tesouro metálico americano na formação e consolidação da economia-mundo capitalista europeia. Nas palavras de WALLERSTEIN: “[...] without it [the use of bullion as measurement of value and means of payment], Europe would have lacked the collective confidence to develop a capitalist system, wherein profit is based on various deferrals of realized value” (MWS, 2011, Vol. 1, p. 46). Sem pretender ingressar em teorias contrafactuais, pode-se dizer que o surgimento do capitalismo europeu teria tido uma história bem diferente daquela que se conhece, não fosse pela conquista da América.

Outro fato extraordinário do século XVI foi a grande inflação dos preços, chamada por alguns historiadores de revolução dos preços (*price revolution*). Esse fenômeno antecedeu a chegada dos metais preciosos da América (MWS, 2011, Vol. 1, p. 72). Todavia, o influxo metálico foi um coadjuvante no processo inflacionário que durou mais de um século, sendo sucedido pela contração econômica do século XVII. Sem ingressar nas complexas e contraditórias causas da revolução dos preços, pode-se dizer que ela teve um efeito essencial para a formação do capitalismo, pois permitiu uma extraordinária acumulação primitiva de capital. Isso ocorreu porque a inflação dos preços veio associada a um atraso na evolução dos salários reais, com a consequente queda destes (*wage lag*) (MWS, 2011, Vol. 2, p. 77 e seguintes).

A queda nos salários reais pode ser explicada por três fatores: “money illusions, as well as the discontinuity of wage demands; wage fixing by custom, contract, or statute; and delay in payment” (MWS, 2011, Vol. 1, p. 80). Todos esses fatores decorrem do choque entre uma economia-mundo capitalista em formação e tradições e hábitos culturais feudais ou pré-capitalistas, tais como a estipulação de salários fixos conforme antigos costumes, a inexperiência com a mudança de preços ou as trocas monetárias, entre outros (MWS, 2011, Vol. 1, p. 80). Essa explicação causal é confirmada quando se verifica os preços em centros urbanos onde as práticas capitalistas já eram mais difundidas, tais como Veneza e Flandres. Nesses locais, a queda nos salários foi bem menor relativamente à média europeia da época (MWS, 2011, Vol. 1, p. 81). O resultado desses fenômenos de ordem monetária foi provocar uma redistribuição da

riqueza na Europa, favorecendo a acumulação tanto em algumas zonas específicas, quanto na mão de reduzidos grupos sociais⁷⁵ (MWS, 2011, Vol. 1, p. 83).

O século XVI foi palco também de uma grande expansão econômica, associada a um crescimento populacional (MWS, 2011, Vol. 1, Cap. 2). De certa forma, esses acontecimentos foram uma reação ao período de crise anterior, em que houve queda na atividade econômica em geral e crise demográfica, seja em razão das epidemias, seja das guerras. A pacificação social obtida pelos Estados modernos em formação favoreceu a recuperação econômica, ocupando espaços subutilizados e atendendo demandas reprimidas. Contudo, essa renovação econômica se deu sobre bases diferentes daquelas que a Europa conhecia antes. Ela ocorre devido ao aumento dos fluxos comerciais internacionais, no âmbito do mercado mundial, conectando os diversos espaços dessa economia-mundo em formação. Nesse ponto, a expansão geográfica da Europa foi essencial, destacando-se, mais uma vez, a conquista da América.

Conforme as palavras de MARX, também citadas por WALLERSTEIN: “The modern history of capital dates from the creation in the 16th century of a world-embracing commerce and a world-embracing market”⁷⁶ (MARX, 1995, Vol. 1, Cap. 4).

A principal característica dessa nova economia-mundo foi a elaboração de uma divisão única do trabalho (*single division of labor*) com a especialização de funções econômicas variando conforme a zona geográfica. Nas palavras de WALLERSTEIN:

(...) there emerged within the world-economy a division of labor not only between agricultural and industrial tasks but among agricultural tasks as well. And along with this specialization went differing forms of labor control and differing patterns of stratification which in turn had different political consequences for the “states”, that is, the arenas of political action (MWS, 2011, Vol. 1, p. 84).

O mercado mundial, ao gerar fluxos comerciais específicos, conduziu a uma especialização funcional e geográfica das diversas zonas em intercâmbio. O diferencial em relação aos sistemas sociais europeus anteriores é que, no comércio internacional, passaram a circular bens de consumo diário e em grandes quantidades (*bulk goods*), de alimentos a vestimentas, de matéria-prima a manufaturas, e não apenas as chamadas *luxuries* consumidas por uma diminuta elite e sustentada pelos mercados de longas distâncias (RFD, 1974, p. 397-398). Assim, pode-

⁷⁵ Nas palavras de WALLERSTEIN: “The inflation created a redistribution of incomes—a complicated one, because of the multiple layers of the European world-economy. It was nonetheless a method of taxing the politically weakest sectors to provide a capital accumulation fund which could then be invested by someone” (MWS, 2011, Vol. 1, p. 83).

⁷⁶ Citação completa: “The circulation of commodities is the starting-point of capital. The production of commodities, their circulation, and that more developed form of their circulation called commerce, these form the historical ground-work from which it rises. The modern history of capital dates from the creation in the 16th century of a world-embracing commerce and a world-embracing market” (MARX, 1995, Vol. 1, Cap. 4).

se dizer que há um aumento na horizontalidade do comércio internacional, de forma que os fluxos passam a ser essenciais para a reprodução da vida econômica. Durante o período feudal, isso não ocorreu.

O efeito desses fluxos foi reorientar a produção econômica, especialmente a agricultura, em função das trocas no mercado com objetivo de lucro (RFD, 1974, p. 398). Os antigos senhores ou proprietários de terras, nobres ou não, modificaram suas práticas associando-se cada vez mais aos mercadores, como uma forma de participar das grandes riquezas que passaram a fluir por meio do comércio. A mentalidade local, introvertida, típica das formas feudais, nas quais os privilégios eram sustentados politicamente, cedeu lugar a uma mentalidade mais externa, extrovertida, centrada nos mercados e nas vantagens econômicas. É bem verdade que essa alteração no nível das mentalidades levou mais de 200 anos para começar a se fixar na vida social, tornando-se dominante apenas algum tempo depois, e em círculos ainda bastante restritos (grandes produtores, mercadores e financistas). Mesmo hoje, a grande maioria das pessoas não pensa ou age com propósitos capitalistas na sua vida diária, ficando essa tarefa restrita aos círculos diretores do sistema social. Seus germens, contudo, já estavam lançados desde o longo século XVI.

A principal evidência da formação de uma divisão única do trabalho, nesse período, é a preponderância de diferentes formas de controle da força de trabalho (*labor control*) variando conforme a zona geográfica integrante da economia-mundo. WALLERSTEIN elenca as seguintes formas: (a) *slave labor*; (b) *coerced cash-crop labor*; (c) *tenancy*; (d) *sharecropping*; (e) *wage labor*, as quais “accounted for 90-95% of the population in the European world-economy”. (MWS, 2011, Vol. 1, p. 86).

O trabalho escravo foi utilizado em culturas específicas: o açúcar e, posteriormente, o algodão, preponderantemente fora do espaço europeu, mais precisamente, nas ilhas atlânticas e caribenhas, e nas colônias americanas (MWS, 2011, Vol. 1, p. 88-89). Ele era mais apropriado para tarefas que exigiam baixa qualificação, em razão da dificuldade de controle da força de trabalho, e para produção em larga escala, para compensar a baixa produtividade. Assim, apenas alguns tipos de produtos, de amplo consumo pela economia-mundo, justificaram esse modo de produção. A origem africana dos escravos foi escolhida por várias razões, tais como, a escassez de mão-de-obra na América, devido à massiva queda demográfica que se seguiu à conquista europeia, a inadaptabilidade dos índios americanos para as culturas de açúcar e algodão, e o fato de a oferta dessa mão-de-obra ser exterior ao espaço da economia-mundo, não gerando implicações de ordem econômica devido à remoção em larga escala de força de trabalho da costa oeste da África (MWS, 2011, Vol. 1, p. 88-89).

No início do século XIX, com a incorporação da costa oeste da África à economia-mundo europeia, esse cenário se modifica. Em 1807, o Reino Unido proíbe o comércio transatlântico de escravos africanos e, em 1833, abole a escravidão no Império Britânico (MWS, 2011, Vol. 3, p. 144). Apesar de ambas as medidas terem sido justificadas por razões humanitárias, as motivações econômicas certamente prevaleceram (incompatibilidade do modo escravagista com a desejada expansão de mercado consumidor para os produtos industrializados ingleses; necessidade de mão-de-obra atuante na própria África, que passa a exportar produtos primários para a Europa).

A expressão *coerced cash-crop labor* foi cunhada por WALLERSTEIN para se referir à utilização de “servos”, segundo os costumes feudais ou a estes assemelhados, na produção agrícola voltada ao mercado mundial. Para esse autor, o fato de que a utilização do trabalho servil continuou ocorrendo, após o século XVI, em várias zonas da economia-mundo, sobretudo na Europa Oriental e também na América Hispânica, na chamada *encomienda*, não significa que o feudalismo, como sistema social, continuava a existir (MWS, 2011, Vol. 1, p. 90-91). Ou, como crê a opinião tradicional, que esses lugares não eram capitalistas, como os países do noroeste europeu, pois neles não prevalecia o trabalho assalariado, porém formas feudais ou pré-capitalistas de trabalho. Como se fosse possível países capitalistas coexistirem com países “feudais”, ao mesmo tempo e ligados por fortes vínculos internacionais de comércio⁷⁷.

Interpretações desse tipo são rejeitadas por WALLERSTEIN, pelo fato de que nem a América Hispânica, ou a Polônia, ou a Inglaterra constituírem unidades de análise autônomas da realidade social. Para ele, “the defining characteristic of a social system [is] the existence within it of a division of labor, such that the various sectors or areas within are dependent upon economic exchange with others for the smooth and continuous provisioning of the needs of the area” (RFD, 1974, p. 390). Assim, se a Europa Oriental ou a América Hispânica estão unidas à Europa Ocidental por dependências no intercâmbio econômico, e vice-versa, elas são parte de um mesmo sistema social, esse sim que poderia ser qualificado de capitalista ou feudal.

No caso do trabalho servil existente na economia-mundo europeia, ele se distinguia da que existente no sistema feudal anterior pelo fato de que a produção era voltada para o mercado mundial, e não para uma economia local, e a sustentação dessa forma de trabalho vinha da força de uma autoridade central sobre o camponês ou trabalhador rural (capaz de lhe impor

⁷⁷ Conforme as palavras de WALLERSTEIN: “(...) it is *not* the case that two forms of social organization, capitalist and feudal, existed side by side, or could ever so exist. The world-economy has one form or the other. Once it is capitalist, relationships that bear certain formal resemblances to feudal relationships are necessarily redefined in terms of the governing principles of a capitalist system. This was true both of the *encomienda* in Hispanic America and the so-called “second feudalism” in eastern Europe” (MWS, 2011, Vol. 1, p. 92).

coerções legais), e não da força de um senhor feudal derivada da fraqueza do monarca (MWS, 2011, Vol. 1, p. 91).

Nesse sentido, WALLERSTEIN afirma que “coerced cash-crop labor is a system of agricultural labor control wherein the peasants are required by some legal process enforced by the state to labor at least part of the time on a large domain producing some product for sale on the world market” (MWS, 2011, Vol. 1, p. 91).

O trabalhador era formalmente livre, mas submetido a uma parcela de trabalho compulsório em favor de um proprietário de terras ou senhor, beneficiário do privilégio, que concentrava a maior parte da produção, assim obtida, e a redirecionava para a venda no mercado. No caso da América Hispânica, o sistema de *encomienda* foi uma criação direta da Coroa Espanhola, com a finalidade de colonizar e evangelizar os nativos americanos. Contudo, para evitar a tendência centrífuga que essa forma de trabalho pode gerar, como ocorrida no sistema feudal clássico, a Coroa fez adaptações evitando o poder direto do *encomendero*, inserindo autoridades ligadas ao Rei como intermediários do sistema de *encomienda*. Assim, garantia-se a vinculação com a autoridade do monarca e com os interesses comerciais da economia-mundo capitalista europeia (MWS, 2011, Vol. 1, p. 93). Esse tipo de trabalho era utilizado nas atividades de mineração, agricultura (trigo e milho) e pastoreio, todos exigindo maior nível de qualificação do que as *plantations* de açúcar e algodão.

No caso da Europa Oriental, o desenvolvimento dessa forma de controle do trabalho é mais complexo e envolveu outros fatores. No período de crise do feudalismo, a Europa como um todo sofreu com a desarticulação dos feudos e o fortalecimento dos camponeses em relação aos senhores. Contudo, diante da mesma situação de recessão econômica, a Europa Oriental passou por uma “reação senhorial”, reorganizando-se os feudos como unidades econômicas, mas agora voltadas ao comércio internacional, e a Europa Ocidental viu florescer formas mais livres de trabalho, como o arrendamento e o assalariamento, e o aumento da comercialização da terra (MWS, 2011, Vol. 1, p. 95).

WALLERSTEIN explica essa disparidade a partir de pequenas diferenças iniciais que foram ampliadas exponencialmente algum tempo depois, em razão da formação de um sistema de trocas comerciais complementares e autossustentável. Em comparação à Europa Ocidental, as zonas a leste do Elba apresentaram as seguintes diferenças: (a) cidades mais fracas; (b) maior extensão de áreas não cultivadas; (c) menor densidade populacional; (d) autoridades políticas centrais enfraquecidas devido às invasões turcas e mongóis da Baixa Idade Média (MWS, 2011, Vol. 1, p. 97). Essas condições favoreceram o fortalecimento dos senhores feudais, que expandiram a extensão dos seus feudos, impuseram maiores coerções legais ao trabalho dos servos,

com auxílio dos monarcas e príncipes, e formaram vínculos diretos com mercadores estrangeiros, para o escoamento da sua produção agrícola, inibindo a formação de uma burguesia nativa. A baixa densidade populacional foi um dos fatores determinantes pela prevalência de meios mais coercitivos de controle da força de trabalho (MWS, 2011, Vol. 1, p. 112).

Como consequência, a Europa Oriental se especializou, sobretudo, na produção de cereais, madeira e matéria-prima necessária à indústria naval e têxtil dos países do noroeste europeu. A Europa Ocidental, por sua vez, fornecia ao leste produtos têxteis, sal, vinho e seda (MWS, 2011, Vol. 1, p. 96). A diferença de valor agregado fez com que a riqueza se concentrasse e se acumulasse primordialmente nos Estados do noroeste europeu, formando o clássico padrão de dependência econômica das zonas periféricas, que tinha o seu desenvolvimento inibido pelo intercâmbio comercial externo, associado às pressões políticas dos Estados centrais, mais fortes no sistema interestatal. Esse é o desenho típico da estrutura centro-periferia que caracteriza a divisão do trabalho na economia-mundo capitalista europeia daqueles dias até hoje.

O arrendamento (*tenancy*) e o trabalho assalariado (*wage labor*) constituíram as formas prevalecentes de controle do trabalho no noroeste da Europa, mais especificamente nas Províncias Unidas, na Inglaterra e no norte da França. Essas foram as zonas que ocuparam a posição de centro (*core*) na divisão europeia do trabalho. Tais formas de trabalho foram mais adequadas nessas áreas graças à maior densidade populacional e à menor disponibilidade de terras, o que exigiu formas de manejo mais intensivas e maior qualificação da mão-de-obra (MWS, 2011, Vol. 1, p. 100-101). Na agricultura, houve uma transformação de terras aráveis em áreas de pastoreio (gado e ovelhas), possibilitada pela oferta barata de cereais vinda do leste europeu (MWS, 2011, Vol. 1, p. 108). O sistema de arrendamento associado ao trabalho assalariado era mais adequado às atividades de pastoreio do que as formas de trabalho mais coercitivas, prevalecentes na Europa Oriental (MWS, 2011, Vol. 1, p. 101). Ademais, a maior densidade populacional permitia um equilíbrio satisfatório de oferta de mão-de-obra, diminuindo os salários e aumentando os aluguéis das terras (*rents*), o que favorecia a acumulação capitalista (MWS, 2011, Vol. 1, p. 112).

Ainda na agricultura das zonas centrais, surge uma figura muito importante na vulgarização dos métodos capitalistas: o *yeoman farmer*⁷⁸ (MWS, 2011, Vol. 1, p. 128). Eles eram

⁷⁸ Os *yeomen farmers* construíram sua riqueza explorando verdadeiramente métodos capitalistas, constituindo um dos grandes (e poucos) exemplos de ascensão social no capitalismo histórico. Nas palavras de WALLERSTEIN: "Given the increase in population and the decline in wages, it would then follow, as Marx said, that these yeomen farmers "grew rich at the expense both of their laborers and their landlords". They usurped (by enclosure) the lands

produtores rurais, de origem não nobre (*commoners*), que assumiram o controle de domínios de terra de pequeno ou médio porte por meio de arrendamentos monetários ou aquisição de propriedade (=arrendamentos de longo prazo), desenvolvendo uma agricultura intensiva com foco na produtividade e eficiência, até mesmo com a contratação de trabalhadores assalariados, para venda no mercado (MWS, 2011, Vol. 1, p. 116). A atividade dos *yeomen farmers* permitiu um suprimento doméstico regular de cereais, diminuindo a dependência externa e reduzindo o impacto das épocas de má colheita (MWS, 2011, Vol. 1, p. 249). Paralelamente, os grandes proprietários de terra de origem nobre converteram seus domínios em áreas de pastoreio. Ambos se beneficiaram dos cercamentos (*enclosures*) que tomaram lugar nas zonas centrais, especialmente na Inglaterra, a partir de 1540, e que favoreceram a mobilização da terra como mercadoria e a comercialização do estilo de vida (MWS, 2011, Vol. 1, p. 251-252).

Nas regiões centrais, o desenvolvimento das indústrias⁷⁹ foi maior do que em outras zonas da Europa (MWS, 2011, Vol. 1, p. 226), tendo sido beneficiado pelo êxodo de trabalhadores do campo para as cidades, causado pela reorganização da agricultura e pecuária. O aumento da população das cidades também favoreceu a adoção do trabalho assalariado de baixa qualificação, predominantemente usado nas indústrias (MWS, 2011, Vol. 1, p. 117). No quesito da atividade industrial, deve-se mencionar que, sob o aspecto técnico, o século XVI não trouxe mudanças substanciais, quando comparado ao período feudal. O que ocorreu foi uma redistribuição geográfica das indústrias que se concentraram nos países do noroeste europeu e regressaram nos antigos centros comerciais e industriais do medievo: Flandres e as cidades-estados italianas, os quais passaram por um persistente processo de desindustrialização (MWS, 2011, Vol. 1, p. 225-226). As grandes revoluções da técnica viriam apenas em fins do século XVIII, o que não impediu a indústria de se tornar uma das atividades produtivas mais lucrativas na economia-mundo capitalista europeia desde o século XVI, concentrada em algumas zonas, graças à peculiar divisão do trabalho que se formou na Europa.

Por último, em algumas regiões da Europa prevaleceu o *sharecropping*, uma espécie de meio-termo entre o arrendamento e o trabalho servil na atividade agrícola. Essa forma de controle do trabalho pode ser vista como uma alternativa de segunda ordem, quando não foi

of the former, arguing publicly the need to guarantee the country's food supply and then hired them at low wages, while obtaining at fixed rentals more and more land from the owners of large demesnes. We do not wish to overstate the strength of this new yeoman class" (MWS, 2011, Vol. 1, p. 116).

⁷⁹ Não se deve confundir a proliferação de indústrias no noroeste europeu durante o século XVI em diante com o fenômeno posterior da industrialização e criação da fábrica ou modo fabril de produção, que ocorre em fins do século XVIII. A atividade industrial antes dessa época era organizada de forma diferente e com menor produtividade, mas não deixava de ser indústria.

possível a adoção do arrendamento por variados fatores, dentre os quais se destacam: (a) maior pulverização dos domínios agrários (tamanho das propriedades); (b) alto risco devido à oscilação dos preços e ao insucesso das colheitas em razão de solos menos férteis (MWS, 2011, Vol. 1, p. 105-106)⁸⁰. Essas condições estiveram presentes, sobretudo, no sul da França, Itália e demais regiões mediterrâneas. Nesses locais, não se observou um movimento de concentração fundiária e formação de grandes e médias propriedades como ocorreu no noroeste e leste da Europa (cada qual por motivos diversos). A despeito do alto custo de transação do *sharecropping*, ele é adequado em situações de alto risco, como forma de reduzir prejuízos. Sob o aspecto da produtividade, ele é mais vantajoso do que as formas mais coercitivas de controle do trabalho, mas fica atrás do arrendamento (MWS, 2011, Vol. 1, p. 105-106). Por essas razões, o *sharecropping* esteve mais presente nas áreas semiperiféricas da economia-mundo, isto é, naquelas em que há processos intermediários de acumulação de capital (MWS, 2011, Vol. 2, Cap. 5). A presença dessa forma de controle do trabalho inibiu a formação de uma classe de *yeoman farmers* nesses locais, o que também colabora para a manutenção da posição semiperiférica.

O foco de WALLERSTEIN em expor a diversidade nas formas de controle do trabalho, surgidas no longo século XVI, foi questionar uma concepção que restringiu o capitalismo ao modo fabril de produção, em que prepondera o trabalho assalariado. Essa concepção teórica se difundiu largamente em razão das obras de MARX, deixando meio obscura a compreensão da história moderna antes da Revolução Industrial (RFD, 1974, p. 398). A proposta de WALLERSTEIN é extrair o espírito da crítica marxista e ver, na fase que se estende de 1450 a 1750, um período em que o capitalismo já constituía a marca central da vida social moderna, e não uma mera fase de transição (MWS, 2011, Vol. 2, Cap. 1).

A despeito de as várias zonas da economia-mundo europeia apresentaram modos diversos de controle da força de trabalho, todas elas estavam conectadas entre si por meio das trocas, com objetivo de lucro, no mercado mundial, isto é, no mercado que estendia seus fluxos sobre todo o espaço da economia-mundo⁸¹. Nesse sentido, três mudanças podem ser notadas na classe

⁸⁰ Além desses fatores, WALLERSTEIN menciona a interferência dos costumes legais, que tornam o arrendamento ou o *sharecropping* mais vantajosos, conforme o caso; e a influência de uma classe burguesa urbana mais forte sobre a zona rural, especialmente com a aquisição de terras, fato que se verifica nas cidades-estados italianas (MWS, 2011, Vol. 1, p. 106-107).

⁸¹ WALLERSTEIN sintetiza a divisão de papéis e a conexão entre as diversas zonas da economia-mundo europeia da seguinte forma: “Northwest Europe is in the process of dividing the use of her land for pastoral and arable products. This was only possible as the widening market created an ever larger market for the pastoral products, and as the periphery of the world-economy provided cereal supplements for the core areas. The semi-periphery was turning away from industry (a task increasingly confided to the core) and *toward* relative self-sufficiency in agriculture. The agricultural specialization of the core encouraged the monetization of rural work relationships, as the work was more skilled and as landowners wished to rid themselves of the burden of surplus agricultural workers. Wage labor and money rents became the means of labor control” (MWS, 2011, Vol. 1, p. 116).

dirigente durante o longo século XVI: (a) destinação da maior parte do excedente de produção para as trocas no mercado; (b) redirecionamento de foco do mercado local para o mercado mundial; (c) utilização predominante dos lucros em reinvestimentos e expansão da produção, em vez de consumo ostentatório (MWS, 2011, Vol. 1, p. 126). Logo, o móvel daqueles que controlavam a produção passou gradualmente à acumulação capitalista por meio do mercado.

E, na consecução desse objetivo, o da acumulação incessante, a existência de múltiplas formas de controle do trabalho era mais vantajosa do que a predominância de uma delas (o trabalho assalariado). Isso porque o capitalismo é característica de uma economia-mundo, e não de um país ou região. Para entender as relações de produção nele operantes, deve-se olhar para essa totalidade na qual se dá o fenômeno da acumulação (ICS, 2006, p. 286-288).

Nas palavras de WALLERSTEIN:

The point is that the "relations of production" that define a system are the "relations of production" of the whole system, and the system at this point in time is the European world-economy. Free labor is indeed a defining feature of capitalism, but not free labor throughout the productive enterprises. Free labor is the form of labor control used for skilled work in core countries whereas coerced labor is used for less skilled work in peripheral areas. **The combination thereof is the essence of capitalism.** When labor is everywhere free, we shall have socialism. (MWS, 2011, Vol. 1, p. 127, negrito nosso).

A proletarização (= predomínio do *wage labor*), portanto, não pode atingir todo o espaço da vida produtiva em uma economia-mundo capitalista, pois isso imporia pressões excessivas aos meios de extração de excedentes, impactando na acumulação incessante de capital no longo prazo. A predominância de formas “semiproletárias” juntamente ao trabalho assalariado cria pontos de equilíbrio entre a formação de uma demanda efetiva (favorecida pela proletarização) e a limitação ao aumento dos salários (favorecida pela coexistência de formas semiproletárias de trabalho) (RFD, 1974, p. 414; WSA, 2004, Cap. 2; CHC, 2001, p. 26-27, p. 34). As diversas crises cíclicas do capitalismo decorreram do desajuste desse equilíbrio, gerando os problemas da superprodução ou do aumento excessivo dos custos de produção, sempre a exigir reacomodações, sendo a mais notável, em tempo recente, a que se verificou a partir de 1970 (AOT⁸², 1996, p. 212-215).

O outro lado da moeda da acumulação se percebe na formação de uma estrutura centro-periferia coextensiva ao espaço da economia-mundo. A diversidade nos modos de produção se deu em função de peculiaridades iniciais de cada zona, mas que foram reforçadas e retroalimentadas depois da formação de fluxos comerciais regulares (RFD, 1974, p. 401). Com o tempo, as disparidades de organização social do trabalho aumentaram em razão da

⁸² Abreviatura da obra coletiva, coordenada por WALLERSTEIN e TERENCE K. HOPKINS, publicada originalmente em 1996 intitulada: *The age of transition: trajectory of the world-system: 1945-2025*.

interdependência das trocas no mercado e da estrutura centro-periferia que favorece a acumulação desigual de capital e o poder desigualmente distribuído entre os diversos Estados nacionais. Por isso, pode-se dizer que a nova divisão europeia do trabalho é marcada pela hierarquização das diversas formas de controle do trabalho (especialização funcional), que produz a hierarquização dos espaços entre zonas centrais, periféricas e semiperiférica (especialização geográfica).

Conforme afirma WALLERSTEIN:

This division [of labor] is not merely functional—that is, occupational—but geographical. That is to say, the range of economic tasks is not evenly distributed throughout the world-system. In part this is the consequence of ecological considerations, to be sure. But for the most part, it is a function of the social organization of work, one which magnifies and legitimizes the ability of some groups within the system to exploit the labor of others, that is, to receive a larger share of the surplus (MWS, 2011, Vol. 1, p. 349).

A estrutura centro-periferia tem um impacto direto na formação dos Estados europeus, pois explica a razão de eles serem fortes nas zonas centrais e fracos ou inexistentes nas zonas periféricas (MWS, 2011, Vol. 1, p. 349). Isso porque a sustentação das burocracias estatais modernas está diretamente relacionada ao grau de acumulação de capital alocada em cada zona (MWS, 2011, Vol. 2, p. 112-113). Essa relação profunda entre a acumulação capitalista e a formação e consolidação dos Estados modernos europeus é o grande contributo que a análise dos sistemas-mundo fornece para a compreensão dos Estados que se tem hoje, virtualmente independentes e soberanos em praticamente todos os espaços do globo. Esse fato somente ocorre no século XX, já nos derradeiros episódios da história do sistema-mundo moderno.

No período do longo século XVI, o funcionamento da estrutura centro-periferia e a interferência direta da elite dos Estados centrais nas demais zonas da economia-mundo são percebidos claramente na influência que os mercadores holandeses, ingleses e franceses exerciam nas unidades produtivas localizadas nas colônias da América ou na Europa Oriental. Na prática, os impérios coloniais de Espanha e Portugal caíram rapidamente nas mãos dos empreendedores capitalistas dos países centrais, que drenavam a maior parte da riqueza ali produzida (MWS, 2011, Vol. 2, p. 158 e ss.). No mesmo sentido, a produção de cereais e de outros produtos primários da região do Báltico foi desde muito cedo administrada quase que com exclusividade por mercadores de Amsterdam que impunham os preços de compra aos grandes produtores rurais da Europa Oriental, mediante adiantamento de capital e compra antecipada da produção, gerando um sistema chamado por WALLERSTEIN de *international debt peonage*⁸³, responsável

⁸³ Sobre isso, WALLERSTEIN afirma: “This system of international debt peonage enabled a cadre of international merchants to bypass (and thus eventually destroy) the indigenous merchant classes of eastern Europe (and to some

por inibir o desenvolvimento de uma burguesia nativa nas zonas periféricas e garantir maior apropriação estrangeira dos excedentes aí produzidos (MWS, Vol. 1, p. 121-122).

Os exemplos dessa interferência da elite política e econômica (há diferença?) situada nas zonas centrais, por meio do aparato estatal, abundam na história moderna e dão a marca peculiar do capitalismo histórico⁸⁴ que se distancia fortemente das teses estranhas da economia política que lhe fixou a essência na liberdade de iniciativa, na livre concorrência e na não interferência estatal (ICS, 2006, p. 286). Sobre isso, WALLERSTEIN afirma:

Once we get a difference in the strength of the state-machineries, we get the operation of 'unequal exchange' which is enforced by strong states on weak ones, by core states on peripheral areas. Thus, capitalism involves not only appropriation of the surplus-value by an owner from a laborer, but **an appropriation of surplus of the whole world-economy by core areas**. And this was as true in the stage of agricultural capitalism as it is in the stage of industrial capitalism (RFD, 1974, p. 401, negrito nosso).

Portanto, a importância dos Estados modernos na formação e consolidação do capitalismo como sistema histórico não pode ser negligenciada. Foram eles os grandes operadores e mantenedores da estrutura centro-periferia, que hoje é vista na enorme disparidade entre os países “desenvolvidos” e os “subdesenvolvidos”, conforme a terminologia vulgarmente utilizada. Olhar para a acumulação capitalista sob a óptica exclusiva da exploração do trabalhador assalariado, no contexto de Estados nacionais, oculta um dos mecanismos mais relevantes (talvez o principal) na geração de excedentes: a subjugação geográfica das áreas periféricas pelos Estados centrais. Lançando os olhos no longo século XVI, contudo, não é possível deixar passar despercebida essa realidade.

Por conseguinte, o foco especial dado neste tópico aos eventos que transcorreram no longo século XVI se justifica por ser aí que WALLERSTEIN localiza as origens do capitalismo histórico e, igualmente, da formação e consolidação do Estado moderno (MWS, 2011, Vol. 1, Cap. 3). O autor segue sua análise nos volumes 2 e 3 de *The Modern World-System*, esmiuçando a evolução histórica da economia-mundo capitalista europeia. Contudo, nos períodos posteriores, não se dá nenhuma ruptura com as tendências iniciadas no longo século XVI, sobretudo no que tange à divisão única do trabalho e à estrutura centro-periferia. Muito pelo contrário, elas

extent those of Southern Europe) and enter into direct links with landlord-entrepreneurs (nobility included) who were essentially capitalist farmers, producing the goods and keeping control of them until they reached the first major port area, after which they were taken in hand by some merchants of west European (or north Italian) nationality who in turn worked through and with a burgeoning financial class centered in a few cities” (MWS, 2011, Vol. 1, p. 122).

⁸⁴ Sobre a normalidade da intervenção estatal na economia sob o capitalismo, WALLERSTEIN afirma: “De maneiras diferentes, o Estado tem sido crucial como mecanismo para otimizar a acumulação. Contudo, nos termos da sua ideologia, espera-se que o capitalismo expresse a atividade de empreendedores privados, livres da interferência dos aparatos estatais. Na prática, isso nunca foi verdade em lugar nenhum. É ocioso especular se o capitalismo teria florescido sem o papel ativo desempenhado pelo Estado moderno. No capitalismo histórico, os capitalistas confiaram em sua capacidade de utilizar os aparatos estatais em seu benefício” (CHC, 2001, p. 49).

se consolidam durante a contração econômica do século XVII e início do século XVIII, e expandem-se progressivamente para outras zonas a partir de fins do século XVIII, até atingirem todo o globo durante o século XX.

2.4 O espaço da economia-mundo e a arena externa

Uma das grandes contribuições da obra de WALLERSTEIN foi propor a redefinição da unidade de análise da realidade social, saindo do Estado nacional para o sistema-mundo (RFD, 1974)⁸⁵. O amálgama que unifica um sistema-mundo é a ordem econômica comum, demonstrada pela existência de uma divisão única do trabalho entre as diversas zonas conectadas pelo comércio mundial. No caso da economia-mundo capitalista europeia, essa ordem econômica comum continha diversas unidades políticas estatais em competição e, igualmente, múltiplas ordens culturais não necessariamente identificadas com as fronteiras estatais.

Para localizar as fronteiras espaciais da economia-mundo capitalista europeia, deve-se olhar para um aspecto dessa divisão do trabalho: o tipo de trocas comerciais que lhe dão especificidade. Nas palavras de WALLERSTEIN:

We must start with how one demonstrates the existence of a single division of labor. We can regard a division of labor as a grid which is substantially interdependent. Economic actors operate on some assumption (obviously seldom clear to any individual actor) that the totality of their essential needs—of sustenance, protection, and pleasure—will be met over a reasonable time-span by a combination of their own productive activities and exchange in some form. **The smallest grid that would substantially meet the expectations of the overwhelming majority of actors within those boundaries constitutes a single division of labor** (RFD, 1974, p. 397, **negrito nosso**).

Assim, não será qualquer tipo de intercâmbio comercial que formará a divisão única do trabalho e, conseqüentemente, indicará as fronteiras espaciais da economia-mundo. Devem-se diferenciar as trocas essenciais (*essential exchanges*) das trocas de preciosidades (*luxury exchanges*) (RFD, 1974, p. 397-398). As primeiras se destinam a satisfazer às necessidades econômicas da grande maioria dos consumidores, representando o volume⁸⁶ majoritário das trocas; as segundas, por sua vez, se destinam a reduzidos compradores, e suas variâncias não impactam tão fortemente na organização socioeconômica e política da produção⁸⁷. Para demonstrar essa

⁸⁵ O mais notável texto publicado pelo autor sobre esse tema foi o artigo intitulado *The rise and future demise of the World Capitalist System*, que veio a público em 1974 junto do primeiro volume da obra analítica *The Modern World-System*.

⁸⁶ Volume seja no sentido da quantidade de bens produzidos e transacionados, seja na importância relativa dos processos acumulativos a eles relacionados, seja na parcela da população envolvida na sua produção.

⁸⁷ Isso não significa que o comércio de preciosidades não seja lucrativo, muito pelo contrário. Apenas que a quantidade de capital nele gerada não pode ser comparada, no longo prazo, com aquela produzida no intercâmbio de bens essenciais, cuja produção é interna à economia-mundo.

distinção, WALLERSTEIN compara o comércio da Europa Oriental com o da Rússia, por um lado, e o da América Hispânica com o do Oceano Índico, de outro, durante o longo século XVI (MWS, 2011, Vol. 1, Cap. 6).

Antecipando as conclusões, o autor afirmará que integravam a economia-mundo europeia, nesse período, as zonas mediterrâneas europeias, da Itália até a Península Ibérica, as zonas ocupadas pelo Sacro Império Romano-Germânico, o noroeste europeu, incluindo a Suécia, a Europa Oriental até os limites com os russos, as ilhas atlânticas, as ilhas caribenhas (*West Indies*) e as colônias americanas (MWS, 2011, Vol. 1, p. 68). Estavam na arena externa, mas ainda assim mantendo vínculos comerciais peculiares com a economia-mundo europeia, o Império Russo, o Império Otomano, a costa oeste da África e as regiões adjacentes ao Oceano Índico (MWS, 2011, Vol. 1, Cap. 6). Essa composição territorial se manteve relativamente constante até meados do século XVIII, verificando-se apenas algumas expansões coloniais na América – formação de colônias nas ilhas do Caribe e na América do Norte (MWS, 2011, Vol. 2, p. 08-09; p. 157-158).

Iniciando pela comparação entre o comércio do Báltico, especialmente com a Polônia, e o comércio com o Império Russo, WALLERSTEIN observa três distinções principais: (a) natureza do comércio; (b) força e papel da burocracia estatal; (c) situação da burguesia nativa urbana (MWS, 2011, Vol. 1, p. 302).

Sobre a composição do comércio, WALLERSTEIN afirma que a “Russia exported various raw materials used for naval stores (flax, hemp, grease, wax) plus furs and imported luxury articles and metal goods (including munitions)” (MWS, 2011, Vol. 1, p. 306). À exceção das peles (*furs*), então itens de luxo, as matérias-primas para a indústria naval eram de alta necessidade para os países do noroeste europeu. Contudo, o volume e a regularidade do comércio, nessa época, não indicavam a essencialidade da oferta russa para os países europeus, sobretudo porque existiam outras fontes mais baratas de tais produtos (e.g., os países da Europa Oriental) (MWS, 2011, Vol. 1, p. 306). Assim, a demanda europeia já era satisfatoriamente atendida por fontes mais baratas. Sob o aspecto russo, por sua vez, um bloqueio no comércio não geraria tão grande impacto, uma vez que a maior parte da produção dos senhores de terra russos era destinada ao mercado doméstico (MWS, 2011, Vol. 1, p. 305). E, de fato, verifica-se que o bloqueio comercial de 1626, imposto pelos suecos na região do báltico, não gerou severos impactos na economia russa, contrariamente à depressão causada na economia polonesa (MWS, 2011, Vol. 1, p. 304).

Já o comércio da Europa Ocidental com a Polônia, por sua vez, constituiu ponto de sustentação da acumulação capitalista das zonas centrais da economia-mundo, que se tornou

dependente dos cereais vindos do Báltico. A economia polonesa especializou-se amplamente na produção de cereais, obtendo os demais bens de que necessitava mediante o comércio internacional e tornando-se uma economia totalmente aberta ao exterior (MWS, 2011, Vol. 1, p. 304).

Quando se olha para o papel da burocracia estatal, percebe-se uma distinção ainda mais severa. Enquanto a Rússia se desenvolvia como um império, expandindo-se amplamente para o norte e leste asiático, sob a governo do czar Ivan IV, o rei polonês enfraqueceu-se persistentemente em face dos aristocratas proprietários dos grandes domínios fundiários que produziam cereais para o mercado europeu e absorviam a maior parte da riqueza ali produzida⁸⁸ (MWS, 2011, Vol. 1, p. 309-310). As intenções de Ivan IV não eram integrar a economia-mundo europeia em posição periférica, mas construir um Império Russo, incorporando territórios, politicamente subjugados à autoridade do czar (MWS, 2011, Vol. 1, p. 319-320). Aprofundar os vínculos comerciais com a Europa, abrindo a economia russa para integrá-la à divisão europeia do trabalho, estaria na contramão desse objetivo. Assim, verifica-se na Rússia desse período um aumento do poder estatal por meio de uma burocracia estatal patrimonialista, subjugando a influência da aristocracia, tal qual ocorreu na Europa Ocidental (MWS, 2011, Vol. 1, p. 315-316).

A situação da burguesia nativa, por sua vez, segue as tendências de fortalecimento ou enfraquecimento do Estado. No caso polonês, observa-se o desaparecimento quase total de uma burguesia urbana nativa, que foi substituída por estrangeiros, sejam judeus realocados e sem direitos políticos, sejam mercadores estrangeiros que ali estavam apenas no curso de seus negócios (MWS, 2011, Vol. 1, p. 309). O controle comercial sobre a produção nacional por uma burguesia estrangeira é uma característica recorrente das zonas periféricas da economia-mundo europeia. Na Rússia, por outro lado, a burguesia nativa sobreviveu às mudanças do século XVI, associando-se de algumas maneiras ao czar (em outras, se opondo a ele) e resistindo à competição dos grandes proprietários de terra (MWS, 2011, Vol. 1, p. 323). Juntamente com a burguesia, as cidades seguiram crescendo, mesmo que em ritmo muito inferior ao das cidades da Europa Ocidental (MWS, 2011, Vol. 1, p. 322).

Em resumo, percebe-se que, a despeito dos vínculos comerciais com a Europa, a Rússia conseguiu permanecer relativamente independente, não sofrendo as alterações negativas pelas quais passou a Europa Oriental no rumo da periferização. O fato de a Rússia ter manifestado

⁸⁸ Nas palavras de WALLERSTEIN: “As the landed aristocracy of Poland grew stronger through its profitable role in international trade and the indigenous bourgeoisie grew weak, the tax base of the state frittered away which meant that the king could not afford to maintain an adequate army” (MWS, 2011, Vol. 1, p. 309).

tendências diversas, seja no aspecto político, seja no econômico e social, demonstra que ela não se integrou verdadeiramente ao sistema social europeu, seguindo direções diferentes. Isso permaneceu assim ao menos até o início do século XVIII, quando começa seu processo de incorporação à economia-mundo europeia na condição periférica/semiperiférica (MWS, 2011, Vol. 3, Cap. 3).

Situação ainda mais evidente foi o caso do Império Mogol⁸⁹ no subcontinente indiano, com o qual a Europa iniciou relações comerciais permanentes desde a conquista portuguesa das rotas comerciais do Oceano Índico.

O comércio com as Índias foi estruturado por meio de entrepostos comerciais e alguns mercados intermediários (MWS, 2011, Vol. 1, p. 327). O ingresso dos portugueses se deu largamente pela sua superioridade naval e militar e por um vácuo político no Oceano Índico (MWS, 2011, Vol. 1, p. 328). A tarefa portuguesa, contudo, resumiu-se a organizar melhor rotas comerciais já existentes e racionalizar o comércio intra-asiático (MWS, 2011, Vol. 1, p. 331). Não houve nenhuma pretensão de domínio político sobre o continente, e mesmo que houvesse, os europeus não possuíam superioridade militar em terra, o que veio a ocorrer apenas no século XVIII (MWS, 2011, Vol. 1, p. 332). Sob os aspectos internos aos países asiáticos, a conquista europeia das rotas comerciais teve pouco impacto, “*the social organization of the economy as well as the political superstructures remained largely untouched*” (MWS, 2011, Vol. 1, p. 331).

Os produtos comercializados com as Índias eram basicamente *luxuries*: especiarias, porcelana e seda, trocados por metais preciosos, pois a Europa não tinha muito a oferecer em *commodities* que interessassem aos asiáticos nessa época (MWS, 2011, Vol. 3, p. 137). A exportação de *luxuries*, sob o aspecto do país de origem, “*refers to the disposition of socially low-valued items at prices far higher than those obtainable from their alternative usages*” (MWS, 2011, Vol. 3, p. 132). Nas Índias, as especiarias eram de baixo valor, dadas a abundância e a facilidade de acesso. Para os europeus, contrariamente, eram produtos de difícil obtenção e apreciáveis pela sua destinação. O comércio nessas circunstâncias, sem que a zona exportadora esteja integrada ao sistema social da zona importadora, gera grande disparidade de preço e altos lucros. Era vantajoso para os mercadores europeus, mas, do ponto de vista da economia-mundo europeia, era uma forma de consumir excedentes em vez de gerá-los. Logo, não era sustentável em longo prazo, estava suscetível a flutuações e gerava uma permanente balança comercial desfavorável (MWS, 2011, Vol. 3, p. 136).

⁸⁹ Também chamado de Império Mugal ou Mogul, constituiu a estrutura política imperial remanescente no subcontinente indiano decorrente da desarticulação do Império Mongol.

Quando se compara o comércio português nas Índias com a exploração espanhola da América, percebe-se claramente a diferença entre as zonas internas à economia-mundo e a externa.

Na América, os espanhóis fundaram colônias no contexto de um processo agressivo de conquista territorial e subjugação dos povos nativos. A exploração econômica inicia-se por meio de extrativismo, mas passa logo à produção local das *commodities* consumidas no mercado europeu (MWS, 2011, Vol. 1, p. 337). E essa produção foi administrada diretamente pelos europeus que se situaram nas colônias formando sua elite dominante, mediante a exploração coercitiva de mão de obra barata. Como resultado, há uma profunda transformação social das áreas incorporadora à economia-mundo europeia (MWS, 2011, Vol. 1, p. 337). Os países asiáticos de antes e depois da conquista portuguesa não são muito diferentes no aspecto social, econômico ou político. Na América, contudo, tem-se uma profunda e marcante ruptura.

Em resumo, sobre as fronteiras geográficas da economia-mundo, WALLERSTEIN afirma:

As a general rule, the geographical bounds of a world-economy are a matter of equilibrium. The dynamics of forces at the core may lead to an expansionist pressure (as we saw happened in Europe in the fifteenth century). The system expands outward until it reaches the point where the loss is greater than the gain. One factor is of course distance, a function of the state of the technology (MWS, 2011, Vol. 1, p. 338).

No período de 1500-1750, exceder ao nível do comércio de entrepostos, no papel de intermediários dos vínculos europeus com a Ásia, significava alcançar o ponto em que as perdas superavam os ganhos. Como a conquista territorial não era possível, justamente por ser muito onerosa aos europeus, mantém-se no patamar do intercâmbio de *luxuries*. E isso não se altera com o ingresso dos holandeses e, posteriormente, dos ingleses no comércio com as Índias, ao menos não até a segunda metade do século XVIII, quando a economia-mundo europeia entra em uma nova fase (MWS, 2011, Vol. 1, p. 342; Vol. 3, Cap. 3).

Por conseguinte, olhar para os vínculos comerciais da Europa no período moderno não é suficiente para fixar os limites da economia-mundo europeia. É necessário qualificar esses vínculos para se determinarem as verdadeiras fronteiras espaciais do sistema histórico em questão. Identificadas essas fronteiras, podem-se empreender as análises comparativas entre as diversas zonas integrantes para se compreenderem as tendências e regularidades que organizam a realidade social nesse contexto (RFD, 1974, p. 393-394). E esse estudo se faz no nível do sistema-mundo, e não no dos diversos Estados nacionais que o compõem.

Ao que interessa a este trabalho, essa fixação de fronteiras é essencial, pois demonstra que o fenômeno do Estado moderno não é algo que possa ser entendido desconectado da

economia-mundo capitalista europeia. E nem fora dela, tampouco em unidades demasiadamente restritas a ela integrantes (e.g., o espaço ocupado por um povo, ou uma nação).

2.5 As fases da economia-mundo capitalista europeia

Na visão de WALLERSTEIN, a história da economia-mundo capitalista europeia (ou sistema-mundo moderno) pode ser dividida em quatro fases ou etapas. A primeira se inicia a partir de 1450, com a superação da crise do feudalismo e o estabelecimento das bases de um novo sistema social. Esse primeiro período vai de 1450 a 1640, ao qual o autor chamou de longo século XVI. Essa foi a fase da qual mais se tratou nos itens anteriores, justamente por ter sido nela em que se formaram as estruturas econômicas e políticas do sistema-mundo moderno.

Sumarizando, então, as principais características dessa primeira fase são: (a) expansão geográfica da Europa; (b) expansão econômica e demográfica, com aumento maciço na circulação monetária e valorização dos preços; (c) formação da nova divisão europeia do trabalho, bastante distinta da existente no período feudal; (d) estruturação das zonas internas à economia-mundo no esquema centro-semiperiferia-periferia, variando nesse espectro os índices de acumulação de riqueza e concentração de poder político; (e) formação de múltiplos Estados nacionais cuja soberania política abarca zonas menores internas ao espaço da economia-mundo, de forma que eles compitam entre si e sem que os conflitos atinjam um nível impeditivo do funcionamento do comércio mundial; (f) fracasso da tentativa de Carlos V, Rei da Espanha e Imperador do Sacro Império Romano Germânico, em transformar a nascente economia-mundo em um império-mundo, subjugando as demais autoridades políticas a partir de uma estrutura imperial centralizada (RFD, 1974, p. 406-407). Os tópicos “e” e “f” serão desdobrados no Capítulo 3, bastando noticiar sua ocorrência.

A segunda fase da economia-mundo se estende pelo período de 1600 a 1750⁹⁰ (MWS, 2011, Vol. 2). A sobreposição temporal é intencional, pois a principal característica desse período é a contração econômica que inicia seus primeiros movimentos em 1600, mas se intensifica em meados do século XVII, enfraquecendo-se a partir de 1730. Essa fase de contração é

⁹⁰ Essa periodização é dada pelo autor no Volume 2 de *The Modern World-System*, obra publicada originalmente em 1980. No artigo inaugural da análise dos sistemas-mundo, *The Rise and Future Demise of Capitalist World-System*, publicado em 1974, o autor fornece uma periodização mais curta de 1650 a 1730. Ao que tudo indica, e pela argumentação encontrada no Volume 2 de MWS, WALLERSTEIN reviu sua opinião. As justificativas dadas são plausíveis: ciclos de longo prazo não têm data de início e fim bem demarcados, sendo que o ciclo de retração econômica que afetou a economia-mundo europeia no século XVII inicia-se já desde 1600, ficando mais agudo e evidente a partir de meados do século. O fim da fase recessiva também tem essa característica, amenizando-se a partir de 1730, porém com alguns rebotes, evidenciando-se o início de uma fase expansiva apenas a partir de 1750.

comumente estudada pela historiografia sob a alcunha de “*the crisis of the seventeenth century*” (MWS, 2011, Vol. 2, Cap. 1).

Ao contrário da opinião majoritária, que considera essa fase como um momento de re-feudalização da Europa, WALLERSTEIN constrói a argumentação de que as formas capitalistas adotadas a partir de 1450 não deixam de operar, não se verificando nenhuma descontinuidade nas tendências formadas na primeira fase ((MWS, 2011, Vol. 2, Cap. 1). A retração econômica, muito pelo contrário, fortalece e consolida essas tendências. Ademais, o autor rechaça a terminologia “crise” para designar esse período, pois não ocorre de fato uma desarticulação do sistema social, porém mera desaceleração dos processos expansivos na economia e de fortalecimento dos Estados na política (MWS, 2011, Vol. 2, p. 18).

Exemplificando sua argumentação, WALLERSTEIN compara o período de 1600-1750, de retração ou fase-B, com o equivalente do feudalismo da Baixa Idade Média, que ocorre de 1300-1450. O ponto em comum a ambos é a recessão econômica, afetando o sistema social na sua totalidade. Contudo, no caso do feudalismo observa-se uma grande simetria entre a fase-A (1000-1250), expansiva, e a fase-B, recessiva, isto é, as variáveis subiam no primeiro período, e desciam na mesma medida, no segundo (MWS, 2011, Vol. 2, p. xvii-xviii). Não houve desníveis evidentes entre as fases. No caso do período moderno, a fase-B apresenta grande assimetria em relação à fase-A, seja no movimento das variáveis econômicas (subiram mais na fase-A do que desciam na fase-B), seja no aspecto geográfico da economia-mundo, com algumas zonas amargando os maiores prejuízos e outras passando praticamente intocadas (MWS, 2011, Vol. 2, p. xviii e ss.). Isso somente foi possível graças à existência já consolidada da estrutura centro-periferia na composição da divisão europeia do trabalho.

Essa disparidade indica que a fase-B de 1600-1750 foi apenas uma desaceleração, e não uma reversão dos processos acumulativos já instalados. A fim de que a diminuição do produto econômico geral não impactasse os níveis já obtidos de concentração e acumulação de capital, as zonas periféricas perderam mais, para que nas zonas centrais se continuasse a ganhar⁹¹ (MWS, 2011, Vol. 2, p. 19). Nas palavras de WALLERSTEIN:

The contraction of the seventeenth century was one that occurred *within* a functioning, ongoing capitalist world-economy. It was the first of many worldwide contractions or depressions that this system would experience; but the system was already sufficiently ensconced in the interests of politically dominant strata within the world-economy, and the energies of these strata turned *grosso modo* and collectively not to undoing the system, but instead to discovering the means by which they could make it work to

⁹¹ WALLERSTEIN afirma que o período de 1600-1750 “was rather a period marked by an “increasing disequilibrium” within the system as a whole. Increasing disequilibrium is not something to be placed in contrast to contraction; in a period of contraction disequilibrium is in fact one of the key mechanisms of capitalism, one of the factors permitting concentration and increased accumulation of capital” (MWS, 2011, Vol. 2, p. 19).

their profit, even, or perhaps especially, in a period of economic contraction (MWS, 2011, Vol. 2, p. 18-19, *italico do autor*).

E esses meios de preservar os processos acumulativos estavam à disposição para manejo efetivo apenas da elite situada nos Estados das zonas centrais da economia-mundo, isto é, onde o aparato estatal tinha mais força interna e externa. O principal deles foi a política mercantilista, que compôs uma das grandes características dessa fase da história do sistema-mundo moderno (RFD, 1974, p. 407).

O mercantilismo, longe de ser antitético ao capitalismo, “was a device of partial insulation and withdrawal from the world market of large areas themselves hierarchically constructed—that is, empires⁹² within the world-economy” (RFD, 1974, p. 407). Em outras palavras, era uma forma de aprimorar sua posição econômica no mercado mundial, impondo restrições ao livre fluxo comercial e outorgando privilégios e vantagens aos capitalistas situados em uma área em detrimento de outra. O objetivo não era construir um sistema social autônomo e separado ao da economia-mundo, saindo da divisão única do trabalho, mas obter uma posição superior nessa divisão, aumentando a taxa de concentração de capital em determinada zona à custa das demais. Isso é plenamente capitalista e continuou sendo utilizado nos séculos posteriores.

Em razão da competição por lucros mais escassos, ocorre, consequentemente, um agravamento dos conflitos interestatais, representado por uma sucessão de momentos de “paz” ou cessar-fogo e momentos de guerra. No centro desses conflitos, estavam os Estados situados nas zonas centrais, os mais equipados para tanto: as Províncias Unidas, a Inglaterra e a França. O primeiro assumiu a posição de hegemonia a partir de 1650, conservando a dianteira ao menos até o fim do século XVII (MWS, 2011, Vol. 2, Cap. 2). Os dois restantes estavam sempre em lados opostos, disputando a vaga de sucessor dos *dutch*⁹³ na condição de Estado hegemônico, o que veio a ocorrer apenas em 1815 com a vitória incontestada da Inglaterra (já Reino Unido)⁹⁴ (MWS, 2011, Vol. 3, Cap. 2). Os demais Estados europeus orbitavam no grande conflito travado entre britânicos e franceses, ora associando-se a um, ora a outro.

⁹² WALLERSTEIN se refere aos impérios coloniais ou comerciais formados pelas grandes potências europeias como forma de concentrar para si as riquezas produzidas em determinada zona, sem, contudo, sair dos fluxos regulares do mercado mundial. Foi uma fase de conflitos severos entre os Estados europeus, e a bandeira do livre comércio, como ideologia do capitalismo, só seria levantada (muito oportunamente) a partir do século XIX.

⁹³ Permita-se utilizar a terminologia em inglês, pois em português carece-se de uma palavra que representa o genérico das Províncias Unidas dessa época, uma vez que “holandeses” não é totalmente preciso, pois a Província da Holanda era apenas uma (apesar da principal) das sete que compunham as Províncias Unidas.

⁹⁴ O Reino Unido da Grã-Bretanha surge apenas em 1707 com o Tratado de União entre o Reino da Inglaterra e o Reino da Escócia.

A terceira fase destacada por WALLERSTEIN cobre o período de 1750-1914, e é marcada por uma grande expansão econômica e geográfica da economia-mundo, e pelo advento do capitalismo industrial (RFD, 1974, p. 408). Ademais, é nessa fase que ocorre o movimento de “*settler decolonization of the Americas*”, isto é, a emancipação política das colônias americanas feita em exclusivo benefício dos colonos europeus e em franco alinhamento com os processos de acumulação capitalista operantes na economia-mundo⁹⁵ (MWS, 2011, Vol. 3, Cap. 4). O surgimento de novos Estados “independentes” não alterou o equilíbrio de poder e os fluxos periferia-centro de concentração de capital. Para compensar a ascensão política e econômica de alguns Estados, tais como os Estados Unidos da América e o Reino da Prússia, vastas regiões da Ásia e da África foram incorporadoras à divisão única do trabalho na posição periférica (RFD, 1974, p. 409).

Na dianteira do capitalismo industrial esteve o Reino Unido, que assumiu a posição de Estado hegemônico da economia-mundo, mantendo, por algumas décadas, vantagem competitiva superior a todos os demais, seja no nível da produção, do comércio ou das finanças. Como consequência desse pioneirismo e sua temível posição, a economia-mundo europeia passou por uma fase excepcional de “paz” de 1815 a 1914, pelo menos quando se compara aos permanentes conflitos interestatais dos séculos XVII e XVIII. Essa liderança moral do sistema interestatal é uma das características do poder hegemônico, já praticada pelas Províncias Unidas no século XVII e repetida pelos Estados Unidos da América depois da Segunda Guerra Mundial (MWS, 2011, Vol. 2, Cap. 2).

Como contraponto do surgimento do capitalismo industrial e da incorporação de novas zonas à divisão europeia do trabalho, é na terceira fase que ocorre a abolição formal e progressiva do trabalho escravo como uma das formas de controle de trabalho prevalecentes nas zonas periféricas (RFD, 1974, p. 409). Pelo menos quando se trata da escravidão nos moldes conhecidos desde o século XV. As formas coercitivas de trabalho, assemelhadas ao trabalho servil, continuaram a dar o tom da vida produtiva na periferia da economia-mundo. E isso segue nos dias de hoje. Seja pela informalidade dos vínculos empregatícios, seja pela servidão por dívida, seja pela atuação dos governos na fixação de salários em níveis incompatíveis com a manutenção digna da vida, seja pela ausência de intervenção estatal na proteção do trabalho e do trabalhador, seja pela precarização das relações de trabalho, removendo-se garantias securitárias e

⁹⁵ Em verdadeira, tem-se uma exceção notável, que confirma a regra, a República do Haiti, cuja independência se obteve em favor de grupos não-europeus. O resultado foi o quase completo ostracismo desse país no sistema-mundo, que foi excluído dos fluxos comerciais mundiais, sofrendo graves problemas econômicos.

previdenciárias ou proteções relacionadas à saúde do trabalho, e assim por diante. A lista é extensa e a criatividade perversa do capitalista tem desafiado o bom senso.

De qualquer forma, a abolição do trabalho escravo, encabeçada pelo Reino Unido no século XIX, está diretamente relacionada ao impacto à capacidade produtiva da costa oeste da África provocada pela remoção de seus habitantes como escravos⁹⁶ (RFD, 1974, p. 409). Uma vez que essa zona foi integrada à divisão europeia do trabalho, passando produzir matéria-prima e outros produtos consumidos na Europa, a escassez de mão de obra nativa seria prejudicial. Ademais, o trabalho escravo é uma forma de controle do trabalho que não contribui com a ampliação dos mercados consumidores, entravando uma maior monetarização das relações econômicas que seria mais favorável à acumulação de capital. Contudo, isso só ocorre nesse momento da história, quando a grande indústria adquire uma capacidade produtiva muito superior à demanda nos mercados existentes.

Outra notável característica da terceira fase foi a formação de uma geocultura, isto é, uma cultura comum superior, capaz de compartilhar alguns valores em todas as zonas da economia-mundo. Esse fenômeno, inédito até então na história do sistema-mundo moderno, gerou a ideologia política chamada por WALLERSTEIN de liberalismo centrista, que reunia uma série de valores e princípios relacionados ao governo do Estado, à condição política do povo, e ao relacionamento entre ação política e vida econômica (MWS, 2011, Vol. 4, Cap. 1; WSA, 2004, Cap. 4). Sua principal bandeira é direcionar a atuação estatal para a realização de reformas políticas e sociais embasadas na opinião de uma elite intelectual, e voltadas a conter os ânimos revolucionários despertados em nível mundial pela Revolução Francesa (MWS, 2011, Vol. 4, p. 6; EW, 2000, p. 420). É nesse contexto em que se elaboram o Estado Liberal, o conceito de cidadão, os direitos políticos e o sufrágio, as primeiras constituições que limitam o poder do soberano, produzindo mais adiante, no século XX, o Estado do bem-estar social e outras variações relacionadas aos valores democráticos e sociais (MWS, 2011, Vol. 4, Cap. 1; WSA, 2004, Cap. 4; ICS, 2006, p. 26).

A quarta fase, em que atualmente se encontra, inicia-se com os conflitos bélicos de transcendência mundial de 1914, que se estendem praticamente até 1945. Esse período marcou

⁹⁶ Nas palavras de WALLERSTEIN: “(...) the fact that removing a man from West Africa lowered the productive potential of the region was of zero cost to the European world-economy since these areas were not part of the division of labor. Of course, had the slave trade totally denuded Africa of all possibilities of furnishing further slaves, then a real cost to Europe would have commenced. But that point was never historically reached. Once, however, Africa was part of the periphery, then the real cost of a slave in terms of the production of surplus in the world-economy went up to such a point that it became far more economical to use wage-labor, even on sugar or cotton plantations, which is precisely what transpired in the nineteenth-century Caribbean and other slave-labor regions” (RFD, 1974, p. 409).

um momento de disputa entre dois Estados na sucessão do Reino Unido como poder hegemônico, fato que já havia acontecido nos séculos anteriores. Os pretendentes eram os Estados Unidos da América e a Alemanha. O primeiro saiu vencedor. Contudo, nesse ínterim ocorre um movimento de aparente ruptura com as tendências centrais da economia-mundo capitalista europeia: a Revolução Russa de 1917. A despeito de ter sido um movimento antissistêmico, como o foi a Revolução Francesa, ele se inseriu num quadro de normalidade. Isso porque os efeitos não foram antissistêmicos. Muito pelo contrário, foi uma tentativa de fortalecer um Estado semiperiférico que estava em decadência no sistema interestatal (RFD, 1974, p. 411). A parcial retirada da União Soviética do comércio mundial se assemelha ao mercantilismo das nações europeias do século XVII, com o adicional de ter consolidado naquele país as mesmas tendências do capitalismo industrial já manifestadas na zona central (cf. item 4.5 *infra*).

Nessa fase ocorre também a superação do regime colonial como forma de relacionamento entre as zonas centrais e as periféricas (RFD, 1974, p. 412). Os Estados Unidos, atendendo aos seus próprios interesses, promovem a grande descolonização da África e da Ásia, inaugurando um novo modelo de relacionamento centro-periferia operado por meio das empresas multinacionais. As grandes corporações, de um lado, e as organizações internacionais, de outro, foram os grandes atores sistêmicos dessa fase do sistema-mundo moderno. Ambas atuaram em várias frentes para anular a resistência dos novos (e muitos) Estados “soberanos” em face dos interesses do capitalismo mundial e para garantir a manutenção dos processos acumulativos em níveis nunca vistos.

Como resultado dessa política norte-americana em nível global, os capitalistas adquiriram uma liberdade sem precedentes de atuação na economia-mundo diante das burocracias estatais, a ponto de poder ocasionalmente dispensá-las ou manipulá-las conforme seus interesses. Até os Estados centrais passaram a enfrentar problemas para controlar, a seu favor, os capitalistas neles situados, ou beneficiários da sua estrutura burocrática.

Por fim, é na fase quatro que as grandes contradições do sistema-mundo moderno se agravam a ponto de lançá-lo em sua primeira, única e verdadeira crise sistêmica. Para WALLERSTEIN, esse movimento de superação está em curso, tal qual ocorreu com o feudalismo no século XIV e XV. Isso porque nenhum sistema social é eterno, pois eles são, antes de tudo, históricos. Formam estruturas de longa duração que resistem por séculos, porém em algum momento elas são suplantadas e dão lugar a outras realidades distintas.

E é nesse período que se pode falar também em uma verdadeira crise do Estado moderno como forma dominante de organização do poder político. Como realidade específica de um sistema histórico, o Estado moderno segue a sorte do capitalismo. Eles nasceram juntos e

caminham juntos para o fim. Isso não significa superação completa de uma realidade ou retorno às formas anteriores de organização política; apenas que as características essenciais de funcionamento desse modelo serão superadas ou modificadas. É delas que se tratará nos Capítulos 3 e 4. Aqui bastou oferecer um panorama do desenvolvimento do sistema-mundo moderno no tempo, desde sua formação até os dias atuais, conforme as teses elaboradas por WALLERSTEIN.

2.6 A posição de BRAUDEL e de ARRIGHI

A lógica do argumento de WALLERSTEIN está em localizar o nascedouro do moderno capitalismo na formação de um mercado mundial no longo século XVI. A estrutura econômica feudal vai se desarticulando; a terra começa a ser convertida em mercadoria; os senhores passam a destinar partes cada vez maiores da produção obtida em suas terras (direta ou indiretamente) para a comercialização no mercado mundial; cresce a preocupação com a melhoria da eficiência produtiva na agricultura e na indústria; o lucro passa a ser mais importante do que as rendas patrimoniais na composição dos excedentes que sustentavam a elite; o comércio expande-se para espaços anteriormente não ocupados; desenha-se uma divisão única do trabalho; hierarquizam-se as zonas geográficas integrantes da economia-mundo; aumenta-se enormemente a quantidade de moeda em circulação; surgem Estados nacionais como importantes atores econômicos; e os papéis sociais vão se modificando.

De fato, tudo isso aconteceu a partir de 1450, indicando o movimento, que se mostrou irreversível, de superação de um sistema histórico baseado em privilégios político-culturais e em uma estrutura social rígida, para outro, em que o privilégio é obtido pelos mecanismos mais sub-reptícios do mercado, e a sociedade parece se tornar mais fluida. O capitalismo é entendido, nesse contexto, não como um modo de produção específico (o fabril, por meio do assalariamento da mão de obra, conforme a opinião tradicional), mas como uma lógica da vida econômica que direciona seu esforço produtivo para as trocas mercantis com a finalidade de geração de excedentes acumulados indefinidamente por uma minoria, no contexto de um mercado mundial, e mediante a intervenção direta de Estados soberanos, organizados em um sistema interestatal de forma que a soberania política de nenhum deles ocupe todo o espaço da economia-mundo. O móvel daqueles que dirigem a vida social passa a ser o lucro e a acumulação, sejam quais forem os meios para que isso se realize.

FERNAND BRAUDEL e GIOVANNI ARRIGHI, o primeiro, grande historiador francês da Escola dos *Annales*, o segundo, um cientista social norte-americano associado à análise dos

sistemas-mundo, apresentaram uma explicação diferente, apesar de não adversa, acerca da formação do moderno capitalismo.

WALLERSTEIN procura a origem do capitalismo “in the organization of agricultural production in the territorial states of northwestern Europe” (ARRIGHI, 1998, p. 125). Em razão disso, ele teve necessariamente de lidar com a crise do feudalismo europeu, tentando encontrar a transição de um modo feudal de produção na agricultura para um modo capitalista, voltado ao mercado e à manutenção de privilégios por meio do lucro. Por outro lado, BRAUDEL, seguido por ARRIGHI, entende que o capitalismo não surge na produção agrária europeia, mas “in the organization of long-distance trade and high finances in the city-states of northern Italy” (ARRIGHI, 1998, p. 125). Assim, o foco volta-se para as práticas capitalistas testadas e aplicadas sistematicamente nas quatro cidades-estados italianas (Veneza, Gênova, Florença e Milão) desde o século XIII. A crise do feudalismo não ingressa na explicação.

A pergunta que BRAUDEL e ARRIGHI fazem não é quando e como ocorre a transição do feudalismo ao capitalismo – tema central de debate na historiografia da década de 50 e 60, especialmente entre MAURICE DOBB e PAUL SWEEZY, que muito influenciou a obra de WALLERSTEIN (MWS, 2011, Vol. 1, Cap. 1). O que se questiona é como as práticas capitalistas do enclave italiano conseguiram expandir-se e dominar os Estados territoriais europeus e, posteriormente, o mundo. Nas palavras de ARRIGHI: “From this perspective, the most important transition in the formation of the modern world is not from feudalism to capitalism but from an interstitial capitalist formation embedded in a system of city-states to a world capitalist system embedded in a system of nation-states” (1998, p. 127-127).

Seguindo essa linha de questionamento, e observando o modo de funcionamento das práticas de acumulação de riqueza nas cidades-estados italianas, BRAUDEL formula a tese da divisão tríade da economia, sendo que o capitalismo, propriamente dito, ocuparia apenas um andar desse edifício, o superior. Ele afirma que “o capitalismo, assim situado como o lugar do investimento e da alta taxa de produção de capital, tem de ser reinserido na vida econômica, cujo volume não ocupa por inteiro” (BRAUDEL, 2009, Vol. 2, p. 200). Dessa assertiva extraem-se duas características fundamentais acerca do capitalismo: (a) ele não ocupa todos os setores da vida econômica; (b) ele se caracteriza por uma lógica própria: a expansão pura e simples. Em outras palavras, o capitalismo é uma maneira de lidar com a vida econômica inserindo na atividade de produção e circulação o escopo expansivo e acumulativo. É plenamente possível atuar economicamente sem tal escopo. E isso se dá por meio da economia de mercado, o segundo andar desse edifício (BRAUDEL, 2009, Vol. 2, p. 197).

Pode parecer contraditório, à primeira vista. Contudo, deve-se fazer uma distinção entre o capitalismo e a economia de mercado. Os herdeiros de ADAM SMITH e de DAVID RICARDO, bem como de uma falange de economistas liberais, associam com total naturalidade o capitalismo com a livre concorrência. Para eles, a situação de monopólio é algo excepcional, que deve ser combatida e evitada. Revendo essa posição a partir da sua extensa pesquisa histórica, BRAUDEL verifica que, em verdade, ao se observar a atividade capitalista desde seus primórdios nas cidades italianas do século XIII a XV e nos Estados modernos dos séculos XVI a XVIII, antes da revolução industrial, depreende-se que o capitalista bem-sucedido era aquele que conseguia exercer certo poder de domínio sobre as forças do mercado, restringindo-as conforme os interesses do alto lucro (BRAUDEL, 1987, p. 42 e ss.). Aliás, toda a atividade capitalista comercial que prevaleceu nesse período funcionou a partir do controle de apenas alguns elos da cadeia de circulação regida pelo mercado, no caso, o mercado de longas distâncias⁹⁷ (BRAUDEL, 2009, Vol. 2, Cap. 4). É por isso que se pode afirmar que o capitalismo não abrange toda a vida econômica, mas atua em pontos estratégicos.

Essa peculiar formatação da atividade capitalista configura o que os economistas chamariam de situação de monopólio. É nesse sentido que BRAUDEL assevera que o capitalismo é a zona do contramercado, “o reino da esperteza e do direito do mais forte” (2009, Vol. 2, p. 197; 1987, p. 36). Já o mercado é aquele lugar da vida econômica em que ocorrem trocas entre tantos produtores e tantos consumidores que ninguém individualmente consegue determinar os preços ou fixar as condições de oferta e demanda, e mesmo que haja grandes comerciantes, a fiscalização desses mercados impede as trocas abusivas⁹⁸. É o lugar preponderante dos pequenos, em que há verdadeira competição e “um certo automatismo liga habitualmente oferta, procura e preços” (BRAUDEL, 2009, Vol. 2, p. 197). O verdadeiro mercado, portanto, provocaria

⁹⁷ A grande separação espacial entre produtores e consumidores foi explorada oportunisticamente pelos comerciantes verdadeiramente capitalistas, que queriam fugir do comércio local, cheio de amarras. Assim BRAUDEL (1987, p. 37) descreve como se operava a atividade capitalista e quais as vantagens do comerciante de longas distâncias: “É evidente que se trata de trocas desiguais em que a concorrência – lei essencial da chamada economia de mercado – dificilmente tem lugar e onde o comerciante dispõe de duas vantagens: ele rompeu as relações diretas entre o produtor e aquele a quem a mercadoria se destina finalmente (só ele conhece as condições do mercado nas duas pontas da cadeia e, portanto, a margem de lucro que obterá), e dispõe de dinheiro para compras à vista, o que constitui seu principal argumento”.

⁹⁸ BRAUDEL dá o exemplo das listas oficiais de preços, muito usadas nos mercados antes do século XIX, e que tinham como função preservar os consumidores e garantir a concorrência, evitando os abusos: “O controle dos preços, argumento essencial para negar o aparecimento, antes do século XIX, do ‘verdadeiro’ mercado auto-regulador, sempre existiu e continua a existir. Mas, no que se refere ao mundo pré-industrial, seria um erro pensar que as listas oficiais de preços dos mercados suprimem o papel da oferta e da procura. Em princípio, o controle severo do mercado é feito para proteger o consumidor, isto é, a concorrência. Em última análise, seria mais o mercado ‘livre’, por exemplo o *private market* inglês, que tenderia a suprimir ao mesmo tempo o controle e a concorrência” (BRAUDEL, 2009, Vol. 2, p. 195).

algo que os capitalistas teriam aversão: baixos lucros. As trocas tendem a ser as mais igualitárias possíveis, uma vez que não há posições de privilégios garantidas por quaisquer forças exógenas ou endógenas.

Além do capitalismo e da economia de mercado, há, ainda, um terceiro lugar chamado de vida material ou cotidiana, “o andar térreo da não-economia, espécie de humo onde o mercado lança suas raízes, mas sem o prender integralmente” (BRAUDEL, 2009, Vol. 2, p. 197). Nele prevalecem as atividades de subsistência e autoconsumo, isto é, os bens são considerados a partir do seu valor de uso, não atingindo o valor de troca⁹⁹ (BRAUDEL, 1987, p. 15).

Essa divisão tríade da economia pode ser expressa na forma piramidal, ocupando o capitalismo o topo, a vida material, a base, e a economia de mercado, o centro. Desde os primórdios da economia-mundo capitalista europeia essa pirâmide teve base larga e topo fino, considerando o número de indivíduos envolvidos em cada posição. Somente a partir do século XIX pôde-se observar com mais vigor um movimento de estreitamento da base e alargamento do meio e do topo. A posição capitalista, contudo, não se alargou demasiadamente, uma vez que é da sua própria natureza exclusivista que ela seja de tamanho reduzido. A que mais aumentou foi a ocupada pelo mercado, posta, porém, sob o controle feroz do topo. Essas modificações são, contudo, desiguais, quando se consideram as diversas zonas hierarquizadas da economia-mundo capitalista europeia (BRAUDEL, 2009, Vol. 3, p. 25-31).

A constatação de que o capitalismo seja um contramercado não leva à conclusão de que ele possa prescindir dos mercados. Muito pelo contrário, a existência de mercados vigorosos e em expansão é condição necessária para o desenvolvimento da atividade capitalista. Condição necessária, porém, não suficiente (BRAUDEL, 2009, Vol. 2, p. 535). Há outros fatores que intervêm, sobretudo, de ordem não econômica. O mais importante deles é a convivência da sociedade com as engrenagens da acumulação. BRAUDEL afirma que essa cumplicidade por parte da cultura e da organização social se dá por longo prazo e nem sempre de forma consciente, sendo que os elementos mais relevantes são a existência de hierarquias sociais e a preservação de linhagens privilegiadas dentro das quais as fortunas vão se formando e sendo transmitidas, porém deve haver também certa fluidez, permitindo-se a ascensão social dentro do edifício dos privilégios, sem que ele perca o caráter exclusivista (2009, Vol. 2, p. 535; p. 411 e ss.). E, por fim, o terceiro fator necessário ao processo capitalista é a atuação de um mercado mundial

⁹⁹ Nas palavras de BRAUDEL (1987, p. 15): “Tudo o que ficar fora do mercado só tem um valor de uso, tudo o que transpuser a porta estreita e ingressar no mercado adquire um valor de troca. Segundo se encontra de um lado ou do outro do mercado elementar, o indivíduo, o “agente”, está ou não incluído na troca, no que chamei a vida econômica, para opô-la à vida material”.

sobrepondo e reunindo os diversos mercados espalhados em zonas menores (BRAUDEL, 2009, Vol. 2, p. 535). É nesse nível superior das trocas – que surge historicamente com o comércio de longas distâncias, mas a ele não se restringe – em que se dá o controle monopolístico dos mercados. É o andar superior, no qual se situam os verdadeiros capitalistas e em que se produzem os maiores lucros responsáveis pela acumulação incessante.

Essa conjunção de fatores que permitiu o nascimento do moderno capitalismo foi se formando lentamente em idas e vindas, com seus primeiros atos podendo ser identificados muito cedo na história europeia (BRAUDEL, 2009, Vol. 3, p. 78). BRAUDEL (2009, Vol. 3, p. 78 e ss.) identifica uma primeira economia-mundo a esboçar-se na Europa entre o século XI e XIII, fundadas nas redes comerciais da Liga Hanseática e de Bruges, ao norte; das cidades italianas, ao sul; e das feiras de Champagne, no centro. Tratava-se de uma ampla estrutura de comércio de longas distâncias, com seus elos diretores situados em poderosas cidades, funcionando por cima e distantes de uma persistente estrutura feudal de produção agrária, que governava a vida da maioria das pessoas. A partir do século XIII, percebe-se com maior vigor uma economia-mundo fundada sobretudo em Veneza, sem perder esse caráter intersticial (BRAUDEL, 2009, Vol. 3, p. 101 e ss.). No século XV e XVI, novos centros urbanos ascendem: Antuérpia, criado pelo comércio com as colônias americanas e com as Índias e, posteriormente, Gênova, pautada nas altas finanças (BRAUDEL, 2009, Vol. 3, p. 122 e ss.). A partir do século XVII, vem a dominação de Amsterdam, e os mercados nacionais da Inglaterra e da França, já atuando segundo a lógica capitalista (BRAUDEL, 2009, Vol. 3, p. 157 e ss.).

BRAUDEL tem um olhar diferente ao de WALLERSTEIN, sempre se dirigindo para o centro urbano florescente das economias-mundo que se sucederam na Europa desde o século XI, até que se formassem os verdadeiros mercados nacionais, pulverizando-se os processos capitalistas entre várias cidades. Desde aquele tempo, já se observava uma “hierarquização e [uma] associação ainda imperfeitas dos espaços que irão constitui-las [as economias-mundo]” (BRAUDEL, 2009, Vol. 2, p. 78). Contudo, para BRAUDEL há uma continuidade complexa entre as diversas economias-mundo europeias, cada qual com mais força e abrangência do que a anterior, e regida pelos mesmos propósitos capitalistas. Assevera ele:

Com as zonas centrais emergentes, esboça-se quase obrigatoriamente um protocapitalismo e a modernização apresenta-se não como a passagem simples de um estado de fato para outro, mas como uma série de etapas e de passagens, sendo as primeiras bem anteriores ao clássico Renascimento do fim do século XV (BRAUDEL, 2009, Vol. 3, p. 78).

Um ponto em comum que as conecta no período de pré-formação, do século XI ao XIII, até a véspera da Revolução Industrial, no século XVIII, é a maior familiaridade dos capitalistas

com a esfera da circulação¹⁰⁰ em detrimento da esfera da produção (BRAUDEL, 2009, Vol. 2, p. 200). Ele usa a expressão o “capitalismo em casa alheia” para designar a atuação capitalista na agricultura, na indústria e nos transportes antes do fim do século XVIII (BRAUDEL, 2009, Vol. 3, Cap. 3). Todas essas atividades sofreram o influxo e a orientação capitalista, provinda, contudo, da esfera do comércio e da distribuição, dos grandes mercadores, o verdadeiro lar dos altos lucros (BRAUDEL, 2009, Vol. 2, p. 327 e ss.). Nas suas palavras: “Só haverá invasão dos setores da produção pelo capitalismo na hora da Revolução industrial, quando a mecanização tiver transformado as condições da produção de tal maneira que a indústria se tornará um setor de expansão do lucro” (BRAUDEL, 2009, Vol. 2, p. 327).

A posição de BRAUDEL parece contrariar a de WALLERSTEIN, que procura o capitalismo na agricultura do século XVI. Contudo, parece apenas uma questão de enfoque. Enquanto o primeiro olha para os andares superiores do contramercado, o segundo observa as mudanças ocorridas, primeiramente, na produção agrária europeia, porém sem ignorar a atuação dos grandes comerciantes e da interferência dos Estados nacionais nos fluxos do comércio mundial. WALLERSTEIN olha mais detidamente para a zona inferior da economia de mercado e identifica nela mudanças estruturais relacionadas aos processos capitalistas. Contudo, ele não discorda de BRAUDEL de que o grande lucro se produziu na esfera da circulação, ao menos antes da Revolução Industrial, sob o controle dos grandes mercadores, dos financistas e dos burocratas. São visões que se complementam.

ARRIGHI, por sua vez, parte da extensa pesquisa historiográfica de BRAUDEL e tenta formular uma explicação para a sucessão das economias-mundo europeias, que antes ocupavam espaços reduzidos (formações intersticiais), para, posteriormente, ampliarem-se para todo o continente europeu e outras partes do mundo. Em outras palavras, como se deu a transição “do poder capitalista disperso para um poder concentrado” (ARRIGHI, 2016, p. 11). E, para ele, o elemento definidor para tal transição foi “a fusão singular do Estado com o capital, que em parte alguma se realizou de maneira mais favorável ao capitalismo do que na Europa” (ARRIGHI, 2016, p. 11).

ARRIGHI formula a tese dos ciclos sistêmicos de acumulação, que são grandes períodos em que se dá a acumulação capitalista centrada em uma zona da economia-mundo, e que se

¹⁰⁰ BRAUDEL propõe a expressão “mais-valia mercantil” para se referir à geração de excedentes que ocorre no comércio de longas distâncias, no qual uma mesma mercadoria vai tendo seu valor de troca aumentado em muitas vezes à medida que as distâncias se ampliam (2009, Vol. 2, p. 142). Trata-se de fenômeno comum no capitalismo antes da Revolução industrial, e foi responsável pela geração de altos lucros, especialmente quando se introduzia a intervenção estatal na conformação dos mercados e o domínio das grandes companhias de comércio que usufruíam de verdadeiras posições de monopólio.

dividem em dois momentos: uma fase de expansão material e uma fase de expansão financeira (ARRIGHI, 2016, p. 5 e p. 111 e ss.). Essa dinâmica foi extraída da observação de BRAUDEL de que o aumento dos investimentos financeiros em uma economia é sinal da maturidade de um ciclo de desenvolvimento capitalista, que está se encaminhando para o fim (BRAUDEL, 2009, Vol. 3, p. 225-226). Afirma ARRIGHI:

(...) a fórmula geral do capital apresentada por Marx (DMD'), pode ser interpretada como retratando não apenas a lógica dos investimentos capitalistas individuais, mas também um padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial. O aspecto central desse padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases MD'). Nas fases de expansão material, o capital monetário "coloca em movimento" uma massa crescente de produtos (que inclui a fora de trabalho e dádivas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário "liberta-se" de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, DD'). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo *ciclo sistêmico de acumulação* (DMD') (ARRIGHI, 2016, p. 6, *itálico do autor*).

Em torno da ideia dos ciclos sistêmicos, ARRIGHI explica a transição do poder capitalista difuso, pautado em um subsistema regional de cidades-estados italianas encravado no mais amplo sistema de governo medieval, para o poder capitalista concentrado, no qual se forma o moderno sistema interestatal pan-europeu substituindo o antigo sistema medieval (ARRIGHI, 2016, p. 36-37). Entre um momento e outro, os pivôs da acumulação capitalista deixaram de ser as cidades-estados italianas e passaram a ser os Estados territoriais europeus.

Para compreender essa transição, ARRIGHI faz a distinção entre duas lógicas de gestão do Estado e da guerra: (a) lógica territorialista; e (b) lógica capitalista. A primeira caracteriza-se pela utilização das forças econômicas como meio para se adquirir controle sobre territórios e populações. A finalidade é a aquisição territorial, sendo o controle da riqueza o meio ou subproduto daquela. A premissa dessa lógica é a identificação do poder com a extensão e a densidade populacional dos domínios territoriais (ARRIGHI, 2016, p. 33).

A lógica capitalista, por sua vez, alça como finalidade a aquisição de capital ou de controle sobre mais amplos meios de pagamento, utilizando a expansão territorial e a guerra como instrumentos. Assim, a aquisição territorial somente se opera se ela gerar mais benefícios à expansão e acumulação da riqueza do que efetivamente despende de recursos. O poder, nessa lógica, se identifica com a extensão do controle sobre recursos escassos (ARRIGHI, 2016, p. 33).

O que ocorreu no período que vai do século XIII ao século XV é que essas duas lógicas coexistiram no espaço europeu; a primeira prevalecente nos Estados modernos em formação, e a segunda, nas cidades-estados italianas. A superestrutura política desse espaço era o sistema de governo medieval: "uma forma de despotismo submetida ao poder sistêmico dual do papa e do imperador" (ARRIGHI, 2016, p. 23). Os poderes do papa e do imperador se sobrepunham ao

poder dos reis. No sistema moderno, inaugurado pela Paz de Vestefália, desaparece qualquer poder sobreposto ao dos Estados modernos, que passam a compor uma comunidade de iguais regida pelo direito internacional e pelo equilíbrio de poder (ARRIGHI, 2016, p. 43).

A partir do século XV, no seio das lutas para a formação e consolidação dos Estados nacionais, há um aumento da competição interestatal pelo capital circulante, necessário para financiar e manter a burocracia estatal responsável, por sua vez, pela sustentação do poder centralizado do Estado (ARRIGHI, 2016, p. 12-13). Foi no curso dessa competição que os Estados territoriais em formação se associaram aos capitalistas, primordialmente situados na Itália setentrional, assimilando-lhes a lógica de poder pautada na expansão e acumulação da riqueza. Isso ocorre primeiramente com a aliança entre a Coroa Espanhola e os mercadores e financistas genoveses, dando início ao primeiro ciclo sistêmico de acumulação: o genovês (ARRIGHI, 2016, p. 120-121). Sobre essa aliança, ARRIGHI afirma:

[...] a expansão material do primeiro ciclo sistêmico de acumulação (o genovês) foi promovida e organizada por um agente dicotômico, formado por um componente aristocrático territorialista (ibérico) – que se especializou no fornecimento de proteção e na busca de poder – e por um competente burguês capitalista (genovês), que se especializou na compra e venda de mercadorias e na busca do lucro. Essas especializações se complementaram uma à outra e seus benefícios mútuos unificaram – e, enquanto duraram, mantiveram unidos – os dois componentes heterógenos do agente de expansão, numa relação de intercâmbio político em que, por um lado, a busca de poder pelo componente territorialista criou oportunidades comerciais lucrativas para o componente capitalista e, por outro, a busca de lucro por esses último fortaleceu a eficácia e a eficiência do aparelho produtor de proteção do componente territorialista (ARRIGHI, 2016, p. 124).

Com essa aliança, o capital genovês conseguiu encontrar novas formas de investimento, usufruindo dos fluxos do comércio colonial ibérico e do financiamento da máquina estatal espanhola (ARRIGHI, 2016, p. 124-125). Para os espanhóis, contudo, tal união não resultou em frutos duradouros, pois não houve uma assimilação dos métodos capitalistas por parte dos mercadores e dos burocratas do Reino da Espanha, que ingressou em um período de decadência acentuada a partir do século XVII. Na prática, a aproximação genovesa serviu para custear as grandes navegações e a colonização da América, e, sobretudo, como um meio de financiamento da Coroa Espanhola na segunda metade do século XVI, quando os vínculos dos espanhóis com os Fugger¹⁰¹ se extinguíram em razão da bancarrota de 1557 (ARRIGHI, 2016, p. 127-128). A partir de 1557, os genoveses direcionaram seus capitais para a atividade financeira, iniciando um período de predomínio genovês nas altas finanças até aproximadamente 1627 (chamado de

¹⁰¹ Os Fugger foram uma família de mercadores-financistas de Augsburg que ergueu uma considerável fortuna a partir da exploração do “comércio da prata e do cobre com empréstimos aos príncipes alemães” (ARRIGHI, 2016, p. 126). Eles se associaram fortemente a Carlos V, financiando seus propósitos imperiais e quase indo à falência total com a bancarrota de 1557. A partir dessa data, contudo, graças ao imenso calote, eles pararam de financiar a Coroa Espanhola (ARRIGHI, 2016, p. 127-128).

“era dos genoveses”), marcando a fase de expansão financeira do primeiro ciclo sistêmico de acumulação (ARRIGHI, 2016, p. 128).

Contudo, foi durante o segundo ciclo sistêmico de acumulação, o dos holandeses, que ocorreu a vulgarização da forma capitalista de gestão do Estado na Europa e a consolidação do moderno sistema interestatal, com a concomitante superação do sistema de governo medieval (ARRIGHI, 2016, p. 43-44; p. 155 e ss.).

ARRIGHI observou que uma das características da fase de expansão financeira é o aumento da competição intercapitalista e interterritorialista (ARRIGHI, 2016, p. 130). Isso ocorreu no fim do século XIV e início do século XV entre as cidades-estados italianas, com o recrudescimento dos conflitos bélicos entre elas (a chamada “guerra dos cem anos italiana”), e, também, entre França e Inglaterra, no mesmo período (oficialmente chamada de Guerra dos Cem Anos). O mesmo fenômeno se repete no fim do século XVI e início do século XVII, com o encerramento do ciclo genovês de acumulação, porém em nível mais complexo e multifacetado, destacando-se a Guerra dos Trinta Anos (ARRIGHI, 2016, p. 130). A grande peculiaridade é que entre esses dois períodos, quando se desdobra uma fase de expansão material, os conflitos interestatais não cessaram verdadeiramente, ocorrendo as guerras franco-espanholas acerca do controle político da Itália setentrional, na primeira metade do séc. XVI, e as guerras de independência holandesas contra a Coroa Espanhola, na segunda metade do séc. XVI (ARRIGHI, 2016, p. 130).

Essa peculiaridade se explica pela ocorrência concomitante da superação definitiva do sistema de governo medieval e a transição do poder capitalista difuso para o poder capitalista concentrado, representado pela fase hegemônica dos holandeses e pela consolidação do moderno sistema interestatal. Para ARRIGHI, as guerras imperiais espanholas são uma tentativa malsucedida de Carlos V, rei da Espanha e Imperador do Sacro Império Romano Germânico, de salvar o sistema de governo medieval (ARRIGHI, 2016, p. 41). A desorganização causada no espaço europeu pelos intentos imperiais espanhóis, especialmente com a deflagração das guerras religiosas nos principados germânicos, foi remediada pela liderança diplomática dos holandeses que reuniram os interesses dos monarcas europeus e culminaram com os tratados da Paz de Vestefália e a formação do moderno sistema interestatal (ARRIGHI, 2016, p. 42-43).

Nas palavras de ARRIGHI:

A tentativa da Espanha, juntamente com o papado e a Casa Imperial de Habsburgo, de desfazer ou subordinar essas novas realidades de poder não apenas fracassou, como também traduziu-se numa situação de caso sistêmico que criou as condições para a ascensão da hegemonia holandesa e a liquidação final do sistema de governo medieval (2016, p. 41).

A partir da liderança política holandesa, formula-se uma nova infraestrutura internacional favorável à acumulação capitalista. A sua principal característica é a preservação dos interesses civis e dos negócios privados em face dos conflitos bélicos interestatais (ARRIGHI, 2016, p. 43). Mesmo havendo guerra entre os Estados europeus (e muitas houve depois desse período), a liberdade de comércio e o patrimônio dos mercadores deveriam ser respeitados (ARRIGHI, 2016, p. 43-44). Na prática, as políticas mercantilistas modularam a eficácia desse novo costume internacional, mas sem provocar um caos a ponto de impedir o funcionamento do comércio. Muito pelo contrário, tanto a política mercantilista quanto as atuações bélicas foram manejadas pelos monarcas europeus com a finalidade de aprimorar a acumulação de capital nos seus territórios e sob sua soberania, e não para inviabilizá-la. Em outras palavras, estabeleceu-se um patamar tolerável para a competição interestatal que não prejudicasse os interesses capitalistas. Isso demonstrou a adoção generalizada pelos Estados europeus da lógica capitalista de gestão do poder político, já experimentado, séculos antes, nas cidades-estados italianas (ARRIGHI, 2016, p. 44-45). ARRIGHI (2016, p. 44) conclui dizendo: “Essa reorganização do espaço político a bem da acumulação de capital marcou o nascimento, não só do moderno sistema interestatal, mas também do capitalismo como sistema mundial”.

Por conseguinte, para ARRIGHI, o surgimento do capitalismo moderno como sistema mundial é explicado pela transição entre o subsistema regional das cidades-estados italianas para o moderno sistema de Estados soberanos com a prevalência da gestão capitalista do Estado e da guerra. Esse processo se dá nos altos escalões da vida política e econômica, entre burocratas e capitalistas, em um momento de acirramento da competição interestatal pelo capital circulante associado a uma escalada dos conflitos intercapitalistas e interterritorialistas. Como BRAUDEL, ARRIGHI não considera a crise do feudalismo como essencial para a compreensão do advento do capitalismo. Seu olhar se direciona para além da esfera da produção e da estrutura fundiária europeia, para abarcar os intrincados e complexos ajustes feitos entre os grandes mercadores-financeiros e os soberanos na composição das lutas pelo poder.

Ao que parece, as teses de BRAUDEL e ARRIGHI, com seus olhares diferenciados, complementam a visão de WALLERSTEIN acerca do sistema-mundo moderno. Sobre o aspecto da formação e do advento do capitalismo como sistema mundial, é de se considerar que a posição de WALLERSTEIN apresenta algumas deficiências, supridas pelas pesquisas de BRAUDEL e ARRIGHI. Todavia, quando se trata do funcionamento e do desenvolvimento do sistema-mundo moderno ao longo do tempo, WALLERSTEIN apresenta uma teoria mais completa e que ajuda a compreender melhor a situação em que se vive hoje.

No capítulo seguinte, tratar-se-á das teses de WALLERSTEIN a respeito do Estado em face do capitalismo histórico valendo-se de BRAUDEL e ARRIGHI para complementar e aprimorar a explicação. Ao fim, parece que as visões se juntam e se auxiliam mutuamente, uma amparando a outra naquilo em que ela foi menos feliz. O que cabia neste tópico era esboçar as visões complementares de BRAUDEL e ARRIGHI sobre a formação da economia-mundo capitalista europeia. Adentrou-se o tema do Estado pelo fato de a explicação desses autores passar diretamente pelos desdobramentos políticos da história europeia dos primeiros tempos modernos. As questões essenciais, contudo, serão retomadas em contraste com as visões de WALLERSTEIN.

2.7 A peculiaridade do capitalismo histórico

Capitalismo histórico¹⁰² é a terminologia que WALLERSTEIN utiliza para designar o modo peculiar de funcionamento da economia-mundo capitalista europeia, de maneira que tais expressões são intercambiáveis. Ao incluir o qualificativo “histórico”, o autor pretende distanciar-se das descrições dedutivas e abstratas do capitalismo afastadas da realidade histórica. Ele prefere partir de uma análise indutiva de fatos que se têm repetido no período moderno (CHC, 2001, p. 18-19).

Para WALLERSTEIN, o que diferencia o capitalismo histórico dos outros sistemas sociais que o precederam, sobretudo dos impérios-mundo, é que nele a atividade econômica prepondera sobre as demais e é dirigida por um propósito persistente de autoexpansão e acumulação incessante de capital (CHC, 2001, p. 13; WCC, 1999, p. 567; ICS, 2006, p. 269).

Nas palavras de WALLERSTEIN:

Algo distingue o sistema social que estamos chamando de capitalismo histórico: nele, o capital passou a ser usado (investido) de maneira especial, tendo como objetivo, ou intenção primordial, a autoexpansão. Nesse sistema, o que se acumulou no passado só é "capital" na medida em que seja usado para acumular mais da mesma coisa (CHC, 2001, p. 13)¹⁰³.

Sobre essa característica do capitalismo – a acumulação incessante – parece haver consenso nas teorias de diferentes espectros ideológicos, dos liberais aos marxistas (WCC, 1999, p. 567). As divergências surgem quando se trata de caracterizar o mecanismo pelo qual se obtém

¹⁰² WALLERSTEIN define o capitalismo histórico da seguinte forma: “Assim, o capitalismo histórico é o *locus* concreto – integrado e delimitado no tempo e no espaço – de atividades produtivas cujo objetivo econômico tem sido a acumulação incessante de capital; esta acumulação é a “lei” que tem governado a atividade econômica fundamental, ou tem prevalecido nela” (CHC, 2001, p. 18). Essa definição equivale à da economia-mundo capitalista europeia, que, por sua vez, é sinônimo de sistema-mundo moderno.

¹⁰³ Citação extraída da versão em português da obra *Historical Capitalism and Capitalist Civilization*, traduzida por Renato Aguiar e publicada no Brasil pela Contraponto.

essa acumulação incessante e quais os fatores sociais e políticos a ela relacionados. A posição de WALLERSTEIN, já ventilada neste trabalho, é de que o capitalismo não pode ser definido a partir de um modo de produção específico, no caso, o modo fabril de produção, por meio da utilização do trabalho assalariado (dito “livre”).

Contrariamente, ele irá afirmar que o aspecto essencial do capitalismo “is production for sale in a market in which the object is to realize the maximum profit” (RFD, 1974, p. 398). O que importa é a transformação de produtos em mercadoria para que se possam auferir lucros máximos na sua comercialização no mercado. Não é relevante qual modo de controle da força do trabalho se utiliza ou qual relação social de produção é formada, basta que o propósito da produção seja a obtenção de lucro para expandir a riqueza que se tinha antes, dando-se prioridade às formas monetárias e mais flexíveis de riqueza. Nesse sentido, WALLERSTEIN segue MARX quando este define o modo de operação capitalista como “creating a product as a mere commodity and solely as a means of appropriating surplus-value” (MARX, 1967, p. 799, *apud* MWS, 2011, Vol. 1, p. 247). Distancia-se dele, contudo, ao afirmar que o capitalismo histórico se caracteriza pela multiplicidade dos meios de controle da força do trabalho, isto é, pela combinação de vários modos de produção orientados ao fito do lucro e da acumulação em um mercado mundial (MWS, 2011, Vol. 1, p. 127).

Levando em conta essas características do capitalismo histórico, WALLERSTEIN considera que elas só podem se realizar no contexto de uma economia-mundo, e não em um império-mundo. Tanto assim que chega a afirmar “capitalism and a world-economy (that is, a single division of labor but multiple polities and cultures) are obverse sides of the same coin. One does not cause the other. We are merely defining the same indivisible phenomenon by different characteristics” (RFD, 1974, p. 391). Dentre as instituições de uma economia-mundo, as mais importantes para o funcionamento da acumulação capitalista são a existência de um amplo mercado e de uma multiplicidade de Estados soberanos (WSA, 2004, p. 24). Dessa forma, é possível manter o propósito da acumulação incessante como prioritário no sistema social, retroalimentado pela competição intercapitalista e interestatal pelo capital e pelo poder, sem que haja instituições fortes e abrangentes o bastante para inibir tal propósito.

Nos impérios-mundo isso não era possível, pois a classe que manifestava escopo capitalista, geralmente a dos mercadores, tinha seus intentos frustrados no longo prazo, seja pela existência de constrangimentos morais à acumulação, seja pela falta de segurança e proteção à fortuna privada, seja pela inexistência de um mercado abrangente ou de costumes e regras que permitissem a mobilização dos fatores de produção como mercadoria (CHC, 2001, p. 15).

A finalidade de acumulação incessante produz duas tendências na economia-mundo que servem de suporte ao processo capitalista: (a) expansão espacial permanente; (b) estímulo à inovação tecnológica (ICS, 2006, p. 269). A primeira se dá como forma de reorganizar processos sistêmicos de acumulação cujos fatores se saturaram, impondo limites ao lucro. A conquista territorial não é a finalidade, mas meio ou instrumento, que somente é utilizado quando a relação de custo-benefício for favorável. A conquista territorial do subcontinente indiano pelo Império Britânico a partir de meados do século XVIII é um exemplo dessa realidade. Somente foi empreendida quando os britânicos sentiram a necessidade de aumentar o seu controle sobre mercados fornecedores de matéria-prima e consumidores de produtos manufaturados, de forma que os benefícios superassem os custos da conquista e da gestão política direta (MWS, Vol. 3, Cap. 3). Antes disso, mesmo que eles tivessem tecnologia para tanto, a relação de custo benefício era desfavorável. O diferencial no capitalismo histórico é que essa expansão espacial não conhece limites intrínsecos, uma vez que o poder do dinheiro não se enfraquece pelas mesmas razões que o poder dos soberanos políticos. Nos impérios-mundo, a despeito da expansão territorial ser a finalidade do poder político e demonstrar sua exuberância, ela tinha limites intrínsecos relacionados à sustentação desse mesmo poder, pois, à medida que a base espacial aumentava, intensificavam-se, igualmente, as tendências centrífugas das autoridades locais submetidas ao poder central (ICS, 2006, p. 269-270). Como na economia-mundo há uma multiplicidade de unidades políticas, a expansão espacial não gera esse problema.

O estímulo à inovação tecnológica, por sua vez, é sucedâneo do fato de que é possível se extrair maior porção de mais-valia dos processos produtivos quanto mais eficientes eles forem (ICS, 2006, p. 269). A inovação da técnica serve como redutor de custos e permite saltos nos processos acumulativos, sendo sempre estimulada. Contudo, assim como a expansão espacial, esse estímulo apenas se opera quando a relação de custo-benefício for favorável. O capitalista não investe em desenvolvimento tecnológico pelo simples propósito de aprimorar o conhecimento científico. Quando o capitalista aplica seus recursos em investimentos não diretamente relacionados ao aumento dos lucros, ele estará suscetível à superação pelos seus concorrentes na luta pela acumulação, e a falência vem como remédio implacável contra a sua tendência antissistêmica¹⁰⁴ (CHC, 2001, p. 17-18). Talvez o medo de estagnar sua fortuna em meio a

¹⁰⁴ WALLERSTEIN afirma: “As falências têm sido o duro purgante do sistema capitalista, forçando constantemente os atores econômicos a se manter mais ou menos nos caminhos demarcados e pressionando-os a agir coletivamente de modo a gerar mais acumulação de capital” (CHC, 2001, p. 18). Em outra passagem, WALLERSTEIN afirma que a acumulação incessante de capital é um fator estruturante do sistema-mundo moderno e que aqueles que se afastam desse propósito sofrem a penalização do sistema: “In my view, the key element that defines a capitalist system is that it is built on the drive for the endless accumulation of capital. This is not merely a cultural value but a

um contexto em que o movimento e a expansão sejam a regra faz com que o capitalista siga no propósito da acumulação incessante, que é racional (apenas) nesse sentido.

Sobre isso, WALLERSTEIN afirma:

Longe de ser um sistema "natural", como alguns apologistas tentam argumentar, o capitalismo histórico é um sistema patentemente absurdo. Acumula-se capital para que se possa acumular mais capital. Os capitalistas são como ratos brancos em uma roda de gaiola, correndo cada vez mais rápido para poder correr cada vez mais rápido. Nesse processo, algumas pessoas vivem bem, mas outras vivem miseravelmente; e por quanto tempo e até que ponto vivem bem aqueles que vivem bem? (CHC, 2001, p. 37).

Apenas um olhar mais amplo sobre o capitalismo histórico pode revelar essas características verdadeiramente essenciais, sem se restringir a suas manifestações específicas para tomá-las como regras.

Outra consequência que WALLERSTEIN nota a partir dessa finalidade essencial da acumulação é a forma como o capitalismo histórico se relaciona com as forças do mercado. Nesse ponto, percebe-se uma aproximação com as observações de BRAUDEL.

A livre competição e a liberdade de circulação são elementos ideológicos muito recentes na história do capitalismo (WSA, 2004, p. 25). Nos seus primórdios, as práticas restritivas dos mercados constituíam o dia-a-dia dos governos e das grandes companhias, que nesse período misturavam capital privado e estatal com poderes públicos (CHC, 2001, p. 28). O monopólio era a regra e um dos principais mecanismos utilizados para permitir a acumulação de capital e a superação de concorrentes situados em Estados adversários. Os grandes lucros se formaram nesse contexto.

Depois da Revolução industrial, a ambiguidade do discurso aumentou bastante, especialmente com a política declarada de livre comércio adotada pelo poder hegemônico da época, os britânicos. Na prática, contudo, os ajustes monopolísticos seguiram sendo usados, seja como proteção contra a vantagem competitiva de alguns capitalistas (albergados pelas políticas mercantilistas), seja como instrumento da competição interestatal pelo capital. Com o advento das grandes corporações no século XX, a prática da integração vertical surge como alternativa ao monopólio. Seja como for, nos quinhentos anos de capitalismo histórico, livre comércio efetivo foi regra apenas em curtos períodos e somente quando o bloco capitalista hegemônico havia obtido tamanha vantagem competitiva sobre os demais que a competição mercadológica não era um empecilho aos altos lucros. Nos mercados em que há verdadeira competição, pelo grande

structural requirement, meaning that there exist mechanisms within the system to reward in the middle run those who operate according to its logic and to punish (materially) those who insist on operating according to other logics" (MWS, 2011, Vol. 3, p. xiv).

número de ofertantes, não se encontram muitos capitalistas, desinteressados que são pelos baixos lucros (WSA, 2004, p. 25-26). Como afirma WALLERSTEIN:

A integração vertical, assim como o “monopólio horizontal”, não foi um fato raro. Conhecemos bem os casos mais espetaculares: as companhias privilegiadas dos séculos XVI e XVII, os grandes comerciantes do século XIX, as corporações transnacionais do século XX – estruturas globais que buscavam abranger tantos elos de uma dada cadeia mercantil quanto possível (CHC, 2001, p. 28).

Essa visão de WALLERSTEIN coincide com a de BRAUDEL (2009, Vol. 2, p. 197; 1987, p. 36), para quem o capitalismo é o lugar da vida econômica no qual vige o contramercado. Esses autores, todavia, irão divergir na importância dada à esfera da produção no processo capitalista desde o início do período moderno. Como já mencionado, BRAUDEL considera a produção como um lugar estranho ao capitalista, e no qual ele se aventurou apenas residualmente antes da Revolução industrial. O *locus* central da sua atividade foi na esfera da circulação, precisamente em que se instalam os monopólios e as variadas práticas restritivas da concorrência (BRAUDEL, 2009, Vol. 2, Cap. 4).

Além desse aspecto, BRAUDEL traz uma visão que complementa as teses de WALLERSTEIN sobre a peculiaridade do capitalismo histórico. Ele visualiza como características elementares da atividade capitalista: o ecletismo e a flexibilidade (BRAUDEL, 1987, p. 40 e ss.). Em verdade, elas tratam da mesma qualidade: a não especialização. O capitalista verdadeiro não estaciona definitivamente em nenhum setor da economia. O capitalismo é, por natureza, variado, estagiando em qualquer setor que lhe seja mais vantajoso a cada momento, seja o comércio, a indústria, a agricultura, os transportes ou as finanças. Isso é uma constante desde seu germinar no século XIII-XIV até os dias de hoje. Nas palavras de BRAUDEL:

Insistamos nessa qualidade essencial para uma história de conjunto do capitalismo: sua plasticidade a toda a prova, sua capacidade de transformação e de adaptação. Se há, como penso que haja, uma certa unidade do capitalismo, desde a Itália do século XIII até o Ocidente de hoje, é aí que temos de situá-la e observá-la em primeira instância (2009, Vol. 2, p. 382).

Esse ponto de vista de BRAUDEL conclui as observações de WALLERSTEIN sobre a peculiaridade do capitalismo histórico. Na sua visão de historiador, BRAUDEL consegue divisar essa realidade sem se reter aos esquemas teóricos e ideológicos preconcebidos que tentaram restringir a realidade do capitalismo. Ao observar a forma de atuação dos grandes mercadores, percebeu que eles não tinham maiores compromissos, a não ser o aumento dos seus lucros, independentemente do tipo de atividade econômica em que investiam suas fortunas (BRAUDEL, 1987, p. 40). A especialização do trabalho no espaço da economia-mundo deu o tom do período moderno, alcançando todos os setores da vida econômica, com exceção justamente da classe

dos capitalistas (BRAUDEL, 1987, p. 40-41). Curiosa anomalia e que passou despercebida pela maioria dos teóricos do capitalismo.

Em verdade, de anômalo não tem nada, configurando a marca central do propósito de acumulação que busca sempre as melhores possibilidades de lucro e expansão do capital, seja onde for. Com isso, os capitalistas ganham a liberdade de que necessitam para seguir com suas atividades sem ter que sustentar perdas amargas nos momentos de depressão econômica, que eram repassadas para a parcela especializada da vida econômica.

Sobre essa característica do negociante capitalista, BRAUDEL assevera:

At first glance we are surprised that, as the progress brought by the market economy affected commercial society as a whole, specialization and the division of labor increased, except at the summit, the level of the merchant-capitalists. And so this process of breaking down functions into several smaller ones, this process of modernization, was at first evident only at the base of the pyramid: shops and peddlers began to specialize. **Specialization did not occur at the top of the pyramid, for until the nineteenth century the top-level merchant virtually never restricted himself to a single activity.** He was, of course, a merchant, but he never handled one product exclusively, and as circumstances directed he could as well become a ship chandler, an underwriter, a lender, a borrower, a financier, a banker, or even a “manufacturer” or an agricultural manager (BRAUDEL, 1977, p. 59, **negrito nosso**).

Em resumo, segundo a visão adotada neste trabalho, o capitalismo não se restringe a um tipo específico de modo de produção. Ele trata de uma lógica superior e mais geral que governa a atividade econômica desde o topo. Essa lógica caracteriza-se pelo propósito da auto-expansão permanente do capital, independentemente do meio utilizado para se alcançar tal finalidade. Nessa ordem de ideias, apenas uma classe residual de pessoas pode ser verdadeiramente considerada como capitalista, e é justamente com essa diminuta classe que as autoridades políticas dos Estados centrais da economia-mundo se associaram em um empreendimento de poder com benefícios mútuos, mas não sem atritos e contradições. E foi essa união especial do poder político com o poder do capital que fez com que a lógica capitalista pudesse dar o tom e o direcionamento de coletividades inteiras por vários séculos até os dias atuais.

CAPÍTULO 3 – O ESTADO: SÉC. XV-XVIII^{105 106}

3.1. A formação dos Estados modernos europeus¹⁰⁷

O movimento de formação dos Estados modernos remonta ao período da Baixa Idade Média. As fronteiras de França, Inglaterra e Espanha, por exemplo, fixaram-se praticamente depois de conflitos bélicos ocorridos no século XIII, apresentando poucas variações futuras (MWS, 2011 Vol. 1, p. 32). Os nacionalismos foram construções posteriores dentro dessas linhas de fronteiras¹⁰⁸ já previamente estabelecidas.

O grande fator que definiu a vitória no jogo político europeu em favor dos monarcas, durante a crise do feudalismo nos séculos XIV e XV, foi a incapacidade de os senhores feudais manterem a ordem pública e, ao mesmo tempo, a estrutura social hierarquizada que lhes garantiam privilégios (MWS, 2011, Vol. 1, p. 28 e ss.). Além dos problemas econômicos desse período, mudanças na tecnologia da guerra, que encareceram a manutenção dos exércitos, tornaram inviável a permanência da estrutura política descentralizada do feudalismo, levando os nobres

¹⁰⁵ A periodização proposta se fundamenta na centralidade da Revolução Francesa como divisor de águas na história do Estado. No período que vai do século XV ao XVIII, o Estado moderno se forma e consolida como realidade prevaiente da política, manifesta suas tendências organizacionais típicas e revela a ligação íntima que mantém com o capitalismo na manutenção do poder político. Depois dos eventos revolucionários, a vida política do sistema-mundo modifica-se em razão do surgimento dos movimentos antissistêmicos como realidade ordinária. Esses movimentos baseiam-se em duas mudanças operadas pela Revolução Francesa: (a) torna a mudança política um fato comum e desejável; (b) transfere a soberania estatal do monarca para o povo, elaborando o conceito de soberania popular. A partir daí, para que os processos capitalistas seguissem operando com normalidade, especialmente em razão da desigualdade social e da hierarquização que ele provoca na vida social, fizeram-se necessários alguns ajustes ideológicos e a estabilização cultural do mundo por meio da criação da geocultura chamada de liberalismo centrista. Em torno dela, reuniram-se os movimentos políticos de um espectro ao outro, do conservadorismo ao socialismo, e, por um certo período, garantiram-se o aprofundamento e a ampliação dos processos capitalistas. Isso começa a se modificar a partir de 1968, quando as contradições do sistema-mundo moderno começam a se agravar e demonstrar o ingresso em uma verdadeira crise sistêmica. Esses assuntos serão abordados no Cap. 4, cabendo aqui apenas justificar a periodização feita.

¹⁰⁶ Neste capítulo serão estudados os fenômenos de longo prazo que conformaram a realidade do Estado moderno, e que apareceram, pela primeira vez, no período assinalado, voltando a se repetir nas fases subsequentes da história moderna. Assim, as observações feitas sobre o Estado moderno no período do século XV-XVIII se aplicam igualmente aos séculos XIX e XX, ressaltando algumas discontinuidades posteriores à Revolução Francesa, como o surgimento de movimentos antissistêmicos e grupos de pressões não ligados à elite dirigente, influenciando o aparato estatal, a nova conformação ideológica da política, com a predominância do liberalismo centrista como ideologia oficial dos Estados, a superação da relação monarca-súdito, para uma relação Estado-cidadão, entre outras. Nenhuma dessas modificações, contudo, alteraram a realidade econômica do sistema-mundo moderno, de forma que a lógica capitalista seguiu dominando a vida social na sua essência, mesmo que algumas máscaras precisassem ser trocadas e alguns discursos, modificados (cf. Cap. 4 *infra*).

¹⁰⁷ Este item reúne análises esparsas que WALLERSTEIN faz sobre o período de formação do Estado Moderno, entre os séculos XIV-XV ao final do XVI e início do XVII. Foram utilizados, principalmente, os Capítulos 1 e 3 do Vol. 1 de *The Modern World-System*. É de se notar a generalidade intencional com que WALLERSTEIN trata do tema, objetivando, na sua visão de cientista social, extrair regularidades da história que possam ser úteis para a compreensão de fenômenos mais amplos no tempo e espaço, tais qual o capitalismo histórico.

¹⁰⁸ Nas palavras de WALLERSTEIN: “First the boundaries, later the passions is as true of early modern Europe as, say, of twentieth century Africa” (MWS, 2011, Vol. 1, p. 32).

a recorrerem aos monarcas para preservarem seus interesses, sobretudo na restauração da ordem social (MWS, 2011, Vol. 1, p. 28-29; p. 134-135).

Nas palavras de WALLERSTEIN: “The fifteenth century [...] saw the advent of the great restorers of internal order in western Europe; Louis XI in France, Henry VII in England, and Ferdinand of Aragon and Isabella of Castile in Spain” (MWS, 2011, Vol. 1, p. 29).

A despeito de o período de crise do feudalismo ter gerado problemas para toda a elite, até mesmo para as cortes (WCM, 1999, p. 46), os monarcas foram menos prejudicados do que os senhores feudais, e, no balanço final, obteve-se como resultado uma estrutura política mais centralizada (MWS, 2011, Vol. 1, Cap. 3).

Outro fator estimulante da ambição política dos monarcas, relacionado à formação dos Estados modernos, foi o desenvolvimento concomitante de uma economia-mundo capitalista, cujos mecanismos de funcionamento eram favorecidos pelo aumento e centralização do poder político (MWS, 2011, Vol. 1, p. 135-136). Ademais, é incontestável, na historiografia, que ao menos no período entre o século XVI e o XVIII, os Estados foram atores econômicos centrais, dirigindo e participando dos empreendimentos de maior envergadura, da colonização às grandes companhias de comércio e investimento. Conforme afirma WALLERSTEIN:

[...] while there is much disagreement about the extent of state involvement in the world-economy of the nineteenth century, there seems to be widespread consensus that in the earlier periods of the modern world-system, beginning at least in the sixteenth century and lasting at least until the eighteenth, the states were central economic actors in the European world-economy (MWS, 2011, Vol. 1, p. 133).

Na luta pela centralização e concentração do poder, os reis precisavam criar um aparato estatal capaz de se autossustentar financeiramente e, nesse intento, não era possível ao monarca depender somente das rendas advindas dos seus domínios patrimoniais, por maiores que fossem eles (MWS, 2011, Vol. 1, p. 135). Afinal, foi exatamente essa a fraqueza que levou os senhores feudais a recorrerem aos monarcas. Os principais meios utilizados foram: (a) tributação; (b) confisco; (c) empréstimos; (d) “*venality of office*”; (e) “*debasing of coinage*”; (f) “*tax farming*” (MWS, 2011, Vol. 1, p. 29-30).

O mais desejável deles era a tributação, pois permitia manutenção, em longo prazo, das fontes de financiamento. Na prática, o foco possível de taxação eram as cadeias de produção e circulação, ainda muito incipientes, o que, somado à escassez de pessoal na sua arrecadação, tornava essa forma de financiamento secundária no período inicial de formação dos Estados modernos nos séculos XIV-XV (MWS, 2011, Vol. 1, p. 30). Os monarcas tiveram que recorrer às outras cinco medidas acima mencionadas, porém todas apresentavam problemas de sustentabilidade em longo prazo. O confisco era uma forma subsidiária e indesejada, pois seus

prejuízos eram expressivos para o poder político do rei. Os empréstimos só se tornaram possíveis, como mecanismo normal e corriqueiro de financiamento, em um segundo momento, quando o aparato estatal ganha força e higidez financeira (MWS, 2011, Vol. 1, p. 137). Quando isso ocorre¹⁰⁹, já no século XVI, os orçamentos estatais deficitários tornam-se possíveis e a dívida pública, perene – fenômenos esses tipicamente modernos (MWS, 2011, Vol. 1, p. 138).

Até esse ponto, contudo, os meios mais utilizados de se obter financiamento foram a desvalorização da moeda (*debasing of coinage*), a venda de cargos (*venality of office*) e o *tax farming* (MWS, 2011, Vol. 1, p. 30).

A prática da alteração do valor de troca das moedas foi muito utilizada nos séculos XIV e XV, período em que os monarcas passaram por graves crises financeiras. Embora gerassem efeitos inflacionários e de quebra de confiança na moeda, esse tipo de manipulação provocava uma diminuição do débito estatal, combatia a escassez de meios de pagamento, pois desestimulava a acumulação de ativos não circulantes (*hoarding of money*), e remediava a deflação do período favorecendo o comércio (MWS, 2011, Vol. 1, p. 31). De resto, essa prática impactava ainda mais a classe dos senhores, cujas rendas feudais eram fixas conforme o costume, não admitindo reajustes, mesmo diante de episódios inflacionários. Todavia, em momentos posteriores, a manipulação monetária passou a ser vista como oportunista e prejudicial aos fluxos da economia-mundo, gerando enfraquecimento do poder estatal em médio e longo prazo.

Os expedientes mais duradouros, na formação de uma base financeira da máquina estatal, foram a venda de cargos e o *tax farming*. O primeiro tinha a dupla vantagem de angariar fundos no curto prazo e formar uma classe de burocratas dependentes e a serviço do monarca (MWS, 2011, Vol. 1, p. 137). Contudo, em um segundo momento, os novos funcionários reais passavam a consumir parte do orçamento estatal, logo, para ser favorável, suas atividades deveriam aumentar a arrecadação tributária, ainda incipiente. Esse mecanismo tendia, portanto, a gerar um círculo vicioso, que poucos Estados lograram quebrar e converter em virtuoso.

To be sure, venality creates a "vicious circle" [...], in which the increased bureaucracy eats up revenue and creates debts, leading to still larger fiscal needs by the state. The trick was to transform the circle into an upward spiral wherein the bureaucracy was sufficiently efficient to squeeze out of the population a surplus larger than the costs of maintaining the apparatus. Some states succeeded at this. Others did not. The crucial distinguishing factor would be their role in the world-economy (MWS, 2011, Vol. 1, p. 137-138).

¹⁰⁹ Conforme WALLERSTEIN, isso ocorre apenas com o sucesso na utilização da venda de cargos para formar uma burocracia estatal capaz de cobrar tributos: "This [a virtuous cycle at using venality of office] made it possible for national debts to come into existence, that is, deficitary state budgets. National debts were unknown in the ancient world, and impossible in the Middle Ages because of the weakness of the central governments and the uncertainty of succession. It is only with the regime of Francis I in France in the sixteenth century that we first encounter this economic phenomenon" (MWS, 2011, Vol. 1, p. 138).

Nesse sentido, o sucesso de alguns Estados, tais como Inglaterra e França, esteve diretamente relacionado à formação da estrutura centro-periferia, como decorrência da divisão única do trabalho na economia-mundo que permitiu um acúmulo desigual de excedentes em determinadas áreas. Nessas localidades, os monarcas conseguiram criar uma máquina estatal autossustentável, e usaram o seu poder político concentrado para intervir nos fluxos do comércio mundial e do sistema interestatal para aprimorar a posição dos capitalistas situados em seus territórios. Essa se tornou a tônica dos inúmeros conflitos interestatais e intercapitalistas que dominaram o cenário europeu a partir do século XVII, especialmente entre esses dois países (MWS, 2011, Vol. 2, Cap. 3 e 6).

Por fim, o *tax farming* consistia na outorga do direito de cobrar tributos por determinado tempo mediante o adiantamento de um montante de recursos. É como uma espécie de venda do poder de tributar a um particular, não integrado à burocracia estatal. Na incapacidade que os monarcas tinham, nessa época, de formar uma classe própria e suficiente de funcionários para arrecadar os tributos por eles instituídos, optava-se por vender parcelas da arrecadação futura e incerta, transmitindo aos *tax farmers* a função de cobrar e se apropriar das receitas tributárias auferidas. Isso foi largamente utilizado na França¹¹⁰ (MWS, 2011, Vol. 1, p. 263 e p. 285), mas também na Inglaterra, com a diferença de que, nesse país, logrou-se eliminar mais cedo a classe de intermediários particulares na arrecadação tributária, no contexto das reformas chamadas de revolução financeira inglesa (1688-1756) (MWS 2011, Vol. 2, p. 278) (BRAUDEL, 2009, Vol. 2, p. 468-470). O problema desse mecanismo era que grande parte das receitas fiscais permanecia nas mãos dos intermediários privados e o monarca ficava dependente deles, que se tornavam, igualmente, seus principais emprestadores em tempos difíceis. Grandes fortunas foram formadas por essa classe de financistas parasitária da máquina estatal (MWS, 2011, Vo. 1, p. 285). *Tax farming* foi também utilizado pelos monarcas de países semiperiféricos (Prússia, Suécia, norte da Itália), para tentar estruturar uma base financeira para a atuação do Estado, em alguns lugares com mais sucesso do que em outros (MWS, 2011, Vol. 2, Cap. 5, p. 203; p. 212).

Assim, nos primórdios da formação de uma base financeira para o aparato estatal dos monarcas europeus, os meios mais comuns foram a venda de cargos e o *tax farming*, criando um sistema intermediário e de transição para, depois, se atingir um estágio mais avançado em que prevaleceriam a taxação da riqueza circulante e a dívida pública permanente.

Como resume WALLERSTEIN:

¹¹⁰ WALLERSTEIN afirma que: “*affermage*, or tax-farming, became a central mechanism of raising royal revenue; it accounted for half the total from the time of Colbert to the French Revolution” (MWS, 2011, Vol. 2, p. 278).

As part of the transition from the feudal system of a ruler's household to a fully developed bureaucratic system of the kind that Weber described, the states of early modern Europe invented an intermediate system in which the bureaucrats were partially independent entrepreneurs, engaged in "sharecropping" the state. These were the systems of venality of office and tax-farming. As transitional mechanisms, they proved remarkably resilient and successful (MWS, 2011, Vol. 2, p. xx).

Sobre outro ponto de vista, WALLERSTEIN elenca quatro mecanismos pelos quais os monarcas fortaleceram o aparato estatal, não apenas sob a óptica do financiamento, mas também no nível político e ideológico. São eles: (a) burocratização; (b) monopolização da força; (c) criação de uma legitimidade; (d) homogeneização dos súditos (MWS, 2011, Vol. 1, p. 136).

A burocratização consistia na formação de um corpo próprio de funcionários vinculados e sustentados pelo monarca. Nesse intento, *venality of office* foi o principal meio empregado, como já mencionado. O resultado foi a constituição de uma burocracia civil que, nos Estados mais bem-sucedidos, permitiu o aumento da base fiscal e a consequente utilização do endividamento público, como forma ordinária de associação entre a Coroa e os capitalistas (MWS, 2011, Vol. 1, p. 138). A união desses elementos só ocorre quando o Estado consegue se tornar um instrumento útil e confiável de coerção, capaz de atender aos interesses dos grandes agentes econômicos que surgiram com a economia-mundo capitalista europeia no século XVI.

Paralelamente à formação de uma burocracia civil, ocorre a estruturação de exércitos permanentes, responsáveis por dar ao monarca o monopólio da força. Tais exércitos se formaram principalmente com a contratação de mercenários, diminuindo a dependência do rei em relação aos nobres por meio dos antigos arranjos feudais de suserania e vassalagem (MWS, 2011, Vol. 1, p. 139). A manutenção de exércitos gerava efeitos secundários favoráveis na economia, pois estimulava a produção de bens, especialmente alimentos (MWS, 2011, Vol. 1, p. 140-141). Ademais, os exércitos eram essenciais na execução da vontade do monarca, seja na manutenção da ordem, seja na ampliação da base tributária. Contudo, o equilíbrio financeiro era frágil, pois a manutenção de forças mercenárias era bastante dispendiosa e nem sempre sua utilização produziam os recursos desejados. Novamente, o sucesso de alguns reis e não de outros esteve relacionado à posição que cada um assumiu na estrutura centro-periferia em formação na Europa (MWS, 2011, Vol. 1, p. 141).

De qualquer forma, a utilização preponderante de exércitos mercenários tinha duplo efeito favorável no fortalecimento dos monarcas, seja atuando diretamente na execução das suas políticas, como já mencionado, seja indiretamente ao enfraquecer a nobreza¹¹¹, seus

¹¹¹ Nas palavras de WALLERSTEIN: "Mercenary armies strengthened the princes. By the same token, they weakened the traditional nobility, not only by establishing forces strong enough to enforce the royal will, but also by creating an employment vacuum for the lesser nobility" (MWS, 2011, Vol. 1, p. 143).

principais oponentes no jogo político dos primeiros tempos modernos (MWS, 2011, Vol. 1, p. 143). O recrutamento militar entre os súditos, nacionalizando os exércitos, foi uma invenção posterior, presente a partir de Gustavo Adolfo, da Suécia, no início do século XVII (MWS, 2011, Vol. 2, p. 207).

A formação de uma legitimidade também se constituiu em preocupação central dos monarcas. Durante o período medieval, os monarcas tinham uma origem nobre tal como os senhores feudais, e exerciam poderes políticos sobre seus domínios territoriais, de pequenas proporções, quando comparados ao território soberano dos Estados modernos europeus. Conquanto muitos deles tivessem primazia dinástica, que apelava para um costume e uma justificação tradicional da autoridade política, isso não era suficiente para sustentar um movimento centralizador de poder nas proporções vistas no século XVI. Assim, elabora-se a chamada ideologia do absolutismo para justificar, a partir de um direito divino, o poder que os monarcas estavam concentrando, formando as chamadas monarquias absolutistas (MWS, 2011, Vol. 1, p. 144).

Todavia, deve-se pontuar que, na prática, o monarca estava bem distante de gozar de um direito absoluto, no sentido de ilimitado¹¹². Assim, foi necessário dar outro tipo de legitimidade à autoridade do rei, que foi buscada entre a elite da época.

A esse respeito, afirma WALLERSTEIN:

Legitimation does not concern the masses but the cadres. The question of political stability revolves around the extent to which the small group of managers of the state machinery is able to convince the larger group of central staff and regional potentates both that the regime was formed and functions on the basis of whatever consensual values these cadres can be made to believe exist and that it is in the interest of these cadres that this regime continue to function without major disturbance. When such circumstances obtain, we may call a regime "legitimate" (MWS, 2011, Vol. 1, p. 144).

Essa observação é muito relevante e demonstra, de certa forma, a influência que WALLERSTEIN recebeu do materialismo histórico. Para ele seria implausível explicar a legitimidade do poder político concentrado de um monarca europeu da época com base em motivos puramente ideológicos¹¹³, descolados do jogo de interesses dos privilégios sociais e da sustentação econômica das elites da época (MWS, 2011, Vol. 1, p. 143-144). Assim, o rei, além de buscar fontes de financiamento para manter uma burocracia estatal e um exército para executar suas políticas, precisava convencer as elites da época de que se associar a ele no jogo político era uma boa opção. Os nobres renunciavam a parte dos direitos que a ordem feudal lhes conferia para garantir a proteção, por parte do rei, da sua posição privilegiada na sociedade. O

¹¹² WALLERSTEIN faz uma comparação entre o poder de um monarca absolutista europeu do Século XVI com o de um primeiro-ministro de uma democracia liberal contemporânea, afirmando que, a despeito dos limites a que este está submetido, pela ordem constitucional vigente, serem muito maiores, seu poder é muito mais efetivo graças a amplitude assumida pelas burocracias estatais contemporâneas (MWS, 2011, Vol. 1, p. 144).

¹¹³ Ideológicos no sentido de não materiais, exclusivamente filosófico ou relativo às ideias políticas.

surgimento de novos papéis sociais e a mudança da base econômica de reprodução da sociedade europeia nesse período torna muito mais complexo o jogo de alianças e interesses políticos, como se verá adiante.

De toda forma, é indubitável que o palco desses conflitos passa a ser o do Estado, como instituição concentradora e soberana da vida política. Na prática, a figura do rei fica em segundo plano diante da magnitude que assume o empreendimento estatal. Em razão disso, WALLERSTEIN considera mais apropriado se falar de *statism*, em lugar de absolutismo, como “a claim for increased power in the hands of the state machinery” (MWS, 2011, Vol. 1, p. 147). O monarca é apenas a personalização dessa tendência, e não tanto o seu protagonista, que é mais difuso. Tanto que, em momentos posteriores da história moderna, quando se eliminam os reis, o Estado segue operando da mesma forma, com os mesmos objetivos e amarrado pelos mesmos interesses que lhe sustentam o projeto político.

No período de formação dos Estados, ainda não se pode falar em nacionalismo, que foi uma tendência posterior de autoafirmação de um grupo ligado por certos vínculos coextensivos ao do poder estatal (MWS, 2011, Vol. 1, p. 145). Levantar uma bandeira nacionalista no século XVI seria abortar¹¹⁴ o projeto de concentração e expansão do poder estatal, pois se carecia de uma base comum de valores ou vínculos de qualquer natureza que pudesse conectar o povo espalhado por um amplo território. Primeiro, surgem os Estados fortes, depois forjam-se os nacionalismos (MWS, 2011, Vol. 1, p. 145-146). O máximo de semelhança que se tinha nessa época com os nacionalismos dos séculos XIX e XX eram os conflitos religiosos oriundos da reforma protestante (MWS, 2011, Vol. 1, p. 207). Em ocasiões específicas, utilizou-se da base religiosa comum de movimentos dissidentes do catolicismo romano para dar apoio a projetos políticos, como ocorre, por exemplo, na independência da porção norte dos Países Baixos espanhóis, dando origem às Províncias Unidas (MWS, 2011, Vol. 1, p. 202).

Em outros casos, contudo, a bandeira religiosa poderia ser desastrosa para o projeto de formação de um Estado moderno, como se dá nos principados germânicos que, em razão das fraturas causadas pelos conflitos religiosos da reforma, demoraram séculos para formar uma base comum de interesses políticos que permitisse a unificação.

O quarto mecanismo utilizado pelos monarcas na formação e fortalecimento de um aparato estatal foi a homogeneização dos súditos. WALLERSTEIN se refere a um nivelamento

¹¹⁴ Nas palavras de WALLERSTEIN: “[...] for state builders, premature nationalism risked its crystallization around too small an ethno-territorial entity. At an early point, statism could almost be said to be antinationalist, since the boundaries of ‘nationalist’ sentiment were often narrower than the bounds of the monarch’s state” (MWS, 2011, Vol. 1, p. 145).

cultural operado entre a elite ao influxo do movimento de concentração do poder estatal, por ele chamado de estatismo. Como afirma: “Once again it is less the masses that are relevant than the cadres in the broadest sense: the king, his bureaucracy and courtiers, the rural landowners (large and small), the merchants” (MWS, 2011, Vol. 1, p. 147). Essa tendência apresenta variadas manifestações tais como a gradual expulsão dos judeus do território dos nascentes Estados modernos, a diminuição persistente da participação de estrangeiros no controle do comércio dos países do noroeste europeu, o triunfo da reforma protestante em Estados como Inglaterra e Províncias Unidas (MWS, 2011, Vol. 1, p. 147-153).

A vantagem da homogeneização cultural da elite é que assim se permite a composição mais facilitada de interesses políticos em torno do monarca, criando um bloco forte para enfrentar a competição ferrenha que se instalou entre os Estados europeus acerca do controle dos fluxos da riqueza circulante na economia-mundo (MWS, 2011, Vol. 2, Cap. 3 e Cap. 6). Ademais, a homogeneização, que depois se projeta sobre a população em geral, dando base à posterior criação de uma nação, facilitava, igualmente, o acatamento da autoridade política do monarca, diminuindo a interferência que nobres e aristocratas poderiam impor às pretensões centralizadoras da Coroa.

Esses casos, como se pode perceber, se deram preponderantemente naquelas zonas que, para WALLERSTEIN, assumiram a posição de centro na divisão europeia do trabalho. Isso porque, para este autor, os monarcas mais bem-sucedidos na formação de um aparato estatal foram aqueles situados nessas zonas¹¹⁵. Tal fato conduz à uma característica elementar do Estado moderno: o desequilíbrio de força entre os diversos aparatos estatais que se formaram no contexto da economia-mundo (MWS, 2011, Vol. 1, p. 157). O desnível vai de Estados, nas zonas centrais, fortes e com alta capacidade de intervenção no destino dos demais povos (e.g., Inglaterra, Províncias Unidas e França) até a ausência quase completa de um aparato estatal centralizado nas zonas periféricas, cuja política se mantém pulverizada nas mãos da elite econômica de perfil aristocrata e alinhada aos interesses de mercadores estrangeiros (e.g., Polônia, América Hispânica, Brasil) (MWS, 2011, Vol. 1, Cap. 5 e Cap. 6)¹¹⁶.

¹¹⁵ Nas palavras de WALLERSTEIN: “In the sixteenth century, some monarchs achieved great strength by means of venal bureaucracies, mercenary armies, the divine right of kings and religious uniformity (*cuius regio*). Others failed. This is closely related, as we have suggested, to the role of the area in the division of labor within the world-economy. The different roles led to different class structures which led to different politics” (MWS, 2011, Vol. 1, p. 157).

¹¹⁶ Inclui-se aqui uma referência geral, pois os temas dos Cap. 5 – *The Strong Core-States: Class Formation and International Commerce*, e Cap. 6 – *The European World-Economy: Periphery vs. External Arena* tratam, respectivamente, entre outras coisas, do fato de os Estados no centro serem fortes e, na periferia, quase ausentes. Esse tema será desdobrado nos itens 2 e 6 deste Capítulo com referências mais precisas.

Em resumo, WALLERSTEIN oferece, especialmente no Capítulo 3 de *The Modern World-System I*, uma descrição bastante geral das tendências e características do período de formação dos Estados modernos europeus, como foi visto neste item. Do exposto, percebe-se que o grande desafio dos monarcas foi quebrar a estrutura descentralizada da política feudal. As estratégias utilizadas foram variadas e todas voltadas à construção de uma burocracia estatal em sentido amplo, isto é, dar ao Estado um corpo próprio, saindo da gerência palaciana dos feudos reais para formar uma verdadeira instituição que estendia seus braços e influências em inúmeras direções com grande e crescente complexidade. A figura do monarca apenas personalizava essa tendência. O fator propiciador do movimento de formação dos Estados modernos foi a desarticulação da ordem social com a crise do sistema feudal, fragilizando os senhores feudais e dando oportunidade para que os monarcas, pivôs do movimento de restauração da ordem, aproveitassem sua dianteira e lançassem as bases para uma nova estrutura política.

A formação concomitante de uma economia-mundo capitalista foi, certamente, benéfica ao projeto estatal, porém não se pode dizer que tenha sido sua causa. Assim como não é possível afirmar que o surgimento dos Estados modernos causou a organização de uma economia-mundo capitalista (MWS, 2011, Vol. 1, p. 133)¹¹⁷. Porém, se não foram causa um do outro, WALLERSTEIN é inequívoco ao considerar que um deu sustentação ao outro, e vice-versa, permitindo que sobrevivessem e se consolidassem ao longo do tempo: “The view expounded herein will be that the development of strong states in the core areas of the European world was an essential component of the development of modern capitalism” (MWS, 2011, Vol. 1, p. 134). Retornar-se-á ao tema mais adiante.

3.2 A estrutura de classe e o sucesso do empreendimento estatal

Quando se lança o olhar para a Europa em 1650, findo o chamado longo século XVI na concepção de WALLERSTEIN, observa-se um curioso fenômeno na estrutura política. Algumas regiões apresentavam aparatos estatais consolidados com centralização de poder em torno dos monarcas¹¹⁸, e outras estavam ainda pulverizadas em unidades políticas de caráter patrimonial,

¹¹⁷ WALLERSTEIN expõe a questão da seguinte forma: “It is evident that the rise of the absolute monarchy in western Europe is coordinate in time with the emergence of a European world-economy. But is it cause or consequence? A good case can be made for both. On the one hand, were it not for the expansion of commerce and the rise of capitalist agriculture, there would scarcely have been the economic base to finance the expanded bureaucratic state structures.¹ But on the other hand, the state structures were themselves a major economic underpinning of the new capitalist system (not to speak of being its political guarantee)” (MWS, 2011, Vol. 1, p. 133).

¹¹⁸ Ou, mais precisamente, em torno de um aparato estatal independente, pois é necessário considerar o singular caso das Províncias Unidas que adotam a forma de uma República, sem monarca.

como no período feudal, nas quais a figura do rei dinástico ou do imperador era ainda de efeitos mais simbólicos do que práticos. Ou, mais fortemente, quando se olha para as colônias americanas, nas quais uma vida política autônoma é quase inexistente. É necessário mencioná-las, no contexto da formação dos Estados modernos, pois elas também integravam o espaço da economia-mundo europeia, mas apenas desenvolveram aparatos estatais independentes a partir do século XIX.

Esse desequilíbrio no movimento de formação dos Estados modernos não é anômalo sob a óptica da economia-mundo, isto é, quando se alarga a unidade de análise para o espaço da vida social que está interligado por uma divisão do trabalho singular e abrangente que WALLERSTEIN chamou de sistema-mundo. Quando se tenta explicar o sucesso e o insucesso de alguns monarcas olhando apenas para a história “nacional” de um povo em questão, perdem-se os fatores causativos de ordem mais geral, a nível sistêmico, e sua relação com a estrutura da vida econômica então em operação, chamada de capitalismo histórico.

Para compreender a normalidade desse desequilíbrio, é essencial, na visão de WALLERSTEIN, analisar a estrutura de classe da elite da época, que deu base e sustentação para o projeto político do Estado moderno. No item 2.3 deste trabalho, foram expostas as características da divisão única do trabalho europeia, especialmente no que tange aos métodos de controle da força do trabalho e a estrutura centro-periferia. Seguindo na explicação lá iniciada, é necessário observar a diferente conformação da elite que se opera em cada zona, do centro à periferia. A partir daí, é possível se compreender a razão pela qual o Estado moderno, como solução organizadora da vida política, apenas se realiza em algumas regiões e não em todas.

Sob o aspecto econômico, as diferenças entre periferia e centro podem ser sintetizadas da seguinte forma: na primeira, a atividade econômica especializa-se na produção de matéria-prima ou produtos primários em grandes latifúndios com preponderância da monocultura (e.g., cereais, extração de madeira); no segundo, observa-se maior diversificação da agricultura (e pecuária), com tamanhos mais variados das unidades produtivas, o florescimento de uma atividade industrial manufatureira e o consequente fortalecimento do comércio (MWS, 2011, Vol. 1, p. 149). Essas divergências geraram uma elite preponderantemente aristocrática na periferia interessada em uma economia totalmente aberta ao comércio internacional; e no centro, maior mobilidade ocupacional da antiga elite, cujos papéis se estenderam da aristocracia feudal, passando pelos proprietários de terra de origem nobre e orientação capitalista até a burguesia empenhada nos lucros da atividade comercial e industrial (MWS, 2011, Vol. 1, p. 159-161).

Essa oposição ilustra um fenômeno mais geral das alianças políticas no contexto dos aparatos estatais: “The class alliances within the political system of the state are a function of

whether the ruling group is dominated primarily by those persons whose interest is tied to sale of primary products on a world market or by those whose interests are in commercial-industrial profits” (MWS, 2011, Vol. 1, p. 151). Conforme se tinha um ou outro tipo de elite dirigente, obtinha-se como resultado maior ou menor sucesso do empreendimento político do Estado.

Na periferia, a elite permaneceu avessa a um movimento centralizador da ação política ao modelo do Estado moderno. Os interesses dos grandes latifundiários eram conflitantes com os de uma burguesia nacional ou de um monarca centralizador; estes estavam orientados a formar uma estrutura política e econômica mais seletiva em relação aos fluxos do comércio internacional, enquanto aqueles se beneficiavam com uma economia mais aberta (MWS, 2011, Vol. 1, p. 304). O caso emblemático foi o da Polônia¹¹⁹, onde a influência de mercadores estrangeiros (sobretudo, os holandeses), associados diretamente aos grandes latifundiários de perfil aristocrata, anulou a atuação intermediária do rei ou de uma burguesia nacional (MWS, 2011, Vol. 1, p. 309-310). Nesta localidade, portanto, não se observa a formação de um Estado como ocorre no noroeste da Europa.

Nas zonas periféricas sob domínio colonial, tem-se o agravante da sujeição direta a um poder soberano europeu que impede qualquer pretensão política autônoma. Lá também se encontram os grandes latifundiários associados diretamente a mercadores europeus, sejam ou não da metrópole, por meios lícitos ou não de comércio (pirataria, contrabando, violações persistentes do pacto colonial por parte dos Estados centrais) (MWS, 2011, Vol. 2, p. 158 e ss.). Nesse contexto, não pôde surgir, nas colônias, uma burguesia nativa e muito menos uma estrutura política estatal própria. Isso só veio a acontecer no século XIX, e com muitas restrições e variações ao longo do território americano (MWS, 2011, Vol. 3, Cap. 4).

Quando se olha para as zonas centrais, nota-se que a estrutura de classe da elite é muito mais complexa e envolve o grande problema conceitual da utilização dos termos “burguesia”, “nobreza” e “aristocracia”. A típica descrição da política dos Estados absolutistas (o *Ancien Régime*), como pautada em uma oposição simplista entre burguesia contra aristocracia/nobreza oculta as verdadeiras nuances dos embates políticos do período que vai do século XIV ao XVIII.

O primeiro ponto a se levar em consideração é que o longo século XVI foi um período de grande mobilidade social individual e de mobilidade ocupacional intraelite causada pela

¹¹⁹ WALLERSTEIN resume o caso da Polônia da seguinte forma: “As the landed aristocracy of Poland grew stronger through its profitable role in international trade and the indigenous bourgeoisie grew weak, the tax base of the state frittered away which meant that the king could not afford to maintain an adequate army. The magnates then needed to assure their own protection, but this in turn made for the possibility of private wars. Some of these private armies equaled in size that of the Crown. The king became an elected king, and the central legislature, the *Seym*, began to turn over much of its authority to local diets. From this point on, disintegration of the state machinery proceeded apace” (MWS, 2011, Vol. 1, p. 309-310).

formação da economia-mundo e pela introdução e vulgarização das práticas capitalistas, especialmente na produção agropecuária (MWS, 2011, Vol. 1, p. 159; p. 236). Contudo, permanece firme o sistema de hierarquias sociais, de maneira que a classe de proprietários de terra, tradicionalmente associada à nobreza, não perde sua força política e econômica (MWS, 2011, Vol.1, p. 161).

A formação de economia-mundo capitalista europeia produziu mudanças no padrão de atuação da classe que controlava a posse da terra, seja qual for a terminologia usada para defini-la (*peers, gentry, yomen farmer*¹²⁰) (MWS, 2011, Vol. 1, p. 237). Os novos ares econômicos, sobretudo a maior comercialização da agricultura, fez com que essa classe alterasse seus métodos de gerenciamento, mesmo que o rótulo de aristocracia ou nobreza permanecesse aparente (MWS, 2011, Vol. 1, p. 237 e ss.). Ao mesmo tempo em que a antiga aristocracia rural assimilava métodos capitalistas, pessoas de outras origens sociais ingressam na atividade agropecuária, sejam nobres sem direito de primogenitura (títulos e direitos nobiliárquicos), sejam comuns que conseguiram administrar porções de terra por meio dos arrendamentos, lograram êxito e ascenderam socialmente (situações designadas pela terminologia *gentry* ou *yomen farmer* no vocabulário de classe inglês) (MWS, 2011, Vol. 1, p. 240 e ss.). O resultado é uma composição mais fluida da elite associada à terra, que nem sempre pode ser reduzida ao que se entendia por aristocracia rural no período feudal.

Paralelamente à ascensão econômica de uma elite não nobre ligada à produção agropecuária, tem-se o enriquecimento da classe dos mercadores, existente já no período feudal, mas que ganha proeminência no longo século XVI. A classe dos mercadores já mantinha práticas capitalistas no comércio e nas finanças, mas sua participação política ainda era incipiente. Com o aprofundamento e consolidação da economia-mundo capitalista europeia, esse panorama se modifica no cenário político até que os burgueses ganham *droit de cité* e passam a influenciar mais diretamente o destino político do aparato estatal¹²¹ (MWS, 2011, Vol. 2, p. 121-122).

¹²⁰ Essas terminologias eram usadas na Inglaterra. Na França, havia outros nomes para se referir a situações análogas.

¹²¹ A influência burguesa nos destinos políticos do Estado moderno ocorreu em graus variados ao longo do espaço da economia-mundo. Nas zonas centrais, essa influência foi praticamente direta nas Províncias Unidas, onde o Estado surge como uma organização política sustentada pelos burgueses/mercadores das diversas províncias para proteger os interesses desse grupo diante dos demais monarcas europeus, depois da longa guerra de independência travada contra a Espanha (MWS, 2011, Vol. 2, Cap. 2). Na sequência, tem-se a Inglaterra, onde a inserção dos burgueses na vida política se consolida com a Revolução Gloriosa em meados do século XVII, compondo com os elementos nobres uma elite mais ou menos coesa, que compreendia que o poder tinha seu fundamento nas vantagens econômicas (MWS, 2011, Vol. 2, Cap. 3). Por fim, a França, na qual a participação burguesa no aparato estatal se deu por via do “enobrecimento”, com a aquisição de títulos nobiliárquicos e a venalidade dos cargos. Essa situação intermediária de inserção dos elementos capitalistas na elite política foi uma desvantagem para a França em comparação com os demais Estados centrais, e legou a visão histórica tradicional (e imprecisa) de que

Essas mudanças geraram uma tensão entre o antigo sistema de hierarquias, privilégios e costumes feudais e as novas exigências decorrentes da ascensão do poder do dinheiro e da racionalidade econômica capitalista (MWS, 2011, Vol. 1, p. 258 e ss.). Essa tensão perpassou a composição da elite, em parte orientada às tradições, em parte demandando maiores mudanças na vida social. Para agravar o quadro, o longo século XVI (isso se estende até fins do século XVIII) testemunha um grande aumento da pobreza, ampliando-se a lacuna entre ricos e pobres, como efeito da reestruturação dos papéis e funções socioeconômicos com a formação da economia-mundo capitalista europeia (MWS, 2011, Vol. 1, p. 245). Para impedir que essa situação ameaçasse a ordem pública, recentemente restaurada, os monarcas tomam medidas para amenizar a pobreza e a miséria social, contra os interesses da elite capitalista ascendente (e.g., freando o ritmo dos cercamentos, de concentração das propriedades rurais e de eliminação dos direitos comuns dos servos) (MWS, 2011, Vol. 1, p. 253 e ss.).

Para WALLERSTEIN, o responsável por equilibrar essas tendências adversas e tensões sociais foi justamente o monarca absolutista que compôs os interesses em conflito a partir do aparato estatal centralizador: “It was the absolutism of the monarch which created the stability that permitted this large-scale shift of personnel and occupation without at the same time, at least at this point in time, undoing the basic hierarchical division of status and reward” (MWS, 2011, Vol.1, p. 161).

O monarca não poderia ignorar a importância da burguesia comercial ascendente ou dos novos personagens sociais que assumiram a produção agropecuária de orientação capitalista, especialmente para dar base fiscal ao aparato estatal, uma vez que a taxa direta dos nobres encontrava fortes impedimentos em costumes feudais arraigados (MWS, 2011, Vol. 1 p. 149). Nesse sentido, os burgueses aproximam-se do monarca na condição de “taxpayer, moneylender, and commercial partner” (MWS, 2011, Vol. 1 p. 149).

Assim, nas zonas centrais da economia-mundo, a complexidade da estrutura de classe da elite – em que coexistiam a aristocracia rural, a elite ascendente não-nobre (*gentry, yomen farmers*) e os burgueses ligados ao comércio e à indústria – beneficiou o rei e o empreendimento estatal. O Estado absolutista foi o responsável por equilibrar essas forças em conflito e, ao menos em um primeiro momento, foi o menor dos males, servindo como uma alternativa viável para ambas as forças. Nas palavras de WALLERSTEIN:

On the one hand, the king sought the assistance of favored segments of the urban commercial bourgeoisie who supplied him with money and some political counterweight to the centrifugal tendencies of the old nobility. On the other hand, the king

o Estado francês era avesso aos ares renovadores do capitalismo e permaneceu apegado aos privilégios e costumes feudais até a véspera da Revolução Francesa (MWS, 2011, Vol. 2, Cap. 3 e 6).

was the pinnacle of the system of traditional social status and was ultimately the protector of the nobility against the corrosive effects of the developing capitalist system. In terms therefore of the two social strata, the old nobility and the commercial urban bourgeoisie, **the absolute monarchy was for each a lesser evil, and its strength grew on the basis of their lack of alternatives.** For it served them both well by creating the possibility of enabling the country as an entity to get a disproportionate share of the surplus product of the entire European world-economy (MWS, 2011, Vol. 1, p. 309, *negrito nosso*).

Essas observações de WALLERSTEIN são certamente elucidativas para se entenderem as razões pelas quais o Estado moderno não surge de maneira uniforme em todas as zonas da economia-mundo. Elas explicam melhor as situações opostas da periferia e do centro, cujos exemplos clássicos, no século XVI, eram a Europa Oriental (sobretudo, a Polônia), de um lado, e Inglaterra, França e Províncias Unidas, de outro¹²². Quando se trata das zonas intermediárias, chamadas de semiperiferias¹²³, a situação é muito mais complexa, e só pode ser esclarecida analisando-se caso a caso. De qualquer forma, pode-se afirmar que é tendência geral do sistema-mundo moderno o fato de os Estados apresentarem graus muito variados de organização, centralização e eficiência burocrática, todos diretamente relacionados à posição que cada zona ocupa na divisão única do trabalho e na estrutura centro-periferia.

Como se verá mais adiante, a disparidade de forças entre os aparatos estatais é essencial para permitir o funcionamento da economia-mundo e dos processos de acumulação capitalista, de forma que nenhum Estado tenha força suficiente para dominar o conjunto da vida econômica, nem que os Estados tenham forças equivalentes, de maneira que cada um pudesse impedir os fluxos transnacionais do comércio e da produção que não atendessem a seus interesses (MWS, 2011, Vol. 1, p. 354-355). A hierarquia de poder entre os Estados é elemento essencial para o capitalismo histórico.

Conforme sintetiza WALLERSTEIN:

¹²² Entre esses três Estados centrais, o esquema de conformação da elite apresentado é aplicável com variações mais ou menos acentuadas. Em ambos há um fortalecimento do aparato estatal, porém o nível de coesão intraelite é bastante variável, especialmente entre os novos elementos capitalistas e a antiga aristocracia rural. Na França, essa coesão foi mais frágil e autoimposta pelo rei. Na Inglaterra, houve um grande sucesso com a Revolução Inglesa de 1640 e a Revolução Gloriosa, em 1688, que promoveram um acertamento dos papéis políticos diante da nova realidade econômica. No caso das Províncias Unidas, sendo um Estado que assumiu a forma de República, criado a partir da união de mercadores capitalistas, não houve grande tensão com os elementos mais tradicionalistas. O perfil da burocracia estatal holandesa era o mais capitalista possível para a época.

¹²³ Nessa condição, WALLERSTEIN considera as regiões da Itália setentrional, Espanha, Portugal e sul da França no século XVI. Nos séculos XVI a XVIII, surgem como semiperiferia, a Suécia, o Reino da Prússia, a Áustria e as colônias inglesas da América do Norte, posteriormente, Estados Unidos da América. Contudo, deve-se pontuar que o autor as classifica em semiperiferia ascendente e descendente, em um movimento lento, mas persistente de aproximação com as zonas centrais ou periféricas, conforme o caso. O espectro entre periferia e centro é, em verdade, muito amplo e complexo e não coincide precisamente com as fronteiras estatais, podendo-se identificar, dentro do território de um mesmo Estado, zonas ocupando posições variadas. Associá-las aos Estados é expediente simplificador, de forma que dizer “Estado central” é a forma reduzida para Estado em que prevalecem processos produtivos com elevado índice de acumulação de capital (cf. nota de rodapé nº 150 e 154).

[...] the world-economy develops a pattern where state structures are relatively strong in the core areas and relatively weak in the periphery. Which areas play which roles is in many ways accidental. What is necessary is that in some areas the state machinery be far stronger than in others. (MWS, Vol. 1, p. 355).

Ademais, analisar a estrutura de classe das elites é importante para verificar se há tendências centrífugas orientadas ao interesse de grupos econômicos estrangeiros (típico das zonas periféricas), ou tendências centrípetas, com maior coesão e comprometimento mútuo dos interesses da elite em prol do fortalecimento do aparato estatal e aprimoramento da sua posição na economia-mundo (típico das zonas centrais).

3.3 A atuação e a força do Estado na economia-mundo capitalista europeia

Como visto, o Estado moderno é uma realidade variável no espaço da economia-mundo. O seu projeto centralizador da política e do poder político realiza-se em escalas bem distintas conforme a zona em que se situa. Isso foi assim desde seu surgimento no longo século XVI. Uma vez formados os principais aparatos estatais, primordialmente situados nas zonas centrais ou semiperiféricas, a atuação dos Estados na economia-mundo logrou manter e aprimorar essa organização desigual da política (CHC, 2001, p. 48-49; WSA, 2004, Cap. 3). Em outras palavras, os que largaram na frente se esforçaram para impedir o sucesso dos retardatários. A história do período moderno até os dias atuais é basicamente o relato de sucesso dos Estados fortes em subjugar os fracos. Mesmo que se intente revestir a obra geral com um verniz de justiça e de valores universais, ancorados no direito internacional ou no direito natural, na prática, tem-se uma luta em que venceu e ainda vence o mais forte. Mas, como se dá essa atuação, e em que se baseia a força do Estado moderno?

BRAUDEL (2009, Vol. 2, p. 459-460) sintetiza a atuação do Estado moderno em três temas básicos: (a) monopolização da força e manutenção da ordem; (b) participação na vida espiritual do povo, isto é, ingerir nos movimentos da cultura, da religião e das ideias, sem nunca se deixar superar por eles; (c) controle da vida econômica, da produção e da circulação dos bens e das riquezas.

A manutenção da ordem simboliza o pacto do Estado com as hierarquias sociais previamente existentes. O monarca, no seu projeto centralizador e concentrador do poder político, não vai contra as tradições de domínio social de alguns grupos sobre outros. Muito pelo contrário, é associando-se aos primeiros que a Coroa logra êxito na formação de um aparato estatal equilibrado e efetivo. Os interesses da grande massa apenas entraram na equação alguns séculos depois e a contragosto dos dirigentes estatais. Como afirma BRAUDEL (2009, Vol. 2, p. 460),

“não há Estado sem classes dominantes que não sejam cúmplices [...]; contra, são sempre os muitos que é preciso conter, encaminhar ao dever, isto é, ao trabalho”.

Ademais, foi por meio da restauração da ordem social e da paz interna que os monarcas lançaram as bases para a ampliação e fortalecimento dos seus aparatos estatais. Nesse sentido, foi importante o simbolismo expressado pela violência “legítima” praticada pelo Estado contra os elementos da sociedade que perturbavam a ordem vigente. BRAUDEL destaca as execuções cruéis e os suplícios praticados em praças públicas como forma de marcar a atuação punitiva e severa dos monarcas (2009, Vol. 2, p. 460-462).

A ingerência sobre a cultura e a religião foi uma maneira de o Estado não deixar nenhum elemento da vida social fora da sua esfera de ação. E foi também uma forma dele complementar o poder da sua burocracia, ainda muito incipiente (BRAUDEL, 2009, Vol. 2, p. 490). O monarca precisou associar-se aos movimentos dominantes da religião, católica ou reformada, bem como se submeter aos costumes e práticas da alta sociedade, de onde emanava a cultura do reino. Absorvendo esses elementos, o Estado se apropria de forças simbólicas da vida social que ele não cria, mas que são essenciais na sustentação do seu projeto de poder. Que seria do Rei, um senhor feudal como os demais, sem sua aproximação da nobreza, das hierarquias sociais, da cultura, da religião? (BRAUDEL, 2009, Vol. 2, p. 491-493).

Contudo, é no controle da vida econômica que o Estado encontra a fonte duradoura do seu poder (BRAUDEL, 1978, p. 43-44; CHC, 2001, p. 49). Essa realidade foi logo percebida pelos monarcas. Não era possível manter o poder estatal, no longo prazo, sob bases tradicionalistas ou por razões alheias aos movimentos renovadores da economia-mundo capitalista europeia. Isso se deu por uma razão muito simples: a fonte do poder social se modificou no período moderno, passando das bases feudais, com preponderância de justificativas políticas e costumeiras, para a base mais fluida das vantagens nos mercados e do controle da riqueza circulante (MWS, 2011, Vol. 1, p. 246). A fonte do poder tornou-se econômica, e não mais exclusivamente política. O monarca, pretendendo construir um aparato estatal efetivo, não poderia ignorar essa nova realidade.

WALLERSTEIN percebe esse fato e, a partir dele, constrói um modelo de compreensão do poder dos Estados na economia-mundo capitalista europeia. Seguindo a influência recebida do materialismo histórico, esse autor não julga plausível conceber a força do Estado apenas levando em conta o tamanho da sua burocracia, das suas forças armadas ou do nível de autoritarismo das suas decisões políticas (MWS, 2011, Vol. 2, Cap. 3). WALLERSTEIN considera que a arrogância absolutista de alguns monarcas era sinal da sua fraqueza em fazer efetiva a atuação do seu aparato estatal. Afirma ele:

(...) we can understand why not all absolute monarchies were strong states and not all strong states were absolute monarchies. The key element is how strong the state was and not how absolute the form of government was. Of course we must explain the form, and we will then notice that **in the seventeenth century the strongest states were those which dominated economically**: the United Provinces were in first place, England was second, and France was only in third place. The English Revolution strengthened the English state, while the assertion by Louis XIV, *l'Etat c'est moi*, was a sign of the relative weakness of the state (MWS, 2011, Vol. 2, p. 33, **negrito nosso**).

Assim, para WALLERSTEIN “a state is strong to the extent that those who govern can make their will prevail against the will of others outside or inside the realm” (MWS, 2011, Vol. 2, p. 284). E essa força está diretamente relacionada com a eficiência produtiva dos capitalistas situados em seu território, pois quanto maior esta, maior será a acumulação de capital – para o bolso dos capitalistas e para o orçamento do Estado (MWS, 2011, Vol. 2, p. 113). Na economia-mundo capitalista europeia, não é possível dissociar as variáveis políticas das econômicas para medir o poder estatal, “because productive efficiency makes possible the strengthening of the state and the strengthening of the state further reinforces efficiency through extramarket means” (MWS, 2011, Vol. 2, p. 113). E a eficiência produtiva de que se fala não expressa apenas os meios “legítimos” de se aprimorar os processos produtivos (inovação tecnológica, aperfeiçoamento das práticas do comércio e das finanças, etc.), mas de qualquer interferência no fluxo econômico que aumente o lucro e acumulação de capital (formação de monopólios, práticas violadoras da concorrência, restrições à liberdade de comércio e de circulação). O que se quer produzir é dinheiro, e não bem-estar, produtos mais saudáveis, jornadas de trabalho menos intensas ou qualquer outro benefício coletivo não diretamente associado ao lucro individual. Pode parecer apelativo, mas basta conversar com qualquer capitalista para se certificar do fato.

Nesse ponto, MARX foi preciso ao identificar o motor que conduz o processo capitalista, isto é, o aumento do controle de formas mais flexíveis de riqueza, basicamente, de dinheiro. A passagem da riqueza pela fase da mercadoria é mero estágio intermediário para se retornar à forma circulante e mais fluida do dinheiro (MARX, 1995, Vol. 1, Cap. 4; Vol. 3, Cap. 47). Se for possível permanecer na forma circulante e produzir lucros, o capitalista assim escolherá. Essa é a proposta do mercado financeiro, que apenas não domina inteiramente os esforços capitalistas em razão do alto risco das suas transações, das bolhas periódicas e do fato de que não se pode viver apenas de dinheiro.

Considerando o argumento exposto, conclui-se que os Estados que necessitam intervir mais no fluxo econômico em favor dos seus capitalistas demonstram uma força menor do que aqueles que logram maior índice de acumulação de capital com menos intervenção. Como afirma WALLERSTEIN: “The state is most ‘active’ in states of moderate strength. The rhetoric of strength (*l’Etat, c’est moi*) is frequently a substitute for the reality” (MWS, 2011, Vol. 2, p.

114). Diante da fraqueza econômica dos seus capitalistas, o Estado intervém mais para garantir a sustentação do seu poder e a correspondente acumulação de capital no seu território. As políticas mercantilistas e protecionistas têm esse fundamento. A fase clássica do mercantilismo, com seu apogeu no século XVII, teve como objetivo compensar uma fraqueza dos elementos capitalistas nacionais diante da acirrada competição global em um momento de depressão econômica (MWS, 2011, Vol. 2, Cap. 1 e 3). Apenas o Estado hegemônico da época, as Províncias Unidas, não lançou mão desse recurso, pois o movimento livre das forças econômicas conduzia a riqueza global aos seus portos sem muito esforço estatal, em razão da posição de vantagem competitiva já adquirida por seus capitalistas (BRAUDEL, 2009, Vol. 2, p. 487; MWS, 2011, Vol. 2, Cap. 2).

Na prática, contudo, a necessidade de intervenção do Estado em prol dos processos capitalistas é permanente¹²⁴ e bem maior do que as doutrinas do liberalismo econômico estariam dispostas a admitir (WSA, 2004, p. 46). Isto decorre do fato de a relação dos capitalistas entre si ser de conflito e concorrência, atuando o Estado, vez como aliado, vez como adversário, de determinados grupos em face de outros (CHC, 2001, 55 e ss.). A competição intercapitalista pela acumulação acaba atraindo a participação dos Estados e produz a competição interestatal pelo capital circulante, com episódios bélicos ou não (ARRIGHI, 2016, p. 12). Como no jogo do capitalismo a perda de um é o ganho do outro, esse cenário de competição/intervenção é incessante.

A visão de WALLERSTEIN acerca da força do Estado já aparece no Volume 1 de *The Modern-World System*, publicado originalmente em 1974. A preponderância que ele dá ao aspecto econômico levantou inúmeras críticas, sendo uma das mais contundentes a da socióloga americana THEDA SKOCPOL (1977, p. 1075-1090).

SKOCPOL considera que o modelo explicativo de WALLERSTEIN se baseia em duas reduções: “first, a reduction of socio-economic structure to determination by world market opportunities and technological production possibilities; and second, a reduction of state structures and policies to determination by dominant class interests” (1977, p. 1078-1079). Na visão dessa socióloga, tais reduções retiram da análise fatores por ela considerados importantes na

¹²⁴ Apenas no curto período em que um Estado assume a posição de hegemonia no sistema interestatal, observa-se diminuição temporária nos conflitos interestatais e no nível de intervenção direta de um Estado para favorecer seus capitalistas contra os de outros países. O Estado hegemônico, tendo adquirido amplas vantagens competitivas sobre os demais, na esfera da produção, do comércio e das finanças, necessita intervir menos para favorecer a acumulação de capital no seu território, uma vez que o próprio curso normal das atividades econômicas e das forças dos mercados lhe beneficia. Quando essas situações ocorrerem, a doutrina do livre comércio foi propalada como panaceia para os males dos povos, encabeçada pelo Estado hegemônico, seu maior beneficiário. Nos momentos em que não há hegemonia, todavia, a competição interestatal e intercapitalista se aprofunda e os Estados intervêm mais fortemente, de forma pacífica ou não. Esse tema foi desdobrado em pormenores no item 3.4 *infra*.

compreensão sociológica, por exemplo, a preponderância de outros valores que não o mero acatamento de oportunidades de mercado na tomada de decisões econômicas; a existência de padrões institucionais históricos variados na construção dos Estados europeus; a influência política mais determinante sobre o Estado dos interesses das classes inferiores e não apenas os da elite; as pressões geopolíticas; os movimentos bélicos e das forças militares (SKOCPOL, 1977, p. 1079 e ss.).

De fato, a visão de WALLERSTEIN dá maior atenção aos fatores econômicos e mercadológicos, na organização da vida social e das relações de produção; e à composição da classe dominante, na direção do aparato estatal. Contudo, esse foco decorre da influência metodológica do materialismo histórico, que considera a vida econômica (estrutura) como elemento definidor da vida social nos seus níveis mais altos (superestrutura), onde se situam o costume, a cultura, o direito, a política e a religião (MARX, ENGELS, 1998). Assim, não se afirma que os outros elementos não sejam relevantes e que não possam interferir na realidade social. Apenas que, considerando uma escala de preponderâncias, as questões atinentes às relações produtivas e à reprodução material da vida têm um impacto mais forte e definidor do que os demais. O problema aqui é complexo, mas pode-se dizer que as visões devam se complementar. O mesmo que foi dito sobre a perda dos detalhes causada pelo aspecto globalizante e sistêmico da análise dos sistemas-mundo, se aplica às escolhas metodológicas do materialismo histórico. Há sempre perdas, que precisam ser reparadas por estudos complementares, vez que a complexidade da realidade não admite as reduções do método, qualquer que seja ele.

Por outro lado, SKOCPOL considera imprecisa a concepção de WALLERSTEIN sobre a força do Estado e sua relação com a estrutura centro-periferia, pois, segundo ela, “there were more and stronger absolutisms outside the core than in it” (1977, p. 1084). Ela está se referindo aos aparatos estatais de Espanha, Suécia e França. Nesse ponto, todavia, o pressuposto adotado pela autora sobre o que caracteriza um Estado forte é diferente daquele proposto por WALLERSTEIN. SKOCPOL (1977, p. 1086-1087) considera como medidas da força estatal a existência de um exército permanente, a amplitude e permeabilidade da burocracia estatal, e as circunstâncias e o contexto geopolítico em que o Estado se encontra envolvido. WALLERSTEIN, por sua vez, considera como medida de força o nível de acatamento, interno e externo, das diretrizes formuladas pelo Estado, não importando por quais meios se obterá o resultado desejado (MWS, 2011, Vol. 2, p. 284; FDM, 2002, p. 95). WALLERSTEIN olha para o efeito, SKOCPOL para a potencialidade da causa.

É inegável a força que pode ser exercida por uma burocracia abrangente, por um grande exército ou por alinhamentos geopolíticos favoráveis. Contudo, se um soberano consegue se

fazer ouvir, sem manejar muito a voz, não será ele mais forte do que aquele que precisa desdobrar toda uma ladainha para lograr o mesmo resultado? “The truly strong state seldom has need to show its iron fist” (MWS, 2011, Vol. 2, p. 284).

Como destaca WALLERSTEIN:

Os Estados situam-se numa hierarquia de poder que não pode ser medida nem pelo tamanho e a coerência das suas burocracias e exércitos nem por suas formulações ideológicas sobre si mesmos, mas sim por sua capacidade efetiva, ao longo do tempo, de promover a concentração do capital acumulado dentro das suas fronteiras, em comparação com a capacidade dos Estados rivais. (CHC, 2001, p. 48-49)

É nesse sentido que ele considera as Províncias Unidas um Estado mais forte do que a França, durante o longo século XVI. O que deu força às Províncias Unidas não foi uma pretensão absolutista, uma burocracia cara ou um grande exército, mas o aproveitamento de oportunidades comerciais, uma marinha mercante abrangente, a associação direta com a elite burguesa, a construção de vantagens competitivas e economias de escala na produção, no comércio e nas finanças, entre outras, mais consentâneas com o funcionamento da economia-mundo capitalista europeia (MWS, 2011, Vol. 2, Cap. 2). Isso apenas confirma o fato de que, no período moderno, o poder político não pode estar dissociado do poder econômico.

O monarca espanhol não compreendeu essa lição a tempo e deixou toda a opulência do seu império colonial escorrer literalmente para as mãos de capitalistas estrangeiros localizados nas zonas centrais. Como afirma WALLERSTEIN: “[...] over the seventeenth century Spain came to be at best a rather passive conveyor belt between the core countries and Spain's colonies” (MWS, 2011, Vol. 2, p. 185). Assim, com a depressão econômica do século XVII, a Espanha torna-se apenas uma sombra do que aparentava ser nos séculos XV-XVI. A questão é que a força que ela demonstrou, sobretudo nos reinados de Carlos V e Filipe II, era baseada em vantagens temporárias, como a abundância de metais preciosos, arranjos geopolíticos favoráveis, heranças nobiliárquicas¹²⁵, alta capacidade de endividamento público (MWS, 2011, Vol. 1, Cap. 4). No longo prazo, a fraca estrutura econômica espanhola foi se evidenciando (MWS, 2011, Vol. 1, p. 166).

¹²⁵ O rei espanhol, Carlos I, coroado como Imperador do Sacro Império Romano Germânico em 1519, sob o nome de Carlos V, reuniu, por meio de heranças, inúmeros domínios patrimoniais não contíguos no continente europeu, onde estavam situadas prósperas cidades comerciais, na chamada antiga espinha dorsal europeia: “Upon the coronation of Charles V as Holy Roman Emperor in 1519, his domain in Europe included such varied and noncontiguous areas as Spain (including Aragon), the Netherlands, various parts of southern Germany (including Austria), Bohemia, Hungary, Franche-Comte, Milan, and Spain's Mediterranean possessions (Naples, Sicily, Sardinia, the Balaerics).” (MWS, 2011, Vol. 1, p. 171). Carlos V ainda tinha o apoio das cidades-estados italianas de Gênova e Florença, além das vastas e ricas colônias americanas. Toda essa riqueza certamente fomentou as pretensões imperiais do rei espanhol, que empreendeu inúmeras guerras contra sua principal rival, a França, único Estado absolutista no continente europeu capaz de obstruir a formação de um grande império contíguo sob domínio espanhol. Esse assunto foi tratado no item 3.4.

O mesmo ocorreu com a Suécia no século XVII. Depois que Gustavo Adolfo mobiliza algumas oportunidades econômicas (abundância de ferro e cobre) e um relacionamento favorável com a nobreza sueca, ele logra construir um exército forte e empreende inúmeras guerras na região do báltico (MWS, 2011, Vol. 2, p. 205 e ss.). Por algum tempo, ele conseguiu extrair excedentes dessa região escorado na força armada, uma vez que sua base econômica nacional era fraca para sustentar seu aparato estatal expansivo (MWS, 2011, Vol. 2, p. 217-218). Posteriormente, contudo, mudando-se os ares geopolíticos do sistema interestatal, a Suécia amarga várias derrotas militares contra a Rússia, a Prússia e a Dinamarca, estas duas ancoradas em alianças com os ingleses e holandeses (MWS, 2011, Vol. 2, p. 218-219; p. 223). As vantagens obtidas pela via bélica se esvaíram e a Suécia se estagna na posição semiperiférica descendente, cedendo espaço para a Prússia que ascende naquela região. No fim das contas, acabou por prevalecer a força da divisão única do trabalho e da estrutura centro-periferia, bem como a interferência de Estados centrais manejando as engrenagens do sistema interestatal.

O que se percebe desses exemplos é que o Estado está irresistivelmente ligado à economia-mundo capitalista europeia. Ele opera no contexto desta, sofrendo o impacto e impactando nos fluxos econômicos capitalistas que lhe são característicos. O que vai garantir sucesso a um aparato estatal é a forma como ele gerencia o poder político já adquirido, respeitando ou não os movimentos típicos do processo capitalista.

A posição de WALLERSTEIN fica mais clara com a publicação do Volume 2 de *The Modern World-System*, em 1980, no qual ele fundamenta melhor as razões pelas quais considera que o destino político do Estado está atrelado ao funcionamento da economia-mundo capitalista europeia. Seguindo essa linha de raciocínio, ele propõe cinco medidas políticas independentes da força do Estado:

We suggest five possible such measures: the degree to which state policy can directly help owner-producers compete in the world market (mercantilism); the degree to which states can affect the ability of other states to compete (military power); the degree to which states can mobilize their resources to perform these competitive and military tasks at costs that do not eat up the profits (public finance); the degree to which states can create administrations that will permit the swift carrying out of tactical decisions (an effective bureaucracy); and the degree to which the political rules reflect a balance of interests among owner-producers such that a working "hegemonic bloc" (to use a Gramscian expression) forms the stable underpinnings of such a state. This last element, the politics of the class struggle, is the key to the others. (MWS, 2011, Vol. 2, p. 113).

Observe-se que todas elas se relacionam com a lógica capitalista de poder. No médio e longo prazo, o Estado aumenta o seu poder quando age em prol da acumulação capitalista situada em seu território ou em sua zona de influência política (CHC, 2001, p. 49). Contrariamente, ele fragiliza o poder já adquirido se toma medidas prejudiciais aos interesses capitalistas.

Todavia, isso não significa que o Estado se torne um fantoche dos capitalistas. WALLERSTEIN é enfático ao afirmar que uma das marcas do Estado absolutista, no período do século XV ao XVIII, é sua ambiguidade em relação aos elementos capitalistas emergentes (MWS, 2011, Vol. 1, p. 258). Para estes “the state machinery was sometimes extremely useful, sometimes a major impediment” (MWS, 2011, Vol. 1 p. 162). Com a consolidação e aprofundamento da economia-mundo capitalista e a prevalência da lógica capitalista na mentalidade e na atuação da elite dirigente, essa ambiguidade tendeu a diminuir¹²⁶. Apenas com o advento dos primeiros movimentos antissistêmicos, a partir da Revolução Francesa, é que a postura do Estado passa a ser questionada mais abertamente, tornando o cenário político muito mais opaco e contraditório, como é possível perceber nos Estados contemporâneos.

Portanto, as cinco medidas propostas por WALLERSTEIN (MWS, 2011, Vol. 2, p. 113) podem ser sintetizadas da seguinte maneira: (a) práticas mercantilistas e protecionistas, interferindo no fluxo normal dos fatores produtivos; (b) atuação militar para enfraquecer Estados adversários e a capacidade deste de auxiliar seus elementos capitalistas; (c) custo-benefício da atuação do aparato estatal representado pela salubridade das finanças públicas; (d) eficácia da burocracia estatal; (e) nível de comprometimento entre as elites nacionais para conter a competição intercapitalista e dar coesão e precisão à atuação do aparato estatal, isto é, impedir que os atritos intraelite enfraqueçam o Estado no desempenho de tarefas benéficas à acumulação capitalista.

Na obra *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista*, de publicação mais recente e com finalidade de sintetizar seu pensamento, WALLERSTEIN (2001, p. 42 e ss.) destaca quatro elementos do poder estatal e a forma como eles são mobilizados: (a) jurisdição territorial, com o consequente controle dos fluxos econômicos; (b) direito de legislar acerca das relações sociais de produção no interior do seu território; (c) poder de tributar e de exercer uma atuação redistributiva da riqueza; (d) monopólio da força (polícia e exército).

A divisão do espaço da economia-mundo em territórios submetidos exclusivamente ao poder soberano de um Estado com exclusão dos demais foi uma das grandes marcas do período moderno. A pretensão absolutista envolveu necessariamente a fixação de fronteiras mutuamente excludentes. A luta por fronteiras, contudo, não foi algo simples, e apenas com o tempo

¹²⁶ WALLERSTEIN compara a postura reticente do Estado Inglês no século XVI diante da política de cercamentos e de transformação da terra em mercadoria, e a imposição de leis de “bem-estar social” e diminuição da pauperização no campo, com sua postura no século XVIII, de severa intervenção na forma de acesso e uso da terra, promovendo ampla concentração das unidades fundiárias e proletarianização dos camponeses: “This policy [poor laws] of monarchical constraint on the free play of capitalism in the sixteenth century is in marked contrast with the collaboration of the state to intervene in the process of the great and definitive enclosures of the eighteenth century”. (MWS, 2011, Vol. 1, p. 254).

foi se definindo, a partir de guerras e tratados internacionais. Na prática, durante todo o período histórico da economia-mundo capitalista europeia, o conflito em torno de domínios territoriais foi permanente, e travou-se preponderantemente no espaço externo ao continente europeu, isto é, nas zonas periféricas. Isso porque, na intimidade territorial dos grandes Estados europeus, as guerras eram constantes, porém as alterações de fronteiras operavam apenas no curto ou médio prazo, sendo restabelecidas ao fim dos conflitos ao *status quo ante* (MWS, 2011, Vol. 2, p. Cap. 6).

É a partir da jurisdição territorial que o Estado exerceu um dos poderes mais relevantes para o funcionamento da economia-mundo capitalista europeia: o controle sobre o movimento de mercadorias, de capital-dinheiro e de força de trabalho dentro e fora de suas fronteiras (FDM, 2002, p. 97). Em nenhum momento do período moderno um Estado adotou a postura de total fechamento de suas fronteiras, pondo-se de fora da economia-mundo (CHC, 2001, p. 43). Igualmente, a total liberdade de trânsito nunca existiu, mesmo nos períodos de hegemonia. A acumulação capitalista somente é possível na zona cinzenta entre liberdade e restrição ao fluxo dos fatores produtivos. E entre os três tipos de fatores produtivos, “o movimento da força de trabalho tem sofrido mais restrições que o movimento de bens e de dinheiro-capital” (CHC, 2001, p. 43). O mais livre dos três é certamente o capital. É essencial que assim o seja, pois paralisá-lo limita a sua flexibilidade e seu ecletismo e prejudica a acumulação incessante, vez que a especialização é asfixiante para o capital. Como ensina BRAUDEL (1987, p. 40 e ss.; 2009, Vol. 2, p. 382), a marca do capitalismo está na flexibilidade e no descomprometimento permanente com qualquer valor outro que não seja o da autoexpansão.

Uma das principais decorrências do poder soberano de jurisdição territorial e efeito da competição interestatal permanente do período moderno foi a colonização. Era uma forma de exercer controle político sobre um território com o fito exclusivo de extrair dele riquezas e bens necessários ao processo capitalista de acumulação (WSA, 2004, p. 56). E esse controle envolvia, naturalmente, a exclusão da intromissão de capitalistas situados em Estados concorrentes. Como os fluxos normais da economia não fomentavam o nível almejado de acumulação, os Estados europeus usaram do mecanismo colonial para ampliar sua base de extração de excedentes e melhorar sua posição na economia-mundo. No percurso de mais de quinhentos anos de capitalismo histórico, a colonização deixou de fazer parte do cenário do mundo apenas nos últimos 60 a 70 anos. Na luta capitalista, ela foi um cruel, porém eficiente instrumento para engrandecer o poder e a riqueza dos Estados europeus.

Uma das principais vantagens britânicas em face dos franceses, na acirrada competição interestatal iniciada entre eles em meados do século XVII, foi exatamente a maior base colonial

dos britânicos, seja por meio de colônias diretas, seja por meio da penetração em domínios coloniais estrangeiros (MWS, 2011, Vol. 2, p. 101 e ss.). As guerras travadas a partir de 1650 entre Inglaterra e França tiveram seus episódios no velho continente, porém um importante foco das batalhas e dos interesses se situou na América e no subcontinente indiano. A partir dali é que a hegemonia inglesa do século XIX foi sendo moldada e estruturada (MWS, 2011, Vol. 2, Cap. 6; Vol. 3, Cap. 2). Finda a hegemonia inglesa, a partir de meados do século XIX, o conflito interestatal europeu se acirrou novamente, e o grosso das lutas teve como cenário as terras africanas e asiáticas, em um franco e terrível movimento colonizatório.

O segundo elemento do poder estatal elencado por WALLERSTEIN foi o poder de legislar sobre as relações de produção, sobretudo sobre as formas e mecanismos de controle da força de trabalho (CHC, 2001, p. 44-45). A faculdade legislativa do Estado moderno não conheceu limites. A pretensão absolutista fez o que pôde para justificar a liberdade do monarca em “revo-gar ou emendar qualquer conjunto de relações” (CHC, 2001, p. 44). O foco principal dos novos estatutos e regras eram questões atinentes à vida econômica, tais como as relações sociais de produção, a forma de controle da terra, o direito de propriedade, a liberdade de produzir ou comercializar determinados produtos, entre outros. Os Estados foram exímios na regulação da força de trabalho, permitindo ou proibindo a escravidão; eliminando direitos feudais dos servos ou aumentando seus deveres para com seu senhor; regulando contratos de arrendamento rural contra restrições feudais e costumeiras que impediam a monetarização; autorizando o cerca-mento de terras e favorecendo sua total alienabilidade; proibindo organizações de trabalhado-res; criando severas punições à vagabundagem; impondo trabalhos compulsórios; restringindo a mobilidade geográfica de trabalhadores ou lhes impondo a imigração seletiva. A história re-cente da humanidade está repleta de exemplos desse tipo. Toda essa atividade interventiva do Estado nas relações de produção teve significativo impacto na acumulação capitalista.

Novamente, o cenário apenas se modifica com a proliferação dos movimentos antissis-têmicos depois da Revolução Francesa. A resistência dos trabalhadores, o movimento sindical e a formação de grupos de pressão foram extraindo do aparato Estado normas e estatutos menos opressivos ao trabalhador. A ideologia do liberalismo centrista, conforme intitula WALLER-STEIN (MWS, 2011, Vol. 4, Cap. 1), foi a grande diretora da atuação política do Estado do século XIX em diante. A bandeira era promover reformas lentas, graduais e esclarecidas, guiadas por uma equipe de especialistas (AL¹²⁷, 2002, p. 254 e ss.). Isso intentou evitar os polos extremos do conservadorismo, de um lado, e do socialismo-radicalismo, de outro (AL, 2002, p. 81 e ss.).

¹²⁷ Abreviatura da obra *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*, coletânea de artigos de WALLERSTEIN que tratam do período mais recente da história do sistema-mundo moderno, do século XX em diante.

Contudo, esse movimento de resistência operou-se nos Estados centrais e semiperiféricos em prejuízo da vasta periferia, pois a sanha acumuladora capitalista, obrigada a repartir o pão em casa, voltou-se contra os povos não-europeus fora de casa.

O terceiro elemento de poder estatal é a competência para tributar (CHC, 2001, p. 46). Essa foi das mais decisivas no processo de acumulação capitalista no longo prazo. Primeiro porque é por intermédio da tributação que o Estado sustenta financeiramente sua burocracia. A força interventiva do Estado na economia-mundo depende da provisão equilibrada do orçamento estatal. Trata-se de um ciclo retroalimentador. Se o Estado tem fraca base fiscal, sua burocracia tende a ser igualmente ineficaz, padecendo, por sua vez, de menor capacidade arrecadatória. Contrariamente, se for alto o nível de atividade econômica sob a jurisdição estatal, e houver um consenso entre a elite dirigente que permita uma satisfatória transferência de excedentes via tributação, o Estado consegue criar um círculo virtuoso, ampliando a eficácia e a abrangência de sua burocracia, que pode atuar em prol dos processos capitalistas de acumulação situados em seu território.

A dependência estatal dos recursos que se pode obter por meio da tributação impôs uma grande limitação à atuação do Estado no médio e longo prazo. Isso porque a riqueza circulante, da qual se podiam extrair tributos, era gerada e ampliada por meio de processos capitalistas típicos da economia-mundo. Se o Estado utiliza de seu aparato burocrático em contrariedade a esses processos, ele irá amargar prejuízos arrecadatórios futuros, fragilizando o seu poder. Na prática, os Estados bem-sucedidos foram aqueles que perceberam essa conexão íntima entre o poder político e os fluxos econômicos capitalistas. Um dos fatores do sucesso do Estado inglês, superando a competição contra a França absolutista, foi a construção de maior harmonia pelas elites dirigentes entre si, e entre estas e o aparato estatal, simbolizada na figura do Parlamento e nos episódios da Revolução Inglesa de 1640 que culminaram com a Revolução Gloriosa em 1689 (MWS, 2011, Vol. 2, 121-123). Na França, a atuação inconstante do rei diante dos interesses capitalistas e a desarmonia intraelite que não foi resolvida a contento fragilizaram, no longo prazo, o poder do Estado francês (MWS, 2011, Vol. 2, p. 286), a despeito de seu vasto território, da sua maior população, da sua abundância de recursos naturais, da sua economia nacional mais ampla, da grandeza do seu exército, entre outras vantagens em face dos ingleses (MWS, 2011, Vol. 2, Cap. 3).

Nas palavras de WALLERSTEIN, “os Estados têm sido importantes quando se observam os recursos que controlam, pois esses recursos permitem promover a acumulação de capital e, sendo redistribuídos, entram direta o indiretamente em um novo ciclo de acumulação de capital” (CHC, 2001, p. 46). Assim, é evidente a indissociabilidade entre o poder do Estado

moderno, a amplitude da sua base fiscal e a acumulação capitalista. Basta averiguar os temas que dominam o discurso político contemporâneo e o noticiário da grande mídia para se perceber que as finanças públicas e o desenvolvimento econômico estão no topo da atenção. E não importa para que posição do espectro político-ideológico se olhe, a economia e o orçamento são problemas centrais. Afinal, o que o Estado moderno pode fazer sem dinheiro no contexto de uma economia-mundo capitalista? Seja de esquerda ou de direita, o governo terá de enfrentar esse dilema, porque se trata de um problema do aparato estatal, e não das ideologias.

Outro importante desdobramento do poder de tributar para o processo capitalista de acumulação é o efeito redistributivo que a tributação gera. Historicamente, o foco da tributação foi sobre os bens em circulação e não sobre os patrimônios (MWS, 2011, Vol. 1, p. 30). Isso até por facilidades na arrecadação, uma vez que tributar patrimônio é muito mais complicado e esbarra nos interesses da elite dirigente. Com a tributação recaindo sobre o comércio e a circulação de bens, todos são contribuintes em maior ou menor medida. O resultado da arrecadação, todavia, foi primordialmente utilizado para favorecer a elite em detrimento da grande maioria (CHC, 2001, p. 47). Entre os séculos XV ao XVIII, nenhuma estranheza deve gerar esse fato. O Estado moderno surge como patrimônio do rei e objetivou sustentar uma ordem social hierarquizada e desigual. É absolutamente natural que sua atuação seja no sentido de manter uma sociedade de privilégios. Como afirma WALLERSTEIN, “essa redistribuição tem sido menos usada para fazer convergir as rendas reais e mais amplamente usada de modo a tornar ainda mais desigual a distribuição” (CHC, 2001, p. 47). A estranheza começa a surgir no século XIX com o surgimento de movimentos questionadores da desigualdade social produzida pela ordem capitalista. Se o Estado atendeu ou não a esses questionamentos é outro ponto, bem mais complexo, ao qual se retornará no Capítulo 4.

WALLERSTEIN (CHC, 2001, p. 48) observa quatro meios pelos quais o efeito redistributivo da tributação é concentrador da riqueza e benéfico à acumulação capitalista: (a) transferências diretas e subsídios aos capitalistas; (b) desvios privados no processo de arrecadação; (c) imposição da socialização dos riscos e prejuízos e individualização dos lucros, tais como na recuperação de empresas falidas, na assunção de dívidas privadas oriundo de empreendimentos fracassados e na externalização de custos ambientais; (d) financiamento estatal de infraestrutura de energia, transportes e comunicações que beneficiam mais fortemente as atividades produtivas privadas, sem contraprestação direta do particular beneficiado (as obras são custeadas pelo orçamento estatal) (FDM, 2002, p. 98-99)

Por fim, o quarto elemento do poder estatal é o monopólio “legítimo” da violência, seja por meio da polícia ou das forças armadas (CHC, 2001, p. 48). O principal objetivo era manter

a ordem social, com todas as suas injustiças e desigualdades. Com o uso da força, o Estado constrangia trabalhadores recalcitrantes, continha revoltas internas, impedia alterações na estrutura econômica e política, e ingressava em guerras contra outros Estados, objetivando interferir na proteção que estes aparatos estatais ofereciam aos seus próprios produtores (CHC, 2001, p. 48; FDM, 2002, p. 100-101). O interesse econômico esteve sempre misturado ao interesse político nas inúmeras guerras travadas no período moderno. Como elas despendiam larga soma de recursos, é raro encontrar conflitos bélicos iniciados sem conexão com a competição intercapitalista vigente na economia-mundo.

O panorama aqui exposto indica que não é possível compreender o Estado moderno apartado da sua relação íntima com a economia-mundo capitalista europeia. Removê-lo do seu contexto sistêmico e tentar entendê-lo apenas em termos políticos produzirá teses estranhas e contrárias à realidade histórica. O Estado pode ter surgido por inúmeras outras razões que não as de ordem econômica. Contudo, o caminho percorrido para sua consolidação, fortalecimento e aumento persistente do seu poder e influência na vida social passou necessariamente pela comunhão de interesses entre o aparato estatal e os elementos capitalistas emergentes.

O período do século XV ao XVIII conheceu um Estado inicialmente ambíguo diante dos novos atores sociais da economia-mundo capitalista europeia (MWS, 2011, Vol. 1, p. 258). Nessa fase, o aparato estatal era “a battleground of two conflicting trends – those persons of high traditional status who were at best partially adapting to the new economic possibilities, and those rising elements [...] who pushed toward the full commercialization of economic life” (MWS, 2011, Vol. 1, p. 256).

Com o passar do tempo, contudo, a lógica capitalista foi se espalhando para os demais setores da vida social, estendendo sua racionalidade para a política, a cultura, a religião, os costumes. Os Estados mais bem-sucedidos foram aqueles que perceberam que o fundamento do poder passou a ser econômico. Fatores exclusivamente de ordem política, tais como a extensão da burocracia estatal ou do exército, não podem explicar satisfatoriamente a força do Estado moderno. Para tanto, é imprescindível olhar para os movimentos da economia-mundo, sobretudo para a divisão única do trabalho e para a estrutura centro-periferia, por meio das quais flui a acumulação capitalista. Estado e capital não surgiram unidos, mas sua união, onde ela foi mais harmônica, os fez maiores e mais fortes. A pergunta que se faz é se essa relação continua, ainda, nos dias de hoje ou se ela é uma realidade superada pela história recente. Retornar-se-á a esse ponto mais adiante.

3.4 O sistema interestatal e os Estados hegemônicos

O sistema-mundo moderno assumiu a forma de uma economia-mundo – conceituada por WALLERSTEIN como uma vasta zona espacial unificada por uma divisão única do trabalho e que contém múltiplas unidades políticas e culturais (RFD, 1974, p. 391). Sob o aspecto político, a economia-mundo apresenta vários Estados que exercem poder soberano, logo, exclusivo, sobre determinado território e convivem, no espaço econômico alargado, com outros Estados, dotados das mesmas pretensões de soberania. A economia se une por um laço abrangente com vários níveis de interdependência, mas a política se faz em unidades separadas, conectadas entre si por uma infraestrutura de relações internacionais chamada de sistema interestatal. Essa disparidade fundamental entre uma economia e múltiplos Estados tem sido a chave mantenedora do sucesso de longo prazo do capitalismo histórico (WSA, 2004, p. 24). Contudo, ela não foi construída nem mantida de maneira pacífica. Vez por outra, um Estado manifesta pretensões imperiais¹²⁸ e tenta abranger, com sua soberania política, todo o espaço da economia-mundo.

A mais importante das tentativas imperiais foi aquela empreendida por Carlos V, rei da Espanha, na primeira metade do século XVI (MWS, 2011, Vol. 1, Cap. 4). A mais importante porque, nessa época, a economia-mundo capitalista europeia estava em formação e suas estruturas ainda não haviam se consolidado. A chance de sucesso de Carlos V era bastante real, e se ele tivesse logrado êxito, a Europa teria conhecido mais uma fase de império-mundo, forma de organização sociopolítica mais comum na história da humanidade (RFD, 1974, p. 390-391). Todavia, ele fracassou. Surge, então, sob o pioneirismo holandês, um sistema de relações internacionais responsável por impedir novas tentativas imperiais similares e preservar a existência de múltiplos Estados soberanos, chamado por WALLERSTEIN de sistema interestatal. Antes de adentrar as características desse sistema, serão brevemente repassados os episódios históricos que levaram à queda espanhola e ao triunfo holandês. Eles elucidam o dilema fundamental entre

¹²⁸ As pretensões imperiais podem se apresentar de duas maneiras: (a) a tentativa de um único aparato estatal de dominar politicamente o espaço da economia-mundo, ou expandir-se a ponto de poder prescindir de relações econômicas comuns com as zonas exteriores às suas fronteiras, rompendo a divisão única do trabalho; (b) a construção de vantagens competitivas, utilizando-se de poderes políticos no sistema interestatal, visando a aumentar a acumulação de capital em seu território, sem, contudo, cortar relações com outras áreas da economia-mundo sujeitas à jurisdição de Estados concorrentes. Para evitar ambiguidades, pode-se denominar o primeiro tipo de pretensões imperiais territorialista; e o segundo, de pretensões imperiais de cunho econômico. Esse segundo tipo foi também chamado, no vocabulário comum da história moderna, de imperialismo, sendo uma tendência típica do relacionamento entre as zonas periféricas e os Estados centrais, que usam das suas vantagens na divisão única do trabalho para aprimorar ainda mais sua posição, mesmo que isso exija a subjugação de outros povos por mecanismos coloniais ou que imponham algum tipo de dependência política ou econômica (e.g., termos desfavoráveis de troca, interferência nos governos estrangeiros, imposição de tratados comerciais desvantajosos aos Estados mais fracos).

o capital e a política, esclarecendo as razões pelas quais, para prosperar, o capitalismo necessita de múltiplos Estados e de uma única economia.

Carlos V¹²⁹, por coincidência familiar, acabou por se tornar herdeiro de três das mais expressivas casas reais europeias: Casa de Trastâmara¹³⁰, Casa de Valois-Borgonha¹³¹ e a Casa de Habsburgo¹³². Em 1519, quando é coroado Imperador do Sacro Império Romano-Germânico, ele reunia as possessões territoriais da Espanha, Países Baixos, Áustria e inúmeras partes do sul da Alemanha, Boêmia, Hungria, Franco Condado, Milão, Nápoles, Sicília, Sardenha, Ilhas Baleares e os domínios ultramarinos espanhóis na América (MWS, 2011, Vol. 1, p. 170). Essa exuberância territorial coincidiu com o período de expansão econômica pelo qual passava a Europa. A riqueza parecia sem fim e certamente estimulou as ambições políticas do monarca. Carlos V também tinha, a seu favor, o controle do centro mercantil da Europa, a cidade de Antuérpia, situada nos Países Baixos, o suporte financeiro dos Fuggers, uma das mais prósperas casas mercantil-financistas de época, e o apoio político e econômico de três das principais cidades-estados italianas, Gênova, Milão e Florença (MWS, 2011, Vol. 1, p. 172-173).

O principal rival de Carlos V era o Reino da França, governado na época por Francisco I, e inconvenientemente situada no centro das possessões territoriais não contíguas espanholas (MWS, 2011, Vol. 1, p. 171). Se Carlos V lograsse conquistar o território francês, seus domínios territoriais de sul, norte e leste poderiam se unir e os destinos da Europa teriam sido outros. A França, contudo, tinha as vantagens da localização geográfica central e da extensão vasta e contínua do seu território (MWS, 2011, Vol. 1, p. 171).

Esses dois monarcas travaram extensas batalhas na primeira metade do século XVI, que absorveram todas as energias de seus reinos. O conflito “was fought out in military terms principally on the Italian peninsula, first in the Franco-Spanish wars of 1494-1516, and then in the Hapsburg-Valois rivalry that continued until 1559” (MWS, 2011, Vol. 1, p. 171). No fim de mais de cinquenta anos de rivalidade, Carlos V não logrou sucesso nas suas pretensões. Os dois reinos acabaram em bancarrota (MWS, 2011, Vol. 1, p. 182-183). As pretensões imperiais de ambos foram demasiadamente onerosas para uma base fiscal ainda incipiente, em uma época em que os Estados estavam ainda construindo suas burocracias e concentrando seu poder.

¹²⁹ Carlos I como Rei da Espanha e Carlos V como Imperador do Sacro Império Romano-Germânico.

¹³⁰ Casa real que reuniu as Coroas de Castela e Aragão, quando do casamento de Isabel I e Fernando II, que eram avós maternos de Carlos V.

¹³¹ Não deve ser confundida com a Casa de Valois, onde nasceram vários reis franceses. A Casa de Valois-Borgonha é uma ramificação daquela e seus títulos nobiliárquicos, na época de Carlos V, reuniam direitos políticos sobre o território dos atuais Países Baixos, Bélgica e Luxemburgo. Carlos V recebeu tais territórios por herança de seu pai, Filipe I.

¹³² Uma das mais importantes casas reais da Áustria. Carlos V herdou as possessões por herança de seu avô paterno, Maximiliano I, que também foi Imperador do Sacro Império Romano-Germânico.

Ademais, o ônus de sustentar tantos gastos militares ficava ainda maior em períodos de inflação de preços, como foi o século XVI (MWS, 2011, Vol. 1, p. 185).

O caminho da conquista do poder pelos velhos métodos da dominação territorial e da atuação militar parecia ter se fechado diante da formação de uma economia baseada em mercados ampliados e governada por uma lógica capitalista. No século XVI, têm-se uma pulverização dos atores econômicos em unidades de médio porte, um ainda baixo nível de produtividade, e uma base fiscal e burocrática muito fraca por parte dos aparatos estatais. Esses fatores impuseram severos obstáculos à construção de um grande império político nesse período (MWS, 2011, Vol. 1, p. 184-185). Segundo WALLERSTEIN:

For a hundred years, Europe was enjoying a new prosperity. Men had tried to profit from it in the ways of old. But technological advance and the upsurge of capitalist elements had already progressed too far to make it possible to recreate political empires that would match the economic arenas. The year 1557 marked, if you will, the defeat of that attempt, and the establishment of a balance of power in Europe which would permit states which aimed at being nations (let us call them nation-states) to come into their own and to batten on the still flourishing world-economy (MWS, 2011, Vol. 1, p. 184).

ARRIGHI (2016, p. 23; p. 41), ao tratar dos intensos conflitos territorialistas entre os Estados europeus nessa época, afirma que as pretensões do rei espanhol estavam ancoradas na preservação do sistema de governo medieval, no qual a autoridade política do papa e do imperador pairava sobre o poder dos monarcas. Contudo, o sistema medieval não era compatível com as práticas capitalistas emergentes e a predominância, nos Estados modernos do noroeste europeu, da lógica capitalista de gestão do poder político e da guerra, que já haviam atingido um ponto de não retorno em meados do século XVI (ARRIGHI, 2016, p. 41). Assim, a insistência de Carlos V acabou gerando um caos sistêmico na Europa, pois, além dos extensos conflitos bélicos, causou o acirramento e a irrupção de guerras religiosas na Europa central (culminando com a Guerra dos Trinta Anos); agravou as insurreições sociais e populares, visto que a pressão fiscal dos gastos militares recaía sobre o povo; e perturbou os fluxos do comércio europeu, elevando os custos de circulação e proteção, causando desabastecimentos e depreciando a fonte de riqueza da qual se podiam extrair tributos para financiar a Coroa (ARRIGHI, 2016, p. 41-43). Em outras palavras, a atuação imperialista de Carlos V produziu uma situação em que todos saíam perdendo.

Além de tudo isso, a inconstância das políticas espanholas levou à insatisfação dos elementos capitalistas situados nos Países Baixos, que, amparados em dissidências religiosas, empreenderam uma longa guerra de independência na porção norte, onde surgiu, posteriormente, a República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos (MWS, 2011, Vol. 1, p. 203 e ss.). Com a guerra pela emancipação, a grande riqueza comercial e financeira situada em Antuérpia

acabou migrando para Amsterdam, já fora dos domínios espanhóis (MWS, 2011, Vol. 1, p. 185; p. 199 e ss.). E foi dali, com especial atuação dos holandeses, que partiu a liderança política e intelectual que reuniu diplomaticamente a Europa e formou o moderno sistema interestatal, extinguindo definitivamente o sistema de governo medieval e apaziguando os conflitos bélicos generalizados (ARRIGHI, 2016, p. 43).

O insucesso espanhol ensinou uma valorosa lição aos estadistas europeus. A partir da formação da economia-mundo capitalistas europeia, a rota para o poder político não passava mais pela predominância da força militar e da dominação territorial. O que passou a importar foi o controle das fontes de acumulação de capital, que não necessariamente coincidem com a posse de amplos territórios. O controle sobre alguns elos monopolizados das cadeias mercantis era suficiente para produzir extensas riquezas apropriadas pelos capitalistas e pelo Estado. A sustentação de um aparato estatal forte não se media mais pelo tamanho da burocracia ou das forças armadas, mas pela precisão e estratégia na mobilização dos esforços políticos do monarca e das elites dirigentes.

Como afirma WALLERSTEIN: “The politics of the ‘second’ sixteenth century was oriented to the creation of coherent nation-states obtaining politico-commercial advantages within the framework of a nonimperial world-economy” (MWS, 2011, Vol. 1, p. 265). O erro da Espanha foi tentar construir um império quando o mais indicado seria um Estado nacional coeso e capaz de interferir nos fluxos comerciais da economia-mundo para beneficiar sua classe dominante (MWS, 2011, Vol. 1, p. 191). A pretensão imperial de Carlos V impediu que ele tomasse algumas medidas que outros monarcas europeus estavam tomando, tais como, a adoção de barreiras protecionistas para fortalecer os produtores nacionais e diminuir o impacto de uma balança comercial negativa¹³³, e a construção de uma higidez financeira do aparato estatal a partir da sua base fiscal nacional, com a diminuição da dependência de financistas estrangeiros (MWS, 2011, Vol. 1, p. 192-194).

O fracasso da tentativa imperial espanhola estabeleceu um marco no desdobramento histórico da economia-mundo capitalista europeia. A possibilidade de a Europa ser convertida em um império-mundo era cada vez mais remota. Desde então, os alicerces do capitalismo

¹³³ A política mercantilista dos Estados modernos a partir do século XVII se orientou para a manutenção de uma balança comercial positiva, o fortalecimento da cadeia produtiva nacional, sobretudo em setores de alta lucratividade, e a ampliação da riqueza gerada ou acumulada dentro do território nacional, chamado, pela ciência econômica contemporânea de produto nacional bruto. Essa política econômica, quando bem-sucedida, fortalecia igualmente o poder estatal. Nas palavras de WALLERSTEIN: “First, they sought to create the kind of import controls which would enable them to maintain a favorable balance of trade, a concept which came into currency at this time. But the states did more than worry about the balance of trade. They worried also about the gross national product, though they did not call it that, and about the share of the state in the GNP and their control over it”. (MWS, 2011, Vol. 1, p. 197)

histórico foram se fortalecendo e, séculos depois, todo o globo passou a operar segundo suas premissas. Todavia, isso não impediu que novas tentativas imperiais fossem empreendidas, cada qual com menos chances reais de sucesso. Depois da experiência espanhola, o mundo ainda testemunhou a empresa militar e expansionista da França de Napoleão, no fim do século XVIII, e da Alemanha de Hitler, na primeira metade do século XX. Ambas foram malsucedidas.

O responsável por coagir os Estados a se respeitarem mutuamente e acatar a lógica de funcionamento da economia-mundo foi o moderno sistema interestatal, cuja ancestralidade “is usually attributed to the development of Renaissance diplomacy on the Italian peninsula, and its institutionalization is usually thought to be the Peace of Westphalia in 1648” (WSA, 2004, p. 42). A sua premissa fundamental é a igualdade dos Estados como entidades políticas soberanas. O conceito de soberania sustenta o moderno sistema interestatal. Segundo ele, cada Estado tem poder autônomo sobre seu território, cujas linhas de fronteira devem excluir mutuamente o território de outro Estado (WSA, 2004, p. 43-44). No âmbito internacional, os Estados estariam em pé de igualdade, uma comunidade de iguais, não havendo nenhuma autoridade que lhes sobrepusesse o poder, tais como o papa ou o imperador do sistema de governo medieval (ARRIGHI, 2016, p. 43).

A consequência dessas premissas é que, no âmbito internacional, as relações entre Estados se fixariam na base de tratados, livremente pactuados entre eles, e que a guerra e a agressão territorial teriam suas possibilidades restringidas. O objetivo do moderno sistema interestatal era estabelecer balizas que garantissem a autonomia dos Estados entre si, impedindo que um Estado com pretensões imperiais instaurasse o caos e tentasse impor seu poder sobre os demais. Naturalmente, as regras desse sistema foram cumpridas apenas parcialmente, com momentos mais graves de violação contumaz (e.g. Guerras Napoleônicas). Contudo, no longo prazo, ele foi bem-sucedido em preservar a existência de múltiplos Estados e assegurar relativa previsibilidade no relacionamento interestatal.

Paralelamente a essas prescrições, tratados posteriores à Paz de Vestfália, encabeçados pelos holandeses, trouxeram uma proteção adicional aos súbitos nas suas relações privadas em momentos de conflitos bélicos entre os soberanos (ARRIGHI, 2016, p. 43). A guerra entre Estados não poderia impor restrições demasiadas à liberdade de comércio e circulação, como ocorreu nos conflitos havidos durante o século XVI. Afirma ARRIGHI:

Nos tratados de que se seguiram ao Tratado de Vestfália, inseriu-se uma cláusula que visava a restabelecer a liberdade de comércio, abolindo as barreiras comerciais que se haviam desenvolvido no curso da Guerra dos Trinta Anos. Acordos subsequentes introduziram normas para proteger a propriedade e o comércio dos não combatentes. Assim, a limitação das represálias pelo bem do comércio, que fora típica do sistema

de cidades-estados da Itália setentrional, encontrou acolhida entre as normas e regras do sistema europeu de Estados nacionais (ARRIGHI, 2016, p. 43).

Essas características demonstram a orientação central do moderno sistema interestatal, isto é, preservar, garantir e dar sustentação à economia-mundo capitalista europeia. As regras do direito internacional que surgem a partir de 1648 sempre tiveram o foco de criar um ambiente harmonioso de relacionamento econômico, em que fossem possíveis as trocas regulares do comércio e o fluxo mais ou menos livre de fatores de produção. Os constantes embates políticos dos soberanos foram limitados na sua extensão em vistas de assegurar o funcionamento da economia-mundo e permitir a acumulação sistêmica de capital.

A doutrina da soberania e da igualdade entre os Estados foi, contudo, elemento mais ideológico do que efetivo na composição do moderno sistema interestatal¹³⁴. Na prática, os Estados estão muito longe da posição de igualdade, havendo, em verdade, uma relação hierárquica de poder associada aos fluxos da economia-mundo, especialmente à divisão única do trabalho (MWS, 2011, Vol. 1, p. 354-355; CHC, 2001, p. 48-49). Realmente soberanos são apenas os Estados situados nas zonas centrais, onde há maior acumulação de capital. Nas zonas periféricas, os Estados, quando existentes, são fracos e tendem a se manter assim, uma vez que a estrutura centro-periferia é uma realidade de longa duração. É muito difícil um Estado conseguir reverter sua posição periférica, pois o fosso entre centro e periferia movimenta-se no sentido de se ampliar (RFD, 1974, p. 414). Apenas nos raros momentos de reorganização sistêmica (e.g., quando ocorre incorporação de novas áreas à divisão única do trabalho), é que os papéis de centro-semiperiferia-periferia se intercambiam (MWS, 2011, Vol. 3, Cap. 3).

Por conseguinte, a principal função do sistema interestatal é impor limitações à soberania dos Estados, mesmo aos situados nas zonas centrais¹³⁵, a fim de preservar a existência da

¹³⁴ Como sintetiza WALLERSTEIN: “Um segundo mito ideológico foi o da soberania do Estado. O Estado moderno nunca foi uma entidade política autônoma. Os Estados se desenvolveram e foram formados como partes de um sistema interestatal, ao qual correspondia um conjunto de regras dentro das quais os Estados tinham de operar e um conjunto de legitimações sem as quais eles não poderiam sobre viver. Para qualquer Estado específico, o sistema interestatal representou restrições ao seu arbítrio. Essas restrições se manifestam nas práticas da diplomacia, nas regras formais que governam jurisdições e contratos (direito internacional) e nos limites que definem como e sob que circunstâncias as guerras podem ser conduzidas. Todas essas restrições se desdobram em um sentido contrário ao da ideologia oficial de soberania. Soberania nunca quis dizer autonomia total. Pretendia indicar apenas que existiam limites à interferência legítima de um aparato estatal nas operações de outro” (CHC, 2001, p. 49-50)

¹³⁵ Como nenhum Estado central, por mais forte que seja, conseguiu, na história da economia-mundo, impor domínio político sobre os demais, formando um império-mundo, eles acabaram por acatar as limitações à sua soberania impostas pelo sistema interestatal. Na medida em que a fonte de sua riqueza dependia dos intercâmbios comerciais externos, mesmo com outros Estados centrais, a solução mais acertada foi aceitar as restrições, tentando, ainda assim, modificar a conformação do sistema interestatal a seu favor. Isso se fez por meio da posição temporária de hegemonia. No longo prazo, contudo, a economia-mundo foi preservada. Como assevera WALLERSTEIN: “While each is against the other in a sort of putative zero-sum game, they have a common interest in holding together the interstate system, and the modern world-system as a whole. So the actors are pushed simultaneously in opposite directions: toward an anarchic interstate system and toward a coherent and orderly interstate system. The result, as might be expected, is structures that are normally in between the two types” (WSA, 2004, p. 56).

divisão única do trabalho e da estrutura centro-periferia, minimizar o sucesso de tentativas imperiais subversivas da economia-mundo, e garantir a existência de múltiplos Estados em regime de competição mais ou menos ordenada. Dessa forma, os elementos capitalistas puderam triunfar e aprofundar-se como nunca na história da humanidade. Por isso, ARRIGHI (2016, p. 44) afirma que a institucionalização do moderno sistema interestatal e a supressão do sistema de governo medieval marcam o nascimento do capitalismo como sistema mundial.

Sintetizando seu pensamento acerca do sistema interestatal, WALLERSTEIN assevera:

This interstate system is, in fact, the framework within which the states are defined. It is the fact that the states of the capitalist world-economy exist within the framework of an interstate system that is the *diffentia specifica* of the modern state, distinguishing it from other bureaucratic polities. This interstate system constitutes a set of constraints which limit the abilities of individual state machineries, even the strongest among them, to make decisions. The ideology of this system is sovereign equality, but the states are in fact neither sovereign nor equal. In particular, the states impose on each other – not only the strong on the weak, but the strong on the strong – limitations on their modes of political (and therefore military) behavior, and even more strikingly limitations on their abilities to affect the law o value underlying capitalism. (PWE¹³⁶, 1984, p. 33).

A eficácia do sistema interestatal foi de tal magnitude em assegurar a existência do capitalismo como sistema mundial que nem mesmo as revoluções que estabeleceram regimes comunistas em vastas zonas do mundo no século XX foram capazes de impedir o funcionamento dos mercados globais e da acumulação sistêmica de capital. O que Estados como a União Soviética e a República Popular da China fizeram foi adotar a técnica mercantilista de parcial retirada da economia-mundo e de investimento na industrialização nacional a fim de aprimorar a acumulação de capital em seus territórios, com a peculiaridade de que a riqueza se concentrou no aparato estatal, daí sendo redistribuída, de forma mais ou menos igualitária, para o povo (RFD, 1974, p. 411-412). A supressão da propriedade privada dos meios de produção e sua transferência para o aparato estatal apenas fez transferir a titularidade do capital acumulado de capitalistas privados para o Estado, em nada alterando “the mode of operation of a capitalist market-system: seeking increased efficiency of production in order to realize the maximum price on sales, thus achieving a more favorable allocation of the surplus of the world-economy” (RFD, 1974, p. 413)¹³⁷. Ao nível internacional, contudo, os métodos capitalistas, a estrutura centro-periferia e a divisão única do trabalho seguiram operando normalmente¹³⁸. Se esses

¹³⁶ Abreviatura da obra *The politics of the world-economy*, que reúne vários artigos de WALLERSTEIN sobre o aspecto político do sistema-mundo moderno. Foi publicada originalmente em 1984.

¹³⁷ WALLERSTEIN complementa com a seguinte hipótese: “If tomorrow U.S. Steel became a worker's collective in which all employees without exception received an identical share of the profits and all stockholders were expropriated without compensation, would U.S. Steel thereby cease to be a capitalist enterprise operating in a capitalist world-economy?” (RFD, 1974, p. 413)

¹³⁸ Esse tema foi tratado no item 4.5 *infra*.

regimes lograram minimizar as desigualdades sociais, isso teve o alto custo da supressão das liberdades civis, que reverbera até hoje nesses países.

Um dos elementos responsáveis por harmonizar periodicamente o sistema interestatal, conter as pretensões imperiais territorialistas e conduzir os Estados em uma direção favorável à acumulação sistêmica de capital, foi o estabelecimento transitório de hegemonias estatais (MWS, 2011, Vol. 2, p. xxvii). A emergência de um Estado hegemônico dentre os Estados situados na zona central foi capaz de amenizar por certo tempo a competição interestatal e reinaugurar as instituições do sistema interestatal sobre novas bases ideológicas, sanando imperfeições pretéritas e impondo uma nova ordem geopolítica (MWS, 2011, Vol. 2, p. xxii). O Estado hegemônico assume, por certo tempo, a função de liderança política e cultural do sistema interestatal obtida por meio da construção prévia de vantagens econômicas na esfera da produção, do comércio e das finanças, suplantando os demais Estados centrais (MWS, 2011, Vol. 2, p. 38 e ss.). WALLERSTEIN assim resume o poder hegemônico:

What allows us to call them hegemonic is that for a certain period they were able to establish the rules of the game in the interstate system, to dominate the world-economy (in production, commerce, and finance), to get their way politically with a minimal use of military force (which however they had in goodly strength), and to formulate the cultural language with which one discussed the world (WSA, 2004, p. 57-58).

O sistema-mundo moderno conheceu, até os dias atuais, apenas três poderes hegemônicos: as Províncias Unidas¹³⁹, de 1648 à década de 1660, o Reino Unido¹⁴⁰, de 1815 a 1848, e os Estados Unidos da América¹⁴¹, de 1945 a 1968/1973 (MWS, 2011, Vol. 2, p. xxiii). Tais períodos marcaram a fase de supremacia desses Estados. Posteriormente, vem o declínio relativo que só pode ser percebido anos depois em olhar retrospectivo. Mesmo assim, raramente um poder hegemônico perde a posição de centro na divisão única do trabalho, mantendo por longo período os frutos da bonança do passado (MWS, 2011, Vol. 2, p. 70).

WALLERSTEIN entende a hegemonia estatal como um processo de quatro etapas, considerando-se a primeira, para fins explicativos, a partir da assunção da posição hegemônica por um Estado. Tomando esse referencial, as etapas seriam: (1º) lento e inevitável declínio do poder

¹³⁹ A hegemonia das Províncias Unidas foi detalhadamente analisada por WALLERSTEIN no Capítulo 2 do Volume 2 de *The Modern World-System*, originalmente publicado em 1980. Com essa análise, o autor supera um preconceito da historiografia em relação ao aparato estatal holandês, por muitos considerado inexpressivo e fraco, a despeito das suas inquestionáveis vantagens econômicas durante o século XVII.

¹⁴⁰ O caminho dos britânicos para a assunção da posição hegemônica no século XIX é extensamente analisado por WALLERSTEIN, sobretudo sob o aspecto da sua disputa com a França a partir de meados do século XVII. Esse tema pode ser encontrado nos Capítulos 3 e 6 do Vol. 2, e Capítulo 2 do Vol. 3, todos de *The Modern World-System*.

¹⁴¹ O período da hegemonia norte-americana ainda não recebeu o tratamento analítico de WALLERSTEIN no contexto da obra *The Modern World-System*, estando pendente a publicação de alguns volumes. Contudo, o tema pode ser encontrado em pinceladas no artigo *The Rise and Future Demise of World Capitalist System* (1974), e na obra *Decline of American Power* (2003).

hegemônico; (2º) estabelecimento de um equilíbrio de poder no sistema interestatal; (3º) período de extensos conflitos interestatais (“guerra dos trinta anos”); (4º) assunção da verdadeira hegemonia (MWS, 2011, Vol. 2, p. xxii-xxvii).

A base da posição de hegemonia é a construção de vantagens comparativas superiores nos setores da produção, do comércio e das finanças, de forma que “the products of a given core state are produced so efficiently that they are by and large competitive even in other core states, and therefore the given core state will be the primary beneficiary of a maximally free world market” (MWS, 2011, Vol. 2, p. 38). A supremacia na eficiência econômica de um poder hegemônico é sucessiva: estabelece-se primeiro no setor produtivo, levando a vantagens no comércio que, por sua vez, conduzem à primazia nas finanças, comparando-se com as mesmas atividades empreendidas nos demais Estados centrais (MWS, 2011, Vol. 2, p. 38-39). Apenas por um curto período, o Estado hegemônico logra manter sua superioridade nesses três setores simultaneamente (MWS, 2011, Vol. 2, p. 38). Como uma economia baseada em mercados é muito dinâmica, toda vantagem acaba por ser copiada e é perdida com o tempo, gerando situações de maior competitividade e menor lucro. Nesse sentido, a supremacia do Estado hegemônico é bastante passageira, visto que ela se baseia primariamente em vantagens econômicas.

WALLERSTEIN resume a superioridade sucessiva nos três setores da seguinte forma:

Marked superiority in agro-industrial productive efficiency leads to dominance of the spheres of commercial distribution of world trade, with correlative profits accruing both from being the entrepot of much of world trade and from controlling the “invisibles”—transport, communications, and insurance. Commercial primacy leads in turn to control of the financial sectors of banking (exchange, deposit, and credit) and of investment (direct and portfolio) (MWS, 2011, Vol. 2, p. 38).

No ponto culminante de sua superioridade econômica, o poder hegemônico torna-se um grande defensor e propagador das benesses do livre comércio (MWS, 2011, Vol. 2, p. 61). Os momentos em que houve maior liberdade de comércio na história do sistema-mundo moderno coincidem com as fases de hegemonia. Para os capitalistas situados no Estado hegemônico, eliminar as barreiras ao comércio é o melhor dos mundos, já que a riqueza se acumulará em seus cofres tão somente pelos movimentos ordinários do intercâmbio econômico (BRAUDEL, 2009, Vol. 3, p. 42-43). Em situações de alta competitividade, contudo, a liberdade de comércio é grande inimiga da acumulação, pois faz pulverizar o pouco lucro gerado. Quando o líder de um Estado, até então hegemônico, defende a aplicação de políticas protecionistas e a imposição

de barreiras tarifárias ao comércio exterior, tem-se um atestado público da fragilidade de seus capitalistas¹⁴² em comparação com os demais Estados centrais.

O declínio também se dá de forma sucessiva, iniciando-se no setor produtivo, passando ao comércio e, por fim, às finanças. A primazia das finanças perdura por longo tempo, visto que capital tende a produzir mais capital (MWS, 2011, Vol. 2, p. xxv). Assim foi que os holandeses se tornaram os grandes financiadores da ascensão britânica, mantendo uma posição forte nas finanças até o fim do século XVIII, bem depois do declínio da hegemonia das Províncias Unidas (MWS, 2011, Vol. 2, p. xxiv; ARRIGHI, 2016, p. 146-147). Da mesma forma, o capital britânico invadiu os Estados Unidos no fim do século XIX e início do século XX, realizando amplos investimentos que só foram amortizados a contento em razão das amplas vantagens financeiras norte-americanas obtidas durante as duas grandes guerras e o respectivo impacto que elas geraram no Reino Unido (MWS, 2011, Vol. 2, p. xxiv; p. 281) (ARRIGHI, 2016, p. 278-279).

A principal causa do declínio do poder hegemônico está no fortalecimento de outros Estados centrais. Isso se dá pelo fato de que as práticas vantajosas vão se disseminando por meio dos mecanismos do intercâmbio comercial, diminuindo progressivamente a superioridade do poder hegemônico. O aumento considerável da força política do Estado hegemônico, em razão das suas vantagens econômicas, faz com que o seu aparato estatal atue para preservar a dianteira dos capitalistas e ele associados. Assim, interferências políticas são empreendidas, sobretudo no ambiente internacional, para garantir a posição de supremacia na acumulação de capital. Contudo, a imposição política demasiada acaba por esgarçar o relacionamento com outros Estados centrais e vai se tornando cada vez mais onerosa. A ordem mundial antes construída vai se fragmentando e aumentam os conflitos interestatais.

A segunda fase do processo, chamada de equilíbrio de poder, caracteriza-se justamente pela primazia do poder político e militar do Estado hegemônico em declínio, que já perdeu sua superioridade econômica. Paralelamente, surgem entre os Estados centrais dois candidatos mais ou menos proeminentes, que intentam construir vantagens econômicas e alianças políticas que

¹⁴² A vinculação de um capitalista a determinado Estado deve ser entendida com ressalvas. Ser não nacional é da natureza do capitalista, entendido como aquele agente econômico cujo foco é promover a expansão incessante de sua fortuna. Para realizar seus propósitos ele precisa de flexibilidade. Então, ele adota a identidade nacional apenas quando lhe convém. Na prática, as grandes riquezas construídas no período moderno não mudaram muito de mãos, pois os capitalistas migravam de um Estado para outro quando sua situação no primeiro ficava desfavorável. Foi assim com o declínio de Antuérpia e a ascensão de Amsterdam, depois dessa para Londres e, posteriormente, para Nova Iorque. O dinheiro não tem nacionalidade, ele vai para onde lhe convém. Usa-se aqui a expressão “capitalistas situados em um Estado” apenas para facilitar a explicação, contudo, deve-se ter em mente que o verdadeiro capitalista está sempre pronto a sacrificar sua nacionalidade em prol da sua fortuna.

viabilizem a monopolização de novos setores produtivos e o consequente aumento da acumulação de capital em seus territórios (MWS, 2011, Vol. 2, p. xxiv).

Durante essa fase, a história do sistema-mundo moderno até o momento manifestou três curiosas regularidades (MWS, 2011, Vol. 2, p. xxiv-xxv): (a) os dois Estados proponentes da hegemonia adotaram orientações diferentes na sua política estatal, um com preponderância do poder por terra, e o outro por mar (e, mais recentemente, por ar); isso seja no aspecto das forças armadas, seja no da construção de rotas comerciais e de transportes, seja na formação de alianças políticas; (b) o Estado com orientação terrestre tentou transformar o espaço da economia-mundo em um império-mundo, por meio de anexações territoriais, sofrendo a oposição do outro candidato à hegemonia, com orientação marítima (ou marítima e aérea), cujo propósito era preservar os mecanismos da economia-mundo; e, (c) o proponente à hegemonia com orientação marítima (ou marítima e aérea) teceu vínculos mais estreitos com o poder hegemônico em declínio, recebendo deste financiamento e apoio político e militar na construção de suas superioridades econômicas. No final dos processos, o poder com orientação marítima (ou marítima e aérea) acabou por prevalecer, vencendo as tentativas imperiais e desorganizadoras da economia-mundo levadas a efeito pelo seu concorrente de orientação terrestre. Foi assim que o Reino Unido venceu a França de Napoleão, e os Estados Unidos, a Alemanha de Hitler.

A escalada bélica dos conflitos interestatais se dá na terceira fase, intitulada “guerra dos trinta anos”, em analogia ao conflito de mesmo nome ocorrido no início do século XVII, e por meio do qual as Províncias Unidas lograram assumir a supremacia política do sistema-mundo moderno (MWS, 2011, Vol. 2, p. xxvi). Nesse período, ocorrem extensos conflitos militares, primordialmente nos territórios mais desenvolvidos da economia-mundo. Essa guerra se desdobra em etapas e coloca em oposição o poder de orientação terrestre com pretensões imperiais e o poder de orientação marítima (ou marítima e aérea) apoiado pelo antigo Estado hegemônico. Tais batalhas foram bastante danosas e impuseram perdas econômicas e de infraestrutura mais severas no território do Estado de orientação terrestre, deixando mais ou menos preservado o território do outro candidato. Depois de uma fase de exaustão, os conflitos se encerram, e em razão da destruição desigualmente espalhada, o Estado de orientação marítima (ou marítima e aérea) estabelece sua superioridade econômica indiscutível, largamente obtida em razão da depreciação da capacidade produtiva dos seus adversários (MWS, 2011, Vol. 2, p. xxvi).

Esse cenário se repetiu tanto nas Guerras Napoleônicas (1792-1815), quanto nas duas Grandes Guerras Mundiais (1914-1945). O Reino Unido e os Estados Unidos da América, respectivamente, saíram desses conflitos com muito mais benefícios do que perdas, quando comparados aos seus oponentes.

A quarta fase do processo é a instauração de um período de verdadeira hegemonia do Estado vitorioso (MWS, 2011, Vol. 2, p. xxvi-xxvii). Nesse momento, há um restabelecimento da ordem mundial sobre novos alicerces ideológicos, impondo alguns anos de relativa paz e prosperidade mais ou menos generalizadas. Em razão dos traumas e da destruição causados pelas guerras, o poder hegemônico é mais facilmente aceito como líder no sistema interestatal, trazendo uma nova visão de mundo que fornece bases renovadas para os antigos processos de acumulação de capital:

The hegemonic power offered a vision of the world. The Dutch offered religious tolerance (*cuius regio, eius religio*), respect for national sovereignty (Westphalia), and *mare liberum*. The British offered the vision of the liberal state in Europe based on a constitutional parliamentary order, political incorporation of the "dangerous classes", the gold standard, and the end of slavery. The United States offered multiparty elections, human rights, (moderate) decolonization, and the free movement of capital. (MWS, 2011, Vol. 2, p. xxvi).

Essas bases ideológicas são efetivadas apenas parcialmente, sendo seu efeito mais simbólico e estabilizador da ordem mundial. Outro importante desdobramento do poder hegemônico são a liderança cultural e o pioneirismo nas estruturas do conhecimento (MWS, 2011, Vol. 2, p. xxvii). Isso dá mais legitimidade para a preservação do seu poder, mesmo depois de finda suas superioridades econômicas.

A explicação acerca da hegemonia estatal no sistema-mundo é complementada por ARRIGHI, que associa o poder hegemônico aos ciclos sistêmicos de acumulação. Para esse autor, o capitalismo tem uma característica essencialmente anárquica, gerando fases periódicas de desorganização sistêmica. Os ciclos de acumulação se dividem em duas fases: (a) de expansão material; e (b) de expansão financeira (ARRIGHI, 2016, p. 5; p. 111 e ss.). Na primeira, há uma proliferação de oportunidades de investimento produtivo, permitindo certa estabilidade na competição intercapitalista. Com o tempo, as margens de lucro vão diminuindo e ocorre uma migração dos investimentos para o setor financeiro, que se intensifica. Nessa segunda fase, a competição interestatal pelo capital circulante se aprofunda e assume a forma bélica mais intensa, levando às guerras devastadoras, acima mencionadas (ARRIGHI, 2016, p. 130). Completado um ciclo, o novo poder hegemônico que emerge desses conflitos é responsável por reinstaurar um novo ciclo sistêmico de acumulação, criando mecanismos renovados para o aprofundamento das práticas capitalistas. Dessa forma, ARRIGHI (2016) descreve a existência de quatro grandes ciclos sistêmicos de acumulação ao longo da história do sistema-mundo moderno: (a) o ciclo genovês; (b) o ciclo holandês; (c) o ciclo britânico; e (d) o ciclo norte-americano.

Por conseguinte, a economia-mundo capitalista europeia apresenta realidades institucionais abrangentes no nível político responsáveis por lhe conferir estabilidade no longo prazo e

impedir a sua transformação em um império-mundo. Nesse sentido, operam o sistema interestatal e os ciclos de hegemonia. A existência dessas realidades situa o Estado moderno em um contexto de previsibilidade que restringe sua esfera de ação e limita sobremaneira sua soberania, garantindo a preponderância da lógica capitalista sobre quaisquer outros interesses de ordem política. Outro detalhe importante é que os ciclos de hegemonia confirmam a assertiva de que o poder político do Estado moderno tem como fundamento a posição econômica que ele ocupa na divisão única do trabalho. É no nível da eficiência econômica que o poder do aparato estatal se forma e se amplia. Em razão disso, foi possível que um Estado, como as Províncias Unidas, com uma burocracia descentralizada e fluida, lograsse liderar o sistema interestatal no século XVII, contra todos os prognósticos daqueles que localizavam o poder estatal na amplitude de suas forças militares, na arbitrariedade de sua burocracia ou nas pretensões absolutistas de seu monarca.

3.5 O capitalista em face do Estado

A relação dos capitalistas com o Estado é bastante ambígua na prática, e extremamente opaca nas teorias. A tese mais comum a esse respeito, legada pela ala dominante da historiografia e das ciências sociais, e largamente difundida no senso comum contemporâneo, é de que o capitalista prospera melhor quando o Estado se retrai e restringe sua esfera de ação. Os advogados do Estado mínimo superabundam atualmente e as propostas políticas ultraconservadoras têm retornado com toda força ao debate público, especialmente na heroica América do Sul.

Essa visão, contudo, surge bem depois da formação da economia-mundo capitalista europeia. Ela se populariza nos séculos XVIII e XIX, e pode ser encontrada nos escritos do Iluminismo que deram base à ideologia liberal, cujo grande propagador, no sistema interestatal, foi o Reino Unido. Afirmam, por exemplo, as teses ortodoxas, que a Revolução Industrial ocorreu simultaneamente na Grã-Bretanha sem qualquer assistência do governo, ou, para os menos severos, com uma interferência estatal apenas indireta (MWS, 2011, Vol. 3, p. 19). Conforme informa WALLERSTEIN, a interpretação *whig* da história, ancorada igualmente nas lições do iluminismo, “sees modern times as encompassing one long historical quest for the weak state, a quest viewed as synonymous with the advance of human liberty. This perspective stops short of theoretically embracing anarchism, but only just” (MWS, 2011, Vol. 2, p. 114).

Todavia, ao se retroceder o olhar para a atividade capitalista desde o surgimento da economia-mundo europeia no longo século XVI, percebe-se que o cenário era bem diverso. Os aparatos estatais fortes e atuantes do noroeste europeu foram essenciais para o sucesso dos

elementos capitalistas. O exemplo mais notável da intervenção estatal em favor da acumulação de capital foi a outorga de monopólios às companhias de comércio e navegação entre os séculos XV e XVIII. Era uma prática largamente difundida entre os Estados modernos europeus. Na Grã-Bretanha isso se verifica, por exemplo, em relação à *Fellowship of Merchant Adventures of London*, que recebe monopólio na exportação de têxteis ingleses no século XVI (MWS, 2011, Vol. 1, p. 230); *Royal African Company*, com monopolização do tráfico de escravos no século XVII; *Eastland Company*, com monopólio sobre o comércio na região do Báltico durante o século XVI (MWS, 2011, Vol. 2, p. 99); e *South Sea Company*, que monopolizou o comércio transatlântico britânico com a América do Sul, durante o século XVIII, sobretudo com as colônias hispânicas, graças a privilégios obtidos em razão da vitória britânica na Guerra de Sucessão Espanhola (MWS, 2011, Vol. 2, p. 255).

Tem-se, ainda, o caso emblemático da Companhia das Índias Orientais (VOC¹⁴³), que recebe monopólio do governo das Províncias Unidas em 1602, com o objetivo de eliminar a competição entre os capitalistas holandeses, criar um foco de investimentos e dotar a companhia com poderes para atuação política e militar (MWS, 2011, Vol. 2, p. 92). A atuação da VOC reuniu expedientes militares com a lógica capitalista de gestão e solapou a participação portuguesa no comércio com as Índias, assumindo a dianteira por longos anos, até ceder à competição inglesa. A companhia era como um braço administrativo e militar das Províncias Unidas, misturando, ao melhor jeito holandês, poderes políticos e a racionalidade capitalista.

Em nível geral, as companhias de comércio privilegiadas estabeleceram um promíscuo relacionamento com o aparato estatal, que envolveram o desempenho de tarefas típicas de governo, como a arrecadação de tributos, funções consulares e diplomáticas, e a atuação militar em substituição ou cooperação às forças militares estatais (MWS, 2011, Vol. 1, p. 278). Ademais, a monopolização do comércio de determinados setores por uma única empresa facilitava imensamente a tributação e garantia o financiamento regular do aparato estatal, inclusive por meio de empréstimos mais vantajosos, visto que as companhias eram grandes prestadoras do Estado (MWS, 2011, Vol. 1, p. 278).

Além dos monopólios diretos, o Estado foi responsável por aplicar inúmeras políticas interventivas na economia, especialmente de cunho protecionista, proibindo determinados tipos de importação ou exportação, impondo barreiras tarifárias, assegurando acesso privilegiado a mercados por meio de guerras e tratados internacionais, entre tantas outras medidas que

¹⁴³ Sigla oriunda do nome da companhia no holandês “Vereenigde Oost-Indische Compagnie” (VOC).

interferiam no comércio internacional e nos índices de acumulação de capital, muito além do anunciado pela doutrina do livre mercado (MWS, 2011, Vol. 1, p. 228-229; Vol. 2, Cap. 3).

No mesmo sentido, os empreendimentos coloniais contaram com a participação e a dependência direta do aparato estatal, que criou regulamentos e privilégios de toda sorte, bem como outorgou recursos do orçamento em conjunto a empreendedores privados. O foco central das colônias era a obtenção de mercados fornecedores de matéria-prima e produtos agrícolas não existentes na Europa, por meio de arranjos que impunham preços mais vantajosos aos mercados da metrópole (MWS, 2011, Vol. 1, p. 280-281). A partir daí, formavam-se mercados de reexportação e entrepostos comerciais muito lucrativos que distribuíam os produtos coloniais nos mercados europeus em geral (MWS, 2011, Vol. 1, p. 280). A pirataria e o contrabando também foram largamente estimulados, com a proteção dos Estados, para extrair excedentes das colônias de potências estrangeiras. A Grã-Bretanha foi exímia nesse tipo de prática no comércio transatlântico (MWS, 2011, Vol. 2, p. 158-161). Nenhuma dessas atividades econômicas seria possível ou viável sem a intervenção e participação diretas do Estado.

Por conseguinte, a essencialidade do Estado para a atividade capitalista não pode ser negada no período que vai do século XV ao XVIII. A questão que se coloca é: o Estado realmente se retraiu e diminuiu sua intervenção na economia a partir do século XIX, com a propagação da ideologia liberal? Os capitalistas passaram a prescindir do aparato estatal para lograrem êxito nos seus processos acumulativos? As políticas protecionistas, os monopólios temporários, a imposição de condições desvantajosas de troca aos países mais fracos, a colonização e dominação política das zonas periféricas, a guerra com fins comerciais, tudo isso deixou de ser necessário a partir do século XIX? A história parece testemunhar o contrário.

Os estudos de BRAUDEL corroboram o fato de que a força do aparato burocrático do Estado foi necessária ao triunfo do capitalismo na Europa. Olhando para a lógica da economia-mundo, ele percebe que no seu centro encontra-se uma cidade dominante, para a qual confluem as correntes do comércio e da riqueza do mundo. Nesse centro, “aloja-se sempre, forte, agressivo, privilegiado, um Estado fora de série, dinâmico, ao mesmo tempo temido e admirado” (BRAUDEL, 2009, Vol. 3, p. 40). Grande parte da força desse Estado decorre da abundância econômica de que goza o centro de uma economia-mundo (BRAUDEL, 2009, Vol. 3, p. 42). E, no outro lado da moeda, esse aparato estatal é utilizado pelos capitalistas ali situados para aprimorar, defender ou manter seus privilégios na economia-mundo. BRAUDEL considera que o reino do capitalismo é o da esperteza e da lei do mais forte, a zona do contramercado, na qual as forças livres da economia de mercado são retidas e controladas em vista do propósito acumulativo e expansivo do lucro (BRAUDEL, 2009, Vol. 2, p. 197; 1987, p. 36). Para exercer esse

controle interessado das forças do mercado, o capitalismo necessitou do aparato estatal. BRAUDEL resume dizendo:

O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando ele é o Estado. Em sua primeira grande fase, nas cidades-estados da Itália, em Veneza, em Gênova, em Florença, é a elite do dinheiro quem detém o poder. Na Holanda no século XVII, a aristocracia dos Regentes governa no interesse e inclusive de acordo com as diretrizes traçadas pelos homens de negócios, negociantes e administradores de fundos. Na Inglaterra, a revolução de 1688 marca analogamente um advento dos negócios à holandesa. A França está atrasada em mais de um século: é com a revolução de julho de 1830 que a burguesia comercial se instala, enfim, confortavelmente no governo (1978, p. 43-44, negrito nosso).

A aliança entre o poder político e o poder econômico é, portanto, uma tendência estrutural da economia-mundo europeia, no seio da qual o capitalismo pôde, finalmente, se instalar e triunfar. Trata-se de uma realidade de longa duração, sobretudo por se referir aos movimentos diretores da economia, cujo ritmo de mudança é muito menor do que o da vida política, que apenas pareceu se acelerar a partir do século XIX.

No mesmo sentido de BRAUDEL, ARRIGHI também considera que a concentração do poder político no aparato dos Estados modernos a partir do século XV está diretamente relacionada ao triunfo do capitalismo como sistema mundial (2016, p. 44). Para esse autor, a transição do poder capitalista difuso, predominantemente situado nas cidades-estados italianas, para um poder concentrado em um sistema mundial encontra uma de suas explicações na competição interestatal pelo capital circulante (ARRIGHI, 2016, p. 10-11). A formação dos aparatos burocráticos centralizados e abrangentes dos Estados modernos exigiu grande soma de recursos e essa demanda por riqueza circulante criou um ambiente favorável à expansão das atividades capitalistas. No período moderno, o exemplo mais marcante do sucesso do capitalismo monopolista de Estado, foi o das Províncias Unidas, que logrou inserir a lógica capitalista do lucro na gestão da máquina estatal e da guerra com extrema eficácia (ARRIGHI, 2016, p. 155-162).

Um dos grandes empecilhos à acumulação sistêmica de capital em períodos anteriores da história foi a dificuldade de se arcar com os custos de proteção da atividade econômica sem tolher demasiadamente os lucros. Os mercadores precisavam dos favores de príncipes e autoridades políticas locais para desempenharem suas atividades, embora sem maiores garantias em médio e longo prazo. No período moderno, contudo, a concentração de poder no aparato estatal permitiu aos capitalistas obter a proteção necessária a suas atividades sem que isso implicasse diminuição dos lucros. No caso holandês, a elite econômica logrou criar, no seio do movimento de independência dos Países Baixos do Norte, um aparato estatal fluido e com uma atuação que se adequava com perfeição às necessidades da atividade capitalista (ARRIGHI, 2016, p. 155-162). Com isso, os holandeses puderam converter vantagens regionais no comércio com o

Báltico em uma supremacia comercial mundial, transformando Amsterdam no principal entreposto comercial e financeiro da economia-mundo na primeira metade do séc. XVII. O exemplo holandês se repetiu com o imperialismo de livre comércio e a política territorialista colonial dos ingleses no séc. XIX, bem como com a atuação descentralizada dos norte-americanos por meio das grandes corporações e do controle sobre os fluxos monetários globais no séc. XX (ARRIGHI, 2016, p. 49 e ss.; p. 72-74). Todas essas vantagens aos processos de acumulação de capital somente foram construídas a partir da intervenção e colaboração dos aparatos estatais.

Por outro lado, a relação dos capitalistas com o Estado nem sempre foi pacífica. O Estado pode ser muito útil ao capitalista, como foi visto, mas pode também impor severos obstáculos aos seus propósitos (MWS, 2011, Vol. 1 p. 162). Para apreciar essa questão, é necessário averiguar como os capitalistas conseguiram superar as divisões existentes na elite¹⁴⁴, sobretudo em face dos aristocratas e nobres, e assentar-se confortavelmente dentre a classe política que passou a dirigir o aparato estatal. Analisar as composições intraelite é essencial, pois, na visão de WALLERSTEIN, a direção política do Estado moderno está intimamente conectada às pressões exercidas pelos grupos sociais dominantes (MWS, 2011, Vol. 1, Cap. 3 e Cap. 7; Vol. 2, p. 113-114). As classes oprimidas apenas residualmente conseguiram influenciar o aparato estatal no período dos séculos XV e XVIII. A partir do século XIX, nascem grupos organizados não ligados à elite que conseguem pressionar a política estatal. A ideologia do liberalismo centrista surge precisamente como remédio a essa nova possibilidade pós-Revolução Francesa, e logrou limitar à capacidade de influência das classes oprimidas no uso do aparato estatal (MWS, 2011, Vol. 4, Cap. 2) (cf. item 4.2 *infra*).

Excetuando-se o caso das Províncias Unidas, cujo aparato estatal se formou a partir da comunhão de interesses dos capitalistas holandeses em se defenderem de pressões políticas externas e preservar as vantagens obtidas no comércio regional (MWS, 2011, Vol. 2, p. 114), todos os demais aparatos estatais europeus foram formados em meio a correntes políticas diversas e, às vezes, contraditórias. O Estado absolutista foi a solução encontrada para harmonizar os interesses políticos e econômicos de aristocratas, burgueses e da corte, que compunham a elite dirigente da época (MWS, 2011, Vol. 1, p. 309). Todavia, foi muito variado o nível de sucesso da solução adotada em cada Estado para inserir os elementos capitalistas emergentes

¹⁴⁴ Essas divisões podem ser sumarizadas, no caso inglês, extensíveis a outras regiões da Europa, da seguinte forma: “One major thrust of it [the English civil war] was that between those who emphasized the role of the monarchy, who hoped thereby to hold on to a slipping system of privilege and deference, whose fears of social revolution outweighed other considerations, who were somewhat paralyzed before the forced choices of the world-economy, and those, on the other hand, who gave primacy to the continued commercialization of agriculture, who welcomed some change in social patterns, who saw little virtue in the extravagance of the Court, who were oriented to maximizing England’s advantage in the world-economy” (MWS, 2011, Vol. 1, p. 283, *itálico do autor*).

na vida política e, ao mesmo tempo, preservar a posição privilegiada da elite nobre e da aristocracia rural, sem que os interesses políticos destes grupos se opusessem aos processos de acumulação capitalista operantes na economia-mundo europeia. O caso mais bem-sucedido de composição intraelite foi o da Inglaterra.

Inicialmente, é necessário ter em mente que a antiga aristocracia feudal ligada à terra modificou sua forma de atuação com o surgimento da economia-mundo capitalista europeia. Ela adotou métodos capitalistas na produção agrícola (e.g., arrendamento monetário, cercamentos, investimentos em eficiência produtiva) e passou a desempenhar outras atividades econômicas não ligadas à agricultura (MWS, 2011, Vol. 2, p. 119). Em certa medida, a fonte dos privilégios e da fortuna da aristocracia rural não era muito distinta da fortuna dos burgueses voltados ao comércio e à indústria. Ambas estavam atreladas aos movimentos da economia-mundo, na qual o poder social e político passou a ter base preponderantemente econômica. Ainda assim, as estruturas jurídicas feudais e as hierarquias sociais medievais permaneciam definindo a vida social e política, interferindo, muitas vezes, no aprofundamento dos processos capitalistas. Nesse ponto, tanto a Inglaterra quanto a França se assemelhavam (MWS, 2011, Vol. 2, p. 120).

Do mesmo modo, em ambos os países, a mobilidade social e ocupacional do longo século XVI gerou pressões internas à elite dirigente, opondo os elementos de matriz tradicionalista e os capitalistas ascendentes. As distinções entre esses dois grupos, contudo, eram de menor monta, mais simbólica e aparente do que efetiva. Por isso é arriscado tomar as terminologias “aristocracia” e “burguesia” como categorias rígidas e em oposição na tentativa de compreender os dilemas intraelite desdobrados no século XVII. Nas palavras de WALLERSTEIN:

It means we must do away with the ahistorical idea that the bourgeoisie and the aristocracy were two radically different groups, particularly in this period of time. They were two heavily overlapping social groups that took on somewhat different contours depending on whether one defined the dominant stratum in terms of social status or in terms of social class. It made a lot of difference which definition was used. The social and political struggles were real, but they were *internal* to the ruling strata (MWS, 2011, Vol. 2, p. 120, *itálico do autor*).

Os conflitos intraelite se agravaram durante o século XVII, quando a economia-mundo ingressa em uma fase de estagnação. O período de expansão do século XVI havia passado e as oportunidades econômicas ficaram mais restritas. Tanto na Inglaterra quanto na França, os conflitos assumem episódios bélicos, dando início a guerras civis.

Na Inglaterra, o problema irrompe com a Revolução Inglesa de 1640, que culminou com a decapitação do rei Carlos I e a instauração da República de Cromwell em 1649. O autoritarismo do rei que o movimento burguês logrou combater acabou contaminando o governo de

Oliver Cromwell, que também travou embates com o Parlamento. Em 1660, ocorre a restauração da dinastia Stuart com a coroação de Carlos II, e, algum tempo depois, o conflito rei-parlamento reacende-se, terminando por ser definitivamente resolvido em 1688, com a coroação de Guilherme de Orange, a adoção de um *bill of rights*, e a instalação de uma monarquia parlamentarista (episódio histórico chamado de Revolução Gloriosa). No fim, o Parlamento concentrou os poderes para dirigir o aparato estatal inglês.

Na França, a situação também esteve relacionada a medidas autoritárias do rei, contudo, o espectro político da guerra civil iniciada em 1648 (*la Fronde*) foi muito mais complexo, não se resumindo a um embate da aristocracia-rei contra a burguesia, como se deu na Inglaterra. Assim, o período 1648-1653 apresentou conflitos civis em várias frentes, opondo os interesses do monarca aos interesses econômicos da burguesia central e periférica francesas, mas também aos interesses políticos de nobres e aristocratas de regiões periféricas da França (MWS, 2011, Vol. 2, p. 123). Ao final, Luís XIV reprimiu seus oponentes, fortalecendo e centralizando ainda mais o aparato estatal francês e impondo uma trégua às desavenças entre os elementos da elite (MWS, 2011, Vol. 2, p. 123-124). O governo central e os poderes concentrados do rei acabaram prevalecendo na França, tida como símbolo do absolutismo e do *Ancien Régime*.

WALLERSTEIN resume o desfecho nos dois países da seguinte forma:

The monarchy was challenged in both countries, more dramatically, to be sure, in England. In the end, the Fronde was put down in France, the monarchy restored in England. To be sure, there was a major constitutional difference in the role of Parliament, which was augmented in England and eliminated in France. In England the "administrative absolutism of a king" was replaced by the "legislative omnipotence of a Parliament" (MWS, 2011, Vol. 2, p. 121).

A solução para os conflitos intraelite adotada na Inglaterra revelou-se muito mais bem-sucedida do que a prevalecente na França, tomando como referências de sucesso o aumento da capacidade interventiva do aparato estatal nos fluxos comerciais da economia-mundo e o favorecimento da acumulação capitalista em território nacional. A grande diferença entre os dois países foi a qualidade do compromisso social firmado entre os elementos da elite acerca da direção do aparato estatal.

Na França, o triunfo de Luís XIV exacerbou as tendências autoritárias do Estado francês e acabou limitando a inserção política da burguesia¹⁴⁵, o que gerou impactos no desempenho

¹⁴⁵ Luís XIV não teve força política suficiente para quebrar parte dos privilégios da nobreza, sobretudo na questão fiscal, tornando o fardo mais pesado sobre a burguesia. Para contrabalancear a falta de participação política e reconhecimento social, os burgueses se "enobreceram" adquirindo títulos nobiliárquicos e assumindo posições na aristocracia francesa e na burocracia estatal. Essa possibilidade era bem mais restrita na Inglaterra, na qual o sistema de títulos nobiliárquicos era mais fechado à venalidade. Esse cenário retardou o ímpeto renovador e reformador da burguesia francesa, que aplicou suas energias em se inserir no sistema de governo francês ainda de

de longo prazo da França na competição intercapitalista vigente na economia-mundo (MWS, 2011, Vol. 1, Cap. 5). A burguesia francesa acabou ficando para trás em relação à britânica, que desponta visivelmente superior a partir de 1763. Uma das causas deflagradoras da Revolução Francesa, sob um olhar de longa duração, foi a percepção da burguesia francesa de que estava perdendo a competição capitalista com os britânicos, iniciada há mais de um século com o fim da hegemonia holandesa (MWS, 2011, Vol. 3, Cap. 2). Ademais, como na França o conflito entre elementos aristocratas e burgueses não foi satisfatoriamente resolvido no século XVII, ele retorna novamente como um dos temas centrais da Revolução de 1789. As reformas políticas favoráveis à burguesia que a Inglaterra conseguiu fazer no século XVII, só foram empreendidas na França com mais de um século de atraso e sob pena de grave desestabilização social e política. O resultado foi a vitória britânica pela hegemonia do sistema interestatal em 1815.

Na Inglaterra, por sua vez, as reformas políticas empreendidas lograram pacificar a relação entre aristocracia rural e a burguesia, que ganha direitos políticos e passa a compor a elite dirigente inglesa junto dos elementos tradicionalistas, ambos integrados na figura institucional do Parlamento. Os pontos em comum foram a adoção de uma política de nacionalismo econômico e o fortalecimento da posição inglesa na competição intercapitalista do mercado mundial (MWS, 2011, Vol. 2, p. 121-122). A despeito das diferenças culturais, jurídicas e sociais, o interesse econômico comum prevaleceu e pacificou a elite inglesa. Outros pontos em comum dizem respeito à estabilização da incômoda mobilidade social do período anterior e à manutenção das hierarquias sociais contra as classes trabalhadoras, já nessa época identificadas pelos dirigentes políticos como “classes perigosas” (MWS, 2011, Vol. 2, p. 122; p. 125). A possibilidade de um rei arbitrário utilizar seus poderes para beneficiar interesses contrários aos das classes capitalistas, como ocorreu nos reinados da dinastia Tudor e Stuart, foi eliminada do cenário político inglês com a proeminência política irreversível do Parlamento (MWS, 2011, Vol. 2, p. 123). O aparato estatal inglês passou a operar em grande sintonia com os interesses capitalistas, abrindo o caminho para a hegemonia inglesa no século XIX.

O interesse na formação de uma economia nacional e o aprimoramento da posição econômica do Estado na economia-mundo não foi capaz de reunir a elite francesa como reuniu a inglesa. Isso porque a França apresentava duas desvantagens, nesse ponto, em relação à Inglaterra: (I) a grande extensão territorial francesa com preponderância do transporte de base terrestre; (II) a existência de forças econômicas centrífugas e orientadas a redes de troca e intercâmbio comercial não coincidentes com as fronteiras estatais (MWS, 2011, Vol. 1, p. 263-266).

roupagem feudal. No longo prazo, essas fragilidades da elite francesa deram seus frutos com a queda relativa da participação francesa na acumulação mundial de capital no séc. XIX (MWS, 2011, Vol. 1, p. 283-286).

O território francês era cerca de quatro vezes maior do que o território inglês (antes da formação do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte) e estava encravado no centro do continente europeu (MWS, 2011, Vol. 2, p. 81). Essa posição geográfica favoreceu o desenvolvimento do transporte terrestre e da manutenção de rotas de comércio por terra, enquanto a base da supremacia comercial dos holandeses e, posteriormente, dos britânicos, se deu a partir do transporte marítimo, mais condizente com os fluxos da economia-mundo (MWS, 2011, Vol. 1, p. 266).

Além disso, a França apresentava ao menos três zonas com interesses econômicos distintos: (a) o nordeste do país, incluindo a capital, estava voltado ao comércio continental a partir de Antuérpia; (b) o noroeste e o oeste da França, com sua posição litorânea, se ligaram-se ao comércio transatlântico e com a região do Báltico, pela via marítima; (c) o sul da França permaneceu na zona de influência do mediterrâneo cristão, adotando atividades econômicas semi-periféricas ou periféricas (produção primária voltada à exportação) (MWS, 2011, Vol. 1, p. 263-264). Essa variedade de centros de interesse econômico impediu a pacificação da elite do país em torno da centralização do aparato estatal e da formação de uma economia nacional unificada, caminho adotado pela Inglaterra (MWS, 2011, Vol. 1, p. 266; Vol. 2, p. 123).

Nas palavras de WALLERSTEIN:

Whereas the Restoration [in England] involved a calming of the tensions, if you will, because a compromise seemed to be evolving between the two factions, the equivalent period in France, the Colbertian era of Louis XIV, involved a sort of imposed truce. The truce depended on the political strength of the monarchy to contain forces still playing for high stakes, or let us say more ready and able to play dangerous games than their equivalents in England (MWS, 2011, Vol. 2, p. 123-124).

Os exemplos históricos de França e Inglaterra lançam luz sobre a relação entre os capitalistas e o Estado, demonstrando que o caminho para o sucesso na economia-mundo capitalista europeia passa pela adoção de uma política unificada de fortalecimento da economia nacional diante da competição intercapitalista mundial. A adoção dessa política se deu com maior efetividade quando os elementos da elite se comprometeram entre si e assumiram uma direção mais coesa do aparato estatal contra as classes “perigosas” e contra os concorrentes estrangeiros. A Inglaterra desempenhou essa tarefa com maestria nos séculos XVII e XVIII, obtendo a hegemonia do sistema-mundo no século XIX.

Um aspecto muito importante do caso inglês foi a centralidade do Parlamento como símbolo do comprometimento social das elites. O órgão, que posteriormente passou a representar a sede do poder legislativo e da soberania popular, surge antes como lastro das elites contra a arbitrariedade do rei e contra as classes “perigosas”. O acesso ao Parlamento antes da Revolução Francesa se dava pela porta do dinheiro e do privilégio econômico ou político. Depois de 1789, da difusão da ideia de soberania popular e ampliação do sufrágio, o acesso ao Parlamento

continuou sendo feito pela porta do dinheiro. Os orçamentos astronômicos das campanhas eleitorais norte-americanas apenas dão um exemplo contemporâneo de que o poder no período moderno continua assentando-se nas bases frias do dinheiro e do privilégio econômico. E o problema do financiamento se repete em todos os países que adotam eleições para cargos políticos. O dinheiro acaba sempre como fiel da balança, impedindo que o aparato estatal seja dirigido por propósitos mais afeitos ao interesse do povo comum e não da elite.

Assim, a ambiguidade diante dos elementos capitalistas, que caracterizou o Estado absolutista desde seu surgimento, conseguiu ser praticamente anulada com o compromisso social efetuado na Inglaterra em meados do século XVII. O aparato estatal passou a ser dirigido com precisão e focado nos objetivos de ordem econômica, visando a ampliar a acumulação de capital no território nacional. Um dos exemplos desse sucesso é a destreza com que o Estado inglês aplicou a política de cercamentos e concentração das propriedades rurais no século XVIII, comparando-se com a hesitação dos Tudor e Stuart, nos séculos XVI e XVII, em desarticular mais fortemente as estruturas feudais de uso e ocupação da terra (MWS, 2011, Vol. 1, p. 254).

Os compromissos sociais intraelite e as reformas políticas do Estado inglês no século XVII foram certamente muito úteis para a preservação, no longo prazo, dos interesses capitalistas. Todavia, os ingleses realizaram outro tipo de reformas que assentaram alicerces ainda mais sólidos e duradouros para o controle capitalista do aparato estatal, eficazes mesmo depois dos revolvimentos políticos do século XIX. Trata-se da chamada revolução financeira inglesa que lançou as bases para alienação do Estado, a perenização da dívida pública e o controle indireto externo que os capitalistas, na condição de credores, passaram a exercer sobre o aparato estatal.

A revolução financeira inglesa engloba uma série de reformas e mudanças no sistema fiscal e orçamentário do Estado inglês realizadas entre os anos de 1688 e 1756. O foco inicial foi estatizar o aparato burocrático responsável por recolher os impostos (BRAUDEL, 2009, Vol. 2, p. 468). No seu processo de formação, os Estados modernos precisaram recorrer ao chamado *tax farming* (ou *affermage*, em francês) para viabilizar o financiamento estatal. Esse sistema envolvia a alienação de parcelas da arrecadação tributária futura por determinado período para financistas que adiantavam os recursos ao Estado e, posteriormente, cobravam os tributos a partir de uma rede de coletores e intermediários privados a eles associados. Dessa forma, o Estado supria a carência de aparato burocrático na arrecadação tributária. Contudo, essa classe de financistas acabou se tornando os emprestadores oficiais do monarca, dos quais este passou a ser dependente, sobretudo nos momentos de guerras e pressões fiscais (BRAUDEL, 2009, Vol.

2, p. 468). Durante o século XVIII, por exemplo, metade da arrecadação fiscal do Estado francês era oriunda do sistema de *tax-farming* (MWS, 2011, Vol. 2, p. 278).

Nesse sentido, as reformas inglesas objetivaram “desembaraçar-se dos intermediários que parasitavam o Estado [...]. As primeiras medidas foram a estatização das alfândegas (1671) e do excise (1683), imposto de consumo copiado da Holanda” (BRAUDEL, 2009, Vol. 2, p. 468). Ademais, os ingleses criaram um Conselho do Tesouro em 1714, para fiscalizar a execução orçamentária, ampliaram, na primeira metade do século XVIII, o controle estatal sobre o Banco da Inglaterra (instituição privada criada em 1694), e contaram, ainda, com a atuação legitimadora do Parlamento (sede da atuação política das elites) para criar impostos e autorizar os gastos da coroa (BRAUDEL, 2009, Vol. 2, p. 469).

Feitas essas reformas de cunho administrativo e fiscal, abriu-se caminho para a criação do moderno sistema de dívida pública, baseado em empréstimos de longo prazo, com juros mais baixos e títulos de dívida negociáveis em um mercado secundário (BRAUDEL, 2009, Vol. 2, p. 469). O endividamento sistemático do aparato estatal só foi possível quando os dirigentes estatais compreenderam a relação “entre o volume real de impostos e o volume possível dos empréstimos [...], entre a massa da dívida a curto prazo e a da dívida a longo prazo; que o verdadeiro, o único perigo seria destinar ao pagamento dos juros recursos incertos ou de ante-mão mal calculados” (BRAUDEL, 2009, Vol. 2, p. 469). Cruzada essa barreira, a Inglaterra conseguiu superar a desorganização financeira que caracterizava a maioria dos Estados absolutistas da época, que se endividavam às cegas, gerando periodicamente crises de confiança, o que elevava os juros e restringia a possibilidade de obter empréstimos mediante oferta pública. O resultado das reformas inglesas foi a alienação sistemática e regular da arrecadação tributária à classe dos financistas:

Tal sistema se baseava no “crédito” do Estado, na confiança do público; a dívida, portanto, só podia existir em virtude da criação, pelo Parlamento, de rendimentos novos, destinados, a cada vez, ao pagamento regular de juros. Esse jogo dá a certas camadas da população, os proprietários fundiários (que entregam ao Estado, com o *land tax*, um quinto de seu rendimento), os consumidores ou os mercadores deste ou daquele produto taxado, a sensação de arcar com os custos da operação, diante de uma classe de parasitas, oportunistas: capitalistas, financistas, negociantes (cujos rendimentos não são tributados), os *moneyed men* que se pavoneiam e, zombam da nação trabalhadora (BRAUDEL, 2009, Vol. 2, p. 470, *itálico do autor*).

Esse relato de BRAUDEL define com precisão a situação dos Estados modernos nos dias atuais, sobretudo do Brasil, no qual a isenção fiscal de rendimentos financeiros, lucros e dividendos permanece como um fato singular, não encontrado nem mesmo nos países em que a visão de mundo capitalista se instalou mais profundamente.

Na época da revolução financeira inglesa, tinha assento no Parlamento a elite econômica e social do país, cujos interesses econômicos eram diretamente afetados pela forma como o aparato estatal utilizava os recursos do orçamento, mesmo que eles não fossem os principais pagadores de impostos. Os parlamentares, portanto, deliberavam em interesse próprio, criando os tributos necessários ao regular financiamento do Estado e à manutenção da credibilidade do sistema de dívida pública. Quando os ares renovadores (ou perturbadores) do século XIX inseriram no Parlamento pessoas comuns ligadas aos interesses das classes “perigosas”, o aparato estatal britânico já estava convenientemente alienado à classe capitalista por meio da dívida pública perene. A classe dos credores do Estado acabava dando as cartas do jogo político a partir dos seus próprios gabinetes. O mecanismo utilizado foi a dependência que o aparato estatal desenvolveu do financiamento regular por meio dos títulos de dívida negociados no mercado financeiro.

Por conseguinte, no tópico do relacionamento entre a classe capitalista e o Estado, o endividamento público sistemático, cujas bases foram lançadas pelos ingleses no século XVIII, consiste em uma das maiores limitações à atuação dos aparatos estatais modernos. Qualquer movimento da política estatal contrário aos interesses da classe capitalista é rapidamente sancionado com o aumento dos juros e a fuga de capitais. Isso sem mencionar o grave problema do câmbio flutuante, especialmente nas nações ditas subdesenvolvidas, que constrange com eficácia a política econômica de qualquer governo do mundo que não pretenda causar a miséria do seu povo. E, embora o poder dos aparatos estatais tenha aumentado persistentemente na história do sistema-mundo moderno, sua liberdade de atuação diminuiu, visto que a criação e a consolidação de sistemas internacionais de pagamentos apenas fez aumentar a liberdade de circulação do capital ao redor do mundo. Quanto maior a liberdade de movimento do capital, mais facilmente ele é utilizado para chantagear Estados cuja política tem se mostrado avessa aos interesses capitalistas.

Nesse sentido, é fácil compreender a razão pela qual o capitalismo logrou florescer e se consolidar como sistema mundial apenas na moldura de uma economia-mundo, e não na de um império-mundo.

A diferença fundamental entre um império-mundo e uma economia-mundo é que, no topo da escala de valores sociais do primeiro, estão os interesses políticos e a preservação da estrutura imperial, enquanto na segunda, prevalecem os interesses econômicos manifestados na expansão e acumulação da riqueza material (RFD, 1974, p. 390-391; WSA, 2004, p. 16-17). Isso não significa que a exuberância econômica não seja uma meta dos impérios-mundo.

Apenas que, nestes, a produção, a circulação e o acúmulo da riqueza estão sujeitos, necessariamente, aos interesses da cúpula política que dirige o império.

Em um império-mundo, os interesses e a fortuna acumulada de um empreendedor individual podem ser facilmente sacrificados, a qualquer momento, em favor da preservação da máquina imperial, por exemplo, mediante o confisco (WSA, 2004, p. 22). O resultado disso é que os elementos capitalistas não conseguem dominar a vida social em um império-mundo, pois sua atuação é sufocada, no longo prazo, pela atuação política do aparato imperial. E como não há outros corpos políticos alheios ao do império aos quais o capitalista possa recorrer, ele acaba sendo preterido nos seus interesses.

Nas economias-mundo, a direção da vida econômica também passa pelos mecanismos do Estado e atende aos interesses deste. Porém, como a lógica dirigente da esfera da produção e da circulação é a do lucro e da acumulação incessante de capital, o interesse político do Estado fica circunscrito ao interesse econômico da sua elite. Se o Estado exacerba seu poder político e compromete os interesses capitalistas, mesmo que seja para beneficiar o povo, os grupos capitalistas têm mecanismos para salvaguardar seus investimentos, em médio e longo prazo, destinando-os para territórios de outros Estados, pertencentes à divisão única do trabalho (MWS, 2011, Vol. 1, Cap. 7). Ademais, o sistema-mundo moderno erigiu limites à invasão estatal sobre as fortunas privadas, como a proibição do confisco¹⁴⁶ e da taxa excessiva (FDM, 2002, p. 96-97). A propriedade privada surge como um baluarte superprotegido diante do qual os Estados tem dificuldade de agir. Quando um Estado excede esses limites, os capitalistas conseguem deslocar suas riquezas para o território de outros Estados e seguir no propósito da acumulação.

No fim, caso um Estado persista em políticas anticapitalistas, ele terá dificuldades de manter a higidez do seu orçamento e a salubridade da sua economia nacional. A única forma de o Estado anular a influência dos capitalistas na política seria ele sair, em definitivo, da divisão única do trabalho, fato que nenhum aparato estatal foi capaz de fazer.

Nas palavras de WALLERSTEIN:

Conversely, a capitalist system cannot exist within any framework except that of a world-economy. We shall see that a capitalist system requires a very special relationship between economic producers and the holders of political power. If the latter are too strong, as in a world-empire, their interests will override those of the economic producers, and the endless accumulation of capital will cease to be a priority. Capitalists need a large market (hence minisystems are too narrow for them) but they also need a multiplicity of states, so that they can gain the advantages of working with

¹⁴⁶ Nas palavras de WALLERSTEIN: “O confisco foi indubitavelmente um dos mecanismos principais através dos qual capitalistas foram impedidos de fazer prevalecer a prioridade da acumulação incessante de capital. É por isso que a institucionalização da ilegitimidade do confisco através do estabelecimento não apenas do direito à propriedade, mas do ‘Estado de direito’ foi uma condição necessária à construção do sistema histórico capitalista” (FDM, 2002, p. 96).

states but also can circumvent states hostile to their interests in favor of states friendly to their interests. Only the existence of a multiplicity of states within the overall division of labor assures this possibility. (WSA, 2004, p. 24).

Logo, a dialética do relacionamento entre capitalista e Estado é cheia de nuances e bastante complexa. Contudo, podem-se extrair algumas diretrizes, a partir da experiência história de longa duração dos Estados modernos europeus, tais como: (a) o aparato estatal é absolutamente essencial ao sucesso dos empreendimentos capitalistas e da acumulação incessante de capital; (b) a relação entre capitalistas e Estado pode assumir grande ambiguidade e ser conflituosa, de forma que o sistema-mundo moderno desenvolveu alguns mecanismos para harmonizar esse relacionamento e torná-lo previsível; (c) a criação dos corpos parlamentares e a limitação do poder arbitrário do monarca surge primeiramente como forma da elite econômica assumir o controle do aparato estatal e direcioná-lo conforme seus interesses; (d) a institucionalização do moderno sistema da dívida pública surgiu como oportunidade de investimentos financeiros regulares e, posteriormente, como mecanismo constrangedor da política estatal em razão dos interesses dos credores do Estado, sejam esses nacionais ou estrangeiros; e, (e) a moldura típica das economias-mundo, com a multiplicidade de Estados em regime de competição, criou o ambiente propício à propagação e consolidação do capitalismo, pois deu ao capitalista a flexibilidade e a liberdade de movimento necessárias para que o propósito da acumulação incessante seja atendido, fato que não seria possível em um império-mundo.

3.6 O Estado na periferia: colonização, descolonização e incorporação de novas áreas

As características expostas acerca do Estado moderno se manifestaram com maior vigor nas zonas centrais e semiperiféricas da economia-mundo capitalista europeia no período que vai do século XV ao XVIII¹⁴⁷. Nas zonas periféricas, por outro lado, a formação de um aparato estatal autônomo foi algo incomum. Apenas a partir do século XIX, com a incorporação de vastas zonas à divisão única do trabalho e com a descolonização das Américas, é que surgem, em maior número, Estados modernos “independentes” nas regiões periféricas. Essa peculiaridade da economia-mundo está diretamente relacionada ao fato de os Estados existirem no sistema-mundo em uma hierarquia de poder, sendo os mais bem-sucedidos aqueles localizados nas zonas centrais (CHC, 2011, p. 48-49).

¹⁴⁷ Como será visto no Cap. 4, considera-se que as regularidades apresentadas pelo Estado moderno no período dos séculos XV-XVIII permaneceram nos séculos XIX-XX, com algumas peculiaridades acerca do ambiente político e das ideologias que passaram a atuar, mudando a aparência do Estado sem lhe alterar a essência, especialmente o seu compromisso com a economia-mundo capitalista europeia.

Por essa razão, WALLERSTEIN divide as economias-mundo em *core-states* e *peripheral areas*, e justifica: “I do not say peripheral states because one characteristic of a peripheral area is that the indigenous state is weak, ranging from its nonexistence (that is, a colonial situation) to one with a low degree of autonomy (that is, a neo-colonial situation)” (MWS, 2011, Vol. 1, p. 349). Esse cenário começa a se modificar, ao menos formalmente, apenas no século XIX (MWS, 2011, Vol. 3, Cap. 4). Todavia, a hierarquia de poder e a subjugação econômica das zonas periféricas não se modificaram, mudando-se, vez por outra, apenas o *ranking* de determinada zona na divisão única do trabalho, o que reflete na condição do seu aparato estatal¹⁴⁸. Assim, a primeira característica dos Estados modernos nas zonas periféricas é que eles são fracos comparados aos Estados centrais ou semiperiféricos, mesmo que formalmente independentes (MWS, 2011, Vol. 1, p. 309; p. 349).

Até então, no presente trabalho, têm-se utilizado expressões geográficas (e.g., zonas, áreas, regiões) para exprimir a posição ocupada na estrutura centro-periferia. Todavia, é necessário um esclarecimento quanto a este ponto. No primeiro volume de *The Modern World-System*, publicado em 1974, WALLERSTEIN utiliza os qualificativos centro e periferia em termos geográficos, seja para se referir aos Estados centrais ou às zonas periféricas¹⁴⁹ (MWS, 2011, Vol. 1, p. 349). Todavia, em publicação mais recente, de 2004, na obra que resume seu pensamento acerca da análise dos sistemas-mundo, *World-System Analysis: an introduction*, WALLERSTEIN faz a distinção centro-periferia a partir de processos produtivos, e não mais de áreas geográficas da economia-mundo. Segundo o autor, o que caracteriza um processo produtivo de centro é o alto grau de acumulação de capital por ele propiciado, enquanto os periféricos, o baixo grau de acumulação: “what we mean by core-periphery is the degree of profitability¹⁵⁰ of

¹⁴⁸ O sistema-mundo moderno apresenta duas regularidades nesse contexto: (a) a hierarquização da divisão única do trabalho, com consequência espacial (centro-semiperiferia-periferia); e, (b) a mudança de localização dos processos econômicos, ocasionando alteração na relação hierárquica em nível geográfico (áreas ascendem economicamente, enquanto outras declinam), porém, sem alterar a hierarquização em si. Essas duas regularidades produzem certa mobilidade dos Estados na hierarquia de poder (MWS, 2011, Vol. 2, p. 179).

¹⁴⁹ Por exemplo, nessa descrição sobre as zonas periféricas: “The periphery of a world-economy is that geographical sector of it wherein production is primarily of lower-ranking goods (that is, goods whose labor is less well rewarded) but which is an integral part of the overall system of the division of labor, because the commodities involved are essential for daily use” (MWS, 2011, Vol. 1, p. 302).

¹⁵⁰ O grau de lucratividade de um processo produtivo decorre, por sua vez, da intensidade da concorrência intercapitalista no setor de mercado respectivo. Os processos altamente lucrativos são aqueles em que há situação de quase monopólio ou oligopólio por parte dos capitalistas, costumeiramente relacionado aos chamados *leading products*, que incorporam inovações técnicas e apresentam alto grau de eficiência produtiva. Essas características propiciam os altos lucros e a maior acumulação de capital. Em grande parte, o que possibilita a existência desses processos produtivos é a interferência estatal, pois são os Estados que operam manipulações nos mercados e criam os monopólios, erguem barreiras protecionistas, oferecem subsídios diretos ou uma política tributária favorável, impedem outros Estados mais fracos de impor medidas contraprotecionistas, comparecem como os principais compradores de determinados produtos a preços superfaturados, entre outras medidas que beneficiam a

the production processes” (WSA, 2004, p. 28). Essa conceituação aprimora a concepção que já permeia o Volume 1 de *The Modern World-System*, uma vez que, desde esta publicação, a estrutura centro-periferia é exposta como uma característica da divisão única do trabalho, diretamente relacionada aos processos de acumulação de capital¹⁵¹, portanto, uma realidade da economia-mundo, e não dos múltiplos Estados soberanos.

Por conseguinte, os Estados, na sua vinculação territorial mais estrita, apenas são caracterizados como centrais, semiperiféricos ou periféricos, por uma simplificação de uma realidade complexa ligada à economia. Por outro lado, como os processos produtivos tendem a se situar em determinado espaço e nele permanecerem por um período de médio a longo prazo, a estrutura centro-periferia apresenta consequências geográficas bastante visíveis e relativamente estáveis. Por isso, WALLERSTEIN afirma:

There is therefore a geographical consequence of the core-peripheral relationship. Core-like processes tend to group themselves in a few states and to constitute the bulk of the production activity in such states. Peripheral processes tend to be scattered among a large number of states and to constitute the bulk of the production activity in these states. Thus, for shorthand purposes we can talk of core states and peripheral states, so long as we remember that we are really talking of a relationship between production processes (WSA, 2004, p. 28).

Esse aparte ajuda a compreender as razões pelas quais a posição hierárquica inferior dos Estados na periferia é difícil de ser modificada. Essa posição inferior está relacionada ao baixo índice de acumulação da capital nas zonas periféricas, o que prejudica o financiamento do aparato estatal e o deixa mais suscetível às pressões dos Estados centrais. Como a acumulação de capital é uma realidade da economia-mundo na sua totalidade, a razão de a riqueza se acumular mais em uma localidade está intimamente ligada ao fato de ela se acumular menos em outra. Para que uma zona deixe a condição periférica, portanto, é necessário que outra zona ingresse nessa condição. No jogo do capitalismo, apenas alguns saem ganhando. E a vitória de uns é a causa da derrota dos demais. Os Estados modernos, existindo no contexto espaço temporal de uma economia-mundo capitalista, não poderiam escapar desse fato.

Como atesta WALLERSTEIN:

acumulação de capital, contornando as forças do livre mercado. Na outra mão, os processos produtivos periféricos caracterizam-se pela alta concorrência nos mercados, gerando baixos lucros e exigindo menos intervenção estatal. Esses processos são mais difundidos na economia-mundo, enquanto os de centro são mais concentrados e costumam se situar sob a tutela dos Estados fortes (WSA, 2004, p. 26-28).

¹⁵¹ Por exemplo, WALLERSTEIN resume a disparidade na acumulação de capital ao longo da divisão única do trabalho da seguinte forma: “The division of a world-economy involves a hierarchy of occupational tasks, in which tasks requiring higher levels of skill and greater capitalization are reserved for higher-ranking areas. Since a capitalist world-economy essentially rewards accumulated capital, including human capital, at a higher rate than “raw” labor power, the geographical maldistribution of these occupational skills involves a strong trend toward self-maintenance” (MWS, 2011, Vol. 1, p. 350). Nessa passagem, o autor se refere a questões íntimas aos processos produtivos (qualificação da mão-de-obra, investimento de capital), porém ressaltando suas consequências geográficas na estrutura centro-periferia.

(...) not every state machinery can utilize any given set of policies with the same expectation of happy result. Indeed, quite the contrary. Many may try, but only a few succeed in significantly transforming the rank of their state in the world division of labor. This is because the very success of one eliminates opportunities and alternatives for others (MWS, 2011, Vol. 2, p. 179).

Partindo desse aspecto do capitalismo histórico, ANDRE GUNDER FRANK, sociólogo ligado à análise dos sistemas-mundo, célebre pelos seus estudos acerca do subdesenvolvimento, afirma: “contemporary underdevelopment is in large part the historical product of past and continuing economic and other relations between the satellite underdeveloped and the now developed metropolitan countries” (FRANK, 1969, p. 04). Em outras palavras do mesmo autor, citadas por WALLERSTEIN: “economic development and underdevelopment are the opposite face of the same coin” (FRANK, 1967, p. 9, *apud* MWS, 2011, Vol. 1, p. 98).

Os Estados na periferia estão jungidos a esse fardo, que tem origem no passado colonial dos seus povos (e.g. América Hispânica e Portuguesa), ou, na condição semicolonial de algumas regiões periféricas, nas quais, a despeito da inexistência de dominação política direta, o interesse econômico de grupos estrangeiros praticamente dava as cartas da vida política, social e econômica (e.g., Hungria e Polônia nos séculos XVI e XVII) (MWS, 2011, Vol. 1, Cap. 6; Vol. 2, Cap. 4). A elite dessas regiões, composta predominantemente por uma aristocracia rural, estava associada aos interesses de grupos capitalistas estrangeiros, impedindo a formação de um aparato estatal independente e forte, ou de uma burguesia nativa que pudesse aprimorar a posição econômica da região com investimentos em atividades mais lucrativas, e obstando a criação de uma identidade nacional ou de uma coesão cultural maior entre os povos dessas zonas (MWS, 2011, Vol. 1, Cap. 6; Vol. 2, Cap. 4).

Essa característica da periferia produziu o fenômeno da dependência econômica e da elite reacionária e avessa aos interesses nacionais. Nessas localidades, seria impensável ocorrer o tipo de “revolução” burguesa comum nos Estados centrais. Os fios tênues da vinculação econômica e da especialização produtiva, no contexto de um mercado mundial, assentaram bases duradouras no destino político das regiões periféricas. Na periferia, não foi possível o tipo de compromisso social entre os elementos da elite para apaziguar as dissidências internas e envidar esforços no fortalecimento do aparato estatal e no aprimoramento da posição econômica nacional na economia-mundo (MWS, 2011, Vol. 2, p. 142-144). O caminho tradicional do mercantilismo e das políticas protecionistas adotado pelos Estados absolutistas nos séculos XVII e XVIII para melhorar sua posição na competição intercapitalista mundial não pôde ser aplicado nas regiões periféricas (MWS, 2011, Vol. 2, p. 144). Nas palavras de WALLERSTEIN:

While the period of world economic downturn led the core countries along the path of nationalism (mercantilism) and constitutional compromise within the upper strata,

with the consequence of a lowered ability of the lower strata to rebel, the weakness of the east European states meant that they could neither seek the advantages of a mercantilist tactic *nor guarantee* any compromise within the upper strata. This led the peripheral areas in the direction of sharpening class conflict, increased regionalism and decreased national consciousness, the search for internal scapegoats, and acute restiveness of the peasantry. *Mutatis mutandis*, we shall see that the same thing was true of the old peripheral areas of southern Europe and the Americas (MWS, 2011, Vol. 2, p. 144-145, *itálico do autor*).

Dois fatos históricos transcorridos na segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX confirmam as regularidades apresentadas pelas zonas periféricas da economia-mundo, sobretudo no aspecto político. São eles: a incorporação de novas áreas e a descolonização das Américas conduzida pelos colonos europeus (*settler decolonization*).

O espaço da economia-mundo é integrado por meio da divisão única do trabalho e pelo estabelecimento de vínculos comerciais regulares com base no intercâmbio de *bulk goods* (Cap. 2, item 4, *supra*). As áreas inseridas nesse espaço econômico alargado tiveram a organização social e econômica da sua produção alterada devido aos estímulos do mercado mundial. Isso se verificou, por exemplo, nas colônias americanas e nas regiões do continente europeu que compuseram a economia-mundo a partir de sua formação no longo século XVI.

A partir de meados do século XVIII, a economia-mundo ingressa em uma nova fase de expansão econômica e de inflação monetária, superando o período de estagnação que caracterizou o século XVII e início do XVIII (MWS, 2011, Vol. 3, p. 57). Nesse contexto, pressões internas à economia-mundo levaram à ampliação dos mercados e à conquista de novas áreas, expandindo-se as fronteiras da divisão única do trabalho (MWS, 2011, Vol. 3, p. 129). A incorporação de novas áreas “means fundamentally that at least some significant production processes in a given geographic location become integral to various of the commodity chains that constitute the ongoing divisioning of labor of the capitalist world-economy” (MWS, 2011, Vol. 3, p. 130). Esse processo se opera no médio prazo e resulta na transformação, em periferias (*peripheralization*), das antigas arenas externas, com as quais as nações europeias já mantinham vínculos comerciais anteriores: subcontinente indiano, Império Otomano, Império Russo e a costa oeste africana (MWS, 2011, Vol. 3, p. 129).

Nas áreas nas quais ocorreu, a incorporação provocou três mudanças sob o aspecto econômico: (a) modifica-se o padrão de importação e exportação; (b) criam-se grandes unidades econômicas responsivas ao mercado mundial; (c) aumenta-se a coerção sobre a força de trabalho local (MWS, 2011, Vol. 3, p. 137).

O comércio exterior das áreas incorporadas passa de *luxuries* (típico de arenas externas) para *bulk goods*, isto é, bens de consumo generalizado, transacionado em grandes volumes e com fluxo regular. A exportação dessas áreas foi dominada por produtos primários e matérias-

primas, enquanto a importação se focou nas manufaturas. Em meados do século XIX, a maioria das exportações do subcontinente indiano era de índigo, seda crua, algodão cru e ópio (MWS, 2011, Vol. 3, p. 139); do Império Otomano era de fio de *mohair*¹⁵², seda crua, algodão cru e cereais, sobretudo, o trigo (MWS, 2011, Vol. 3, p. 140); do Império Russo era de linho e cânhamo, essenciais para as manufaturas têxteis britânicas, e o trigo, que substituiu a exportação de ferro, cuja produção entra em colapso em razão das novas tecnologias implantadas pelos britânicos (MWS, 2011, Vol. 3, p. 141-142); na costa oeste africana, cessam as exportações de escravos e aprofundam-se as de produtos primários, tais como, óleo de palma e amendoim (MWS, 2011, Vol. 3, p. 147-148).

Simultaneamente, em todas essas áreas, ocorre uma desarticulação progressiva da produção manufatureira previamente existente, incapaz de competir com os produtos europeus em regime de livre concorrência (MWS, 2011, Vol. 3, p. 137-138). O caso mais dramático foi o da Índia, cujas peças têxteis chamadas de *calicoes* era um item de exportação comum para a Europa antes do século XVIII, tendo sua produção se desorganizado totalmente com a invasão dos têxteis britânicos e com a política de desindustrialização implantada pelo seu colonizador, o Reino Unido (MWS, 2011, Vol. 3, p. 149-150). Apenas a Rússia conseguiu resistir parcialmente à desindustrialização provocada pela incorporação à economia-mundo europeia, mantendo uma indústria têxtil voltada ao comércio local e refinarias de açúcar de beterraba (MWS, 2011, Vol. 3, p. 152).

Uma importante consequência dessa mudança de padrão de comércio exterior das áreas incorporadas foi a cessação da exportação de *bullion* (sobretudo, ouro) da Europa para essas regiões, uma vez que as novas importações de produtos primários puderam ser custeadas pelo fluxo monetário advindo da exportação de manufaturas e de outros investimentos europeus feitos nessas áreas (MWS, 2011, Vol. 3, p. 139). Assim, o padrão recorrente de balança comercial negativa é invertido em favor das potências europeias.

A economia local das áreas incorporadas passou também por reestruturação interna com a criação de unidades econômicas de grande porte orientadas à exportação, a formação de um mercado regional de gêneros alimentícios em torno das necessidades das unidades exportadoras e a migração interna de trabalhadores para suprir a demanda por mão de obra de ambos os setores (MWS, 2011, Vol. 3, p. 138).

A criação de unidades econômicas de grande porte foi essencial para que as áreas incorporadas se tornassem responsivas ao mercado mundial, o que é mais fácil quando se têm centros

¹⁵² Espécie de fio extraído do pelo da cabra angorá destinado à indústria têxtil.

decisórios mais concentrados na direção dos processos produtivos. Essas unidades se estabeleceram de duas formas: (a) pela formação de latifúndios com monocultura exportadora (*plantations*); e (b) pela concentração da produção agrária de pequenas unidades esparsas por meio de gargalos comerciais, isto é, pela existência de poucos mercadores de grande porte (*largescale merchant bottlenecks*) que transacionavam os produtos no mercado mundial; para dirigir as decisões produtivas, esses mercadores estabeleciam uma relação de dependência com seus fornecedores de pequeno porte, em geral, pela via da servidão por dívida (*debt bondage*) (MWS, 2011, Vol. 3, p. 152-153). A acumulação de capital se dava nesses nódulos concentradores da cadeia de *commodities*, seja pela direção direta da produção, seja pela condução indireta.

A terceira consequência econômica da incorporação foi o aumento da coerção da força de trabalho, uma vez que o trabalho nas atividades exportadoras não era atrativo, oferecia baixa remuneração e reduzia a disponibilidade para atividades de subsistência que garantissem melhores condições de vida aos trabalhadores (MWS, 2011, Vol. 3, p. 157). Assim, a elite que se beneficiava das atividades exportadoras utilizou de expedientes variados para restringir a liberdade de opção dos trabalhadores ou impor formas mais coercitivas de trabalho, tais como: a servidão por dívida, o aumento de obrigações servis em regiões onde os costumes feudais ainda estavam vigentes, a redução do *status* jurídico dos trabalhadores e a expropriação de terras comuns, a utilização de mão de obra escrava, entre outros (MWS, 2011, Vol. 3, p. 158-165).

Todas essas mudanças na organização social e econômica da produção nas áreas incorporadas recordam a condição das colônias americanas ou da Europa Oriental nos séculos XVI a XVIII, a evidenciar a posição periférica que essas áreas passaram a ocupar.

No que tange ao fenômeno do Estado, a despeito das diferenças prévias entre essas quatro áreas incorporadas, o resultado, depois de concluído o processo de periferização, foi aproximado: a existência de aparatos estatais razoavelmente fortes internamente, isto é, com capacidade de interferir na vida social e nos processos produtivos locais em função dos estímulos do mercado mundial, e fracos externamente, ou seja, em relação aos demais Estados integrantes do sistema interestatal, sendo incapazes de impedir os fluxos de acumulação de capital ou de impor barreiras ao comércio exterior a fim de aprimorar a acumulação em seu território (MWS, 2011, Vol. 3, p. 170-171). Nas palavras de WALLERSTEIN:

Incorporation into the world-economy means necessarily the insertion of the political structures into the interstate system. This means that the "states" which already exist in these areas must either transform themselves into "states within the interstate system" or be replaced by new political structures which take this form or be absorbed by other states already within the interstate system. The smooth operation of an integrated division of labor cannot operate without certain guarantees about the possibility of regular flows of commodities, money, and persons across frontiers. It is not that these flows must be "free." Indeed, they are hardly ever free. But it is that the states

which put limitations on these flows act within the constraint of certain rules which are enforced in some sense by the collectivity of member states in the interstate system (but in practice by just a few stronger states) (MWS, 2011, Vol. 3, p. 170).

Assim, mais uma vez, depara-se a necessidade que o capitalismo tem de um aparato burocrático estatal, mesmo que não independente, para possibilitar os fluxos econômicos e manter a infraestrutura dos mercados a partir dos quais se dá a acumulação incessante de capital. No caso das quatro áreas incorporadas, no subcontinente indiano e na costa oeste africana foi adotada a solução colonial; e no Império Otomano e no Império Russo, os aparatos estatais previamente existentes foram adaptados e inseridos no sistema interestatal, acatando as redes da diplomacia europeia e passando a operar a partir do paradigma do direito internacional europeu (MWS, 2011, Vol. 3, p. 171 e ss.). Esses dois últimos casos são os mais emblemáticos para se compreender o impacto que a assunção de uma posição periférica na economia-mundo produz no aparato burocrático do Estado.

O Império Otomano encontrava-se em retração territorial já desde o fim do século XVII devido às derrotas militares impostas pela Áustria e, posteriormente, pela Rússia (MWS, 2011, Vol. 3, p. 171). O arrefecimento da expansão territorial produziu uma crise fiscal e fragilizou o controle político das províncias, em razão do sistema administrativo adotado se pautar na aquisição de novos territórios para se manter. Para remediar a crise fiscal, agravada também pela inflação monetária produzida pelo comércio com a Europa¹⁵³ (ainda enquanto arena externa), o poder central adotou um sistema de *tax farming* cujo efeito colateral foi de uma semiprivatização dos domínios imperiais (MWS, 2011, Vol. 3, p. 172). Assim, quando se iniciou o processo de incorporação à economia-mundo europeia, o Império Otomano já se encontrava em grandes dificuldades para manter uma estrutura administrativa imperial em seu vasto território (MWS, 2011, Vol. 3, p. 171-173).

Depois de inserido nas redes de diplomacia europeia, o sultão Mahmud II (1808-1839) empreende algumas reformas administrativas aproximando o aparato estatal otomano ao modelo europeu de monarquia absoluta (MWS, 2011, Vol. 3, p. 173). No fim, ele consegue fortalecer o poder central e as forças armadas, mas apenas em uma base territorial bem menor do que o território anterior do Império, nos quais as tendências centrífugas e separatistas se tornaram de difícil reversão (MWS, 2011, Vol. 3, p. 173-174). No caso específico do Egito, o

¹⁵³ O comércio europeu com o Império Otomano, antes da sua incorporação, pautava-se pela exportação de *bullion* por parte dos europeus para custear os produtos importados, o que gerava grande inflação monetária na economia do Império pelo aumento de moeda circulante (MWS, 2011, Vol. 3, p. 172). O mesmo efeito foi verificado no Império Mogol, no subcontinente indiano (MWS, 2011, Vol. 3, p. 178 e ss.). Em ambos os casos, esse efeito contribuiu para o enfraquecimento dos aparatos imperiais previamente existentes (por ocasionar crises fiscais) e facilitou o processo de incorporação.

Império Otomano buscou a tutela britânica e conseguiu retardar a independência dessa região. O preço do apoio britânico, contudo, foi a pactuação do Tratado Comercial de *Balta Limann* (1838), por meio do qual as tarifas otomanas à importação de produtos britânicos não poderiam exceder a 3%, e à exportação, 12% (MWS, 2011, Vol. 3, p. 176). Ademais, todos os monopólios imperiais foram extintos e ao Reino Unido foi concedido o *status* de nação mais favorecida. O resultado prático foi a adoção de uma política de livre comércio com o Reino Unido, cujos efeitos foram devastadores para o setor manufatureiro otomano e, no longo prazo, causou severa crise fiscal. Em 1854, o Império Otomano precisou recorrer a empréstimos estrangeiros para manter seu aparato estatal e, em 1878, as finanças estatais entraram em colapso e os otomanos ingressaram na condição de *debt tutelage* com as potências europeias (MWS, 2011, Vol. 3, p. 176-177).

Assim, a resistência milenar e os obstáculos opostos aos interesses políticos europeus pelo Império Otomano e pelos soberanos não cristãos que o antecederam foram superados por meio de uma poderosa arma: a política de livre comércio de um Estado hegemônico em uma economia-mundo capitalista. A decadência política e militar dos otomanos veio apenas a se confirmar com sua derrota na Primeira Guerra Mundial e a total desarticulação da sua base territorial imposta pelas nações vencedoras, especialmente, o Reino Unido e a França.

O caso do Império Russo apresentou algumas particularidades. Sua aproximação com a Europa se deu já no fim do século XVII, sob o reinado de Pedro I, o grande (1689-1725), quando se estabelecem redes de diplomacia mútua com as nações europeias (MWS, 2011, Vol. 3, p. 184). As reformas internas que levaram à plena incorporação, contudo, couberam à Catarina II (1762-1796). Sob seu governo, o aparato estatal russo adota uma burocracia civil e forças armadas sem recrutamento obrigatório da nobreza, superando o aspecto imperial de um aparato hierárquico coletor de tributos (MWS, 2011, Vol. 3, p. 185-186). A nobreza ficou liberada para se dedicar à exploração capitalista das suas terras, aproveitando as oportunidades do mercado mundial. Ademais, Catarina implantou novas obrigações aos servos, aumentando a opressão da força de trabalho e favorecendo o modelo exportador de produtos primários que a Rússia acabou adotando. Em 1766, a Rússia assina um tratado comercial com os britânicos estabelecendo baixas tarifas na exportação de produtos primários essenciais às indústrias britânicas (MWS, 2011, Vol. 3, p. 186). O caminho para a política de livre comércio estava aberto.

Os efeitos negativos à economia logo vieram, e a Rússia tentou modificar os termos da sua relação com o Reino Unido no início do século XIX (MWS, 2011, Vol. 3, p. 186). Contudo, a neutralidade britânica era necessária para o sucesso da política militar expansionista que os russos adotaram na região do oriente médio e do sudeste europeu. No fim, os russos não

puderam se desenvencilhar dos britânicos e isso selou sua incorporação em condição periférica na economia-mundo. Entretanto, o poder militar e a influência geopolítica nas vizinhanças europeias associados a algumas medidas protetivas da indústria nacional puderam garantir a ascensão futura da Rússia à condição semiperiférica no início do século XX.

Como afirma WALLERSTEIN:

Russia was caught between and bound by her attempts to consolidate her domain and influence in southeastern Europe, the Black Sea, and the Caucasus region on the one hand and to carve out a stronger position vis-a-vis western Europe on the other. To do the former, she sacrificed the latter, and thus was incorporated into the capitalist world-economy in ways that guaranteed and promoted the famous "backwardness" of which later authors would write. But Russia still enjoyed a less weak interstate position than other incorporated zones, and this fact would result eventually in her ability to pursue the Russian Revolution (MWS, 2011, Vol. 3, p. 187).

O caso da Rússia traz ainda outra lição. Os russos, seguindo sua tradição imperial, consideraram que o caminho para o poder estatal passava pela exuberância territorial e pelo poderio militar. Todavia, em uma economia-mundo, realmente forte é o Estado que se apropria de maior porção do capital acumulado, e para tanto, outro tipo de política comercial e econômica deveria ter sido adotada pela Rússia. Abrir seu mercado interno ao comércio com as potências europeias, cujas vantagens comparativas na indústria já estavam consolidadas, gerou um efeito desarticulador de processos produtivos nacionais mais lucrativos, tais como o da indústria têxtil¹⁵⁴, célebre polo de acumulação de capital naquela época. A consequência foi a decadência da Rússia no século XIX.

Por conseguinte, a incorporação de novas áreas à economia-mundo no período de 1750-1850 trouxe valorosas lições para a compreensão da realidade do Estado modernos nas regiões periféricas. O próprio movimento da vida econômica, impulsionado pela divisão única do trabalho e pelos fluxos do comércio internacional, alteraram a feição dos aparatos estatais existentes nessas áreas, enfraquecendo-os externamente e fortalecendo-os internamente, a fim de

¹⁵⁴ Os processos produtivos de centro, nos quais há alta lucratividade e baixa concorrência, modificam-se periodicamente tornando-se processos produtivos periféricos. O caso da indústria têxtil é um bom exemplo. Com as inovações da grande indústria, a produção têxtil britânica obteve enorme eficiência, conseguindo vencer a competição contra qualquer concorrente. Nessas condições, há grande lucratividade e alta concentração de capital. Com o tempo, os meios produtivos são copiados, a vantagem desaparece, a concorrência aumenta e as margens de lucro caem. Nessas situações, os investimentos capitalistas buscam novos produtos ou modos de produção. Já em fins do século XIX e início do século XX, a lucratividade sai dos têxteis e vai para os bens de produção utilizados na indústria têxtil, para a infraestrutura de transportes, especialmente ferroviária, entre outros. No século XX, quando as nações subdesenvolvidas buscaram o desenvolvimento econômico pelo caminho da industrialização, elas perceberam que a alta lucratividade não estava mais nos produtos industrializados em si, mas nas máquinas e insumos mecanizados de alta tecnologia (bens de capital) utilizados no processo produtivo e que eram produzidos apenas por alguns países da região central. Nos dias atuais, por exemplo, a alta lucratividade passou ao setor da tecnologia da informação, aeronáutica, engenharia genética, indústria farmacêutica e outros em que há pouca concorrência e que exigem alta incorporação de capital, apenas disponível para as nações mais ricas. Por isso é tão difícil reverter a condição periférica de várias regiões do mundo (WSA, 2004, p. 28-30).

criar uma “ordem favorável” ao funcionamento dos processos de acumulação capitalista (MWS, 2011, Vol. 3, p. 188-189). Mesmo que os Estados na periferia consigam financiar seus aparatos estatais e governar internamente, o uso desses aparatos está sob a pressão permanente do sistema interestatal, impedindo destinações prejudiciais à acumulação capitalista.

Na prática, é incomum a “rebeldia” dos Estados periféricos em face do sistema interestatal, pois a elite dirigente que se estabelece nas hierarquias sociais desses países mantém seus interesses alinhados ao de grandes grupos capitalistas estrangeiros e impede determinadas reformas internas tendentes a modificar o papel do Estado no sistema-mundo. Em razão disso, é muito comum haver rupturas na ordem institucional dos Estados periféricos¹⁵⁵, pois a tentativa de grupos oprimidos de modificar os rumos da política nacional é rapidamente remediada pela elite nacional com o apoio dos Estados centrais. A epidemia de golpes militares na América do Sul, na segunda metade do século XX, insere-se nesse movimento mais abrangente da economia-mundo. Ademais, como a acumulação de capital nas zonas periféricas é menor, o aparato estatal acaba se tornando o principal *locus* de acumulação de riqueza pela via da intervenção política mais direta nos processos econômicos ou por meio do poder de tributar (WSA, 2004 p. 53). A elite, portanto, está constantemente se alojando nos aparatos estatais desses países, e o conflito intraelite ou a sublevação das classes “perigosas” acabam provocando rupturas institucionais ou até guerras civis (WSA, 2004 p. 53-54).

A descolonização da América, cujos eventos se desdobram entre 1763-1833, confirma essa realidade dos Estados periféricos. O principal fator propiciador da independência da grande maioria das colônias americanas, nesse momento histórico, foi a ascensão britânica à condição de poder hegemônico, confirmada em 1815 (MWS, 2011, Vol. 3, p. 226-227). Isso se deu em

¹⁵⁵ Sobre a situação política e institucional dos Estados periféricos, vale citar essa passagem de WALLERSTEIN, que apesar de extensa, é bastante elucidativa: “The weaker the state, the less wealth can be accumulated through economically productive activities. This consequently makes the state machinery itself a prime locus, perhaps the prime locus, of wealth accumulation through larceny and bribery, at high and low levels. It is not that this does not occur in strong states-it does-but that in weak states it becomes the preferred means of capital accumulation, which in turn weakens the ability of the state to perform its other tasks. When the state machinery becomes the main mode of capital accumulation, all sense of regular transfer of office to successors becomes remote, which leads to wildly falsified elections (if any are held at all) and rambunctious transfers of power, which in turn necessarily expands the political role of the military. States are, in theory, the only legitimate users of violence and should possess the monopoly of its use. The police and military are the prime vehicle of this monopoly, and in theory are merely instruments of state authorities. In practice, this monopoly is diluted, and the weaker the state, the more it is diluted. As a result, it is very difficult for political leaders to maintain effective control of the country, and this in turn increases the temptation for the military to take control of the executive directly whenever a regime seems unable to guarantee internal security. What is crucial to note is that these phenomena are not the result of wrong policies but of the endemic weakness of state structures in zones where the large majority of production processes are peripheral and are therefore weak sources of capital accumulation. In states that have raw materials which are very lucrative on the world market (such as oil), the income available to the states is essentially rent, and here too the actual control of the machinery guarantees that much of the rent can be siphoned off into private hands. It is no accident then that such states fall frequently into situations in which the military assumes direct rule” (WSA, 2004, p. 53).

razão da descolonização ter sido conduzida pelos colonos europeus e em benefício destes, com exclusão das populações nativo-americana e negra (MWS, 2011, Vol. 3, p. 193). Nesse processo, os vínculos comerciais existentes entre os colonos europeus e o novo poder hegemônico foram definidores para o desenlace com as metrópoles ibéricas, sem maiores danos aos interesses econômicos da elite colonial na economia-mundo.

Partindo de uma visão sistêmica, WALLERSTEIN entende que os fatos essenciais que fixaram irresistivelmente o movimento de independência ocorreram no período de 1763-1783. Nessas duas décadas, ocorre a independência das Treze Colônias, cujo desfecho selou a mudança da política inglesa em relação à questão colonial. A perda da principal colônia continental britânica não gerou maiores prejuízos à economia do Reino Unido, pois, cessadas as animosidades da guerra de independência, as relações comerciais previamente existentes falaram mais forte e a dependência econômica dos norte-americanos em relação aos britânicos fez reestabelecer os vínculos entre os dois países (MWS, 2011, Vol. 3, p. 228-229). No fim, o Reino Unido acabou se beneficiando, pois se livrou do fardo fiscal da administração colonial sem perder as vantagens econômicas das relações comerciais. O caminho para os britânicos apoiarem abertamente a independência das colônias espanholas, portuguesas e francesas estava aberto, porém eles apenas tomaram essa postura depois das guerras revolucionárias em um momento em que a hegemonia britânica no sistema interestatal era mais evidente (MWS, 2011, Vol. 4, p. 54).

Outro fato importante desse período foi o recrudescimento da política colonial das metrópoles europeias, que realizaram inúmeras reformas administrativas para aprimorar a fiscalização dos regulamentos coloniais e promover o aumento de tributos (MWS, 2011, Vol. 3, p. 214). Os colonos europeus se desagradaram profundamente, pois eles estavam acostumados com certa liberdade em razão da negligência contumaz das metrópoles na imposição do pacto colonial (MWS, 2011, Vol. 3, p. 214). Ocorre, portanto, um embate sério entre os interesses dos colonos europeus e os de suas metrópoles, gerando uma insatisfação generalizada na população colonial (MWS, 2011, Vol. 3, p. 215).

Esse cenário de descontentamento das elites coloniais somado à mudança da política colonial britânica, que passou a favorecer os movimentos de independência, tornou o processo irreversível. No período de 1783-1833, há o desdobramento de um padrão cujas linhas gerais foram fixadas anteriormente, resultando na formação de Estados independentes em praticamente toda a América (MWS, 2011, Vol. 3, p. 226-227).

Como resume WALLERSTEIN:

Why this [the concretization of the independence of American colonies in the period of 1783-1833] was so probably lies less in the heroics of some devotion to "liberty" on the part of the settlers or in some "errors" of judgment of the metropolitan powers—

two favorite lines of argument—as in the cumulation of successive evaluations of costs and benefits (on all sides) in the context of the newly emerging British world order. This was not all cool calculation, to be sure. Once launched, the settler thrust for independence would build its own momentum which led to results that often went beyond narrower calculations of collective interests. The final outcome was beneficial in different ways simultaneously to the British and to the settlers in the Americas, both north and south. Of course, the degree and quality of the benefits varied. The principal losers were the Iberian states and the non-White populations of the Americas (MWS, 2011, Vol. 3, p. 226-227).

Assim, em razão de uma condição conjuntural da economia-mundo aliada às oportunidades históricas da desorganização europeia causada pelas guerras napoleônicas (e.g., invasão da Espanha, fuga da família real portuguesa), os colonos europeus consideraram mais benéfico se desligarem de suas metrópoles nesse período, assumindo a dianteira do movimento de independência e não permitindo que as populações não brancas (indígenas, negros e mulatos) participassem do movimento e viessem a exigir, futuramente, mudanças políticas contrárias ao *status quo*: “Once the process of disintegration of the Spanish empire started, many Creoles who formerly were skeptical of independence felt obliged to jump on the bandwagon, not primarily in order to take power from the Spanish but, above all, to prevent the pardos from taking it” (MWS, 2011, Vol. 3, p. 252-253).

Os impactos da formação de Estados independentes na América foram bem reduzidos para os processos vigentes de acumulação de capital da economia-mundo. A elite que passou a dirigir os novos aparatos estatais estava totalmente alinhada com os interesses do poder hegemônico (Reino Unido), formando uma estabilidade política favorável à ordem capitalista. Como assevera WALLERSTEIN: “The de facto long-term alliance of those who gained was the one that provided the most immediate political stability to the world-system, and was, therefore, optimal for the worldwide accumulation of capital” (MWS, 2011, Vol. 3, p. 227).

Os novos Estados nas regiões periféricas da América se assemelharam, portanto, àqueles formados nas zonas incorporadas: construíram um aparato estatal atuante apenas internamente, mas submisso aos interesses dos Estados centrais, sobretudo da Grã-Bretanha. No sistema interestatal, os Estados americanos continuaram em posição fraca, caindo na esfera de influência britânica, seguida pelos Estados Unidos da América, que lograram alcançar a posição semiperiférica ascendente em razão de condições peculiares à sua colonização e às suas relações comerciais prévias com as metrópoles europeias e com as demais colônias americanas, especialmente as do Caribe (MWS, 2011, Vol. 3, p. 255; Vol. 2, p. 236-240). Depois de terminada a hegemonia britânica, no fim do século XIX, e tendo os Estados Unidos da América já alcançado a posição de centro, os demais Estados americanos caem inteiramente na malha fina da política

externa estadunidense, permanecendo na sua condição periférica, confirmada ao longo de todo o século XX.

Apenas uma colônia americana não seguiu o movimento de independência em exclusivo benefício dos colonos europeus: o Haiti, cujo desfecho confirma a força coercitiva do sistema interestatal e a dificuldade de se modificar o papel de cada zona na divisão única do trabalho.

No Haiti, houve uma ruptura entre os elementos da elite acerca da direção a ser tomada no movimento de independência. Os colonos brancos queriam a autonomia colonial e o reconhecimento jurídico de que as populações negra ou mulata, mesmo que livre, permanecessem excluídas politicamente, isto é, na prática, a supremacia branca (MWS, 2011, Vol. 3, p. 240-241). Os mulatos ricos (*free colored*), por sua vez, queriam o reconhecimento do seu *status* de cidadão e a participação na administração colonial. Em 1790, a Assembleia Constituinte francesa deu razão aos mulatos, assegurando direitos individuais a toda a população livre, brancos e não brancos (MWS, 2011, Vol. 3, p. 241). Os colonos brancos na ilha reagiram prendendo e executando um líder dos mulatos. Em 1791, estoura uma revolução da população negra da colônia, temerosa da conquista da independência pelos colonos brancos. Assim, ocorre um conflito racial em três frentes (MWS, 2011, Vol. 3, p. 241-242). A revolta negra foi bem-sucedida e conseguiu instaurar uma República negra em parte da ilha. O Reino Unido empreendeu uma intervenção militar e a França tentou recolonizar a ilha, ambos sem sucesso (MWS, 2011, Vol. 3, p. 242-244). No fim, a República do Haiti não pôde ser suprimida e tornou-se o lugar da primeira revolta negra bem-sucedida na história do sistema-mundo moderno.

O resultado da independência do Haiti foi a rejeição do novo Estado pelo sistema interestatal. Reino Unido, França e Estados Unidos impuseram longos bloqueios comerciais ao Haiti e o país entra em severa decadência, cujas marcas permanecem até hoje. Assim, a única exceção ao movimento sistêmico de independência das colônias americanas, o Haiti, pagou o preço do ostracismo (MWS, 2011, Vol. 3, p. 255). A subversão das hierarquias sociais levada a cabo durante a Revolução do Haiti extrapolou a tolerância dos Estados modernos europeus. Às últimas consequências, a independência do Haiti tinha o potencial de ameaçar as próprias bases do sistema-mundo moderno. A igualdade racial foi aceita, muito parcialmente, ao menos um século depois e, ainda hoje é questionável se isso gerou os efeitos práticos esperados.

Por conseguinte, o caso do Haiti revela como é difícil alterar os destinos de um país periférico sem conduzi-lo ao ostracismo político ou econômico. A força coercitiva do sistema interestatal tem sido avassaladora na preservação das hierarquias de poder entre os Estados. Tomando por base as teses de WALLERSTEIN, que tem uma visão a partir da longa duração para

abarcando a lógica de conjunto do sistema-mundo moderno¹⁵⁶, é fácil concluir que os Estados periféricos apresentam severas limitações em várias frentes e sua capacidade de realizar o projeto político das recentes constituições democráticas é bastante restrita.

¹⁵⁶ Que pode ser sintetizada da seguinte forma: “The new system was to be the one that has predominated ever since, a capitalist world-economy whose core-states were to be intertwined in a state of constant economic and military tension, competing for the privilege of exploiting (and weakening the state machineries of) peripheral areas, and permitting certain entities to play a specialized, intermediary role as semiperipheral powers” (MWS, 2011, Vol. 1, p. 196-197).

CAPÍTULO 4 – O ESTADO: SÉC. XIX-XX¹⁵⁷

4.1 A Revolução Francesa: evento-mundo histórico

O Estado moderno é uma realidade de mais de cinco séculos e sua história revela muitas permanências e alguns divisores de água. O mais importante deles foi, sem dúvida, a Revolução Francesa. Não tanto pelas consequências imediatas na França ou mesmo na Europa, mas pelo redirecionamento ideológico promovido no sistema-mundo moderno como um todo.

Nas vésperas da queda da Bastilha, a economia-mundo capitalista europeia já completava mais de trezentos anos de existência como um sistema social histórico. As realidades fundamentais da economia e da política já haviam sido profundamente alteradas em marcante ruptura com os sistemas sociais anteriores. Apesar de todas as mudanças pós-século XVI, a moldura cultural-ideológica continuava ainda preponderantemente feudal. Diante disso, uma das consequências da Revolução Francesa foi renovar por completo e em definitivo a roupagem das ideologias que revestiam, na aparência, uma realidade social essencialmente capitalista (MWS, 2011, Vol. 3, p. 111). O século XIX contemplou, nesse sentido, o despertar de um turbilhão de ideias e movimentos políticos, em meio aos quais a figura mais visada foi, inquestionavelmente, a do Estado moderno.

Em razão desse impacto sem precedentes da Revolução Francesa na história do sistema-mundo moderno, WALLERSTEIN a qualifica como evento-mundo histórico, apreciando-a a partir da longa duração e a situando na moldura espacial alargada da economia-mundo (ICS¹⁵⁸, 2006, p. 15-16). Para se averiguar, todavia, o impacto sistêmico desse “evento” é necessário se debruçar sobre as principais interpretações teóricas construídas em torno da Revolução Francesa, contrastando-as com a visão de WALLERSTEIN e as consequências que ela traz.

A escola da interpretação social, que elaborou a tese clássica acerca da Revolução Francesa, considera esse acontecimento como uma revolução da burguesia contra a aristocracia e a ordem feudal na França (MWS, 2011, Vol. 3, p. 34-38). Nesse sentido, 1789 está inserido no

¹⁵⁷ A fixação temporal séc. XIX-XX não coincide inteiramente com a dimensão cronológica, mas foca em continuidades e rupturas históricas. Nesse sentido, o ano em que se inicia a Revolução Francesa (1789) marca uma segunda fase na história do Estado moderno e do sistema-mundo na sua totalidade. Da mesma forma, não incluímos o século XXI, que cronologicamente já completa quase duas décadas. Isso se dá pelo fato de as tendências centrais do século XX, no qual se inicia a crise final do sistema-mundo moderno, não terem atingido um desfecho. Os debates em torno do Estado e da política que se travam atualmente ainda utilizam a linguagem e estão jungidos aos limites ideológicos do séc. XIX-XX. Ainda não se pôde visualizar uma verdadeira transição histórica para o século XXI.

¹⁵⁸ Abreviatura da obra: *Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do século XIX* (2006).

mesmo grupo das Revoluções Holandesa (séc. XVI), Inglesa (séc. XVII) e Americana (séc. XVIII), como adventícias do poder político da burguesia e da fundação do Estado liberal, efetuando a transição do feudalismo para o capitalismo (MWS, 2011, Vol. 3, p. 34). Os embates políticos ocorridos a partir de 1789 são interpretados como uma oposição entre a burguesia e o povo contra o monarca e a aristocracia. A participação popular é vista como complementar e coincidente aos ímpetus burgueses, mesmo que ao final, o povo tenha se beneficiado muito pouco (MWS, 2011, Vol. 3, p. 35). Essa escola de pensamento interpreta o 10 de agosto de 1792, que conduziu os Jacobinos ao poder e culminou na fase do Terror, como uma “segunda” revolução que aprofundou os ímpetus liberais burgueses em direção à uma república democrática e popular (ICS, 2006, p. 16). A reação termidoriana em 1794/1795 foi o redirecionamento da revolução aos seus propósitos originalmente burgueses, contendo os excessos democráticos.

Essa visão clássica sofreu pesada crítica a partir de 1950, surgindo várias teses revisionistas. As mais notórias, encabeçadas por ALFRED COBBAN e FRANÇOIS FURET, lançam um olhar cético quanto ao caráter burguês da revolução. Para eles, a França do século XVIII não era mais um país feudal em que prevalecia a aristocracia ligada à terra (MWS, 2011, Vol. 3, p. 40). Burgueses e aristocratas atuavam, ambos, a partir de uma lógica capitalista e mercadológica. O que os diferenciava não era seu papel econômico ou sua participação política, que era equivalente, mas a vida social distinta. Em outras palavras, não foi um antagonismo de classe que provocou a Revolução Francesa (MWS, 2011, Vol. 3, p. 43).

Para essa escola revisionista, a Revolução Francesa foi uma revolução liberal, e não burguesa (MWS, 2011, Vol. 3, p. 44). O intento revolucionário se direcionou contra o despotismo do *Ancien Régime*, e não contra o feudalismo ou a aristocracia (ICS, 2006, p. 16). Nessa ordem de ideias, a fase do Terror constituiu um desvio da revolução, trazendo de volta uma forma pior de despotismo (ICS, 2006, p. 16). Assim, para essa escola revisionista, o saldo final da revolução foi negativo, no que tange ao aprofundamento da ordem liberal. Ademais, esses teóricos consideram que a Revolução Francesa é o desfecho de uma revolução liberal que percorreu todo o século XVIII, alcançando, portanto, um período mais largo (MWS, 2011, Vol. 3, p. 44).

Na visão de WALLERSTEIN, ambas as interpretações partem de uma premissa similar: “um modelo de história centrado no desenvolvimento e que supõe que as unidades que se desenvolvem são Estados” (ICS, 2006, p. 16). Por isso, os eventos são interpretados como um acontecimento da história da França, trazendo impactos no desenvolvimento deste país. A atenção dada à questão do feudalismo e sua transição ao capitalismo partem dessa lógica.

Como já visto, a proposta da análise dos sistema-mundo é bem diversa: a realidade social é una e se passa no nível do sistema histórico. No caso em questão, a Revolução Francesa é um acontecimento interno à história da economia-mundo capitalista europeia, e deve ser entendida a partir desse contexto.

Partindo das premissas da análise dos sistema-mundo, WALLERSTEIN entende que um “evento” como a Revolução Francesa não pode ser explicado, ao nível das causas, tomando por base o tempo curto (*événementielle*) ou mesmo o tempo longo (*la longue durée*). Suas consequências podem ser sopesadas na longa duração, mas suas causas apenas ficam visíveis em um olhar mais aproximado. Afirma ele:

A major event is the result of a conjuncture (in the English sense of the word, meaning a joining point), of *conjunctures* (in the French sense, that is, of intermediate-length cyclical phases), and the event may be called major because of its consequences more than because of its causes. In this sense, the French Revolution is without doubt a "major event" of the modern world (MWS, 2011, Vol. 3, p. 93-94, *itálico do autor*).

As *conjunctures* que explicam a deflagração da Revolução são duas: (a) revezes econômicos em razão dos sucessivos anos de más colheitas (impactando sobretudo as classes populares) e dos efeitos desastrosos do *Eden Treaty* – convenção comercial franco-britânica pactuada em 1786 que diminuiu as barreiras alfandegárias do comércio bilateral, afetando gravemente a indústria francesa; (b) agravamento da crise fiscal do Estado francês, que vinha experimentando uma redução progressiva da arrecadação tributária ao longo de todo o séc. XVIII, e teve a solvência da sua dívida pública ameaçada perigosamente pela malsucedida intervenção francesa na Guerra de Independência Americana em 1776/1778 (MWS, 2011, Vol. 3, p. 82-94).

Somado a essas duas ocorrências cíclicas, a elite francesa vinha nutrindo um descontentamento em relação ao Estado francês desde a derrota na Guerra dos Sete Anos em 1763, por considerar que a França estava perdendo a competição intercapitalista para os britânicos (MWS, 2011, Vol. 3, p. 73). Na realidade, não havia grande disparidade econômica entre os dois países nessa época, porém a derrota militar estimulou um olhar pessimista que acabou criando instabilidade política no médio prazo (ICS, 2006, p. 19-20). A convocação dos Estados Gerais em maio de 1789 criou a oportunidade para que os ânimos se insuflassem e a situação política da França se modificasse bruscamente, levando ao descontrolado processo da Revolução.

No nível das consequências do intento revolucionário para as políticas do Estado francês, houve bastante ambiguidade quanto ao seu direcionamento a favor dos interesses da burguesia. Em muitos momentos, a Assembleia Nacional agiu sob pressão popular, editando reformas indesejadas pelos grupos dominantes e que foram posteriormente restringidas (MWS,

2011, Vol. 3, p. 104). Isso se deu em razão do rompimento do equilíbrio de interesses que sustentava o *Ancien Régime*, cuja teia de regulações extremamente complexa intrincava inúmeros grupos divergentes que tinham algum privilégio a proteger (MWS, 2011, Vol. 3, p. 99). Um pequeno desajuste, levaria a graves dissensões. Tendo a Assembleia dos Estados Gerais saído do controle, a situação rapidamente se degradou e os resultados foram muito imprevisíveis. O momento deu vazio às insatisfações populares acumuladas e constituíram uma força popular paralela e praticamente independente¹⁵⁹, correndo ao lado dos interesses da burguesia e da nobreza (MWS, 2011, Vol. 3, p. 102). Nesse contexto de desordem social, não é possível atribuir rótulos aos grupos e tentar interpretar a Revolução a partir de uma luta de classes consciente e organizada, em que combatiam aristocratas, burgueses, camponeses e o proletariado urbano (MWS, 2011, Vol. 3, p. 100). Essas categorias foram racionalizadas apenas posteriormente, e mesmo hoje é difícil encontrar qualquer ação política que seja inteiramente coerente com uma consciência de classe.

A política revolucionária, sob o aspecto econômico, promoveu inúmeras reformas, destacando-se as seguintes: (a) parcial abolição de direitos senhoriais e clericais (dízimo) ligados às antigas tradições feudais; (b) permissão para o cercamento e divisão das terras comuns; (c) nacionalização das terras do clero e sua alienação; (d) denúncia do *Eden Treaty* e adoção de barreiras protecionistas em favor da indústria francesa; (e) abolição das tarifas do comércio interno¹⁶⁰ e extinção das guildas (MWS, 2011, Vol. 3, p. 94-100). Sob o aspecto administrativo, a eficiência do aparato estatal francês foi favorecida pela unificação linguística, pela adoção de um Código Civil e pela implantação das *grands écoles* (ICS, 2006, p. 21).

Aparentemente, tais reformas deveriam ter favorecido os propósitos burgueses. Contudo, muitas delas ou foram abolidas em fases posteriores da Revolução ou não foram efetivadas a contento (MWS, 2011, Vol. 3, p. 35-36). Ademais, paralelamente, há um fortalecimento político indesejado das classes populares, de médios e pequenos camponeses a artesãos e trabalhadores urbanos (MWS, 2011, Vol. 3, p. 36). Esse aspecto desfavoreceu os interesses da burguesia e retardou o aprofundamento das práticas capitalistas na França. Do mesmo modo,

¹⁵⁹ Sobre isso, WALLERSTEIN afirma: “Rather than an alliance, there seems to have been from the beginning an independent action of the popular classes, to which the capitalist strata (on whichever side of the political infighting) responded with varying degrees of ferocity or fear”. (MWS, 2011, Vol. 3, p. 102).

¹⁶⁰ Em razão da grande extensão geográfica da França, das disparidades de interesses econômicos e dos arranjos de *tax farming* conforme as regiões, o Estado francês nunca conseguiu criar um ambiente de livre comércio interno que alcançasse todo o seu território. Uma zona livre de tarifas foi estabelecida por COLBERT, no fim do séc. XVII, no território das *Five Great Farms*, que abrangia a região centro-norte do país, em torno da capital Paris, com dimensão territorial equivalente ao território da Inglaterra (MWS, 2011, Vol. 2, p. 118). O comércio que cruzasse as fronteiras dessa zona estava sujeito a tarifas. Essa situação dificultava a unificação do mercado nacional francês, constituindo um dos motivos de insatisfação que conduziu à Revolução (ICS, 2006, p. 21).

na questão feudal/aristocrática, as mudanças empreendidas não alteraram a situação da burguesia francesa que continuou buscando, depois de 1815, a aquisição de títulos de nobreza como forma de ascensão política e reconhecimento social (MWS, 2011, Vol. 3, p. 51).

No que tange à rivalidade franco-britânica pela hegemonia do sistema-mundo, a Revolução Francesa selou a derrota francesa, criando as desvantagens que fez com que a Grã-Bretanha largasse na frente incontestada a partir de 1815. Como afirma WALLERSTEIN:

Da perspectiva estritamente relacional da luta franco-britânica no sistema interestatal, a Revolução Francesa foi um desastre. Longe de permitir a recuperação final da derrota de 1763, a Revolução fez que a França fosse derrotada militarmente de modo mais definitivo em 1815 do que em qualquer outra época, porque dessa vez a derrota foi em terra, onde residia o poderio militar francês. E longe de permitir que a França superasse o hiato econômico antes amplamente fictício com relação à Grã-Bretanha, as guerras criaram pela primeira vez esse hiato. Em 1815, ao contrário do que ocorrera em 1789, cabia dizer que a Grã-Bretanha tinha com relação à França uma relevante liderança em termo de “eficiência” na produção de bens para os mercados mundiais (ICS, 2006, p. 20)¹⁶¹.

Assim, em razão das consequências deletérias da Revolução aos propósitos burgueses, WALLERSTEIN não julga coerente classificá-la de “revolução burguesa” como uma forma de demarcar uma fase dita “feudal” de outra “capitalista” na história da França. Esse expediente interpretativo da tese clássica não se coaduna com a moldura metodológica da análise dos sistemas-mundo, além de apresentar inconsistências empíricas já refutadas pelas teses revisionistas (MWS, 2011, Vol. 3, p. 38). Uma das motivações subliminares da tese clássica é explicar o sucesso da Grã-Bretanha e o fracasso da França no século XIX no grande movimento da industrialização, já que a “revolução burguesa” da França teria ocorrido mais de um século depois que a “revolução burguesa” da Inglaterra (1640-1689). Deste modo, a burguesia inglesa teve mais tempo para preparar outra “revolução”, a industrial, lançando seu país na dianteira do capitalismo mundial¹⁶² (MWS, 2011, Vol. 3, p. 53). Essa visão parcelar da realidade social por Estados é refutada pela análise dos sistemas-mundo (cf. item 1.5.3.1 *supra*).

Igualmente, WALLERSTEIN não considera que a Revolução Francesa tenha sido uma revolução liberal. Para esse autor, a ideologia do liberalismo surgiu apenas posteriormente, em razão das restaurações das monarquias europeias e do sopro reacionário que as acompanhou de 1815 a 1830 (MWS, 2011, Vol. 4, p. 02; e Cap. 2).

¹⁶¹ Conforme tradução em língua portuguesa feita por Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves, na obra *Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do século XIX*, publicada em 2006 pela editora Ideias & Letras.

¹⁶² Sobre isso afirma WALLERSTEIN: “The concept of the bourgeois revolution serves ultimately the same function as the concept of the industrial revolution. The latter purports to explain why Great Britain captured a disproportionate amount of world surplus in this particular period, particularly vis-a-vis its chief rival, France. The concept of the bourgeois revolution explains the same phenomenon, using French rather than British data. It tells us why France lost out. France had its ‘bourgeois revolution’ more than a century later than Great Britain, and a ‘bourgeois revolution’ is presumed to be the prerequisite to an ‘industrial revolution’” (MWS, 2011, Vol. 3, p. 53).

Então, o que foi a Revolução Francesa na visão de WALLERSTEIN?

The French Revolution was three things, three very different things, but all three deeply intermeshed. **First**, it was a relatively conscious attempt by a diverse group of the ruling capitalist strata to force through urgently needed reforms of the French state in light of the perceived British leap forward to hegemonic status in the world-economy. As such, it continued under Napoleon, and while the reforms were achieved, the objective of preventing British hegemony was not. Indeed, the French revolutionary process probably increased, as we shall see, the British lead. **Second**, the Revolution created the circumstances of a breakdown of public order sufficient to give rise to the first significant antisystemic (that is, anti-capitalist) movement in the history of the modern world-system, that of the French "popular masses." As such, it was, of course, a failure, but as such it has been the spiritual basis of all subsequent antisystemic movements. This is so not because the French Revolution was a bourgeois revolution but precisely because it was not. **Third**, the Revolution provided the needed shock to the modern world-system as a whole to bring the cultural—ideological sphere at last into line with the economic and political reality. The first centuries of the capitalist world-economy were lived largely within "feudal" ideological clothes. This is neither anomalous nor unexpected. This sort of lag is normal and indeed structurally necessary. But it couldn't go on forever and the French Revolution, which in this sense was only one part (but the key part) of the "world revolution of the West," marked the moment when feudal ideology would at last crumble (MWS, 2011, Vol. 3, p. 111, *negrito nosso*).

Em outras palavras, a Revolução Francesa esteve inserida no contexto da rivalidade franco-britânica, iniciada em meados do século XVII e que se desdobrou em várias etapas, com embates mais diretos a partir de 1689 (e.g., Guerra dos Nove Anos, 1689-1697; Guerra de Sucessão Espanhola, 1701-1714; Guerra de Sucessão Austríaca, 1740-1748; Guerra dos Sete Anos, 1756-1763) (MWS, 2011, Vol. 2, Cap. 6). As guerras revolucionárias (1792-1815) foram o último ato desesperado da elite francesa intentando superar a Grã-Bretanha na competição intercapitalista pela hegemonia do sistema-mundo. E, nesse sentido, pouco importa se os elementos da elite se identificavam por burgueses ou aristocratas, categorias mais sociojurídicas do que econômicas. Ambas tinham orientação capitalista e não feudal. O resultado da tentativa francesa foi o inverso do esperado, como já visto.

Paralelamente, os distúrbios políticos criaram um cenário favorável à irrupção do primeiro movimento antissistêmico expressivo da história do sistema-mundo moderno. As forças populares não se aliaram aos burgueses, mas agiram de forma independente em várias frentes, com destaque para as revoltas camponesas e a atuação dos *sans-culotte* em Paris (MWS, 2011, Vol. 3, p. 102 e ss.). Isso levou à radicalização da Revolução, com a implantação de políticas amplamente contrárias aos interesses burgueses, posteriormente revertidas. Por isso, foi um movimento antissistêmico malsucedido, porém que sustentou o imaginário de todas as lutas posteriores por liberdade e igualdade.

E, por fim, em razão de toda ebulição política causada pela Revolução, a moldura ideológico-cultural feudal foi finalmente superada e substituída pelas ideologias do século XIX, mais consentâneas com a base econômica e política já profundamente alteradas da economia-

mundo capitalista europeia. Outros movimentos de conteúdo similar já tinham ocorrido na história do sistema-mundo, tais como a Revolução Inglesa e a Americana. O que deu centralidade à Revolução Francesa foi a posição continental da França e sua condição de Estado central (na divisão única do trabalho), além da expansão do processo revolucionário pela atuação bélica de Napoleão (MWS, 2011, Vol. 3, p. 94). Isso fez chacoalhar os ânimos europeus e marcou irremediavelmente os destinos da política, na França e fora dela. Por conseguinte, a Revolução Francesa abriu um novo capítulo na história do sistema-mundo moderno, produzindo sérios impactos nos destinos do Estado moderno e da acumulação capitalista.

4.2 O liberalismo centrista: a formação da geocultura

Considerando os propósitos políticos conscientes dos diversos grupos envolvidos na Revolução Francesa, especialmente das forças populares, o resultado geral do período 1789-1815 não foi muito positivo. Seja para burgueses, aristocratas ou para as classes populares, o movimento revolucionário não trouxe grandes benefícios. Ainda assim, o impacto da Revolução na história do sistema-mundo moderno foi enorme. Isso se deu em razão de duas consequências imprevistas.

Primeiro, a participação política ativa de diversas classes promovendo profundas mudanças no cenário político, mesmo que sem real sustentação a médio e longo prazo, pôs fim ao mito de que a mudança política não era algo normal, mas extraordinário e muitas vezes indesejado (MWS, 2011, Vol. 4, p. 01; ICS, 2006, p. 23-24). A ordem política pré-1789 era justificada por razões divinas ou transcendentais, ou fundada em um direito natural imutável, insuscetíveis de modificação por ação dos súditos. A filosofia política moderna esforçou-se para dar base racional e, ao mesmo tempo, transcendente a fim de legitimar as monarquias absolutas ou o poder de um órgão parlamentar composto por nobres. A Revolução Francesa demonstrou que a ordem política pertence ao homem, é feita por ele, tem justificativas imanentes e pode ser modificada como um fenômeno normal (MWS, 2011, Vol. 4, p. 01; EW¹⁶³, 2002, p. 418; ICS, 2006, p. 23-24; WSA, 2004, p. 60). Mudar os rumos da política passou a ser algo absolutamente habitual e ordinário no mundo pós-1789. Essa nova crença já havia sido ventilada em movimentos políticos anteriores, porém se espalhou em todo o espaço da economia-mundo apenas depois da Revolução Francesa, graças à desordem geopolítica por ela causada e à centralidade da França no sistema interestatal.

¹⁶³ Abreviatura da obra: *The Essential Wallerstein*, coletânea de artigos do autor publicados no ano 2000.

Segundo, o fundamento da soberania do Estado se deslocou da figura do monarca e passou a um sujeito mais indefinido: o povo (MWS, 2011, Vol. 4, p. 01 e p. 11; EW, 2000, p. 418; WSA, 2004, p. 60). O conceito de soberania popular, que já tinha sido objeto da especulação dos filósofos iluministas, especialmente, de ROUSSEAU, passou a residir na consciência comum, como uma ideia adquirida pela coletividade (MWS, 2011, Vol. 4, p. 11). Naturalmente, isso não se deu de forma tão brusca quanto a ação de uma lâmina das guilhotinas jacobinas, mas se tornou um movimento irreversível de expansão e vulgarização (EW, 2000, p. 418). Por mais que os dirigentes políticos quisessem dizer o contrário, era como tentar conter o ar com as mãos. A memória da Revolução passou ao imaginário coletivo do povo francês e não-francês. A vontade do povo não podia mais ser ignorada, sem maiores consequências. Todavia, ela podia ser ludibriada. Conforme afirma WALLERSTEIN:

(...) the fundamental political problem that Great Britain, France, and the world-system had to face in 1815, and from then on, was how to reconcile the demands of those who would insist on implementing the concept of popular sovereignty exercising the normality of change with the desire of the notables, both within each state and in the world-system as a whole, to maintain themselves in power and to ensure their continuing ability to accumulate capital endlessly (MWS, 2011, Vol. 4, p. 01).

Para conter ideias perigosas, que agora poderiam mudar as estruturas da vida política, o sistema-mundo moderno passou a ter necessidade de uma cultura legitimadora, uma geocultura: “a term coined by analogy with geopolitics; it refers to norms and modes of discourse that are widely accepted as legitimate within the world-system” (WSA, 2004, p. 93). Os debates que produziram a geocultura do capitalismo histórico se situaram em três instituições elaboradas no século XIX como formas de lidar com a normalidade da mudança política. São elas: as ideologias políticas, as ciências sociais e os movimentos antissistêmicos (WSA, 2004, p. 60; ICS, 2006, p. 25). A que mais interessa aqui para a compreensão dos impactos à realidade do Estado moderno pós-1789 é o nascimento das ideologias políticas. Contudo, vale fazer breves apontamentos sobre as outras duas e como todas as três se relacionam entre si.

As ciências sociais, como empreendimento autônomo e coletivo, surgem apenas no século XIX. Antes disso, a história conheceu muitos pensadores sociais e filósofos que produziram obras memoráveis, especialmente no século XVIII. Contudo, isso não ocorreu no seio de uma estrutura institucionalizada, dotada de financiamento próprio e que se mantinha estável, independentemente das personalidades que por ela passavam (ICS, 2006, p. 27-28).

Houve muitos conflitos acerca do direcionamento a ser tomado pelas ciências sociais no seu intento de compreender a realidade social. Os contendores principais se dividiam entre os que optavam pela adoção do método empírico das ciências naturais, que estava em franca evolução nesse período como sustentáculo da revolução da técnica no setor produtivo, e os grupos

ligados às humanidades (filosofia, artes), mais fortemente vinculados à antiga estrutura universitária (WSA, 2004, p. 74). Para o Estado moderno e para a elite capitalista, controlar as ciências sociais era fundamental, pois lhes daria base teórica para justificar racionalmente as políticas estatais. No fim, acabou prevalecendo o método empírico herdado das ciências naturais com foco na busca da verdade, deixando a apreciação do belo e do bom às humanidades (WSA, 2004, p. 6; OSC, 1996, Cap. 1). No ambiente renovado, cultural e ideologicamente, do pós-1789, coube às ciências sociais “the role (...) to supply the intellectual underpinnings of the moral justifications that were being used to reinforce the mechanisms of operation of the modern world-system” (WSA, 2004, p. 75). A penetração de interesses antissistêmicos no seio das ciências sociais foi convenientemente restringida, mesmo que não inteiramente, preservando-se a ordem favorável ao capitalismo histórico no importante campo das justificativas teóricas acerca da mudança social.

A segunda instituição produzida no século XIX foram os movimentos antissistêmicos. O divisor de águas foi o ano de 1848, o qual testemunhou a chamada Primavera dos Povos e que, coincidentemente, foi o ano da publicação do *Manifesto do Partido Comunista*, obra responsável por redefinir os rumos do pensamento socialista. Os movimentos antissistêmicos são distintos das rebeliões e revoltas que costumeiramente irrompiam na janela dos soberanos. Até esse momento histórico, as manifestações de insatisfação popular eram espontâneas e de curta duração, geralmente associadas à escassez de alimentos ou a crises econômicas (ICS, 2006, p. 30). A proliferação sistêmica da pobreza que o capitalismo histórico produziu nos seus três primeiros séculos de existência não foi recebida pelo povo com hospitalidade. Nenhuma teoria política legitimadora das hierarquias sociais tem a força de conter a revolta de um estômago vazio. Contudo, antes do século XIX, não havia uma institucionalização da luta política por parte das classes oprimidas, justamente porque a mudança política era algo incomum e difícil de se operar. A Revolução Francesa mudou esse cenário e a intolerância do movimento de restauração dos regimes autocráticos depois de 1815 acirrou os ânimos, conduzindo a 1848.

A despeito do memorável fato histórico, a Primavera dos Povos foi eficazmente reprimida e a situação tendeu a se normalizar (MWS, 2011, Vol. 4, p. 159). Todavia, os incipientes movimentos de luta política aprenderam uma lição com 1848: era necessário se organizar institucionalmente para obter conquistas mais duradouras (EW, 2000, p. 419; WSA, 2004, p. 65). Tal a marca que diferencia os movimentos antissistêmicos dos seus antecessores históricos: eles “eram organizações, por vezes organizações com burocracias, que planejavam a política de transformação social; seu horizonte temporal de operação ultrapassava o curto prazo” (ICS, 2006, p. 30).

O mais importante tipo de movimento antissistêmico foi o de trabalhadores, que lutavam por uma relação de trabalho mais justa com maior participação nos excedentes produzidos (WSA, 2004, p. 67). Outra variante foi a dos movimentos nacionalistas de base popular que se formaram em locais com estrutura administrativa estatal muito ampla e não necessariamente ligada aos interesses de determinados grupos étnico-culturais (e.g., algumas regiões do Império Otomano ou do Império Austríaco), dando origem a tendências separatistas (ICS, 2006, p. 30). Os dois tipos, contudo, tinham uma meta prioritária: obter poder no Estado (ICS, 2006, p. 31; WSA, 2004, p. 69). Os primeiros, para realizarem as reformas nas relações de trabalho e na distribuição da riqueza; os segundos, para se emanciparem politicamente.

Essa estratégia pragmática dos movimentos antissistêmicos, de realizarem seus intentos reformistas por meio do Estado, acabou limitando o seu impacto ao nível estatal. Os movimentos socialistas nunca conseguiram formar eficazmente um partido internacional contra o capitalismo, como antevira MARX. Por conseguinte, a capacidade revolucionária desses movimentos ficou, de certa forma, restringida, e seu caráter antissistêmico não foi capaz de alterar a normalidade operacional do sistema-mundo moderno. Apenas as ideologias políticas se institucionalizaram mundialmente, transpondo as restrições impostas pelas fronteiras estatais (ICS, 2006, p. 31). Nesse sentido, foi no nível das ideologias políticas que a geocultura do capitalismo histórico se formou.

As ideologias políticas constituíram a principal resposta à normalidade da mudança política e o conceito de soberania popular que dominaram o cenário dos Estados europeus no século XIX. Elas consistiam em uma metaestratégia de ação política consciente e direcionada a determinados objetivos¹⁶⁴ (MWS, 2011, Vol. 4, p. 1). Elas são mais do que uma visão de mundo (*Weltanschauung*), pois, além de uma lente interpretativa da realidade, propõem uma ação política refletida e intencional em vista de determinados fins previamente racionalizados. Como afirma WALLERSTEIN:

Uma ideologia é uma dessas *Weltanschauungen*, mas tem um caráter deveras especial: foi formulada consciente e coletivamente com objetivos políticos conscientes. Do uso dessa definição de ideologia decorre que esse tipo particular de *Weltanschauungen* só pode ser construído numa situação na qual o discurso público aceitou a normalidade da mudança. Só é preciso formular uma ideologia de modo consciente se se acredita

¹⁶⁴ WALLERSTEIN não utiliza, portanto, o termo “ideologia” no mesmo sentido que MARX e ENGELS (1998), que o restringem à visão particular de mundo da classe burguesa em oposição à visão universal da classe proletária. Tem mais o sentido de programa político elaborado a partir de uma forma (entre várias) de entender a política do século XIX, especialmente quanto ao tema da mudança política normal e da soberania popular. No discurso político, nenhuma delas gostava de ser tachada de “ideologia”, costumeiramente tomada no sentido pejorativo de doutrina fundamentalista e contrária à realidade (AL, 2002, p. 81-82). Contudo, qualquer conjunto organizado de ideias acerca da vida social vocacionado a orientar à prática política é, em verdade, uma ideologia. Se seus contendores atuarão de forma intransigente ou não, já é outra questão.

que a mudança é normal e que, por conseguinte, é útil formular objetivos políticos conscientes de curto prazo (ICS, 2006, p. 25).

A primeira ideologia a se formar foi o conservadorismo, como expressão da reação política iniciada em 1815. Os conservadores eram reacionários às mudanças perpetradas pela Revolução Francesa, considerando-as violadoras da sabedoria das eras e das tradições. O seu foco era contra o que passou a ser chamado de modernidade: “o culto à mudança e ao progresso, a persistente rejeição de tudo o que fosse velho” (AL, 2002, p. 84). Eles pretendiam reverter todas as mudanças levadas a efeito desde 1789 ou tentar minimizar suas consequências tanto quanto possível (MWS, 2011, Vol. 4, p. 3; AL, 2002, p. 84). Os conservadores predominaram no cenário político de 1815 a 1830, tanto na França, com a Restauração de Luís XVIII ao trono, quanto na Grã-Bretanha, que testemunhou uma reação do *Tory Party*¹⁶⁵ no Parlamento (MWS, 2011, Vol. 4, Cap. 2). Nos demais países, especialmente os integrantes da chamada Santa Aliança, o conservadorismo logrou sustentar-se no poder por mais tempo.

Os conservadores responderam à nova doutrina da soberania popular com certa dubiedade, afirmando que o “povo”, em cujas mãos passou a assentar a soberania política, era constituído pelas instituições e grupos sociais tradicionais, tais como a família, a Igreja, as corporações de ofício (guildas) e as ordens tradicionais (MWS, 2011, Vol. 4, p. 12; AL, 2002, p. 88-89). Eram esses atores que tinham o direito de participação política. O objetivo dos conservadores era restringir o conceito de “povo” aos grupos sociais que confeririam continuidade e preservariam as tradições. Eles alertavam quanto ao perigo de se conferir direitos políticos ao povo em geral, relembrando o desastre que para eles representou a Revolução Francesa. Para os conservadores: “good decisions are taken slowly and rarely, and such decisions have largely already been taken” (MWS, 2011, Vol. 4, p. 13). Em outras palavras, pretendia-se limitar ao máximo as mudanças políticas, mesmo em um mundo em que elas se tornaram normais e corriqueiras. Como isso não foi muito aceito, o remédio inicialmente aplicado foi a repressão política a grupos considerados “perigosos”. O período 1815-1848 simboliza o apogeu da política repressiva, aplicável mesmo depois que os liberais passaram a prevalecer nos Estados centrais (MWS, 2011, Vol. 4, p. 160).

A segunda ideologia a nascer foi a do liberalismo. Ele surge no cenário pós-1815 em oposição ao conservadorismo. Eram os bastiões da modernidade com seu foco no progresso e no reformismo racional (EW, 2000, p. 419-420). Seu propósito era liberar o homem do

¹⁶⁵ *Tory Party*, de tendências conservadoras, fazia oposição ao *Whig Party*, de tendências liberais. A partir de meados do século XIX, os partidos ingleses passam por mudanças e surgem três principais: *Conservative Party*, fundado em 1834, *Liberal Party*, fundado em 1859 (e reformulado em 1988 com o nome de *Liberal Democrats*), e o *Labour Party*, fundado em 1900.

constrangimento das tradições irracionais por meio da ação política reformista e orientada pela razão. Surge com tendência de esquerda, mas rapidamente assume a posição de centro no espectro político (MWS, 2011, Vol. 4, p. 5-6). Essa posição lhes conferiu grande ambiguidade, de forma que variadas foram as correntes que erguiam a bandeira liberal, confundindo o seu propósito político central. Essa é uma das razões pelas quais o liberalismo tornou-se a ideologia triunfante. Conforme afirma WALLERSTEIN:

To this day, the term liberalism evokes quite varied resonances. There is the classic “confusion” between so-called economic and so-called political liberalism. There is also the liberalism of social behavior, sometimes called libertarianism. This mélange, this “confusion,” has served liberal ideology well, enabling it to secure maximal support (MWS, 2011, Vol. 4, p. 5).

Contudo, a palavra de ordem dos liberais era “reforma”. Foi avalizando a mudança política normal que o liberalismo logrou triunfar politicamente, tornando-se a marca da geocultura do sistema-mundo moderno. Em razão disso, WALLERSTEIN não vê razão em diferenciar o liberalismo do Estado mínimo com o do Estado social, que apenas são variações do intento reformista racional (ICS, 2006, p. 26). A premissa que guiava os liberais era de que a história marcha em direção ao progresso como um destino inevitável (MWS, 2011, Vol. 4, p. 6). Todavia, era necessário congregiar os notáveis, homens da ciência, como artífices das reformas políticas. A aproximação do liberalismo com o cientificismo também foi uma das razões do seu triunfo (MWS, 2011, Vol. 4, p. 138). Por outro lado, isso lhe conferiu uma inclinação aristocrática e exclusivista. Os liberais se opunham aos democratas ou socialistas (MWS, 2011, Vol. 4, p. 6; FDM, 2002, Cap. 6).

No que tange à questão da soberania popular, os liberais deram a resposta mais convincente, até então, de quem constituiria o “povo”. Eles afirmaram que o povo é o conjunto de todos os “indivíduos”, sujeitos históricos por excelência (MWS, 2011, Vol. 4, p. 11-12; AL, 2002, p. 87). Amplas doutrinas filosóficas foram construídas para sustentar o individualismo e com grande sofisticação. No que tange aos interesses políticos imediatos, o conceito de indivíduo serviu para restringir, em vez de ampliar a participação política. Isso porque nem todas as pessoas são consideradas indivíduos, como titulares de direitos políticos. Foram estabelecidas inúmeras diferenciações, excluindo-se, por exemplo, menores de idade, incapazes, idosos, mulheres, minorias étnicas, estrangeiros, criminosos, portadores de certas doenças e por aí segue (AL, 2002, p. 86-87).

No século XIX, tais discriminações pareceram muito razoáveis para a maioria das pessoas, mesmo para os movimentos antissistêmicos (os movimentos proletários das nações industrializadas, por exemplo, eram compostos predominantemente por homens brancos). Em razão

disso, o liberalismo conseguiu proteger com bastante sucesso o aparato estatal contra a soberania do “povo”. Naturalmente, com o tempo as restrições foram diminuindo cada vez mais, porém, em ritmo bastante seguro aos propósitos das classes dirigentes do sistema-mundo moderno. A ampliação do sufrágio para incluir as mulheres, por exemplo, que compõem metade da população do planeta, apenas se deu, a nível mais abrangente, no século XX, e com grande parcimônia. Mesmo hoje, contudo, isso pouco significou em relação ao reconhecimento do seu papel na sociedade em igualdade de condições com os homens. E não é difícil encontrar vastas parcelas da população que consideram muito razoável que seja dessa forma. As hierarquias sociais e culturais, antiquíssimas, serviram muito bem para sustentar o capitalismo histórico. O edifício universalista do liberalismo as endossou com láureas acadêmicas e aclamação popular.

Até 1848, o cenário ideológico dos Estados europeus se dividia entre conservadores e liberais. Com as revoltas populares mais ou menos organizadas ocorridas naquele ano, começa a se manifestar uma diferenciação interna aos liberais, dos quais os mais radicais passaram a ser qualificados de socialistas (MWS, 2011, Vol. 4, p. 158). O que os distinguiu não era a crença no progresso ou na necessidade de reformas racionais, mas o ritmo das mudanças, que, para os socialistas, devia ser mais acelerado (MWS, 2011, Vol. 4, p. 10-11; AL, 2002, p. 85-86; WSA, 2004, p. 63-64). A palavra “revolução” lhes expressava melhor os propósitos do que “reforma” (MWS, 2011, Vol. 4, p. 11). O fim, contudo, era teoricamente o mesmo: o progresso, entendido como a concretização do ideário da Revolução Francesa: liberalidade, igualdade e fraternidade.

Conforme afirma WALLERSTEIN:

In fact, what particularly distinguished socialism from liberalism as a political program and therefore as an ideology was the conviction that the achievement of progress needed not merely a helping hand but a *big* helping hand, without which achieving progress would be a very slow process. The heart of their program, in short, consisted in accelerating the course of history. That is why the word *revolution* appealed to them more than *reform*, which seemed to imply merely patient, if conscientious, political activity and was thought to incarnate primarily a wait-and-see attitude (MWS, 2011, Vol. 4, p. 10-11).

O socialismo, como terceira ideologia, deu uma resposta diferente ao problema da soberania popular, afirmando que o povo deve ser entendido como o conjunto de todas as pessoas, e não apenas dos “indivíduos” (MWS, 2011, Vol. 4, p. 13; AL, 2002, p. 89-90). Seu foco era no aspecto social e comum da generalidade dos homens (será que incluíam as mulheres?). Todavia, não foi uma resposta muito coerente com a prática política. E mesmo nas teorias que fundamentaram a ação política socialista, especialmente aquelas da lavra de KARL MARX e seus sucessores, que predominaram depois de 1848, é difícil dizer que o “gênero humano” de que se falava incluía realmente todas as pessoas. A relação conflituosa entre os movimentos proletários e os movimentos feministas, raciais e de minorias étnicas é bastante reveladora nesse ponto

(WSA, 2004, p. 68; MWS, 2011, Vol. 4, Cap. 4). No séc. XIX e ainda no séc. XX, os movimentos antissistêmicos de trabalhadores não estavam preparados para superar as amarras dos arraigados preconceitos do racismo e do sexismo.

E, como as três ideologias se relacionavam com o Estado? Nesse ponto, como de costume, a ambiguidade prevaleceu. Diante da distinção filosófica que se assentou nos sécs. XVIII-XIX entre o Estado, de um lado, e a sociedade civil, de outro, todas as três ideologias assumiram, ao menos teoricamente, o lado da sociedade (MWS, 2011, Vol. 4, p. 13; AL, 2002, p. 90). O Estado era sempre o grande vilão: para conservadores, enquanto legislador arbitrário a destruir todas as tradições; para os liberais, como constrangedor das liberdades do indivíduo, especialmente na vida econômica; para socialistas, como instrumento de dominação da classe burguesa e opressão dos trabalhadores (MWS, 2011, Vol. 4, p. 13-14).

Todavia, nenhuma delas prescindiu do aparato estatal para a consecução dos seus objetivos políticos (AL, 2002, p. 91-93). O Estado era inimigo enquanto permanecia sob a direção do grupo adversário. Para quem o dirigia, contrariamente, era um elemento essencial que cabia fortalecer e aprimorar. Os conservadores precisavam do Estado para proteger as tradições da desintegração dos costumes e da cultura que se espalhou pela sociedade. Os liberais apenas poderiam empreender suas reformas racionais e proteger os direitos inalienáveis do indivíduo utilizando-se do aparato coercitivo estatal, nesse caso, contra os adversários do progresso. Os socialistas, por sua vez, não encontraram meio mais efetivo de realizarem sua revolução, impulsionando o curso da história, senão por meio da força estatal, mesmo que sabendo, teoricamente, que o Estado era um produto da mesma ordem que pretendiam destruir. O resultado da atuação das três ideologias foi o mesmo: o persistente e progressivo fortalecimento do poder do Estado em relação à sociedade, tendência já presente no sistema-mundo desde seu surgimento no longo séc. XVI (MWS, 2011, Vol. 4, p. 14-16). Como resume WALLERSTEIN:

No doubt the justifications that each ideology invoked to explain its somewhat embarrassing statism were different. For socialists, the state was implementing the general will. For conservatives, the state was protecting traditional rights against the general will. For liberals, the state was creating the conditions permitting individual rights to flourish. **But in each case, the bottom line was that the state was being strengthened in relation to society, while the rhetoric called for doing exactly the opposite.** (MWS, 2011, Vol. 4, p. 16, negrito nosso).

Por conseguinte, para o Estado, na condição de instituição do sistema-mundo moderno, o surgimento das ideologias políticas não representou nenhum impacto de grande monta. Mesmo que elas se revezassem no poder, o projeto do Estado, como ponto de convergência da política, permaneceu intocado. Todas dele necessitavam. E, nesse sentido, ninguém empreendeu políticas para enfraquecê-lo. E, estando a força do Estado moderno fundada amplamente

no predomínio econômico (cf. item 3.3 *supra*), as três ideologias, na qualidade de contendoras pelo poder estatal, apresentaram outro ponto em comum: todas defendiam o aumento da produtividade e o investimento em um projeto de desenvolvimento econômico nacional, síntese do progresso (MWS, 2011, Vol. 4, p. 18). As teorias desenvolvimentistas apenas se popularizaram a partir de meados século XX¹⁶⁶, mas sua retórica já estava presente nos bastidores da política há bastante tempo¹⁶⁷, marcadamente depois da chamada revolução industrial (MWS, 2011, Vol. 3, p. 4). O revolvimento político do século XIX em nada não mudou essa realidade.

E os pontos em comum entre as três ideologias não cessaram. Em 1848, com a irrupção das manifestações populares ao redor do Europa, o conservadorismo e o socialismo aprenderam lições que os acabaram conduzindo pela via média do liberalismo centrista, cujo símbolo era o do reformismo racional. Como afirma WALLERSTEIN:

This doctrine of rational reformism proved in practice to be extraordinarily attractive. It seemed to answer everyone's needs. For those of conservative bent, it seemed as though it might be the way to dampen the revolutionary instincts of the dangerous classes. Some rights to suffrage here, a little bit of welfare-state provisions there, plus some unifying of the classes under a common nationalist identity – all this added up, by the end of the nineteenth century, to a formula that appeased the working classes, while maintaining the essential elements of the capitalist system. The powerful and the privileged lost nothing that was of fundamental importance to them, and they slept more peacefully at night (fewer revolutionaries at their windows). For those of a radical bent, on the other hand, rational reformism seemed to offer a useful halfway house. It provided some fundamental change here and now, without ever eliminating the hope and expectation of more fundamental change later. It provided above all, to living men, something in their lifetime. And these living men then slept more peacefully at night (fewer policemen at their windows) (EW, 2000, p. 420).

Os conservadores, para preservar poder e assegurar seus privilégios; os socialistas, para adquirir espaço no aparato estatal e alguns direitos ao povo até que lhes fosse possível obter maiores conquistas. Por motivos diferentes, os dois extremos do espectro ideológico se uniram à proposta liberal (MWS, 2011, Vol. 4, p. 160-16). E, nesse jogo de interesses de curto prazo, o liberalismo logrou converter a ambos em torno da atraente ideia do progresso e da razão. A necessidade que todos eles tinham do Estado contribuiu para essa aproximação. No fim, o socialismo, sob a direção das doutrinas marxistas, que poderiam ter construído uma séria oposição ao capitalismo, se acomodou à força coercitiva de um sistema histórico já bastante consolidado.

¹⁶⁶ As teorias acerca do desenvolvimento nacional surgem como uma resposta liberal para o problema dos países subdesenvolvidos que obtiveram, na sua grande maioria, emancipação política a partir de meados do século XX. Precisou-se explicar o porquê do atraso econômico de algumas regiões do globo em relação a outras. A teoria da modernização foi elaborada para lidar com esse dilema (AL, 2002, Cap. 9).

¹⁶⁷ Como afirma WALLERSTEIN: “The continued development of the capitalist world-economy has involved the unceasing ascension of the ideology of national economic development as the primordial collective task, the definition of such development in terms of national economic growth, and the corresponding virtual ‘axiom (...) that the route to affluence lies by way of an industrial revolution’” (MWS, 2011, Vol. 3, p. 4).

O liberalismo centrista triunfou, formando o núcleo da geocultura do sistema-mundo moderno. Sob seus auspícios, todas as ameaças de desestruturação sistêmica foram controladas. O legado perigoso da Revolução Francesa foi convenientemente adestrado, convertendo-se no ideário dos discursos políticos mais notáveis e comoventes do último século. Não se pode dizer que isso não produziu mudanças positivas na vida das pessoas. Contudo, como se irá verificar, tais mudanças se deram, preponderantemente, nos Estados centrais europeus (incluindo os Estados Unidos da América). Se houve aumento das liberdades públicas e dos direitos sociais dos cidadãos europeus e norte-americanos, isso veio sob o peso do renovado imperialismo contra as vastas regiões periféricas. Para aumentar a distribuição de riqueza nas zonas ditas “desenvolvidas”, foi necessário aumentar a exploração capitalista na periferia. No jogo do capitalismo, os vencedores continuaram sendo poucos.

O Estado moderno passou por sucessivas repaginações, mas que em nada modificaram as tendências sistêmicas que lhe caracterizaram desde o longo século XVI. Novos sistemas de governo foram elaborados, monarcas foram destituídos, algumas liberdades foram conferidas, mas o seu papel sistêmico de sustentação da acumulação capitalista não mudou. Isso apenas começou a se modificar com o impacto das manifestações de 1968 e, posteriormente, com a derrocada dos comunismos em 1989.

4.3 O Estado liberal

Os impactos da Revolução Francesa foram amplos no decurso dos eventos revolucionários, mas pareceram arrefecer ou até desaparecer a partir de 1815 com a restauração monárquica. Isso foi verdade apenas para os grandes revolvimentos políticos, que careciam de bases para se sustentarem. A renovação das ideias políticas e da cultura, contudo, foram irreversíveis. Como visto, a noção de soberania popular passou a habitar o imaginário dos povos, reacendida sempre nas iminências de uma crise econômica ou de desabastecimento. O fato de o período napoleônico ter sido economicamente próspero para os franceses deu ainda mais peso à memória do passado, influenciando a inquietação popular do presente. Diante desse quadro perturbador, era necessário encontrar uma solução que desse legitimidade ao Estado e permitisse a manutenção da acumulação capitalista, com seus impactos polarizadores e elitistas. Para o período que vai de 1815 a 1989, a solução denominou-se Estado liberal (MWS, 2011, Vol. 4, p. 21; AL, 2002, p. 255).

Nesse espectro temporal, da exposição feita por WALLERSTEIN, é possível destacar quatro períodos: (a) 1815-1830, prevalência das soluções conservadoras e elaboração política das

ideias liberais; (b) 1830-1875, estabelecimento e consolidação do Estado liberal, com a superação das soluções conservadoras e o amortecimento dos impulsos radicais/socialistas; (c) 1875-1945, ampliação e predomínio do modelo de Estado liberal no sistema interestatal, com o interlúdio das guerras e dos fascismos; (d) 1945-1989, apogeu do cumprimento das promessas liberais e seu sucessivo declínio (MWS, 2011, Vol. 4, p. 21-22; AL, 2002, p. 255).

A construção do Estado liberal se delineou em meio à reação conservadora do pós-1815. Diante das novas ideias políticas lançadas ao mundo pela Revolução Francesa, a primeira resposta foi a do conservadorismo. O objeto central dessa resposta era uma objeção à ideia de soberania popular: “the specter that haunted the notables was that of democracy (...), [which means] taking popular sovereign seriously” (MWS, 2011, Vol. 4, p. 22-23). O período 1815-1830 representou o fracasso da estratégia reacionária dos conservadores, que tentaram anular a ideia da soberania popular, enquanto era necessário adestrá-la. Apenas o liberalismo logrou dar uma resposta satisfatória a esse problema. Conforme afirma WALLERSTEIN:

The problem for the notables, therefore, was how to construct a structure that would seem to be popular and in fact was not, but would nonetheless retain the support of a significant proportion of the “people.” That would not be easy. **The liberal state was to be the historic solution** (MWS, 2011, Vol. 4, p. 23, **negrito nosso**).

A resposta do liberalismo ao problema da política tornou-se um tema urgente no período pós-1815 em razão das condições da economia-mundo. Com o impulso de industrialização iniciado em fins do século XVIII na Grã-Bretanha, espalhando-se posteriormente para os demais Estados europeus, a acumulação capitalista passou a enfrentar dois problemas: (a) queda dos preços dos produtos industrializados, devido à alta oferta ocasionada pelo aumento da produtividade; (b) aumento dos preços das matérias-primas relativamente aos preços industriais, pressionando as margens de lucro (MWS, 2011, Vol. 4, p. 32-33). O resultado foi de que o “cost control for producers focused on the large role of wages in the total price. A combination of repression and mechanization was used to reduce these costs, successfully” (MWS, 2011, Vol. 4, p. 33). A pauperização do trabalho, contudo, apenas agravou o cenário de turbulência política, produzindo as Revoluções de 1830 e 1848, no seio das quais surge o Estado liberal.

Ademais, a situação da economia-mundo exigiu maior intervenção estatal para a preservação dos níveis de acumulação capitalista, seja impondo reduções aos salários reais, assegurando o fornecimento externo de matérias-primas ou conquistando novos mercados para os produtos industrializados (MWS, 2011, Vol. 4, p. 38). Tudo isso:

Was more a political task than a matter of improving their respective economic efficiencies, which on a world scale were rather high for both [Great Britain and France]. The operative role of the states was therefore crucial, but their use was a delicate matter, since the states could wreak damage as well as ensure advantage. The states had to be tamed, manipulated, and directed rationally (MWS, 2011, Vol. 4, p. 38-39).

Assim, estabelecer novas bases para a direção do aparato estatal era imperioso à classe dirigente capitalista. A solução inicial nos dois principais Estados centrais passou por uma política reacionária e repressiva. Na Grã-Bretanha, o partido *Tory* predominou no Parlamento inglês desde fins do século XVIII até 1830. Na França, ocorre a restauração da dinastia Bourbon com o reinado de Luís XVIII, sucedido por Carlos X em 1824. Ambos os governos tinham orientação conservadora, a despeito de algumas concessões liberais (MWS, 2011, Vol. 4, p. 43-44). No âmbito do sistema interestatal, a reação conservadora é simbolizada pelo tratado que criou a Santa Aliança e a postura intervencionista e legitimista de Áustria, Prússia e Rússia (MWS, 2011, Vol. 4, p. 42). A Grã-Bretanha logrou anular o protagonismo desses Estados no sistema interestatal aliando-se com a França (*entente cordiale*) para lançar a solução liberal consagrada em 1830 (MWS, 2011, Vol. 4, p. 40-41; p. 84-85).

A superação da solução conservadora e a consagração da ideologia liberal ocorreram primeiramente na França, com a Revolução de 1830. A restauração de Luís XVIII e a outorga da carta constitucional de 1814 vieram acompanhadas de uma composição predominantemente legitimista da Assembleia Nacional. O grupo parlamentar conservador lutava pela “restoration of a privileged aristocracy and a privileged Church—that is, in their view, the destruction of equality” (MWS, 2011, Vol. 4, p. 47). Mesmo o rei era contrário à essa visão e tentou formar um governo moderado e não autoritário, receoso de compartilhar do destino que seus familiares tiveram na Revolução (MWS, 2011, Vol. 4, p. 47-48). Os legitimistas, portanto, na sua luta por defender a tradição e a monarquia absoluta, se opuseram ao próprio rei, fortalecendo o parlamento. Nesse contexto, o grupo dissidente dos liberais foi tomando forma na Assembleia e se posicionou pela defesa do rei e da constituição (MWS, 2011, Vol. 4, p. 49).

A situação se modifica com a morte prematura de Luís XVIII, em 1824, e a coroação de seu irmão, Carlos X, que não compartilhava do ideário liberal de seu antecessor. O novo rei implementou uma política reacionária criando tensões com a classe média e com a classe trabalhadora (MWS, 2011, Vol. 4, p. 59). Ao cenário político turbulento, uniu-se o enfraquecimento da economia a partir de 1825, e agravado em 1829. “The combination of political sclerosis and economic troubles tends to be explosive, and led directly into the revolutionary atmosphere of 1830” (MWS, 2011, Vol. 4, p. 59). O cenário político desembocou na revolução popular dos “Três Dias Gloriosos”, aproveitada pelos liberais, que assumiram o controle da situação e instauraram a denominada Monarquia de Julho, com a coroação de Luís Filipe como Rei dos Franceses (também chamado de “Rei Burguês”) (MWS, 2011, Vol. 4, p. 60).

A Revolução de 1830, na França, teve ressonâncias no restante da Europa, ocasionando insurgências populares especialmente em Bélgica, Itália e Polônia. Todas malograram, com

exceção da Bélgica, que conseguiu obter sua independência do artificial Reino dos Países Baixos, criado pelos tratados de restauração de 1815. Antes de 1830, a Bélgica nunca foi um país independente, tendo estado sob a jurisdição espanhola, austríaca e francesa (MWS, 2011, Vol. 4, p. 63). Contudo, gozava de relativa autonomia administrativa e conseguiu se desenvolver economicamente assumindo o papel de centro na divisão única do trabalho da economia-mundo. Era, portanto, uma zona de alta acumulação de capital, com uma estrutura econômica e social assemelhada à da França e da Grã-Bretanha. Essa peculiaridade foi crucial para o sucesso da Revolução liberal de 1830. Assim como na França, a insurgência popular belga “was quickly recuperated by middle-class forces and was transformed into a national, liberal Revolution” (MWS, 2011, Vol. 4, p. 66). O resultado foi a criação de um Estado independente governado por uma monarquia constitucional e um sistema parlamentar liberal com predominância política das classes médias¹⁶⁸, exatamente como se deu na França e na Grã-Bretanha (MWS, 2011, Vol. 4, p. 69).

Na Grã-Bretanha, por sua vez, não ocorreram insurgências populares da mesma magnitude daquelas que se espalharam pelo continente em 1830. A reforma política que ampliou o sufrágio e alterou a composição dos distritos e cadeiras na Câmara dos Comuns veio em 1832, depois do receio geral por revoltas populares de grande monta (MWS, 2011, Vol. 4, p. 73). O cenário político britânico era de tensão em razão de problemas econômicos e das influências vindas do continente. A aprovação da reforma, contudo, foi arquitetada com precisão pelo primeiro-ministro Lorde Grey, depois da repressão às manifestações populares no campo (MWS, 2011, Vol. 4, p. 73). O projeto de reforma foi rejeitado duas vezes, pela atuação da Câmara dos Lordes, agravando os distúrbios sociais. Antes da situação se degradar ao nível das Revoluções do continente, os conservadores cederam e aprovaram a medida, ampliando muito restritamente o voto (masculino e censitário), mas com extensão suficiente para inserir as classes médias na política britânica (MWS, 2011, Vol. 4, p. 73-74).

A reforma realizada “actually caused ‘dismay’ to many radicals, liberals, and even Whigs, because they found new reform legislation often harder, not easier, to obtain” (MWS, 2011, Vol. 4, p. 75). Assim, embora o resultado tenha sido aquém do esperado, bastou para desmobilizar os grupos insurgentes, acalmando a classe média e deixando “órfã” a classe

¹⁶⁸ Nessa época, a classe média não era muito mais extensa que a classe alta, diferente da composição socioeconômica atual dos países da Europa Ocidental. Assim, a inserção da classe média na política não alterou o caráter exclusivista do Estado liberal na sua formação em 1830. O sufrágio ampliou-se, mas continuou bastante restrito, excluindo praticamente toda a classe trabalhadora, além das mulheres e minorias étnicas e raciais. Ainda assim, o discurso liberal pôde-se valer de pretensões universalistas.

trabalhadora, que, desde aí, iniciou uma organização política independente, dando início a uma luta de classes mais consciente.

A partir de 1830-1832, portanto, as balizas do Estado liberal estavam assentadas nas zonas centrais da economia-mundo. As soluções conservadoras reacionárias passaram a se modificar, aproximando-se da política centrista dos liberais. Entre os liberais, os elementos mais radicais começaram a se diferenciar e formar a corrente socialista. Mas qual era o conteúdo da política liberal? Qual a essência do Estado liberal e como ele modificou as antigas estruturas do aparato estatal?

As primeiras formulações políticas do liberalismo propugnavam pela igualdade formal perante a lei, algumas liberdades civis, tais como a liberdade de expressão e de culto, a proteção ao direito de propriedade privada, um sufrágio mais ou menos ampliado, considerando os regimes anteriores, porém ainda longe de ser universal (MWS, 2011, Vol. 4, p. 47). Esse conteúdo, contudo, era oscilante e se modificou bastante em períodos posteriores.

A essência do liberalismo é mais bem encontrada não no conteúdo das suas políticas, mas na postura com que os liberais se portavam diante das reivindicações populares. A ideologia liberal acredita no progresso por meio do reformismo racional e esclarecido (MWS, 2011, Vol. 4, p. 140; EW, 2000, p. 419-420). Diante dos revolvimentos sociais, os liberais respondiam primeiramente com a repressão a fim de restaurar a ordem. Depois, eles ofereciam reformas atendendo parcialmente às demandas populares, mas fazendo as reformas parecer um produto do esclarecimento e da razão, concretizado no tempo exato conforme a inevitabilidade do progresso. Não como uma concessão às pressões da massa iletrada e irracional.

Essa postura pode ser encontrada em dois casos transcorridos no século XIX. O primeiro foi a revogação das *Corn Laws* em 1846 na Grã-Bretanha, que estabeleciam tarifas protecionistas em favor dos produtores rurais britânicos. O protagonista foi um político conservador, Sir Robert Peel, primeiro-ministro no período 1841-1846. As *Corn Laws* geraram grande debate político nas décadas de 1830 e 1840, por criarem um privilégio econômico a determinada classe e encarecerem o custo de vida da população (MWS, 2011, Vol. 4, p. 96-97). Nessa época, a Grã-Bretanha necessitava das importações de grãos para suprir sua demanda interna e já tinha modificado o foco da sua acumulação capitalista para o setor industrial. A disputa tornou-se simbólica entre a ala progressiva a favor do livre comércio contra a ala conservadora, defensora dos privilégios e da aristocracia ligada à terra (MWS, 2011, Vol. 4, p. 97).

Peel assumiu a tarefa de revogar as *Corn Laws*, indo contra a grande maioria do partido conservador. Contudo, ele se recusou a trazer a questão para as eleições parlamentares de 1845, e a prorrogou para um momento mais favorável de forma que a revogação “[were] seen as a

decision of Parliament in its wisdom, and not one in reaction to popular pressure” (MWS, 2011, Vol. 4, p. 98). No fim, a mudança foi benéfica à classe capitalista britânica e trouxe compensações aos produtores rurais que puderam realocar seus recursos em outras atividades econômicas mais lucrativas. Assim, mesmo tendo havido demanda popular no sentido da revogação, especialmente das classes mais pobres, pressionadas pelo alto custo de vida, a situação foi conduzida sem revelar uma concessão do governo, mas parecendo um ato político esclarecido que atendia ao bem geral. Se a revogação não fosse do interesse de determinados setores da classe capitalista britânica, a história talvez tivesse sido diferente, resolvendo-se as sublevações populares por meio da repressão.

O segundo caso foi no governo de Napoleão III, que chegou ao poder em 1848, na condição de Presidente da Segunda República Francesa, e, por um malabarismo político, deu um golpe de estado em 1851¹⁶⁹, e torna-se Imperador do Segundo Império Francês, governando a França até 1870. Na primeira década de governo, Napoleão III adotou uma postura repressiva contra as sublevações populares e as reivindicações das classes trabalhadoras (MWS, 2011, Vol. 4, p. 116). No mesmo período, ele fortaleceu a indústria e os bancos franceses, a fim de aprimorar a situação econômica da nação. A partir de 1858, ele inicia um pacote de reformas sociais e trabalhistas, estimula a criação de cooperativas, legaliza os sindicatos e o direito de greve em 1864, angariando grande popularidade entre os trabalhadores (MWS, 2011, Vol. 4, p. 116-117).

Todavia, as reformas vieram conforme a conveniência da classe governante, aproveitando anos de grande prosperidade econômica para apaziguar os ânimos mais radicais, bastante insuflados desde 1848. A imagem passada é de que as mudanças não vieram em razão das revoltas populares, mas como medida de um governo devotado ao progresso. Esse artifício foi essencial para prorrogar, o quanto possível, determinadas reformas e desvincular a atuação governamental da força política dos movimentos antissistêmicos. Essa foi a chave do sucesso do liberalismo enquanto ideologia política do capitalismo histórico.

Mesmo hoje, quando o liberalismo centrista já se encontra em crise, os Estados atuam a partir da mesma lógica de “não dar o braço a torcer” diante de pressões populares. Na recente greve dos caminhoneiros deflagrada no Brasil em 21 de maio de 2018, a atuação do governo federal, depois de algumas tentativas malogradas de diálogo e flertes com a repressão policial-militar, resumiu-se em ampla concessão à pauta dos grevistas. O caos produzido em um país altamente dependente do transporte rodoviário “convenceu” rapidamente o frágil e ilegítimo

¹⁶⁹ O cenário político da Revolução de 1848 e do golpe de 1851 é analisado por KARL MARX no livro *18 de Brumário de Luís Bonaparte*, publicado originalmente em 1852.

governo Temer de que a lógica mercadológica nem sempre atende às necessidades da vida das pessoas reais. Concluídos os acordos com as entidades representativas dos caminhoneiros, o Ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, fez a seguinte declaração pública: “Estamos investindo R\$ 10 bilhões no atendimento dessas reivindicações porque entendemos que isso se transformou no desejo da sociedade brasileira” (CARVALHO, 2018). E para minimizar a subordinação do Estado à soberania popular em prol da sabedoria e lealdade do governo, ele arrematou: “Não cedemos tanto neste segundo [acordo]. Praticamente foi uma garantia do que havia sido acordado na semana passada” (CARVALHO, 2018).

Em outras palavras, o povo é soberano, mas quem fixa o ritmo das mudanças é o Estado e seus burocratas, esclarecidos pela classe dos especialistas. Tal a lógica triunfante do liberalismo. Em 2018, não convence mais. No século XIX e até fins do século XX, todavia, foi a garantia da estabilidade e da legitimidade dos governos.

A política do reformismo racional e esclarecido teve um importante impacto na constituição do aparato estatal. Até o despertar da Revolução de 1789, os Estados modernos vinham estruturando suas burocracias, fortalecendo seus exércitos, ampliando sua faixa de participação na acumulação capitalista mundial, enfim, fortalecendo seus aparatos:

Construction of the modern state, located within and constrained by an interstate system, had been a constituent element of the modern world-system from its beginnings in the long sixteenth century. The concern of rulers had been to strengthen the state in two ways: to strengthen its authority—that is, its capacity to make efficacious decisions within its frontiers; and to strengthen its world power—that is, its capacity to impose its will on other states and diminish their possibility of doing the converse. (MWS, 2011, Vol. 4, p. 22).

As disputas pelo poder se davam entre os partidários da corte contra a aristocracia feudal, entre os elementos da nova elite capitalista para o controle do aparato estatal, e entre os Estados no sistema interestatal. Os súditos não eram um fator dessa equação.

Depois que os revolucionários franceses lançaram ao mundo a ideia da soberania popular, espalhada pela Europa por obra das hostes napoleônicas, surge um novo concorrente ao poder político: o povo. Era de se esperar que a força do Estado diminuísse, pois teria que dividir o poder com o novato de longa data. E, de fato, há uma nova conformação do poder estatal, submetido a limites inéditos. O balanço geral, contudo, foi o oposto do esperado: o poder do aparato estatal aumentou sem precedentes (MWS, 2011, Vol. 4, p. 111-112). O discurso de todos os grupos políticos surgidos no século XIX, da esquerda à direita, propugnava pelo aumento das liberdades, com a diminuição da atuação estatal. Na prática, contudo, todos atuaram em favor do fortalecimento do Estado (MWS, 2011, Vol. 4, p. 14-16).

A melhor tática foi a dos liberais, justamente por apresentar-se como moderada, não insuflando ânimos que pudessem despertar receios e provocar desordem, como propunha os radicais, nem impondo uma barreira a qualquer mudança a fim de proteger a tradição, como pensavam os conservadores. E o grande sucesso dos liberais em construir um Estado forte decorreu justamente “that liberals refused to acknowledge that building the strong state was their intention—in many ways, their priority” (MWS, 2011, Vol. 4, p. 112).

E como conciliar essa intenção oculta dos liberais com suas bandeiras políticas, sobretudo a do *laissez-faire*, tão difundida e propalada como baluarte do Estado liberal no séc. XIX?

A questão do liberalismo econômico, especialmente da doutrina do livre comércio, é um dos grandes exemplos do ideário moderno no qual a teoria não se alinha com a prática (MWS, 2011, Vol. 4, p. 100). E isso por uma razão muito simples: o livre comércio, na maioria das vezes, interfere negativamente na acumulação capitalista. A doutrina prevalecente na política econômica dos Estados modernos foi a do protecionismo e do monopólio, mais condizentes com os imperativos da acumulação. Aqui relembra-se as lições de BRAUDEL (cf. itens 2.6 e 2.7 *supra*) de que o capitalismo necessita dos mercados para fincar suas raízes, mas desde que eles sejam controlados do topo. A liberdade das forças econômicas tende a anular os lucros ou torná-los mínimos.

A popularização da doutrina do livre comércio no século XIX é justificável, pois, nesse período, mais precisamente entre 1850 e 1873, ela era favorável à acumulação capitalista global, sobretudo do poder hegemônico, a Grã-Bretanha (MWS, 2011, Vol. 4, p. 118-119). Como destaca WALLERSTEIN, citando MUSSON, “free trade is in fact simply one more protectionist doctrine—in this case, protectionist of the advantages of those who at a given time are enjoying greater economic efficiencies” (MWS, 2011, Vol. 4, p. 118). Em palavras mais diretas: “Free trade for the British was a doctrine that was intended to prevent other governments from doing anything that might hurt British enterprise” (MWS, 2011, Vol. 4, p. 119).

Naturalmente, os economistas e filósofos políticos verteram rios de tinta para justificar as benesses do livre comércio para todas as nações, como uma lei geral da economia que convinha aplicar irrestritamente em todos os tempos. Porém, na vida real do capitalismo histórico, a depressão econômica de 1873 e o aumento da concorrência entre as potências industrializadas fizeram restabelecer a luta protecionista e renovaram a corrida colonial em prejuízo da África

e da Ásia. As doutrinas do liberalismo econômico eram muito belas e foram praticadas até certo ponto, mas desde que mantivessem os lucros altos¹⁷⁰.

Outro fator contribuiu para a necessidade de fortalecer os Estados no século XIX. As classes perigosas tornaram-se muito inquietas depois de 1789, e as revoltas populares passaram a constituir o dia a dia dos governantes, como demonstraram os anos de 1830, 1848 e 1870. Como já dito, a resposta mais eficaz para essa situação foi a adoção de reformas graduais e esclarecidas, que tinham um excelente efeito desmobilizador, associadas à certa dose de repressão policial. Para empreender tais medidas, a burocracia estatal necessitou se expandir e se fortalecer. Um dos caminhos tomados foi adotar uma legislação social e trabalhista, intervindo no setor industrial para amenizar a situação laboral do proletariado. Outro ponto, sempre na pauta política dos movimentos antissistêmicos, foi a ampliação gradual do sufrágio, o que conferiu maior legitimidade ao Estado e integrou politicamente uma parte maior do povo.

O Estado fortalecido e as classes perigosas sob controle favoreceram o desenvolvimento econômico. Como destaca WALLERSTEIN, sobre a governo de Napoleão III:

(...) the political solution to the turmoil [of 1848]—the populist authoritarianism of the Second Empire—served to resolve some of the political tensions precisely because this regime had made itself, as none had done before, the proponent and propellant of a leap forward of French economic structures, thereby consolidating the liberal core of the world-system. (...) Furthermore, it was a government that thought governmental action was essential to this economic expansion, one that did not consider, in the words of Napoleon III, that state action was a “necessary ulcer” but rather that it was “the benevolent motor of any social organism.” The intention nonetheless was to promote private enterprise thereby (MWS, 2011, Vol. 4, p. 105-106).

A receita liberal, portanto, seguindo a lógica do reformismo racional, resumiu-se em dois aspectos: “economic development linked to social amelioration. For liberals, the two are obverse sides of the same coin” (MWS, 2011, Vol. 4, p. 107). Para tanto, era necessário um Estado forte.

No nível do sistema interestatal, o Estado liberal assumiu a faceta do imperialismo-colonialismo (MWS, 2011, Vol. 4, p. 121 e ss.). Novamente, o caso mais emblemático foi o da Grã-Bretanha, que combinou uma política de livre comércio no ambiente europeu e uma atuação imperialista-colonial agressiva nas outras partes do mundo, baseada no princípio “control informally if possible, and formally if necessary” (MWS, 2011, Vol. 4, p. 121). A ampliação da sua base colonial ocorreu mesmo antes da denominada “Corrida para a África”, que levou

¹⁷⁰ Como sintetiza WALLERSTEIN: “There is more myth than reality in the doctrine of laissez-faire. As a result, it cannot be taken as the defining characteristic of liberalism, surely not the fundamental message of liberalism as the geoculture of the world-system. To be sure, the public posture was that, as John Stuart Mill put it so tersely, “every departure from laissez-faire, **unless required by some greater good**, is a certain evil.” But the subordinate clause turned out to be a mighty big loophole” (MWS, 2011, Vol. 4, p. 100, negrito nosso). Manter a acumulação capitalista constituía sempre um bem maior a ser preservado.

as potências europeias a uma aguda disputa pela dominação colonial dos países africanos a partir de 1873. Já em meados do século XIX, se verifica um “decisive stage in British overseas expansion, permitting a combination of commercial penetration and colonial rule such that Great Britain could command those economies which could be made to fit best into her own” (MWS, 2011, Vol. 4, p. 121).

Na disputa colonial e imperialista, o nacionalismo tornou-se um elemento essencial, por meio do qual se angariou o apoio da grande massa aos projetos capitalistas no exterior. É nessa fase que surge a noção da missão civilizadora da Europa, a quem cabia governar os povos “bárbaros” em direção ao progresso¹⁷¹ (MWS, 2011, Vol. 4, p. 126; FDM, 2002, p. 210; EU, 2006, Cap. 1). Essa ideia adaptou-se muito bem ao ideário liberal, mesmo que, em princípio, o colonialismo constituísse uma violação da liberdade humana (MWS, 2011, Vol. 4, p. 126). Por conseguinte, no lado contrário da moeda do liberalismo, se via a face do racismo/xenofobismo. Para sustentar as reformas parcialmente redistributivas feitas em favor das classes trabalhadoras da nação, era necessário ampliar os espólios da dominação capitalista-imperial. Portanto, quem custeou a inserção política e social do povo nos Estados centrais foi o restante do mundo não-europeu.

WALLERSTEIN resume a trajetória de construção e consolidação do Estado liberal, iniciada em 1815 e concluída em 1875, da seguinte forma:

By 1875, it could be said that the liberal-imperial state was now securely in place in Great Britain and France and had shown its ability to contain the dangerous classes. It had thus become a model for other states. What was most constant in the model was certainly not fidelity to the free market (a fidelity that varied with the shifting economic position of given countries in the world-economy and the impact of its cyclical rhythms). Nor was the liberal-imperial state marked by fidelity to the maximization of the rights of the individual (a fidelity that varied with the extent to which individuals used these rights to challenge the basic social order). **What distinguished the liberal-imperial state was its commitment to intelligent reform by the state that would simultaneously advance economic growth (or rather the accumulation of capital) and tame the dangerous classes (by incorporating them into the citizenry and offering them a part, albeit a small part, of the imperial economic pie).** To this end, liberal-imperial states had to revolve around the political center and avoid regimes that smacked either of reaction or of revolution. Of course, to be able to do

¹⁷¹ Essa ideia prevaleceu até depois da Segunda Guerra Mundial, sofrendo os impactos do movimento de descolonização ocorrido depois de 1945. Um registro histórico dessa ideia pode ser encontrado na Carta das Nações Unidas, assinada em 1945, época em que ainda existiam muitos territórios sob administração colonial, os quais foram chamados de “territórios sem governo próprio”. Sobre eles dispunha o art. 73 da Carta: “Os membros das Nações Unidas, que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios **cujos povos não tenham atingido a plena capacidade de se governarem a si mesmos**, reconhecem o princípio de que os interesses dos habitantes desses territórios são da mais alta importância, e aceitam, **como missão sagrada**, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios” (ONU, 1945, negrito nosso). A exploração colonial foi traduzida em responsabilidade civilizadora assumida pelo Estado colonizador em “exclusivo benefício” dos povos colonizados, ainda incapazes de governarem a si mesmos. De qualquer forma, é já um grande avanço estabelecer uma obrigação para o Estado colonizador de respeitar os interesses dos povos administrados.

this, a state had to have no major unresolved nationalist problems vis-à-vis outsiders and no strong internal unhappy minorities. It had also to be strong enough in the world-economy that the prospects of collective prosperity were not unreal. And it had to have enough military power or strong enough allies that it was free from excessive outside interference. When all these conditions prevailed, **the liberal-imperial state was free to reflect the collective conservatism of a majority that now had something to conserve** (MWS, 2011, Vol. 4, p. 136-137, **negrito nosso**).

Assim, não é a defesa da doutrina do livre mercado nem o compromisso de maximização dos direitos e liberdades individuais que conferem especificidade ao Estado liberal¹⁷². Para o modelo constitucional talvez seja. Para o Estado na sua concretude histórica, WALLERSTEIN visualiza sua peculiaridade na postura reformista racional e economicamente orientada dos seus governantes e na domesticação das classes perigosas por meio da ampliação gradual do sufrágio e da distribuição de alguns benefícios econômicos da acumulação capitalista. Adicionalmente, investiu-se na formação de uma consciência nacional, excluindo-se grupos étnico-raciais minoritários e estimulando uma rivalidade em face de outras nacionalidades, além do apoio público aos intentos imperiais e coloniais. O resultado foi tornar conservadoras as classes populares.

Esse modelo se realizou preponderantemente nos Estados centrais da economia-mundo, porém serviu de moldura e referência para a atuação dos governos de outros Estados, sobretudo depois da descolonização do pós-guerra e dos movimentos de independência nacional. O interlúdio fascista nas grandes guerras mundiais estabeleceu um grande desafio ao liberalismo, mas malogrou. Findos os conflitos, a ideologia liberal atingiu o apogeu da sua proposta no Estado do bem-estar social. A história começou a se modificar apenas a partir de 1968, quando o sistema-mundo moderno sofreu um grande choque, demarcando o princípio de uma longa e verdadeira crise sistêmica.

Por conseguinte, o triunfo da ideologia liberal conferiu novas bases ao aprofundamento da acumulação capitalista, afastando ou minimizando a ameaça dos conceitos subversivos que a Revolução Francesa tinha semeado no espírito das massas. No que tange ao Estado moderno, como instituição, não se visualiza nenhuma descontinuidade nos seus aspectos de longo prazo. Muito pelo contrário, o século XIX levou as tendências organizacionais do Estado a um nível mais avançado, conferindo-lhe uma renovada legitimidade e fortalecendo enormemente o poder do seu aparato burocrático-militar.

¹⁷² A prática política revela que o “Liberalism has always been in the end the ideology of the strong state in the sheep’s clothing of individualism; or to be more precise, the ideology of the strong state as the only sure ultimate guarantor of individualism. (...) Nineteenth century liberalism set itself the task of creating (re-creating, significantly increasing) this legitimacy and thereby cementing the strength of these states, internally and within the world-system” (MWS, 2011, Vol. 4, p. 10)

4.4 O dilema da cidadania

O alicerce a partir do qual se construiu o Estado liberal foi o conceito de cidadania (MWS, 2011, Vol. 4, p. 144). A proposta era superar a noção de “súdito” do *Ancien Régime*, incluindo o povo na condição de cidadão, todavia, sem perturbar as desigualdades sistêmicas que sustentavam a acumulação capitalista¹⁷³ (MWS, 2011, Vol. 4, p. 143). Esse dilema foi solucionado com maestria pelos liberais que o converteram em um labirinto de contradições responsável por confundir e virtualmente anular a capacidade “antissistêmica” dos movimentos antissistêmicos. Contudo, eles não fizeram nada além de explorar a abundante herança de desigualdades e hierarquias sociais, culturais, econômicas e étnicas que a história humana produziu e que os integrantes dos movimentos antissistêmicos não estavam preparados para superar.

A questão da cidadania ingressou na prática política por obra da Revolução Francesa, num virulento ataque às hierarquias tradicionais (MWS, 2011, Vol. 4, p. 144). Todos os títulos e qualificativos usados para rotular socialmente as pessoas foram reduzidos ao de “cidadão” (*citoyen*) (MWS, 2011, Vol. 4, p. 144). A lógica parecia muito simples e plausível, única capaz de atender ao fundamental princípio da igualdade e seu corolário, a liberdade. E de fato era simples. O problema não estava na teoria, mas na resistência histórica imposta pelas desigualdades e hierarquias longamente formuladas e profundamente incrustadas na vida humana. Rapidamente, os revolucionários perceberam que não seria possível levar o conceito de cidadania às suas últimas consequências lógicas, pois o resultado seria perigoso (MWS, 2011, Vol. 4, p. 144-145). Foi necessário ajustá-lo à concretude da vida do século XVIII-XIX, e, igualmente, aos interesses da França.

O responsável por iniciar o longo repositório de teorias restritivas da cidadania para adequá-la às realidades históricas, foi “Abbé Siéyès just six days after the fall of the Bastille” (MWS, 2011, Vol. 4, p. 145). O mecanismo utilizado “to define citizenship narrowly in practice, while retaining the principle in theory, [was] to create two categories of citizens” (MWS, 2011, Vol. 4, p. 145). Tinha como argumento o seguinte:

In a report he read to the Constitutional Committee of the National Assembly on July 20–21, 1789, Siéyès proposed a distinction between passive and active rights, between passive and active citizens. Natural and civil rights, he said, are rights “for whose

¹⁷³ WALLERSTEIN resume os dilemas do capitalismo histórico acerca da ideia de igualdade da seguinte forma: “Inequality is a fundamental reality of the modern world-system, as it has been of every known historical system. What is different, what is particular to historical capitalism, is that equality has been proclaimed as its objective (and indeed as its achievement)—equality in the marketplace, equality before the law, the fundamental social equality of all individuals endowed with equal rights. The great political question of the modern world, the great cultural question, has been how to reconcile the theoretical embrace of equality with the continuing and increasingly acute polarization of real-life opportunities and satisfactions that has been its outcome” (MWS, 2011, Vol. 4, p. 143).

maintenance and development society is formed.” These are passive rights. There also exist political rights, “those *by* which society is formed.” These are active rights (MWS, 2011, Vol. 4, p. 145, *itálico do autor*).

É, realmente, impressionante como a inteligência humana encontra uma solução “racional” para tudo, para o bem e para o mal. A proposta de Siéyes, que parecia já estar pronta antes da Revolução eclodir, estabeleceu a lógica mestra de todas as demais teorias que lhe sucederam: todos são cidadãos, mas nem todos são cidadãos do mesmo grau. A partir daí, bastou se elaborarem os critérios distintivos entre cidadãos passivos e ativos, conforme convinhavam aos governos do momento. Naturalmente, sendo uma teoria restritiva de um princípio com foro de universalidade, sua lógica não era infalível e estava sujeita a ataques dos grupos prejudicados. Todavia, serviu bem ao capitalismo histórico por quase dois séculos.

A França revolucionária estabeleceu o conceito de cidadania ativa, isto é, o direito político de votar e ser votado, a partir de uma exigência fiscal: “active citizens as those who paid a minimum of three days’ wages in direct taxation. Property became the prerequisite of active citizenship” (MWS, 2011, Vol. 4, p. 145). Além desse filtro patrimonial, que excluía, na prática, grande parte das classes trabalhadoras, impôs-se uma exclusão de gênero e raça. As mulheres foram excluídas sob o argumento de que “women did not have the moral and physical qualities to exercise political rights” (MWS, 2011, Vol. 4, p. 151) Isso se aplicou mesmo para as mulheres de origem aristocrática, que, em períodos anteriores, tinham alguns direitos políticos e civis (MWS, 2011, Vol. 4, p. 151-152). No que tange aos negros e mulatos, cuja população maior estava nas colônias francesas, eles foram excluídos sob o argumento de não serem parte da “nação”, isto é, do povo, mesmo que sejam homens e livres (MWS, 2011, Vol. 4, p. 153-154).

A experiência da Revolução Francesa acerca da aplicação do conceito de cidadania na relação do povo com o Estado foi uma antecipação dos dilemas que esse tema trouxe aos governos ao longo do século XIX. As questões acerca da extensão do sufrágio (cidadania ativa) se resumiam ao estabelecimento de inúmeras antinomias e distinções binárias (classe, gênero, raça, etnia, educação etc.) que nada mais representavam do que o estágio presente de vivência social da ideia de igualdade (ou da ausência dela) (MWS, 2011, Vol. 4, p. 145-146). Tais discriminações estavam assentadas na cultura e nas tradições e foram utilizadas como justificativas para excluir pessoas do rol dos cidadãos. Assim, um conceito cujo objetivo era incluir, foi aplicado para excluir (MWS, 2011, Vol. 4, p. 147). Como destaca WALLERSTEIN:

The more equality was proclaimed as a moral principle, the more obstacles—juridical, political, economic, and cultural—were instituted to prevent its realization. The concept of citizen forced the crystallization and rigidification—both intellectual and legal—of a long list of binary distinctions that then came to form the cultural underpinnings of the capitalist world-economy in the nineteenth and twentieth centuries: bourgeois and proletarian, man and woman, adult and minor, breadwinner and housewife,

majority and minority, White and Black, European and non-European, educated and ignorant, skilled and unskilled, specialist and amateur, scientist and layman, high culture and low culture, heterosexual and homosexual, normal and abnormal, able-bodied and disabled, and of course the ur-category that all of these others imply—civilized and barbarian (MWS, 2011, Vol. 4, p. 146).

A diferença fundamental da experiência das desigualdades/hierarquias sociais depois de 1789 é que tais distinções passaram a influir na vida política e na direção do aparato estatal, consequentemente, podendo inviabilizar o capitalismo histórico, que, por princípio, é excludente e polarizador. Em razão disso, no século XIX, surge a necessidade de se justificar teoricamente, e até cientificamente, muitas dessas distinções a fim de embasar racionalmente a restrição ao sufrágio (MWS, 2011, Vol. 4, p. 146). As hierarquias sociais ganharam, assim, um sustentáculo na “natureza” a partir de explicações “científicas” que objetivavam desqualificar determinados grupos, especialmente as mulheres e os não-brancos (MWS, 2011, Vol. 4, p. 146).

Em uma era em que o racionalismo e o cientificismo triunfavam, parte da batalha travada pela ampliação do sufrágio foi intelectual. Os movimentos antissistêmicos, que durante o século XIX passaram por uma organização burocrática e administrava, constituíram um dos lugares onde esse debate se instalou. Esses movimentos, em vez de propugnarem pela superação das distinções binárias e pelo reconhecimento comum de todas as pessoas a partir de sua humanidade, enviesaram-se por uma disputa de prioridades entre as diversas categorizações a fim de definir a quais grupos o sufrágio e a inclusão política deveriam beneficiar primeiro. Como afirma WALLERSTEIN: “It was this struggle about definitions of priorities of binary categories that was at the root of the continuing debates inside the social movements about the tactics of their struggles and the nature of potential and desirable alliances” (MWS, 2011, Vol. 4, p. 147). Esse caminho tomado pelos movimentos antissistêmicos acabou anulando grande parte da sua capacidade “antissistêmica”, o que serviu bem aos interesses dominantes.

A tese dos liberais, que saiu triunfante, era de que existiam, de fato, “deficiências” em determinados grupos de pessoas que inviabilizariam o exercício efetivo da sua condição de cidadãs, sobretudo, no que tange aos direitos políticos. Contudo, eles afirmavam que essas deficiências eram sanáveis por meio da educação e que, com o tempo, esses grupos poderiam ser beneficiados pela extensão do sufrágio. Esse argumento constituiu o fundamento da política liberal de ampliação gradual e cautelosa do sufrágio. Nas palavras de WALLERSTEIN:

Liberalism, which would become the dominant ideology of the modern world, preached that virtue could be taught, and it therefore offered the managed progression of rights, the managed promotion of passive citizens to the status of active citizens—a road for the transformation of barbarians into the civilized. Since the legal process of promotion was thought to be irreversible, it had to be handled carefully, prudently, and above all gradually (MWS, 2011, Vol. 4, p. 147).

Essa proposta dos liberais convenceu os conservadores, especialmente depois de eles terem percebido que a política de repressão pura e simples era ineficaz (MWS, 2011, Vol. 4, p. 160). Quanto aos socialistas e radicais, a despeito dessa visão não lhes agradar, eles também não foram capazes de contraditá-la, visto que isso exigiria a superação completa das hierarquias e desigualdades sociais (e.g., gênero, raça, etnia). A estratégia adotada era de pleitear os direitos políticos dos grupos que representavam afirmando que eles eram “superiores” a outros grupos de pessoas a quem o sufrágio poderia ser negado (MWS, 2011, Vol. 4, p. 182; p. 184 e ss.). Em outras palavras, os movimentos antissistêmicos entraram em conflito entre si, tentando cada qual a obtenção da inclusão política à custa da exclusão dos demais.

WALLERSTEIN identifica três principais grupos antissistêmicos que se organizaram para exigir a inclusão política dos seus membros, são eles: (a) movimentos laborais; (b) movimentos feministas; (c) movimentos negros ou de “minorias” étnicas (MWS, 2011, Vol. 1, Cap. 4). A pauta de todos eles continha elementos antissistêmicos e a estratégia vencedora adotada foi tentar se integrar à estrutura do Estado por meio da extensão do sufrágio, e, a partir do poder político adquirido, pressionar por reformas mais intensas (MWS, 2011, Vol. 1, p. 147). Os elementos que propunham uma ação verdadeira antissistêmica não prevaleceram. Em razão dessa postura dos movimentos, a pauta liberal de reformas graduais teve o efeito desradicalizador ao integrar paulatinamente grupos antes excluídos da vida política (MWS, 2011, Vol. 4, p. 171; p. 180).

Na corrida pelo sufrágio, os movimentos laborais foram os primeiros beneficiados. O panorama da atuação desses movimentos pode ser dividido em três fases: (a) 1815-1848, leis excludentes do sufrágio, sobretudo por critérios censitários, associada à incipiente organização dos movimentos; (b) 1848-1868, período de radicalização dos movimentos, já mais organizados, remediado por pesada repressão e algumas concessões; (c) 1868-1914, aumento das reformas e concessões, com grande ampliação do sufrágio masculino na Grã-Bretanha, França, Alemanha e Estados Unidos¹⁷⁴, educação da classe trabalhadora, inserção dos movimentos na política estatal e sua consequente desradicalização, culminando em 1914, com a adesão dos partidos socialistas aos propósitos bélicos de seus Estados (MWS, 2011, Vol. 4, p. 172-173).

O sucesso dos movimentos laborais veio à custa da exclusão das mulheres e das minorias étnicas. Assim, nem todos os trabalhadores foram incluídos politicamente, mas apenas

¹⁷⁴ Na prática, o exercício efetivo do direito de votar e ser votado estava sujeito a exigências formais variadas que restringiam a extensão do sufrágio, especialmente às pessoas sem residência fixa e os miseráveis. Nesse período, contudo, a lei desses países já havia excluído requisitos de renda ou pagamento de tributos específicos para o exercício de direitos políticos. A exclusão das mulheres e etnias minoritárias, contudo, prevalecia.

os homens brancos. As mulheres, negros e membros de etnias minoritárias, que compunham grande porção da classe trabalhadora, permaneceram excluídos. Os movimentos laborais, nos quais houve um protagonismo dos trabalhadores mais qualificados, se esforçaram por remover o rótulo de “classe perigosa”, tornando-se cidadãos. O racismo/sexismo foi essencial para o êxito desse intento. Como afirma WALLERSTEIN:

One key mechanism that was widely used was to distinguish workers by the category of ethnicity or of nationality. Racism internally and imperialism/colonialism externally served the function of displacing the label of dangerous to a subcategory of workers. To the extent that this was persuasive, some workers could become active citizens while others remained passive citizens or even noncitizens. Once again, inclusion was being achieved by exclusion (MWS, 2011, Vol. 4, p. 182).

Essa postura se mostrou também no que tange à população colonial. Os movimentos laborais não eram inteiramente favoráveis à abolição da escravidão e mantiveram uma posição ambígua acerca da colonização, a despeito de suas reivindicações se basearem nos ideais da igualdade e liberdade do ser humano (MWS, 2011, Vol. 4, p. 183-184). O argumento pragmático era de que advogar pela inclusão política de mulheres, negros ou imigrantes/estrangeiros¹⁷⁵ iria aumentar a concorrência no ambiente de trabalho e prejudicar os poucos benefícios econômicos que os operários (homens e brancos) já tinham adquirido (MWS, 2011, Vol. 4, p. 182-185).

Os grupos feministas receberam a rivalidade tanto dos movimentos laborais quanto dos movimentos negros. Os movimentos laborais “regarded the feminist/women’s movement as a rival, a nuisance, a diversion, and even quite often as an enemy” (MWS, 2011, Vol. 4, p. 185). Os grupos negros, por sua vez, na sua luta pela abolição da escravatura e pelo reconhecimento político nos Estados Unidos, se antagonizaram com as demandas feministas, receosos de que se unir a elas seria pressionar demais os grupos dominantes (MWS, 2011, Vol. 4, p. 205). Os conceitos culturais de “dona de casa” e de separação entre a esfera pública e privada surgem no século XIX, sustentados, em grande medida, pelo sexismo/machismo que se institucionalizou nesse período (MWS, 2011, Vol. 4, p. 196). O trabalho da mulher, que em períodos históricos anteriores era apreciado socialmente, regrediu de nível, sendo legado a atividades denominadas não-econômicas ou não-produtivas (MWS, 2011, Vol. 4, p. 196).

Os movimentos raciais e étnicos enfrentaram, igualmente, resistência de todas as frentes, seja dos movimentos laborais, feministas ou da classe dirigente (MWS, 2011, Vol. 4, p. 204 e ss.). O racismo ganhou justificativa científica, passando a ser associado à “natureza”, dando foros normativos à discriminação e à pretensa inferioridade dos não-brancos (MWS, 2011, Vol.

¹⁷⁵ A disputa em torno da inclusão política de negros e imigrantes foi mais aguda nos Estados Unidos da América do que nos países europeus, onde esse grupo populacional era bem menor.

4, p. 209). Cruzar a barreira da raça passou a ser considerado um atentado à natureza, o que causou grande diminuição da mobilidade social entre brancos e não-brancos (MWS, 2011, Vol. 4, p. 210). Todas essas reações retrógradas no que tange à diversidade humana se justifica em razão da centralidade que o conceito de cidadania assumiu na construção política da legitimidade dos Estados. Integrar pessoas de origens étnicas diversas como cidadãos do mesmo Estado não atendia aos projetos de homogeneidade populacional e supremacia civilizacional que os europeus encabeçaram nesse período (MWS, 2011, Vol. 4, p. 211).

Nesse sentido, todo um conjunto de monstruosidades teóricas acerca do racismo foi gestado durante o século XIX, culminando com as atrocidades do nazismo/fascismo. WALLERSTEIN cita um trabalho em psicologia racial de GUSTAVE LE BON, de 1886, no qual este autor afirma que “the greatest danger to the organic nation as that of assimilation—of criminals, of women, of ethnic groups, of colonials” (MWS, 2011, Vol. 4, p. 211). O conceito de raça ariana se fortaleceu enormemente nesse período, dando justificativa intelectual e legitimando a atuação imperialista europeia que, a partir de 1873, iniciou um movimento sem precedentes de dominação colonial do mundo não-europeu (MWS, 2011, Vol. 4, p. 214).

Por conseguinte, esse cenário aterrador do séc. XIX surge como reação do capitalismo histórico à disseminação das ideias de liberdade e igualdade humanas, tentando obstaculizar ao máximo sua efetivação. E, nesse intento, contou com a colaboração inusitada dos diversos tipos de movimentos antissistêmicos que agiram entre si como inimigos, cada qual tentando chegar primeiro ao pódio da cidadania, “as though there weren’t enough room on the ship to accommodate everyone. Or perhaps the better metaphor is an unwillingness to accept the idea of a one-class ship—citizens all, citizens equal” (MWS, 2011, Vol. 4, p. 204). A incapacidade dos movimentos de se articularem entre si e de proporem a superação das hierarquias e desigualdades históricas que aviltavam a humanidade agiu em pleno favor ao projeto do Estado liberal de inclusão exclusiva. Nenhum deles conseguiu ser verdadeiramente antissistêmico e todas as mudanças por eles propostas se acomodaram perfeitamente à lógica inigualitária e polarizadora do sistema-mundo moderno.

WALLERSTEIN resume o dilema da cidadania da seguinte forma:

Difference and inequalities of persons of different social origins—orders (*Stände*, Estates), class, gender, race, and education—were not invented in the nineteenth century. They had long existed and had been considered natural, inevitable, and indeed desirable. What was new in the nineteenth century was the rhetorical legitimacy of equality and the concept of citizenship as the basis of collective governance, as the centerpiece of centrist liberal ideology. This led, as we have seen, to the theorizing of the binary distinctions, the attempt to freeze them logically, to make de facto transiting across the boundaries not merely against the rules of society but against the rules of science. What was new as well were the social organizations created by all those excluded by these binary reifications in order to secure their liberation, or at least a partial

liberation, from the legal constraints. Each success of a particular group seemed to make easier by example and more difficult in practice the attempts of the next claimants of liberation. Citizenship always excluded as much as it included (MWS, 2011, Vol. 4, p. 217).

O que se pode perceber é que a construção de um sistema social no qual o ser humano seja reconhecido como tal, sem rótulos ou discriminações, terá que lidar com a herança pesada e insalubre que os sistemas históricos anteriores, inclusive o sistema-mundo moderno, legaram. O capitalismo histórico aproveitou-se negativamente dessa herança e a “classe universal” dos excluídos não foi capaz de se entender entre si e pleitear a efetivação da igualdade de todos os humanos. Contrariamente, eles se afogaram em contradições teóricas e deram ensejo à construção de maiores e mais perversas fraturas, pois vieram ancoradas na natureza e na ciência. Isso não pode ser creditado exclusivamente na conta dos capitalistas/burgueses. Grande parte da responsabilidade pesou e ainda pesa sobre os ombros do povo comum. Mesmo hoje, a população do globo encontra-se embriagada de hierarquias e discriminações, muitas subconscientes, impedindo que as pessoas se reconheçam como iguais em dignidade e merecedoras do mesmo respeito e atenção.

No que diz respeito ao Estado moderno, essa situação apenas favoreceu a inércia que manteve intocadas todas as tendências iniciadas no século XVI, mormente, a centralização do poder estatal, a ampliação da burocracia e dos exércitos, a coerção política exercida pelo sistema interestatal, a hierarquização do poder dos Estados, o aprofundamento da relação entre a acumulação capitalista e o aparato estatal, entre outros.

4.5 O Estado do bem-estar social e o Estado socialista

A obra analítica de WALLERSTEIN que trata do desenvolvimento histórico do sistema-mundo moderno, *The Modern World-System*, conta atualmente com quatro volumes que abarcam o período de 1450-1914. Até aqui, tentou-se sumarizar o pensamento desse autor sobre o Estado moderno no período assinalado. Contudo, é necessário preencher a lacuna do século XX, que viu o desabrochar de realidades novas e desafiadoras, das quais se destacam três: (a) a construção e o apogeu do Estado do bem-estar social; (b) a formação de Estados socialistas, orientados pelas doutrinas de origem marxista-leninista, aparentemente contrárias ao capitalismo histórico; (c) e a popularização do conceito de democracia como meta ou princípio dos governos mais “avançados”, associado ao início de um longo período de crise do sistema-mundo moderno, impactando, igualmente, as continuidades históricas que caracterizam o Estado moderno. Para tratar desses três tópicos, serão utilizados artigos publicados por

WALLERSTEIN, nos últimos anos, que sintetizam o seu pensamento, mesmo que sem o aprofundamento analítico e a ampla base empírica que constituem a metodologia de *The Modern World-System*.

A primeira metade do século XX foi marcada por uma acentuada fase bélica na disputa pela hegemonia do sistema-mundo. A dianteira britânica havia cessado em 1870, instaurando-se um período de equilíbrio de poder e exacerbação dos conflitos interestatais, com proeminência anunciada dos Estados Unidos da América e da Alemanha (DAP¹⁷⁶, 2003, p. 31-32). A disputa entre esses dois Estados degenera-se a nível bélico entre 1914-1945, com protagonismo das nações aliadas, França e Reino Unido. A posição vantajosa dos Estados Unidos, com uma economia e um poderio militar baseados no transporte marítimo-aéreo, além do distanciamento geográfico das principais zonas de guerra, lhe garantiu uma vitória com mínimos danos na sua infraestrutura produtiva (DAP, 2003, p. 32-33). Em 1945, os EUA assumem uma evidente posição hegemônica, concentrando, pelas próximas décadas, a grande maioria da riqueza produzida na economia-mundo.

Finda a guerra, o sistema-mundo inicia um esforço de reconstrução das principais nações centrais e passa por uma fase de extraordinário crescimento material entre 1945 e 1970. Havia enorme espaço para o desenvolvimento e expansão de atividades produtivas, em razão da depreciação da oferta e da demanda nas décadas anteriores. Os Estados Unidos iniciam um período de baixíssima concorrência às suas empresas e patrocinam a reconstrução da Europa Ocidental e do Japão, beneficiando-se enormemente (DAP, 2003, p. 36-37).

Concomitantemente, o cenário ideológico e geopolítico do sistema-mundo assume sombrias características. A ideologia socialista logra empreender seus projetos revolucionários em numerosos Estados do leste europeu e da Ásia. Nos Estados da Europa Ocidental, por sua vez, a mesma orientação socialista se destaca na cena política, contudo, com preponderância da estratégia reformista racional, típica do liberalismo centrista (DAP, 2003, p. 33). A Revolução Russa produziu, ao fim da guerra, a ascensão da União Soviética com destacado poder militar e grande influência geopolítica na porção oriental da Europa e em parte da Ásia. A despeito das inexpressivas mudanças que as revoluções comunistas produziram no funcionamento da economia-mundo capitalista, na superfície dos discursos político-ideológicos, as fraturas pareciam significativas (DAP, 2003, p. 34-35). Inicia-se, assim, uma fase de grande polarização ideológica e de luta de ideias associada ao temor bélico entre as duas denominadas “superpotências” que perdura até 1991.

¹⁷⁶ Abreviatura da obra *The Decline of American Power: the U.S. in a chaotic world*, publicada em 2003.

Foi nesse cenário que o sistema-mundo moderno testemunhou o surgimento de duas notórias e muito comentadas “inovações” ao nível do Estado moderno: o Estado do bem-estar social e o Estado socialista. Um olhar mais detido, contudo, alargando-se o espectro temporal a partir da longa duração, revela que muito pouco foi modificado na intimidade do aparato estatal. É a curta duração que ilude o observador, dando-lhe a entender que a história do capitalismo histórico terminou em alguns países apenas pela mudança de regime e de projeto político. O saldo do final do século XX demonstra que o capitalismo seguiu em plena e robusta operação por todo o período da Guerra Fria, a despeito da variação dos rótulos e dos discursos.

Essas duas “inovações” estão diretamente relacionadas aos conflitos ideológicos instaurados pela Revolução Francesa. Diante da normalidade da mudança política e do incômodo e difundido conceito de soberania popular, surgiram variadas ideologias que podem ser reduzidas às três já mencionadas: o conservadorismo, o liberalismo e o socialismo. Durante todo o século XIX, travaram-se batalhas nos cenários políticos dos Estados europeus, saindo vencedora a proposta do liberalismo que atraiu para si, sob a rubrica do reformismo racional, as demais ideologias. Uma sempre renovada fé no progresso sustentou os Estados liberais nos seus três pilares: (a) ampliação gradual do sufrágio, promovendo a inserção política das “classes perigosas”; (b) distribuição parcial dos benefícios da acumulação capitalista; e (c) formação de uma identidade nacional com desdobramentos imperialistas (AL, 2002, p. 239 e 259).

A aplicação das ideias liberais na conformação do aparato estatal ocorreu preponderantemente nos Estados centrais da economia-mundo. Nesses, os partidos socialistas adotaram a agenda do reformismo, rejeitando (se não teoricamente, ao menos na prática) intentos revolucionários, como pregavam as teorias marxistas (GEG¹⁷⁷, 1991, p. 84-85). O aprimoramento das condições de vida da classe trabalhadora seria obtido muito mais facilmente e com menos riscos e atritos por meio das reformas políticas, uma vez que havia espaço, mesmo que contido, para a participação política dessas classes.

Nos Estados autocráticos do leste, não houve, nessa época, a formação de um Estado liberal. A classe trabalhadora era continuamente reprimida, não ocorreu ampliação do sufrágio nem repartição dos benefícios da acumulação capitalista, que eram menores nessas localidades (GEG, 1991, p. 85-86). A efervescência política também afetou essas regiões e, em muitas delas, formaram-se organizações de trabalhadores e partidos socialistas. As insurreições eram comuns, mas pouco efetivas. Para os movimentos antissistêmicos dessas localidades, o caminho para a melhoria da condição de vida do povo não poderia ser o do reformismo racional. Ou eles

¹⁷⁷ Abreviatura da obra *Geopolitics and Geoculture: Essays on the changing world-system*, publicada em 1991.

esperavam a ocorrência de uma “revolução burguesa” e a formação de um Estado liberal, como previam as teorias, ou optavam desde já pela via revolucionária na tomada do poder do Estado. A última alternativa prevaleceu.

Situação similar era a das zonas periféricas sem autonomia política. O aparato burocrático-estatal dessas localidades era controlado em exclusivo interesse das nações colonizadoras. Não havia nem a mais remota possibilidade de ampliação do sufrágio ou de distribuição de benefícios econômicos, vez que, segundo a noção preponderante, os povos aí situados não haviam atingido a maioria para se autogovernarem, tidos, ainda, como incivilizados e necessitados da tutela europeia. Vastas regiões do globo encontravam-se nessa condição em 1945. Um movimento persistente de libertação nacional e descolonização se instalou, com o aval parcial e dúbio do poder hegemônico, os Estados Unidos. Em alguns anos, a grande maioria desses povos conquistou a emancipação política, nem sempre pela via pacífica.

Considerando esse cenário mundial pós-1945, no que tange ao controle do aparato estatal, o panorama era o seguinte, conforme assevera WALLERSTEIN:

The so-called Old Left in its three historic variants - Communists, Social-Democrats, and national liberation movements - all achieved state power, each in different geographic zones. Communist parties were in power from the Elbe to the Yalu, covering one-third of the world. National liberation movements were in power in most of Asia, Africa, and the Caribbean (and their equivalents in much of Latin America and the Middle East). And Social-Democratic movements (or their equivalents) had come to power at least rotating power, in most of western Europe, North America, and Australasia. Japan was perhaps the only significant exception to this global triumph of the Old Left (EW, 2000, p. 424-425).

Diante do triunfo da ideologia socialista, era de se esperar que os governos utilizassem o poder do aparato estatal para legislar o fim do capitalismo ou, ao menos, iniciar uma transição mais acentuada para o comunismo. Antes de tomarem o poder do Estado, essa era certamente a estratégia, em coerência com as teorias que embasaram racionalmente a ação política da esquerda (GEG, 1991, p. 85-86). Todavia, nada disso ocorreu. Em seu lugar, houve apenas uma mudança na feição dos Estados que deram origem às famosas variantes do Estado do bem-estar social e do Estado socialista.

O Estado do bem-estar social – diretamente relacionado à denominada “social democracia” – constituiu o aprofundamento da proposta liberal de reformismo racional nas zonas centrais (MWS, 2011, Vol. 4, p. 172-173). Até a véspera das grandes guerras, a conquista do sufrágio praticamente universal (masculino) estava difundida na Europa Ocidental e a formação de uma identidade nacional, completada. A repartição dos benefícios da acumulação capitalista também já ocupava as pautas políticas, especialmente com a intervenção estatal no ambiente de

trabalho mediante uma legislação social e protetora das condições laborais (MWS, 2011, Vol. 4, p. 140-141).

No período pós-1945, ocorre um grande avanço nas políticas redistributivas motivado por dois fatores conjunturais: (a) a mais notável fase de expansão material da economia-mundo capitalista, que vai de 1945-1970; e, (b) a ameaça ideológica do comunismo acirrada pelas tensões geopolíticas da Guerra Fria, em grande parte coreografadas (AL, 2002, p. 124; FDM, 2002, p. 46-48). A economia estava em franca expansão em todos os lugares, sobretudo nas zonas centrais, onde se acumulavam as maiores porções da riqueza mundial. A abundância material associada ao medo ideológico, que o tempo revelou ser infundado, criaram as condições ideais para a era do *Welfare State*. O triunfo da ideologia liberal do reformismo racional, que, nessa época, empolgava as massas com larga adesão dos partidos socialistas, deu o substrato cultural-ideológico para a mais expressiva experiência redistributiva do capitalismo histórico nas zonas centrais (CHC, 2001, p. 129-130; SDI¹⁷⁸, 2011).

Conforme sintetiza WALLERSTEIN:

Social-democracy had its apogee in the period 1945 to the late 1960s. At that time, it represented an ideology and a movement that stood for the use of state resources to ensure some redistribution to the majority of the population in various concrete ways: expansion of educational and health facilities; guarantees of lifelong income levels by programs to support the needs of the “non-wage-employed” groups, particularly children and seniors; and programs to minimize unemployment. Social-democracy promised an ever-better future for future generations, a sort of permanent rising level of national and family incomes. **This was called the welfare state.** It was an ideology that reflected the view that capitalism could be “reformed” and acquire a more human face (SDI, 2011, *negrito nosso*).

Em que medida isso representou uma ruptura com as tendências polarizadoras e hierarquizantes do capitalismo histórico? Tomando as fronteiras estatais como unidade de análise, o Estado do bem-estar social não é necessariamente incompatível com a acumulação capitalista. Muito pelo contrário, é um efeito desta e uma forma de legitimar politicamente o aparato estatal. Os gastos sociais apenas são viáveis em meio à abundância econômica com crescentes possibilidades orçamentárias. O desenvolvimento econômico, entendido como um aumento da acumulação de riqueza ao nível nacional, é, portanto, uma condição para a manutenção de um Estado do bem-estar social. E, considerando a persistente polarização das rendas reais que marcou a história do sistema-mundo moderno, “[the] social welfare efforts by governments have been

¹⁷⁸ Abreviatura do artigo-comentário intitulado: *The social-democratic illusion*, publicado em setembro de 2011 no sítio eletrônico que WALLERSTEIN mantém na internet (www.iwallerstein.com) e no qual ele divulga quinzenalmente breves comentários sobre a situação atual do sistema-mundo moderno, tomando como marco, seus estudos em análise do sistemas-mundo.

the payoff utilized to tame the ‘dangerous classes’, that is, to keep the class struggle within limited bounds” (DAP, 2003, p. 63).

Da mesma forma, alargando-se a unidade de análise para abarcar o espaço da economia-mundo, conforme propõe a metodologia da análise dos sistemas-mundo, o Estado do bem-estar social não necessariamente impõe uma descontinuidade ao capitalismo histórico. Sendo uma medida política aplicada apenas nas zonas centrais, em detrimento das vastas regiões periféricas, os gastos sociais redistributivos não prejudicaram a acumulação capitalista. Houve apenas uma redistribuição da riqueza a nível global, com a exportação da pobreza para além das fronteiras dos denominados Estados “desenvolvidos”, preservando-se, assim, a acumulação capitalista e seus efeitos concentrador e polarizador.

Todavia, se os ideais de igualitarismo e justiça social que o Estado do bem-estar social pretende realizar constituíssem a forma predominante de gestão do aparato estatal em todo o espaço do sistema-mundo, não haveria mais capitalismo conforme se conhece. Esse ponto, entretanto, ainda não foi atingido historicamente. A experiência do *Welfare State* restringiu-se às zonas centrais e semiperiféricas da economia-mundo e, mesmo nessas localidades, foi temporária, sofrendo um persistente revés a partir da década de 1970 até os dias atuais (SDI, 2011; DAP, 2003, p. 156).

Se o Estado do bem-estar social, conforme construído no período 1945-1970, não constituiu uma ruptura no sistema-mundo moderno, a numerosa ascensão de Estados socialistas, sobretudo no Oriente e na periferia, não teve um resultado muito diferente. Para perceber isso, contudo, é necessário devassar os véus ideológicos e discursivos que iludiram os analistas políticos ao longo do século XX. O caso mais emblemático é, certamente, o da União Soviética.

As teorias marxistas tornaram-se, a partir de meados do século XIX, a base teórica preponderante dos movimentos trabalhistas e dos partidos de esquerda. MARX fez suas análises e propôs um caminho de superação do capitalismo, realizando-se o progresso na história humana mediante a colaboração ativa da razão, como criam os herdeiros do iluminismo. O progresso, para ele, consistia na abolição da propriedade privada dos meios de produção, na superação das classes e na libertação do trabalho alienante, realizações da sociedade comunista. Nas suas previsões, o processo revolucionário de superação do capitalismo deveria ocorrer primeiramente no país mais industrializado, cujas forças produtivas estavam mais desenvolvidas, que, no século XIX, era o Reino Unido (GEG, 1991, p. 87). Com a organização do movimento sindical e dos partidos de esquerda no cenário político europeu, o candidato mais provável para iniciar a revolução passou a ser a Alemanha, por meio do Partido Social-Democrata Alemão (SPD), o

mais forte e estruturado da Europa no início do século XX (GEG, 1991, p. 87; FDM, 2002, p. 41-42).

A dianteira de Lenin com a Revolução de 1917 foi uma surpresa na época, uma vez que a Rússia parecia o candidato menos provável para dar a largada ao advento do comunismo, ao menos segundo as teorias. Um olhar retrospectivo revela que não (GEG, 1991, p. 88). A Rússia reunia as condições ideais para que a estratégia revolucionária fosse empreendida, visto que, nos Estados liberais do Ocidente europeu, a via reformista-integracionista havia prevalecido, especialmente no SPD (FDM, 2002, p. 42; PWE, 1984, p. 87-88). Conforme afirma WALLERSTEIN: “Russia was one of the few places that had a large group of urban workers (in absolute numbers, even if the percentage were small) and embryonic workers’ organizations, which however were subject to acute political suppression” (PWE, 1984, PWE, p. 87). Não havia sufrágio, tampouco um sistema parlamentar, de forma que a tomada de poder estatal por meio das eleições seguidas de reformas anticapitalistas não seria possível na Rússia. A via revolucionária era, portanto, a saída mais aconselhável para a concretização dos objetivos políticos do Partido Social-Democrata Russo, posteriormente, Partido Comunista da União Soviética (GEG, 1991, p. 85-86).

Uma vez exitosos no objetivo de assumir o poder do Estado, os bolcheviques iniciaram a implantação das suas políticas, enfrentando obstáculos reais que acabaram demandando soluções diversas daquelas propostas pelas teorias marxistas. Nesse contexto, WALLERSTEIN elenca quatro decisões geopolíticas do governo soviético que marcaram pontos de não retorno, alterando definitivamente a feição comunista-revolucionária da URSS.

São eles: (a) a retomada do projeto do Império Russo, logo depois da Revolução de 1917, com a subjugação das áreas vizinhas a fim de eliminar grupos políticos hostis nas suas fronteiras e conter a guerra civil; (b) a reorientação político-ideológica promovida pelo Congresso dos Povos de Baku em 1921, com a proclamação da doutrina do “socialismo em um só país” e a ênfase na luta anti-imperialista e de libertação nacional dos países coloniais ou semi-coloniais sob domínio europeu; (c) a reinserção da URSS no sistema interestatal em 1922, com a retomada das relações diplomáticas com a Alemanha, seguida pela entrada na Liga das Nações em 1933, o envolvimento na Segunda Guerra e a participação na fundação da ONU, representando a grande necessidade de reconhecimento do regime soviético pelos demais Estados, especialmente os marcadamente capitalistas como os EUA; (d) a dissolução da Terceira Internacional em 1943, abandonando-se o projeto de revoluções proletárias nos países mais “avançados” e o apoio aos movimentos de libertação nacional, a não ser quando dirigidos pelo Exército

Vermelho mediante a implantação de regimes comunistas alinhados e sob o predomínio de Moscou (FDM, 2002, p. 44-46).

No mesmo período, a política econômica soviética se caracterizou pela rápida industrialização e pelo desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Para tanto, adotou-se uma estratégia protecionista-mercantilista, associada à doutrina do “socialismo em um só país”. A meta era aumentar a acumulação socialista de capital. Como afirma WALLERSTEIN: “the CPSU now put forward in Marxist clothing a mercantilist strategy of ‘catching up’ and ‘surpassing’ rival states. Khrushchev cried: ‘We will bury you’. Thus accumulation was to be the mainspring of the socialist stage” (PWE, 1984, p. 89).

Todas essas medidas empreendidas pela URSS em 1917-1945, e desdobradas até 1991, marcaram a sua plena adaptação ao funcionamento da economia-mundo capitalista. A despeito dos objetivos revolucionários anticapitalistas originais, as limitações históricas acabaram normalizando a existência de Estados socialistas no sistema-mundo moderno. Para os Estados Unidos, a posição geopolítica da URSS serviu bem à preservação da sua condição hegemônica, pois lhe forneceu justificativa ideológica e conferiu legitimidade à política dos Estados ocidentais, mesmo depois que a fase do *Welfare State* entrou em decadência a partir de 1970 (GEG, 1991, p. 90). Após a dissolução da União Soviética em 1991, a legitimação das práticas capitalistas e da política do Estado moderno ingressou em grave crise, pois não havia mais o inimigo utilizado para obter apoio político e desviar a atenção das massas da face menos agradável do capitalismo histórico em seus próprios países, tais como a pobreza e a desigualdade.

A mesma conformação por que passou a URSS se deu igualmente com outros Estados socialistas não alinhados ao bloco soviético, notadamente a República Popular da China. Todos sofreram com a coerção vigorosa do sistema mundial de mercados e das relações interestatais. O fato era um só: não é possível implantar um regime verdadeiramente comunista em um Estado inserido em uma economia-mundo capitalista, pois, como demonstrou a análise dos sistemas-mundo, capitalismo não é uma característica de Estados ou de regimes políticos, mas de um sistema histórico que ocupa uma vasta zona conectada por uma divisão única do trabalho. Qualquer alternativa para o capitalismo deve, necessariamente, abarcar a totalidade do sistema social, mudando-lhe as diretrizes de funcionamento no longo prazo. Isso não ocorreu. O sistema-mundo moderno não sofreu descontinuidades históricas irreversíveis pelo advento de Estados socialistas.

Por conseguinte, tanto o Estado do bem-estar social quanto o Estado socialista foram variações transitórias da roupagem do Estado moderno, cabíveis no período pós-1945. O tempo demonstrou que elas não modificaram a natureza essencialmente capitalista da economia-

mundo, o propósito central da acumulação como motor da vida social moderna, a intervenção estatal nos mercados, a competição interestatal pelo capital circulante, a coerção externa do sistema interestatal sob a condução de um Estado hegemônico, entre outras características do sistema-mundo moderno.

Contudo, as experiências redistributivas levadas a efeito nesse período deram grande visibilidade às contradições do capitalismo histórico, notadamente a persistente desigualdade de riqueza e renda que ele provoca. Enquanto os mecanismos redistributivos estavam operando bem e as economias crescendo a ritmos acelerados, a esperança do igualitarismo e da justiça social continuava viva, ocultando as contradições. Entretanto, a partir da década de 1970, a economia-mundo ingressa em uma fase de expansão financeira e de desaceleração das atividades produtivas. Os orçamentos estatais tornam-se apertados e a capacidade fiscal diminui diante da enorme liberdade de circulação do capital. As revoluções de 1968 assinalaram o início de um período de verdadeira crise, pois, pela primeira vez na história do sistema-mundo moderno, as contradições operacionais do capitalismo histórico atingiram pontos culminantes. A memória da época de ouro de 1945-1970 converteu-se em um fantasma para todos os políticos e burocratas, incapacitados que estavam de repetir o feito, sem, contudo, poderem admitir publicamente sua incapacidade. A legitimidade que o liberalismo centrista vinha fornecendo ao Estado moderno desde o séc. XIX começou a esmorecer. Apenas a partir daí, pode-se falar em crise do Estado moderno.

4.6 O Estado moderno em crise

Falar sobre crises se tornou um lugar-comum nos dias atuais. Qualquer movimento menos favorável da economia ou da política dá motivos para o discurso público anunciar a decadência das instituições ou o advento de tempos mais sombrios. Esse uso indiscriminado da palavra “crise” tem suas razões no momento por que passa o mundo, contudo, é necessário definir o sentido da palavra conforme utilizada na obra de IMMANUEL WALLERSTEIN.

Esse autor utiliza a palavra crise para exprimir as fases caóticas dos sistemas sociais nas quais há a culminância de processos de contradição sistêmica que afetam, de forma irreversível, o equilíbrio de funcionamento do sistema nas suas estruturas mais íntimas e duradouras (WSA, 2004, p. 76-77; ICS, 2006, p. 270-272). No período de existência de um sistema social, que é, antes de tudo, um sistema histórico, há vários momentos em que o equilíbrio se abala, mas que não necessariamente provocam crises com a consequente extinção do sistema e sua substituição por outro ou outros. Os momentos de abalos demarcam o fim de um ciclo e o início de outro

similar. Por exemplo, o fenômeno dos Estados hegemônicos apresenta características cíclicas, com um período de ascendência e outro de declínio, reiniciando-se a partir de outras bases para voltar a repetir a mesma lógica (cf. item 3.4 *supra*). Assim aconteceu com a hegemonia das Províncias Unidas, da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos da América. Situações similares ocorreram nos três ciclos, todos inseridos em um tempo mais longo que é o da vida do sistema-mundo moderno. Da mesma maneira, se dá com os ciclos econômicos de expansão e contração dos processos de acumulação capitalista. Para as fases de declínio de um ciclo, WALLERSTEIN não utiliza a terminologia “crise”, visto que, sob o olhar da longa duração, o sistema social segue operante e com capacidade para reinstaurar o equilíbrio abalado.

Por outro lado, além dos tempos conjunturais de média duração que marcam a ocorrência dos ciclos, há o tempo de longa duração que assinala o período de vida de um sistema social, isto é, de uma totalidade social. Esse tempo é bastante extenso e abarca a formação, a consolidação e a decadência definitiva de uma forma de organização da vida social. Para os momentos finais da vida de um sistema social, WALLERSTEIN fala de crise, que, contudo, não é um fenômeno de curto prazo. A crise de um sistema social pode durar décadas ou até séculos e é concomitante a ela que se formam as bases do novo sistema, visíveis sob olhar retrospectivo apenas muito tempo depois. Assim, a fase de crise é essencialmente caótica e imprevisível, apresentando oscilações que podem iludir o observador desatento, visto que ela não segue as regularidades do passado, a não ser na aparência e apenas no curto prazo.

Falar de crise do Estado moderno implica necessariamente abordar a crise do sistema-mundo moderno, uma vez que, no campo da política, o Estado é a instituição mais duradoura e mais essencial ao funcionamento do capitalismo histórico. A pulverização das práticas capitalistas, para além do enclave da Itália setentrional, com a concomitante superação do feudalismo, se dá *pari passu* com a formação dos Estados modernos europeus. Como já exposto nesse trabalho, a acumulação capitalista apenas se torna o motor da vida social europeia no século XVI em razão do surgimento dos Estados modernos, do sistema interestatal, do comércio mundial e da divisão única do trabalho. Essas realidades se entrelaçaram e conferiram as bases de funcionamento do sistema-mundo moderno, passando a operar sob a mesma lógica.

Para compreender as razões pelas quais WALLERSTEIN entende que o sistema-mundo moderno está em crise, cujo marco temporal inicial, para ele, são as Revoluções de 1668, é necessário analisar a situação conjuntural da economia-mundo na segunda metade do século XX. Como já visto no item anterior, o período pós-1945 assinalou uma fase de grande expansão econômica associada ao apogeu da hegemonia dos Estados Unidos da América (DAP, 2003, p. 47). Por quase trinta anos, até o início da década de 1970, todas as regiões do globo

experimentaram, em diferentes graus, um avanço econômico extraordinário. Os movimentos de libertação nacional foram, na sua maioria, bem-sucedidos; o ideal do desenvolvimentismo inflava as esperanças das zonas periféricas; os governos socialistas lograram industrializar e desenvolver as estruturas econômicas dos seus países; as guerras diminuíram, a despeito da grande tensão ideológica; o sistema interestatal atingiu pontos culminantes do seu desenvolvimento com a fundação da Organização das Nações Unidas e de diversas organizações internacionais com grande atuação na ordem mundial, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial; a acumulação capitalista atingiu marcas inéditas e um movimento redistributivo global beneficiou uma parte considerável da população mundial, melhorando as condições de vida e trabalho das classes não-dirigentes (AOT¹⁷⁹, 1996, p. 210-211). De fato, uma nova era parecia despontar, afastando as lembranças dolorosas das guerras mundiais e conferindo uma aparência bastante humanista e igualitária ao capitalismo histórico.

No fim da década de 1960 e início da de 1970, a economia-mundo já apresentava sinais de diminuição das margens de lucro com a consequente realocação de investimentos. Isso não necessariamente afetou os ritmos de crescimento das economias medido pelo PIB, uma vez que esse índice não diferencia tipos de atividades econômicas (indústria, comércio, agricultura, finanças etc.). Contudo, perceberam-se impactos no mercado de trabalho, com a queda dos salários reais e o aumento do desemprego ou de formas mais irregulares e inseguras de emprego (AOT, 1996, p. 213). Esse cenário é perfeitamente compreensível a partir de uma perspectiva cíclica. Em 1945, as empresas norte-americanas apresentavam vantagem competitiva insuperável, em grande parte devido à desestruturação das economias centrais causada pelas guerras. Em 1970, contudo, com a reconstrução das economias da Europa Ocidental e do Japão, com amplo apoio dos Estados Unidos, a competição interempresarial aumentou consideravelmente, impactando os lucros (AOT, 1996, p. 212; DAP, 2003, p. 49). Ademais, as possibilidades de expansão das atividades produtivas diminuíram em razão do limite imposto pela demanda efetiva. Em 1945, havia oferta insuficiente e demanda reprimida. Em 1970, a oferta já excedia a demanda existente. Esse tipo de ciclo oferta/demanda repetiu-se inúmeras vezes na história do sistema-mundo moderno, sendo intrínseco aos processos de acumulação de capital.

Para remediar essa situação, observou-se a adoção de três medidas: (a) redirecionamento do capital acumulado para atividades financeiras e especulativas, visto que os lucros da

¹⁷⁹ Abreviatura da obra coletiva *The Age of Transition: trajectory of the world-system, 1945-2025*, publicada em 1996 e organizada por WALLERSTEIN. As páginas citadas, contudo, são de autoria do próprio WALLERSTEIN. Por isso, optou-se por manter a sistemática de citação das obras desse autor, utilizando-se apenas a abreviatura da obra, o ano de publicação e a página, omitindo-se o sobrenome do autor para evitar repetições (cf. nota de rodapé nº 4).

produção estavam comprimidos e exigiam investimentos de médio e longo prazo, logo, menos flexíveis; (b) realocação geográfica das atividades produtivas, de zonas centrais para a semiperiferia ou periferia, a fim de diminuir os custos com mão-de-obra (fenômeno conhecido como *runaway factories*); (c) aumento dos gastos e investimentos militares, sobretudo dos Estados Unidos, para estimular atividades produtivas e combater o desemprego (keynesianismo militar), com o consequente aumento do endividamento público (AOT, 1996, p. 212-213; DAP, 2003, p. 50-51).

Além da constrição das margens de lucro, dois outros episódios marcaram a década de 1970 e 1980. Em 1973, os principais países exportadores de petróleo, por meio da OPEP, promoveram uma diminuição deliberada da oferta, provocando aumento dos preços. O resultado foi o encarecimento de toda a cadeia produtiva, afetando a oferta e gerando problemas na balança de pagamentos de muitos países periféricos (DAP, 2003, p. 52). O excedente acumulado com o aumento dos preços do petróleo foi absorvido por poucos países exportadores e pelas grandes corporações petroleiras, tendo sido parcialmente redirecionado por meio de empréstimos a inúmeros aparatos estatais ao redor do mundo, especialmente das regiões periféricas e semiperiféricas (AOT, 1996, p. 212). Isso leva ao segundo marcante episódio desse período: a crise da dívida pública, que afetou agudamente as nações periféricas na década de 1980, requerendo a intervenção do Fundo Monetário Internacional com seus odiosos planos de ajuste estrutural (DAP, 2003, p. 52). O sonho desenvolvimentista do Terceiro Mundo desvaneceu em uma dramática realidade de desemprego, pobreza e desordem social.

Paralelamente, nesse mesmo período, a hegemonia norte-americana entra na fase de declínio. Os Estados Unidos perdem gradualmente suas vantagens competitivas na produção, no comércio e nas finanças em razão da ascensão da Europa Ocidental e do Japão. A partir de 1967, os EUA extinguem a taxa fixa oficial de conversão do dólar em ouro e abandonam progressivamente a conversibilidade dólar-ouro em transações internacionais (DAP, 2003, p. 49). Como consequência desse rearranjo monetário, os EUA perdem o controle efetivo sobre o mercado financeiro global, cuja direção passa a ser compartilhada com instituições bancárias de outros países (AOT, 1996, p. 218). Inicia-se a chamada multipolarização da ordem mundial, aprofundada mais intensamente com a extinção da União Soviética em 1991. No campo militar, os EUA amargam a derrota na Guerra do Vietnã em 1975, são desafiados abertamente por países da periferia, como o Irã, com a Revolução de 1979, e o Iraque, com a Guerra do Golfo na década de 1990. Esses envolvimento militares dos Estados Unidos, mesmo quando bem-sucedidos, demonstram o declínio do seu poder, visto que a força geopolítica de um Estado hegemônico se evidencia no acatamento da liderança sem a necessidade do uso da força. Essa

postura norte-americana continuou, especialmente depois dos ataques terroristas de 2001, agravando ainda mais a sua decadência no cenário internacional.

Todos esses fatos, contudo, são situações conjunturais marcando os pontos baixos de ciclos que se repetiram outras vezes na história do sistema-mundo moderno. A mera coincidência temporal da fase de declínio de um ciclo econômico e de um ciclo de hegemonia não são suficientes para justificar a tese da crise sistêmica.

O que fornece argumentos para qualificar a época atual como uma fase de crise do sistema-mundo moderno é uma apreciação das tendências seculares que sinalizam realidades de longa duração não diretamente relacionadas aos movimentos cíclicos. WALLERSTEIN define tendências seculares da seguinte forma:

A secular trend should be thought of as a curve whose abscissa (or x-axis) records time and whose ordinate (or y-axis) measures a phenomenon by recording the proportion of some group that has a certain characteristic. If over time the percentage is moving upward in an overall linear fashion, it means by definition (since the ordinate is in percentages) that at some point it cannot continue to do so. We call this reaching the asymptote, or 100 percent point. No characteristic can be ascribed to more than 100 percent of any group. This means that as we solve the middle-run problems by moving up on the curve, we will eventually run into the long-run problem of approaching the asymptote (WSA, 2004, p. 31).

Assim, as tendências seculares marcam realidades de um sistema histórico que vão se saturando ao longo do tempo em ritmo lento e mais ou menos constante em direção à assíntota (100%). Quando há completa saturação de uma realidade, ela não admite mais ajustes de médio prazo, mas apenas uma total reestruturação, mormente quando a sua culminância importa em impossibilidade de funcionamento da característica central de um sistema. No caso do capitalismo histórico, o motor da vida social é a acumulação incessante de capital, em função do qual todos os fenômenos estão direta ou indiretamente subordinados. Quando se saturarem os mecanismos de ajuste cíclico que possibilitam o reinício de ciclos de acumulação, o sistema social na sua totalidade passará por uma reestruturação profunda, isto é, por uma crise.

WALLERSTEIN identifica três tendências seculares do sistema-mundo moderno que estão atingido suas assíntotas na época atual: (a) desruralização do mundo e seus impactos na remuneração da força de trabalho; (b) exaustão ecológica com o crescente aumento dos custos de insumos primários associada à pressão por internalização de custos ambientais; e, (c) democratização da política com o crescente impacto fiscal produzido pelas demandas populares por serviços estatais (DAP, 2003, p. 58-63; AOT, 1996, p. 224 e ss.; FDM, 2002, p. 62-66).

A desruralização está intimamente relacionada com a fixação da remuneração pelo trabalho, que, por sua vez, varia conforme as relações de força e organização política de trabalhadores em face de empregadores (DAP, 2003, p. 58). Ao longo da história do sistema-mundo

moderno, o trabalho assalariado tem crescido persistentemente, mesmo que a um ritmo bem mais lento do que previam as teorias. Paralelamente ao trabalho assalariado, existiam outras formas mais “baratas” de controle da força de trabalho, tais como a servidão e o trabalho escravo (cf. item 2.3 *supra*). O que as análises de WALLERSTEIN revelaram é que a multiplicidade de formas de controle do trabalho é absolutamente essencial para a sustentação da acumulação capitalista (MWS, 2011, Vol. 1, p. 127). A completa proletarização da força de trabalho provocaria pressões ascendentes sobre os salários reais que impactariam diretamente as margens de lucro. Como as formas inferiores de controle do trabalho truncavam a circulação da riqueza e afetavam a demanda efetiva, elas foram gradualmente superadas. Ademais, as formas coercitivas e altamente exploratórias de trabalho encontraram empecilhos na democratização dos aparatos estatais, passando a ser consideradas ilegais. Assim, com o avançar histórico do sistema-mundo moderno, o trabalho assalariado tornou-se a forma mais duradoura de controle da força de trabalho.

Para remediar a pressão ascendente nos salários reais causada pela organização da força de trabalho e pela democratização da política, os capitalistas promoveram “[the] relocation of given sectors of production to other zones of the world-economy that are on the average lower-wage areas” (DAP, 2003, p. 59). Esse mecanismo de ajuste foi utilizado inúmeras vezes e foi uma das causas pelas quais o sistema-mundo moderno passou por sucessivas expansões espaciais com a incorporação de novas zonas na condição periférica. As áreas rurais do globo compunham a principal “reserva” de força de trabalho que poderia ser inserida na divisão única do trabalho por meio do assalariamento da mão-de-obra, isso apenas quando as formas mais exploratórias e coercitivas não estavam disponíveis (AOT, 1996, p. 224). O deslocamento de populações rurais para as zonas urbanas tem sido uma constante na história do sistema-mundo moderno, uma vez que apresenta o duplo benefício de transformar a terra em mercadoria (cercimentos, apropriação privada de terras comuns) e aumentar o contingente de mão de obra a baixo custo inicial (DAP, 2003, p. 59). Em médio prazo, todavia, os novos trabalhadores assalariados se organizam politicamente e acabam pressionando por aumento dos salários. Logo, o baixo custo do trabalho nessas zonas é um fenômeno transitório, exigindo dos capitalistas novas e sucessivas realocações (FDM, 2002, p. 63).

Por conseguinte, a utilização periódica do mecanismo de realocação geográfica da produção para reinaugurar os ciclos de acumulação produziu a tendência secular da desruralização (DAP, 2003, p. 60). Hoje, há poucas zonas disponíveis de onde extrair mão de obra de baixo custo, uma vez que o globo inteiro se encontra inserido na economia-mundo capitalista. Em alguns anos, as populações rurais alheias ao mercado de trabalho irão desaparecer (FDM, 2002,

p. 62). Isso não significa que os capitalistas ficarão desprovidos de opções para pressionar para baixo o custo da mão de obra. Contudo, eles terão que operar nas localidades onde estão situados, considerando todo o cenário desfavorável de organização política dos trabalhadores e de democratização do aparato estatal, de maneira que as denominadas “reformas trabalhistas”, visando a precarizar o trabalho, serão cada vez mais custosas e difíceis de ser empreendidas (DAP, 2003, p. 60). O resultado em médio e longo prazo será “[the] rise of the real wage level as a percentage of costs of production, calculated as an average throughout the whole world-economy” (DAP, 2003, p. 58).

A segunda tendência secular acentuada na segunda metade do século XX é a exaustão ecológica. Durante toda a história do sistema-mundo moderno, os produtores não arcaram com a totalidade dos custos dos insumos primários ou com os custos gerados pela insustentabilidade ambiental de determinados processos produtivos (FDM, 2002, p. 63). A regra era a externalização de custos ambientais, seja impondo danos ecológicos, seja utilizando matéria-prima sem arcar com os custos de renovação das fontes produtivas (e.g., exaustão dos solos, poluição dos mananciais, desmatamento) (DAP, 2003, p. 61-62). Todos esses impactos geram custos não diretamente arcados pelo produtor que explora tais recursos em uma atividade lucrativa. Logo, os custos externalizados aumentavam as margens de lucro transferindo os prejuízos para a coletividade presente ou futura.

Essa forma de gestão das atividades produtivas sustentou a acumulação capitalista por vários séculos, em razão da grande abundância de recursos naturais e da existência de novas zonas não integradas aos processos capitalistas de produção. Com os sucessivos avanços industriais a partir do século XIX, o impacto ecológico da produção cresceu enormemente. O grande aumento do consumo de bens, a expansão demográfica e a total incorporação do globo na economia-mundo capitalista, ocorridos no século XX, impuseram uma grande e inédita pressão ambiental. Em razão disso, as décadas de 1970 e 1980 viram surgir, pela primeira vez na história do sistema-mundo moderno, uma preocupação política séria com o problema da exaustão ecológica em nível mundial (AOT, 1996, p. 225). Isso demonstra que a prática de externalização de custos ambientais como elemento de composição das margens de lucro está seriamente ameaçada.

Ao que se pode perceber até agora do debate acerca dos problemas ecológicos, todas as opções existentes impõem um fardo insuportável à acumulação incessante de capital. Seja advogando pela total internalização de custos ambientais por parte do produtor, seja transferindo a responsabilidade de recuperação do meio ambiente para os aparatos estatais com o consequente aumento da carga tributária, o resultado é a impossibilidade de continuação da

acumulação capitalista conforme o mundo a conheceu nos últimos quinhentos anos (FDM, 2002, p. 116). A questão ambiental é tão problemática que nenhuma solução foi verdadeiramente empreendida em larga escala, deixando o mundo inteiro em estado de ansiedade e receio acerca do futuro. Na visão de WALLERSTEIN, não há saída para o dilema ecológico no contexto do sistema-mundo moderno, uma vez que todas as soluções atualmente disponíveis inviabilizariam a acumulação incessante de capital (FDM, 2002, p. 116-117; DAP, 2003, p. 62). Como ainda não se encontrou uma forma de racionalidade econômica que não vise à acumulação como objetivo central, é natural que muito pouco se tenha feito acerca dos problemas ambientais.

A terceira tendência secular é a democratização dos aparatos estatais, fato iniciado nos Estados europeus durante o século XIX para se disseminar, posteriormente, em nível global (FDM, 2002, p. 64). O que WALLERSTEIN denomina de “democratização” é o aumento persistente das demandas populares por serviços públicos (educação e saúde) e benefícios sociais e previdenciários sob responsabilidade dos Estados (DAP, 2003, p. 63; p. 157). Depois das profundas mudanças estruturais que a Revolução Francesa produziu a nível cultural-ideológico no sistema-mundo moderno, tem sido constante a pressão por inclusão social e política com a consequente redistribuição de excedentes em favor das classes populares. Isso produziu uma elevação gradual da carga tributária e dos gastos públicos.

Por muitos anos, contudo, havia grande disponibilidade de excedentes para custear essas novas tarefas dos Estados, que, inicialmente, eram muito incipientes e beneficiavam uma porção diminuta da população mundial (basicamente, os cidadãos dos Estados centrais). A partir de meados do século XX, contudo, a ideia dos gastos sociais se espalha pelo mundo, associada aos movimentos de libertação nacional e às políticas desenvolvimentistas (WSA, 2004, p. 82-83). O cenário econômico favorável de 1945-1970 forneceu bases de viabilidade para esse tipo de política fora do ambiente europeu. Os reveses econômicos pós-1970, entretanto, ascenderam o alerta acerca da impossibilidade de se manterem políticas de bem-estar social em longo prazo. Como consequência:

For the first time in at least 200 years, governments are seeking to cut back everywhere on previous levels of expenditures on social services of all kinds. But this is the very moment where populations are pressing for a significant increase in government expenditures on social services of all kinds. Furthermore, the movements of the ethnic understrata and of women are insisting precisely on a further and special increase of these services to them as previously neglected groups. Quite obviously, this is a scissors effect of the sharpest sort, and expresses itself as the 'fiscal crises of the states' (AOT, 1996, p. 235).

Todavia, o apelo retórico e discursivo que os governos fizeram e têm feito em favor do bem-estar humano e da justiça social no último século constituem um ponto de não-retorno (AOT, 1996, p. 234). As classes médias e baixas não admitiriam uma mudança de orientação

da política dos Estados. Por isso, a democratização do mundo é uma tendência secular de difícil reversão no sistema-mundo moderno. As possíveis soluções seriam o aumento da carga tributária para financiar as crescentes despesas com serviços públicos, pressionando a acumulação de capital; ou a promoção de cortes e reduções, sob o argumento da impossibilidade orçamentária, o que afetaria a estabilidade política e a legitimidade dos aparatos estatais (AOT, 1996, p. 235-236; DAP, 2003, p. 63). Não fazer nada acerca da crise fiscal dos Estados é, igualmente, prejudicial, pois o aumento exagerado da dívida pública afeta a confiança macroeconômica ocasionando redução de investimentos e estagnação econômica (AOT, 1996, p. 235). Em qualquer dos cenários, portanto, a tendência secular da democratização interfere na continuidade do processo de acumulação de capital.

Essas três tendências seculares indicadas por WALLERSTEIN estão, nos dias atuais, atingindo suas assíntotas. Como elas não admitem soluções fáceis de curto e médio prazo, é possível afirmar que o sistema-mundo moderno está, de fato, passando por uma verdadeira crise. A coincidência da saturação dessas tendências com os problemas cíclicos dos anos de 1970-1990 apenas agravou ainda mais o cenário.

No que tange ao Estado moderno, WALLERSTEIN observa que, a partir da década de 1970, ocorre uma reversão na tendência secular de crescimento e expansão do poder estatal (DAP, 2003, p. 64 e ss.; FDM, 2002, p. 108; AOT, 1996, p. 236-237). Como já visto neste trabalho, o Estado moderno experimentou, desde sua formação nos séculos XV-XVI, um movimento gradual e ascendente de fortalecimento da sua soberania, interna (diante de autoridades políticas regionais) e externamente (diante de outros Estados organizados no sistema interestatal). Essa tendência não se modificou com a difusão da ideia de soberania popular a partir da Revolução Francesa. Muito pelo contrário, a burocracia estatal foi amplamente fortalecida a partir do século XIX, ancorada na geocultura legitimadora do liberalismo centrista. Essa tendência de longa duração (o estatismo) é consentânea com o equilíbrio de funcionamento do sistema-mundo moderno, diferente das três acima mencionadas que lhe são contrárias.

No último quartel do século XX, contudo, o antiestatismo se difunde e o Estado ingressa em grave crise de legitimidade. Como assevera WALLERSTEIN:

(...) os Estados estão, pela primeira vez após 500 anos, em uma curva descendente em termos da sua soberania, interna e externamente. Isto não se deve a uma transformação das estruturas econômicas mundiais, mas sim a uma transformação da geocultura e, acima de tudo, à perda de esperança das massas populares no reformismo liberal e seus avatares à esquerda. É claro, a mudança na geocultura é consequência de transformações na economia mundial, principalmente do fato de que muitas das contradições internas do sistema alcançaram um ponto em que já não é mais possível promover ajustes que resolvam mais uma vez a questão, de modo a ver-se uma renovação cíclica do processo capitalista (FDM, 2002, p. 108).

A causa central da crise de legitimidade dos aparatos estatais é a falência da proposta do liberalismo centrista de reformismo racional, em grande parte sustentada pela esperança no futuro e na inevitabilidade do progresso. Para WALLERSTEIN, o ponto de inversão da tendência do estatismo são as Revoluções de 1968, que desafiaram profundamente a realidade cultural-ideológica do sistema-mundo moderno (FDM, 2002, p. 104 e ss.; WSA, 2004, p. 84-85).

WALLERSTEIN considera que as manifestações iniciadas em 1968, espalhadas em várias localidades do mundo, com especial participação da geração nascida depois de 1945, apresentaram dois temas principais de protesto: (a) o questionamento da hegemonia dos Estados Unidos e sua liderança do sistema interestatal, com a aquiescência da União Soviética; e (b) a oposição às estratégias políticas da Velha Esquerda, que, nessa época, já haviam chegado ao poder estatal em grande parte do globo nas suas variações de partidos sociais-democratas, movimentos de libertação nacional e partidos socialistas (GEG, 1991, p. 65-70).

Os argumentos dos manifestantes pautavam-se nos poucos resultados que a Velha Esquerda logrou produzir depois de décadas de controle (permanente ou alternado) do poder estatal (GEG, 1991, p. 69-70). O liberalismo centrista procurou responder às demandas populares irrompidas no século XIX com um pacote mais ou menos circunscrito de reformas racionais e progressivas, tais como a ampliação do sufrágio e a redistribuição parcial de excedentes para determinados grupos sociais (e.g. trabalhadores do mercado formal). O ritmo das reformas, contudo, era lento e apelava sempre para a esperança em um futuro que seria melhor, visto que o progresso era inevitável (FDM, 2002, p. 104-105).

Na sua essência, as demandas populares tinham conteúdo profundamente democrático, sumarizado no ideal revolucionário francês de “liberdade, igualdade e fraternidade”. Levar esse ideal a sério, todavia, importaria na superação do capitalismo histórico, pois inviabilizaria a acumulação de capital conforme conhecida desde o século XVI (FDM, 2002, p. 104). O liberalismo centrista, portanto, ofereceu o que era possível, tentando se justificar a partir de promessas de melhoria permanente e de fé na razão e na ciência. Por um certo tempo, essa tática funcionou. Entretanto, em algum momento as classes populares perceberiam que a melhoria das condições gerais de vida não viria como prometido, pelo menos não por meio dos aparatos estatais. Esse momento veio em 1968, coincidindo com a mudança cíclica da economia-mundo para uma fase de estagnação econômica e declínio da hegemonia norte-americana (EW, 2000, p. 426).

Os efeitos políticos imediatos de 1968 foram inexpressivos. As manifestações seguiram por mais alguns anos e depois se extinguíram. Contudo, a semente da desilusão acerca das promessas liberais estava definitivamente plantada, alterando irreversivelmente a geocultura do sistema-mundo. Conforme sintetiza WALLERSTEIN:

(...) the consequences have been great, and particularly negative for the Old Left – first the national liberation movements, then the Communist parties (leading to the collapse of the Communist regimes of eastern Europe in 1989), and finally the Social-Democratic parties. These collapses have been celebrated by liberals as their triumph. It has rather been their graveyard. For liberals find themselves back in the pre-1848 situation of pressing demand for democracy – for far more than the limited package of parliamentary institutions, multi-party systems, and elementary civil rights; this time for the real thing, a genuine egalitarian sharing of power. And this latter demand was historically the bugbear of liberalism, to counter which liberalism had offer its package of limited compromises combined with seductive optimism about the future. To the extent that today there is no longer a widespread faith in rational reformism via state action, liberalism has lost its principal politico-culture defense against the dangerous classes (EW, 2000, p. 428).

O resultado embaralhou novamente o cenário das ideologias políticas, voltando o liberalismo a competir com as vertentes conservadoras e socialista-radicais. Em razão do desfazimento do consenso liberal centrista, ocorre o movimento de reação conservadora da década de 1980 e 1990, sob a alcunha de “neoliberalismo”, encabeçado por Ronald Reagan e Margaret Thatcher (WSA, 2004, p. 86). Essa reação apresentou um forte conteúdo antiestatal, empreendendo políticas de desmonte da máquina pública e redução de carga tributária, com grande impacto nos gastos sociais. O surgimento de partidos e governantes populistas de extrema-direita também é um indicio do cenário político caótico característico da fase de crise do sistema-mundo moderno.

A perda de legitimidade do Estado moderno é, portanto, um fenômeno persistente na fase atual da história. A desilusão com a política estatal fomenta um clima de insegurança e instabilidade, capaz de afetar até a ordem pública, uma das maiores conquistas da modernidade por obra do Estado (DAP, 2003, p. 65). Ao mesmo tempo em que as demandas populares por serviços públicos e políticas redistributivas não param de aumentar, há uma rejeição geral quanto ao aumento da carga tributária (DAP, 2003, p. 63). Isso cria um paradoxo de complicada resolução, pesando inelutavelmente na continuidade da acumulação incessante de capital como motor da vida social moderna.

É nesse cenário de deslegitimação e antiestatismo que as ideias democráticas retornam retumbantes, como se o crepúsculo do Estado moderno fosse correlato à alvorada da verdadeira democracia. Isso não significa que haja total incompatibilidade entre um aparato burocrático estatal, conforme se conhece, com a realização do ideal democrático de igualdade, liberdade e fraternidade. Contudo, são patentes as limitações apresentadas pelo Estado moderno no atendimento das demandas populares, que em essência, pedem por uma sociedade global mais igualitária. Democracia não se resume, portanto, a liberdades civis formais, sufrágio ou eleições periódicas pautadas em um sistema multipartidário (DAP, 2003, p. 166).

Por mais de um século, o liberalismo centrista conseguiu canalizar para si os anseios democráticos, racionalizando-os sem afetar o funcionamento da economia-mundo. Entretanto, a pauta limitada do liberalismo foi desmascarada e o problema não resolvido da soberania popular retornou mais perigoso ainda.

Os mais prejudicados com a descrença do Estado são os capitalistas, a despeito de muitos deles patrocinarem políticas de desmonte e deslegitimação estatal (FDM, 2002, p. 106). Sem a força dos aparatos estatais é muito difícil sustentar a acumulação capitalista a médio e longo prazo, conforme já exposto nesse trabalho. É por isso que a decadência do Estado moderno se soma às demais tendências seculares acima mencionadas para evidenciar, sem sombra de dúvida, que o sistema-mundo moderno está em crise terminal.

No que tange às possibilidades para o futuro, WALLERSTEIN considera que os momentos de crise são muito importantes na definição de rumos do novo sistema ou sistemas que estão em formação. Isso porque, durante um período de crise, o sistema está longe do seu ponto de equilíbrio e tem pouca força para constranger ações individuais contrárias ao seu modo de funcionamento. Há, portanto, maior liberdade individual nas escolhas políticas, de forma que decisões tomadas por pequenos grupos podem gerar grande impacto no todo (UTP¹⁸⁰, 1998). Para compreender o futuro do Estado, portanto, é necessário observar, na sociedade, os movimentos aparentemente inofensivos e, às vezes, surpreendentes que uma fase caótica pode produzir. As próximas décadas, contudo, serão de grande indefinição e incerteza. O destino da política no século XXI está sendo moldado pelas gerações presentes. É necessário fazer escolhas valorativas conscientes e evitar os equívocos dos sistemas históricos anteriores.

¹⁸⁰ Abreviatura da obra *Utopistics or Historical choices of twenty-first century*, publicada por WALLERSTEIN em 1998.

CAPÍTULO 5 – SÍNTESE TEÓRICA E POSSIBILIDADES PARA O FUTURO

5.1 O Estado moderno e suas peculiaridades em resumo¹⁸¹

A concepção de WALLERSTEIN acerca do Estado moderno apresenta inúmeras peculiaridades, quando comparadas às diversas teorias jurídicas, políticas e filosóficas concebidas a esse respeito. O primeiro elemento peculiar é que o Estado moderno é uma instituição de uma economia-mundo capitalista. A moldura na qual surgem e se consolidam os aparatos estatais é a de um espaço econômico alargado, necessariamente transestatal, conectado por uma divisão única do trabalho que produz uma estrutura econômica axial (centro-semiperiferia-periferia). As relações econômicas comuns são ligadas por meio de um mercado mundial, a partir do qual são definidas as leis da troca e do valor. Nenhum Estado, no período moderno, conseguiu ter, verdadeiramente, uma economia nacional com bastante autonomia para se manter alheia aos movimentos do mercado mundial. Muito pelo contrário, o sucesso do Estado moderno dependeu da sua inserção na economia-mundo, competindo com os demais Estados por posições de vantagem na estrutura axial.

Essa forma de circunscrever a realidade do Estado moderno já altera permanentemente suas características, dando-lhe um colorido próprio, uma concretude histórica. Olhando dessa maneira, o Estado ganha uma especificidade que as teorias mais abstratas não conseguem captar. Ademais, ele assume uma diferenciação geográfica, sendo encontrado apenas no interior da economia-mundo em convivência obrigatória com outros Estados.

No que tange à caracterização da economia-mundo, o elemento mais importante é seu aspecto capitalista. O capitalismo histórico é a marca de funcionamento desse sistema social surgido no longo século XVI na Europa e que hoje envolve todo o globo. As contribuições de WALLERSTEIN na definição do capitalismo somam-se às de BRAUDEL para compor uma descrição distinta da usual. Para esses autores, o capitalismo tem como meta central a acumulação incessante e a autoexpansão do capital. A ordem econômica ganha preponderância sobre as demais ordens da vida social e passa a dirigi-las. Os esforços da coletividade se direcionam no sentido da acumulação, mesmo que ela se dê apenas em benefício de poucos. Qualquer ator

¹⁸¹ Este item pretende sintetizar os argumentos teóricos apresentados ao longo do trabalho acerca da concepção de Estado moderno proposta por WALLERSTEIN. Como as teses desse autor já foram expostas nos capítulos anteriores, com as respectivas referências bibliográficas, a exposição aqui não conterà referências, uma vez que não serão inseridas ideias novas. O texto será escrito com maior liberdade, expondo-se, com as palavras deste mestando, sem citações diretas ou indiretas, a interpretação que se pôde fazer da obra de WALLERSTEIN. Eventualmente, serão citados alguns trechos de obras complementares que resumem determinadas ideias-chave para a compreensão da síntese que se pretende fazer.

social que pretenda agir com propósito diverso sofrerá as constrações do sistema, seja minimizando-lhe o campo de ação, seja impondo-lhe severas limitações.

Assim, no sistema-mundo moderno é impossível empreender, no longo prazo, uma atividade econômica cuja meta não seja a da acumulação. A racionalidade econômica moderna se estruturou, portanto, em torno da ideia do lucro e da eficiência. E isso vai ainda mais longe. Qualquer atividade social, não necessariamente econômica, tem seu sucesso de longo prazo subordinado ao interesse ou à convivência daqueles que dirigem a acumulação capitalista. Em outras palavras, todas as pessoas estão vinculadas à meta da acumulação, mesmo que a contragosto ou sem receber qualquer vantagem.

A força coercitiva do propósito capitalista equivale a outras forças de sistemas sociais pretéritos, como a vontade política do império, a teologia da religião dominante, os mitos fundantes da história de um povo, a supremacia de determinados estamentos sociais sustentada por justificativas transcendentais, os interesses bélicos de um chefe da guerra etc. Na história da humanidade, há sempre um grupo diminuto de pessoas ditando as diretrizes de coletividades inteiras. O que separa o capitalismo histórico dos sistemas sociais anteriores é que nele, pela primeira vez na história, a ordem econômica passou a subordinar as demais. Em todos os outros sistemas, havia interesses políticos, culturais, ideológicos ou religiosos submetendo a economia. Hoje, a ordem se inverteu. Surgiu o homem econômico.

Definir a finalidade de uma totalidade social é algo complexo, pois se confunde, de certa forma, com o próprio fim do humano, com uma “natureza humana”. Este trabalho não abordou tais temas. Contudo, é forçoso reconhecer que eleger objetivos econômicos como razão de ser de um sistema social, impõe uma concepção muito limitada da vida humana¹⁸², que acaba por se reduzir a fenômenos monetarizados de troca, sobrevivência e reprodução da espécie. Durante a fase de crise sistêmica atual, é necessário refletir sobre isso de forma que se possam tomar decisões diferentes acerca das prioridades da vida, compondo o sistema social do futuro com coloridos menos econômico-materiais.

Outro elemento definidor da economia-mundo é a estruturação axial dos papéis econômicos entre centro, semiperiferia e periferia. A divisão do trabalho é única, mas a especialização funcional envolve uma hierarquia que se traduz em uma acumulação de capital que é, ao mesmo

¹⁸² Não trato aqui acerca da validade ou do mérito do materialismo histórico como método de compreensão da realidade social. Apenas questiono a irracionalidade do capitalismo em pretender limitar a vida humana à expansão e concentração da riqueza material. Nos sistemas sociais pretéritos, a classe dos mercadores, que atuava a partir da racionalidade do lucro e da eficiência, não ditava o funcionamento do todo. Havia outros interesses, superiores a esse tipo de racionalidade, dirigindo a vida social. No capitalismo histórico, contudo, as pessoas foram acorrentadas à racionalidade econômica, que invadiu as esferas da cultura, da religião, da política, dos costumes. Essa concepção é demais limitante e provocou muitas das mazelas que se conheceram no período moderno.

tempo, um fenômeno de classes com desdobramentos geográficos. Então, há a classe diminuta dos capitalistas que se apropriam da maior parte da riqueza produzida, em detrimento das classes médias e baixas, que recebem uma parcela menor. Mas há, igualmente, variações geográficas na acumulação, de forma que o capital flui em maior grau para determinadas zonas (centro) em desfavor de outras (periferias).

O mercado mundial, portanto, nos seus fluxos comerciais transestatais faz deslocar o capital para determinadas regiões com mais generosidade mediante mecanismos como a desigualdade nos termos de troca (*unequal exchange*), a exploração colonial, e outras formas não-econômicas de intervenção no comércio. Essa concepção adotada por WALLERSTEIN, derivada dos teóricos latino-americanos da dependência, se opõe à tese tradicional das vantagens comparativas que exaltam as virtudes do comércio internacional como igualmente benéfico para todas as nações. É inegável que há inúmeros benefícios nas trocas comerciais externas. Contudo, na configuração capitalista moderna, as vantagens são distribuídas desigualmente, principalmente em razão da interferência de mecanismos extraeconômicos manejados pelos aparatos estatais. Em outras palavras, o comércio internacional sob o capitalismo histórico fez ampliar a desigualdade de riqueza e prosperidade entre os Estados, em vez de nivelá-las, como previam as teorias tradicionais.

Esse contexto econômico particular tem grandes impactos na concepção teórica acerca do Estado moderno. Na obra de WALLERSTEIN, não há sequer diferenciação analítica entre as realidades econômica e política, pois o grau de interpenetração entre elas é tão intenso que é difícil separá-las, mesmo que para fins teóricos. Esse autor expõe as características do sistema-mundo moderno a partir de temas básicos (e.g., divisão europeia do trabalho, a monarquia absoluta e o estatismo, os Estados centrais, as zonas periféricas, a hegemonia holandesa, a disputa franco-britânica pela hegemonia do sistema-mundo etc.), porém a explicação envolve sempre elementos econômicos, políticos, culturais e ideológicos. O que se pretendeu neste trabalho foi reunir os argumentos do autor sobre o Estado moderno. Como foi possível perceber até aqui, esses argumentos transitam por todas as esferas da realidade social, sem especificação. Essa característica de WALLERSTEIN está de acordo com a proposta metodológica da análise dos sistemas-mundo, especialmente com a unidisciplinaridade.

Os Estados modernos surgem na Europa no contexto da crise do feudalismo europeu. A grande desordem provocada pela desarticulação do sistema feudal fez despertar a necessidade da existência de um aparato político com dimensões suficientes para assegurar a ordem pública em determinado território. A estrutura descentralizada dos feudos não lograva mais êxito no desempenho dessa tarefa. O Estado moderno surge, então, para suprir, inicialmente, essa

necessidade. Ele se forma em torno das cortes dos monarcas, que eram nobres com uma dinastia mais tradicional e com maior influência em determinada região.

Concomitantemente, a Europa passa por um período de grande expansão geográfica, com o descobrimento da América, que produziu impactos irreversíveis na economia. Inicia-se um longo processo de modificação das práticas econômicas em consequência do florescimento do comércio internacional que se dá nesse período. Durante o feudalismo, a Europa não havia conhecido se não o comércio de longas distâncias, no qual circulavam basicamente *luxuries*, ou o comércio local dos excedentes da produção feudal. No longo século XVI, surge um comércio mais amplo com o intercâmbio de bens de consumo diário em grandes quantidades. Isso modifica o panorama das relações de produção europeias, contribuindo para a formação da divisão única do trabalho e da estrutura centro-periferia.

As práticas capitalistas, já bem conhecidas dos mercadores de longa distância, sobretudo nos centros comerciais tradicionais do medievo, são difundidas para outros setores da atividade comercial. O grande volume de riqueza que elas produziam, fato notório em razão do sucesso das cidades-estados italianas nos séculos XII a XIV, chamou a atenção dos monarcas. Forma-se um ambiente de competição interestatal pelo capital circulante em todo o espaço europeu. Os nascentes aparatos estatais iniciam ajustes com os mercadores detentores da riqueza da época. Ao mesmo tempo, a produção agrária europeia se modifica devido aos estímulos do comércio mundial. Dá-se, então, uma longa transição na Europa de um modo feudal de produção para uma lógica capitalista, ou, como propõe ARRIGHI, entre o poder capitalista difuso para o poder capitalista concentrado.

Nesse sentido, o longo século XVI viu o nascimento de duas figuras: o Estado moderno e a economia-mundo europeia, esta operante conforme à racionalidade capitalista do lucro e da eficiência. Não é possível afirmar que um tenha sido a causa do outro. Todavia, seu surgimento concomitante criou condições favoráveis para que eles conseguissem se consolidar como realidades sociais de longo prazo, um apoiando e recebendo apoio do outro.

Disso, extrai-se o segundo elemento peculiar do Estado moderno: seu poder político deriva da acumulação capitalista e é sustentado por ela. Essa é, certamente, uma das contribuições mais expressivas de WALLERSTEIN. Ao romper a divisão disciplinar que cristalizou o estudo da economia e da política em campos distintos, esse autor pôde perceber as numerosas relações de interdependência que se formaram entre a classe capitalista e o aparato estatal. Os monarcas bem-sucedidos na construção de um aparato estatal verdadeiramente efetivo foram aqueles situados nas zonas da economia-mundo para onde fluíam as maiores porções do capital acumulado. Não se trata de mera coincidência. Nessas localidades, havia maior prosperidade

econômica, imprescindível ao financiamento de uma estrutura burocrática que tentava superar as dimensões familiares de um feudo. Os mecanismos originais de financiamento estatal, especialmente a venalidade dos cargos e o *tax farming*, deram um impulso inicial, mas logo criaram empecilhos. Contudo, eles foram mantidos por séculos, até que os Estados conseguissem estabelecer uma rede sustentável de tributação direta, cujo foco central era o comércio. O passo seguinte foi o da institucionalização do endividamento público, criando os orçamentos deficitários sem o problema recorrente dos calotes.

Essa realidade tornou-se ainda mais contundente depois da Revolução Francesa. Com a mudança da feição do Estado, que ganhou inúmeras outras tarefas relativas ao bem-estar social (serviços públicos de saúde e educação, proteção previdenciária, assistencialismo), a pressão fiscal cresceu enormemente. O Estado passou a necessitar de uma quantidade sempre crescente de recursos. Isso elevou de modo considerável sua dependência da acumulação capitalista. Tanto que, independentemente da orientação ideológica dos governantes pós-1789, os temas do crescimento econômico e do aumento da produtividade eram pauta comum. O problema dessa relação é que, ao mesmo tempo que o Estado passou por uma onda “democratizadora”, ele também precisou ceder à lógica capitalista para adquirir capacidade financeira para cumprir suas novas tarefas. Trata-se de um grande paradoxo que poucos perceberam, pois é a própria lógica capitalista na economia que produz as disparidades sociais as quais o Estado pós-1789 recebeu o dever de resolver ou amenizar. É como depender do veneno para produzir o antídoto. Funciona, até que a cobra ou a vítima percebam que estão sendo enganadas.

O oposto dessa realidade é que o Estado moderno é uma instituição de suma importância para o capitalismo. É contundente a frase de BRAUDEL (1978, p. 34-44), quando ele afirma: “O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando ele é o Estado”. No mesmo sentido, as investigações de WALLERSTEIN relatam as diversas maneiras pelas quais o aparato estatal usa do poder político para favorecer a acumulação capitalista. Dentre esses mecanismos, mencionam-se alguns, utilizados durante toda a história do sistema-mundo moderno: (a) estabelece monopólios ou quase-monopólios; (b) regula as relações sociais de produção, sobretudo as formas de controle da força do trabalho, permitindo determinado nível de exploração e transferência de excedentes; (c) cria barreiras protecionistas para privilegiar produtores nacionais; (d) proíbe, permite ou estimula determinadas atividades econômicas, conforme os interesses da classe dirigente; (e) promove a redistribuição inversa de riqueza, isto é, em desfavor das classes médias e baixas, e em benefício da elite capitalista (e.g., compras estatais de produtos a preços acima da média do mercado; concessão de subsídios diretos ou indiretos, transferência de tarefas estatais a empreendedores privados em condições privilegiadas, recuperação de empresas

falidas etc.); (f) permite a externalização de custos ambientais; (g) realiza obras e investimentos públicos de infraestrutura que, conquanto tenham a possibilidade de beneficiar a população em geral, são mais vantajosos para determinados produtores que não remuneram o Estado pelas vantagens auferidas à custa do orçamento público; (h) usa da força policial para manter as “classes perigosas” sob controle, protegendo, portanto, as desigualdades e injustiças produzidas pelo controle capitalista dos mercados; (i) utiliza os poderes político e bélico contra capitalistas estrangeiros ou com o fito de subjugar populações de outras regiões do globo em arranjos que permitam a exploração econômica fora dos mecanismos do livre mercado (e.g. colônias); (j) transfere largas somas do orçamento público em favor da classe dos financistas por meio dos mecanismos ditos “legítimos” da dívida pública; e (k) financia pesquisas em inovação tecnológica e depois permite a exploração privada das descobertas comercialmente úteis.

As possibilidades de intervenção estatal nos mercados para beneficiar a acumulação de capital são muito amplas. O fato é que, durante os mais de quinhentos anos de capitalismo histórico, o Estado sempre assumiu um papel central no processo acumulativo. Para muitos, essa realidade pode ser impactante e até implausível, pois há uma forte corrente ideológica que afirma justamente o contrário. As diversas escolas de pensamento da ciência econômica se esforçaram para diminuir a atuação estatal na geração e expansão da riqueza, transferindo os louros para uma classe capitalista despojada, idealista e proativa. Trata-se de uma grande imprecisão histórica. Se realmente existisse essa figura do empreendedor capitalista, ela seria extremamente recente ou residual, pois, nos vários séculos conhecidos de capitalismo, as grandes fortunas foram construídas por meios hoje tidos como ilegítimos ou imorais (mesmo que ainda muito comuns).

Quando se fala da relação amistosa entre as doutrinas do livre mercado e o capitalismo, novamente, as investigações de WALLERSTEIN e BRAUDEL concluem no sentido contrário. Segundo esses autores, como foi possível perceber ao longo do trabalho, o livre mercado proposto pelos apologistas é o pior dos mundos para o capitalista. Não haveria lucros possíveis em condições de informação suficiente e de grande número de ofertantes e demandantes, incapazes de, individualmente, influenciar os preços. Tanto assim que, no cotidiano da vida empresarial contemporânea, as grandes empresas estão sempre se adquirindo umas às outras, em transações obtusas e opacas que tentam ocultar o fato de que pouquíssimas pessoas controlam setores inteiros do mercado mundial. No passado não era tão diferente, com a peculiaridade de que não se fazia tanto esforço para ocultar o fato de que o capitalismo não aprecia a concorrência.

Nada disso seria possível sem a convivência ou o auxílio do Estado moderno. São os aparatos estatais que permitiram e estimularam essa realidade. Pode-se opor alegando a

existência da legislação antitruste. Trata-se, sem dúvida, de um grande avanço, mas extremamente recente, considerando os cinco séculos de história do capitalismo. Ademais, seria muito positivo se elas fossem verdadeiramente aplicadas até as últimas consequências. Se isso ocorresse, não se estaria mais no sistema-mundo moderno, mas em outro sistema social. O mesmo vale para a maior parte das cartas constitucionais, da legislação ambiental ou consumerista, dos tratados de direitos humanos e de tantos outros diplomas legislativos que anteveem um panorama valorativo que não é o do capitalismo histórico.

O terceiro elemento peculiar do Estado moderno é a existência do sistema interestatal. Nos sistemas históricos pretéritos, as estruturas políticas imperiais não se reconheciam entre si como iguais. Cada uma tentava subjugar e absorver as demais. Tanto que um dos principais objetivos dos imperadores era a expansão territorial por meio da guerra. Todos se autointitulavam “soberanos”, porém nenhum deles esperava pelo reconhecimento político dos outros.

O Estado moderno, ao contrário, é necessariamente múltiplo. Há vários Estados soberanos distribuídos no espaço da economia-mundo, cujas relações são organizadas e dirigidas por meio do sistema interestatal; e a sua soberania política depende do reconhecimento recíproco entre os Estados. Essa novidade se institucionalizou na Europa com a Paz de Vestfália em 1648, aplicando-se, inicialmente, apenas ao ambiente europeu. Somente na Europa se reconheceu a existência de Estados soberanos convivendo em uma comunidade de iguais. As demais regiões da economia-mundo, por muito tempo, permaneceram submetidas a regimes coloniais.

O principal objetivo do sistema interestatal é criar um ambiente político transestatal que permita os fluxos do comércio internacional, essenciais para a sustentação da acumulação capitalista no longo prazo. As guerras constantes entre os Estados não contribuía com essa meta. Isso não significou que as guerras tenham cessado depois de 1648. Muito pelo contrário. Elas seguiram numerosas, contudo, foram circunscritas a determinadas regras, tais como a proteção da propriedade dos comerciantes, a garantia da liberdade de comércio, entre outras. Nem sempre essas regras foram respeitadas, com episódios marcantes de violação na fase do ciclo de hegemonia denominada por WALLERSTEIN de “guerra dos trinta anos”. No longo prazo, todavia, o sistema interestatal conseguiu organizar a relação entre os Estados e permitir o funcionamento do capitalismo.

O sistema interestatal desempenhou outras tarefas importantes. Juntamente com a emergência de hegemonias estatais transitórias, ele impediu que a economia-mundo fosse convertida em um império-mundo a partir da ambição de determinados Estados (o caso mais emblemático foi o da Espanha com Carlos V). Se um único aparato estatal conseguisse submeter todo o

espaço da economia-mundo, a lógica capitalista estaria gravemente ameaçada, pois os interesses políticos do soberano facilmente sufocariam os interesses econômicos dos capitalistas. Existindo múltiplos Estados, conectados por uma ordem econômica comum, a classe dos capitalistas consegue constranger os aparatos estatais a aceitarem a lógica da acumulação. Caso um Estado se afaste dessa lógica, o capital ali aplicado pode migrar para o território de outro Estado, mais favorável aos seus interesses. O primeiro Estado amargará severa miséria econômica, enquanto o segundo experimentará uma onda de prosperidade. Isso cria uma espécie de concorrência interestatal pelo capital circulante, de forma que os capitalistas são sempre muito bem-quistos por qualquer soberano. Os grandes Estados dependem dos capitalistas, que, por sua vez, dependem dos grandes Estados.

A eficácia do sistema interestatal pôde ser testemunhada no séc. XX diante da emergência dos governos comunistas. As ideias revolucionárias de inspiração marxista eram contrárias ao capitalismo e tinha como objetivo superá-lo. Quando elas foram aplicadas, contudo, saindo dos livros e indo para a vida real, numerosos ajustes precisaram ser feitos. Os ideólogos oficiais se esforçaram para emendar as teorias marxistas a fim de sustentar a legitimidade da revolução, que rapidamente já não parecia tão revolucionária assim. O fato era que alguns poucos Estados socialistas (que nem se entendiam entre si) não poderiam alterar a lógica de funcionamento da economia-mundo, que, nessa época, já abarcava todo o globo. Ou eles se retiravam do mercado mundial, cortando todas as relações comerciais com o exterior; ou eles aderiam à lógica econômica vigente e tentavam manipulá-la em favor dos ideais revolucionários. A segunda opção foi a escolhida. As metas principais dos governos socialistas eram o desenvolvimento econômico por meio da industrialização e o aumento da produtividade. Do outro lado globo, as metas eram as mesmas. O capitalismo seguiu sua marcha incólume.

O quarto elemento peculiar é a existência de uma hierarquia de poder entre os Estados. As teorias políticas, jurídicas e filosóficas dispõem que todos os Estados são igualmente soberanos. Cada Estado dita as regras vigentes no seu território com igual poder ao que o Estado vizinho dita regras no território dele. Isso leva à falsa impressão de que a eficácia diretiva dos aparatos estatais seja equivalente. A história demonstra que a ingerência direta ou indireta de um Estado sobre outro compôs o cotidiano do sistema-mundo moderno. Há Estados com força muito superior à de outros, e eles não deixam de usar essa força em prol dos seus interesses, mesmo que à revelia das teorias do direito internacional.

Não poderia ser diferente, pois o capital se acumula desigualmente na economia-mundo, mais no centro e menos nas periferias. O correlato da desigualdade geográfica da acumulação capitalista é a hierarquia de poder entre os Estados, uma vez que o poder estatal é diretamente

proporcional à acumulação de capital no seu território ou sob sua área de influência política. Tanto assim que, por muito tempo, não havia Estados soberanos nas zonas periféricas. Os Estados centrais, diretamente ou por meio dos seus capitalistas, dirigiam a vida nas periferias do sistema-mundo. Por séculos houve essa relação de subordinação escancarada. A colonização, por exemplo, esteve presente na história do sistema-mundo moderno por mais de quatrocentos anos. Foi formalmente extinta há apenas algumas décadas.

A partir de um olhar histórico, de longo prazo, isso parece muito evidente. Todavia, com a conquista da emancipação política por quase todos os países na segunda metade do séc. XX, e a consequente proliferação de aparatos estatais soberanos, surgiram teorias que tentaram ocultar a relação de dependência e subordinação que as zonas centrais mantêm com as regiões periféricas. A defesa recente e unânime dos conceitos de autodeterminação dos povos e de desenvolvimento nacional não pode iludir o observador atento para o fato de que o capitalismo histórico opera deslocando a riqueza produzida em um lugar para outro a fim de acumulá-la. Os fluxos do mercado mundial têm essa configuração e produzem esse resultado. As teorias do desenvolvimento cometem um erro grave ao tentarem impor projetos desenvolvimentistas que consistem na assimilação de instituições e práticas de países centrais (denominados “desenvolvidos”) por parte dos países periféricos (denominados “subdesenvolvidos”). Isso não tem muitas chances de sucesso pelo simples fato de que é o pleno desenvolvimento das forças capitalistas que provoca o subdesenvolvimento das periferias. A prosperidade econômica de todas as nações, em níveis similares, é um projeto louvável e que deve ser buscado, mas não pertence à realidade do sistema-mundo moderno.

O quinto elemento peculiar é o relacionamento do Estado moderno com as ideologias políticas. Esse tema veio à lume depois da Revolução Francesa, que é tida por WALLERSTEIN como divisor de águas na história cultural-ideológica do sistema-mundo moderno. Até 1789, os Estados tinham baixíssimo nível de legitimidade, assim entendida como o consentimento do povo acerca do poder exercido pelo aparato estatal. Contudo, isso nunca foi um problema muito grave, porque a mudança política era algo incomum e contrária à natureza das coisas. A política era vista como seguindo uma ordem transcendental imutável. A autoridade dos monarcas derivava de justificativa divinas, inalteráveis pela vontade do povo comum. As rebeliões e insurreições populares eram corriqueiras, mas circunscritas a questões esporádicas, como más colheitas, aumento demasiado de tributos, guerras e epidemias. Não havia a noção de ação política organizada que visasse a determinados objetivos.

Isso começa a se modificar com os teóricos do Iluminismo no séc. XVIII. Novas ideias vão germinando e se difundindo. A Revolução Francesa pode ser vista como o ponto máximo

de efervescência das novas ideias, que, depois dos eventos revolucionários, passaram a habitar o imaginário comum do povo, como um patrimônio adquirido. A partir daí, surgem os movimentos políticos organizados compostos por elementos alheios à elite dirigente, denominados por WALLERSTEIN de movimentos antissistêmicos. Todos eles partiam de alguma variação do ideário revolucionário francês de “liberdade, igualdade e fraternidade”. Porém, nenhum deles conseguiu ser verdadeiramente universalista, como eram as ideias nas quais eles se baseavam. Em razão disso, ocorreram muitas dissensões entre os movimentos antissistêmicos, cada qual pretendendo adquirir uma posição mais privilegiada na vida política do que os demais.

De qualquer forma, em razão desse novo ator social, o Estado moderno sofreu uma importante mudança de feição. O poder estatal passou a se orientar em favor das demandas populares organizadas por meio dos movimentos, mas restritas a uma moldura mais ou menos limitada de reformas que, basicamente, envolveram a ampliação gradual do sufrágio, a redistribuição parcial de excedentes da acumulação capitalista e a construção de uma identidade nacional com desdobramentos imperialistas. Essa mudança se operou mais fortemente no cenário dos Estados centrais e semiperiféricos. O objetivo era domesticar as classes populares e assegurar a preservação das estruturas de poder do sistema-mundo moderno.

O resultado foi muito bem-sucedido. A despeito da multiplicidade de ideologias políticas surgidas no séc. XIX, cada qual com propostas distintas e aparentemente contraditórias, os governos seguiram uma pauta razoavelmente uniforme, ao menos no que tange às questões tidas por essenciais à acumulação capitalista. Quando instalados nos gabinetes do poder, os partidos de orientação conservadora, liberal ou socialista empreenderam políticas de fortalecimento da economia nacional e de aumento da produtividade. Aprimorar a acumulação capitalista no âmbito nacional era objetivo comum a todos. Quando o Estado promoveu uma maior redistribuição de riqueza em favor das classes médias e baixas, isso se operou de acordo com os mecanismos da economia-mundo capitalista, transferindo-se o fardo para as populações das zonas periféricas. O movimento agressivo de colonização da África e da Ásia, ocorrido no último terço do séc. XIX, está relacionado a esse fato. Para aprimorar as condições de vida e trabalho do cidadão europeu, foi necessário aumentar a exploração sobre as periferias. É por isso que as políticas de bem-estar social foram verdadeiramente exitosas (mesmo que temporariamente) apenas nos Estados centrais. O patrimônio e a renda da classe dirigente foram pouco afetados.

Esses fatos transcorridos a partir do sec. XIX revelam a característica central da relação entre os aparatos estatais e as ideologias políticas: o Estado possui um núcleo duro, estrutural, diante do qual as ideologias pouco podem fazer. Em outras palavras, o Estado moderno tem a

sua própria ideologia. Parafraseando a célebre frase do Rei Sol, é como se o Estado dissesse: “a ideologia sou eu”. Isso é perfeitamente compreensível quando se percebe que o Estado moderno, na forma como ele se organizou desde o séc. XVI, é uma realidade de longo prazo. Ele tem idiossincrasias que não podem ser alteradas em algumas décadas por alguns lances legislativos ou por uma nova constituição. Como afirma BRAUDEL acerca das estruturas da realidade social: “para nós, historiadores, uma estrutura é, indubitavelmente, um agrupamento, uma arquitetura; mais ainda, uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar” (1990, p. 14). Isso não quer dizer que todas as dimensões do Estado componham uma estrutura que não tenha se modificado nos quinhentos anos de história do sistema-mundo moderno. Muito pelo contrário, ele passou por numerosas mudanças. Contudo, há elementos que indicam uma permanência, uma estabilidade estrutural, sendo o mais importante deles a dependência estatal da acumulação capitalista.

E daí deriva-se o sexto e último elemento peculiar do Estado moderno, segundo a síntese aqui realizada. O poder estatal é amplo e cresceu persistentemente nos últimos cinco séculos, porém ele apresenta uma limitação essencial: não tem o domínio sobre a economia. Isso pode parecer muito estranho e até implausível, considerando toda a exposição, para muitos, demasiadamente economicista, que aqui foi feita do Estado. Todavia, é de simples compreensão. Como já dito anteriormente, no sistema-mundo moderno a ordem econômica assumiu prevalência sobre as demais. O objetivo central do sistema é a acumulação, que se opera por meio da produção e circulação de mercadorias, ou seja, por meio dos fluxos econômicos. E, na divisão de tarefas acerca da vida econômica, coube à classe capitalista a maior parte. O Estado é, sem dúvida, um ator econômico singular e de enorme importância. Contudo, quando ingressa na vida econômica, ele atua conforme a lógica capitalista. Em outras palavras, ele dança a música que já está tocando, mesmo sem consentir com sua escolha.

A classe capitalista, portanto, é quem dita, coletivamente, as regras do jogo da economia. Novamente, as lições de BRAUDEL são providenciais, quando ele divide o edifício econômico em três andares, ocupando o capitalismo o andar superior, a zona do contramercado (2009, Vol. 2, 197). Os demais são ocupados pela economia de mercado, zona da concorrência e dos pequenos, e pela vida material, região da subsistência, na qual prevalece o valor de uso. De cima, o capitalismo estende seus tentáculos, apropriando-se de porções do mercado e da vida material em favor da acumulação. Ele dita as regras que se aplicam aos demais andares, pois a ele cabe o controle dos fluxos monetários e da maior parte da riqueza produzida, capaz de, com seus movimentos impetuosos, devastar países inteiros ou erguer imensos paraísos materiais.

Essa realidade pode ser facilmente percebida hoje quando se verifica que uma das principais preocupações de todos os governantes é atrair os denominados “investidores”. Os Estados, por serem muitos e abrangerem espaços circunscritos internos à economia-mundo, têm um controle apenas parcial sobre os fluxos da riqueza. Ainda assim, conforme as dimensões do Estado, esse contingente pode ser bastante expressivo. Todavia, nenhum Estado pode prescindir dos capitalistas, uma vez que o principal mecanismo de acesso às divisas financeiras, utilizado pelos aparatos estatais, é a tributação da atividade econômica. Caso haja desaceleração do crescimento ou recessão, em pouco tempo os orçamentos estatais atingirão níveis críticos. Como os capitalistas têm liberdade de circulação no espaço da economia-mundo, eles podem deslocar sua riqueza para lugares onde ela tenha melhores chances de expansão. E nenhum governante quer ver sua economia nacional descapitalizada.

Os Estados modernos têm também outro mecanismo de financiamento, que é o da dívida pública. Entretanto, esse apresenta problemas ainda maiores do que a tributação. Ao se endividar, o Estado assume compromissos de natureza privada perante agentes econômicos cujos interesses são o lucro e a acumulação. Isso não quer dizer que o Estado vá respeitar os ajustes realizados. Contudo, os Estados que os descumprem acabam enfrentando dificuldades redobradas, pois perdem a capacidade de adquirir novos créditos e sofrem com reveses econômicos, uma vez que os calotes ou moratórias da dívida pública impactam o cenário macroeconômico nacional (inflação, câmbio, juros), diminui a confiança dos investidores e provoca estagnação ou recessão na economia. Quando isso acontece, o Estado tem afetado o seu outro mecanismo de financiamento, a tributação, criando para si um círculo vicioso de prognóstico sombrio.

Nos primeiros séculos de capitalismo histórico, como os fluxos comerciais transestatais e a infraestrutura internacional de trocas monetárias estavam se formando, os capitalistas tinham menor liberdade de circulação. À medida que se intensificou a integração entre as diversas zonas da economia-mundo, aumentou a mercadorização da vida material e se institucionalizou um sistema cada vez mais rápido e confiável de câmbio e pagamentos internacionais, a liberdade da classe capitalista expandiu-se enormemente. Hoje, especialmente depois da hegemonia norte-americana, os capitalistas gozam de imensa liberdade para mobilizar suas divisas. Em alguns segundos, fortunas inteiras podem ser transportadas de um hemisfério a outro do globo. A monetarização e financeirização das economias nacionais a partir de padrões internacionais de valor são quase totais nos dias de hoje. Isso confere aos capitalistas um poder fabuloso sobre a realidade econômica e, consequentemente, sobre as demais ordens da realidade social.

O problema é que os verdadeiramente capitalistas são pouquíssimos. Homens do dinheiro e do egoísmo têm o poder de controlar a vida de populações inteiras, anonimamente. Não têm nacionalidade; são globais. Estão onde suas fortunas podem melhor se expandir. Não têm compromissos duradouros com nada, a não ser com seus espólios materiais. Sua religião é a do ouro; sua ideologia, a do calculismo e dos fins que justificam os meios. O sistema-mundo moderno criou uma verdadeira aberração ao conferir tanto poder a uma classe que não pode ser controlada. Quem seriam os imperadores e reis do passado diante do penetrante poder de um *yuppie* sentado em seu escritório em *Wall Street* a manipular títulos de dívida soberana?

Essa característica do sistema-mundo moderno cria uma contradição de complicada solução, configurando, por isso mesmo, um dos indícios da crise sistêmica atual. Os Estados modernos passaram a ser os destinatários de todos os anseios por mudança remetidos pelo povo comum. As eleições de chefes de estado e governo demonstram claramente isso. Os candidatos se portam ou são vistos como salvadores da nação. Deles se espera a resolução de intrincados problemas da vida social, mormente o pesado fardo da desigualdade socioeconômica e das condições alarmantes de vida e trabalho da maioria das pessoas. Quando eles assumem o seu posto no aparato estatal, contudo, percebem as severas limitações em cumprir as promessas ou atender aos anseios da população. Eles descobrem rapidamente que, para fazer qualquer coisa de maior magnitude, precisam convencer os detentores do dinheiro. E é aí que os projetos encalham e as concessões precisam ser feitas. É notória a estória de governantes eleitos, especialmente oriundos de movimentos populares, que quando chegam aos gabinetes do poder estatal, modificam sua ideologia para conseguir realizar qualquer coisa de útil. São acusados de desertores dos ideais. Em verdade, são apenas vítimas de uma realidade duradoura e resistente, repleta de permanências legadas pela história.

O fato desagradável que poucos percebem ou querem ver é que o Estado moderno não foi feito para atender aos anseios do povo comum. O poder político que ele adquiriu veio condicionado por uma realidade sistêmica fundada na hierarquia, na polarização e na desigualdade. O sistema-mundo moderno se formou para sustentar privilégios. E isso ainda não mudou. Por maior que seja a vontade da classe política de submeter a vida econômica a interesses não capitalistas (por exemplo, em função do bem-estar do povo), lhe faltará poder para tanto. Nesse sentido, os anseios democráticos que hoje são direcionados ao Estado não bastam, pois, grande parte do poder real, na sociedade moderna, não se encontra na esfera estatal. Dar o Estado ao povo não é suficiente, se a economia continuar na mão de uma diminuta classe cuja *raison d'être* é acumular fortunas individuais em detrimento dos demais.

Essa dura realidade não deve, contudo, conduzir a uma postura vitimista. O capitalismo não se formou nem assumiu a posição que hoje ocupa contrariando a tudo e a todos. Recorre-se, uma vez mais, às brilhantes lições de BRAUDEL, que, na sua visão de historiador, afirma:

Privilégio da minoria, **o capitalismo é impensável sem a cumplicidade ativa da sociedade**. É forçosamente uma realidade da ordem social, até mesmo uma realidade da ordem política; uma realidade da civilização. Pois é necessário que, de uma certa maneira, a sociedade inteira aceite mais ou menos conscientemente os valores daquele (BRAUDEL, 1987, p. 43, negrito nosso).

Isso não significa que as classes populares consintam expressamente com sua condição inferior na divisão dos benefícios da civilização capitalista. A aderência que o capitalismo obtém deriva de um espectro de valores muito antigo que os agrupamentos humanos vêm sustentando ao longo dos séculos: a noção de que há hierarquias de qualquer origem que podem discriminar legitimamente os seres humanos; e que, em razão dessas diferenças, aqueles que são superiores tem o direito de subjugar e explorar os inferiores. Em outras palavras, acredita-se que os seres humanos não são iguais por natureza. Há alguns superiores ou melhores do que outros. Esses merecem o melhor que a vida em sociedade pode oferecer, mesmo que à custa da dignidade dos demais.

Em todos os sistemas históricos conhecidos até aqui, essa ideia podia ser encontrada na base de injustiças sociais, sistemas de castas, estamentos e outras rotulações discriminatórias. No longo século XVI, a hierarquização “natural” da sociedade feudal em razão da nobreza secular ou eclesiástica foi aproveitada pelo capitalismo histórico para construir suas próprias hierarquias. Depois da formação da economia-mundo capitalista europeia, a nobreza feudal ainda serviu de justificativa legítima para as severas desigualdades que o capitalismo seguiu produzindo. Os homens de origem comum que lograram êxito nos empreendimentos capitalistas, construindo fortunas, buscaram o abrigo dos títulos nobiliárquicos. E, escoradas na pretensa superioridade que a riqueza material conferiu aos europeus, surgiram outras tantas discriminações “legítimas”: o índio, o negro, o não-cristão, o não-europeu, todos compunham subcategorias do gênero humano que deveriam estar a serviço dos europeus. E não havia nenhum problema nessa visão de mundo.

Quando o brado revolucionário francês ecoou por todo o sistema-mundo, proclamando a igualdade do gênero humano, imaginar-se-ia que a situação seria diferente. Contudo, como bem demonstrou WALLERSTEIN, no Vol. 4 de *The Modern World-System*, poucos dias depois da queda da Bastilha, surgiram teorias restritivas do potencial emancipatório do ideal revolucionário. Havia alguns mais “iguais” do que outros. Novamente, depara-se à hesitação histórica

dos povos em admitir que todas as pessoas merecem igual respeito, são titulares da mesma dignidade e não podem servir de meio ao desfrute e ao interesse de outros mais “altos”.

Mais adiante, o século XIX testemunhou o surgimento dos movimentos antissistêmicos, cujos membros originaram-se das parcelas excluídas dos favores e do reconhecimento devidos à elite da civilização capitalista. Em vez dos diversos tipos de movimentos se unirem, em um pleito conjunto em prol dos valores universais propagados pela Revolução Francesa e pelos teóricos do Iluminismo, novas fraturas surgiram. Os movimentos laborais, prioritariamente compostos de homens brancos e pobres, não admitiam a extensão, dos benefícios que eles obtiveram do Estado, em favor das minorias étnicas ou das mulheres. Os movimentos feministas, por sua vez, com uma participação mais transversal entre as diversas classes socioeconômicas, se rivalizaram com as pretensões machistas dos demais movimentos. E as minorias étnicas e os movimentos negros, especialmente no continente americano, se veem postos de lado pelos demais e assumem a mesma postura de animosidade para com eles. Em outras palavras, os excluídos queriam ser incluídos excluindo-se reciprocamente. A pauta política de cada grupo em particular era considerada mais prioritária do que a dos demais grupos.

Essa dissidência entre os elementos não pertencentes à elite dirigente demonstra que o povo comum não estava preparado para renunciar às hierarquias sociais e culturais que vinham sendo nutridas e sustentadas pela história. No séc. XX, as causas de discriminações só fizeram aumentar com os nacionalismos, os separatismos, as permanentes dissensões religiosas, as ideologias partidárias, a orientação sexual, o estilo de vida, a cor da pele, a etnia, a origem regional, o grau de instrução, a profissão etc. Hoje, não é diferente. As pessoas seguem agindo e vivendo com base em julgamentos discriminatórios. E isso não pode ser creditado exclusivamente na conta da elite capitalista. Os que estão no topo da acumulação certamente têm grande parcela de responsabilidade sobre a situação geral do mundo, mas eles não estariam lá sem a aderência generalizada, pelos que estão na base, de ideias contrárias à igualdade.

Todavia, alguma esperança pode ser antevista. Nenhum outro sistema histórico conseguiu produzir e difundir, em larga escala, um espectro de valores morais tão universalistas como fez o sistema-mundo moderno. O ideal da igualdade se espalhou em variados setores. Há consenso quanto à necessidade de proteger crianças, idosos e pessoas portadoras de deficiências, de combater o racismo e o sexismo, de assegurar direitos a minorias étnicas e raciais, de conceder abrigo a refugiados. Acredita-se ser importante proteger o meio ambiente, combater a pobreza e a desigualdade de renda, investir em educação e ciência. O problema é que tais noções ainda residem preponderantemente nas teorias e nos projetos. Naturalmente, muitas mudanças positivas ocorreram na cultura e na sociedade. Todavia, o cinismo ainda é a regra. Sabe-se que

há ideais mais nobres e justos, e até há consenso intelectual acerca desses valores. Na prática, entretanto, as velhas noções prevalecem. Isso é compreensível pelo fato de que muitos desses novos valores são incompatíveis com os mecanismos de funcionamento do capitalismo histórico. É como se a base cultural-ideológica do sistema-mundo tenha ultrapassado a sua base econômico-material.

E o que se poderia pensar do futuro? Poderia o Estado moderno se renovar efetivamente a partir dos valores universalistas já alcançados pela cultura do mundo? Seria possível superar as ultrajantes hierarquias e discriminações que têm sido sustentadas como base à exploração e subjugação dos mais fracos? Haveria formas de organização da economia que não criassem tantas polarizações e causassem tantos danos à biosfera?

Diante de tais indagações que a leitura deste trabalho pode suscitar, deve-se lembrar que o sistema-mundo moderno, de que tanto se tem falado aqui, está vivenciando sua fase final; encontra-se em crise terminal. As bases nas quais ele se estrutura já apresentam contradições irreconciliáveis e algo novo virá. O que cabe às pessoas, como seres humanos conscientes e racionais, é repensar as prioridades e fazer novas escolhas acerca do mundo que desejam construir. Uma tarefa que WALLERSTEIN denominou de utopística, em oposição às utopias:

Utopistics is the serious assessment of historical alternatives, the exercise of our judgment as to the substantive rationality of alternative possible historical systems. It is the sober, rational, and realistic evaluation of human social systems, the constraints on what they can be, and the zones open to human creativity. Not the face of the perfect (and inevitable) future, but the face of an alternative, credibly better, and historically possible (but far from certain) future. **It is thus an exercise simultaneously in science, in politics, and in morality** (UTP, 1998, p. 1-2, negrito nosso).

Apenas nos momentos de crise sistêmica, segundo as concepções da análise dos sistemas-mundo, abre-se a possibilidade de comportamentos humanos individuais interferirem poderosamente na composição da realidade social. Não significa que, em outros momentos eles não interfiram. Entretanto, quando o sistema social está em equilíbrio, ele tem uma força constrangedora sobre escolhas individuais que lhe sejam contrárias. Por exemplo, nos cinco séculos de sistema-mundo moderno, não foi possível iniciar um empreendimento econômico viável no longo prazo cujo objetivo não seja o da acumulação por meio da busca pelo lucro e pela eficiência. Certamente pessoas tentaram algo diferente, mas isso não pôde assentar raízes e tornar-se um componente duradouro do sistema social. O que ocorre, então, é que qualquer indivíduo que resolva empreender uma atividade econômica de maior envergadura, para além da mera alienação da força de trabalho, vê-se obrigado a buscar o lucro e a autoexpansão como mecanismos de sobrevivência.

No momento que se vive, contudo, isso não é mais assim. As instituições do sistema estão perdendo fôlego e situações atípicas já estão ocorrendo. Por exemplo, a eleição de chefes de estado totalmente alheios ao *establishment* político. Em outros momentos, seria impensável tal ocorrência. Assim, o que WALLERSTEIN propõe é que se mobilizem as forças da criatividade humana para compor um mundo novo, pois as sementes lançadas em um período de desorganização sistêmica têm maior capacidade de enraizamento e germinação do que aquelas lançadas em outros momentos.

5.2 Possibilidades para o futuro: um breve exercício de utopística¹⁸³

Para finalizar, peço permissão ao leitor para propor algumas ideias acerca do sistema social do séc. XXI. Trata-se apenas de uma opinião pessoal para contribuir com o debate sobre o futuro que nos cabe construir.

Ao que me parece, o problema central do sistema-mundo moderno têm sido a estreiteza e a limitação inerentes à meta da acumulação incessante de capital. Ela trouxe consigo a racionalidade econômica do lucro e da eficiência, escorada em um produtivismo de bases científicas. Hoje, todas as grandes preocupações coletivas dos agrupamentos humanos circunscrevem-se ao crescimento econômico permanente, à geração de riqueza material, ao aumento do consumo das famílias, à expansão do PIB, ao controle da inflação, dos juros e das contas públicas etc. Basta uma análise desprezensiosa do noticiário cotidiano e do debate político para demonstrar que esses são os temas principais, que mobilizam as maiores parcelas da energia social das coletividades.

Como consequência dessa racionalidade predominante, as pessoas são bombardeadas diuturnamente com propostas de consumo e aquisição de bens materiais. Parece que a vida humana se limitou às suas expressões mercadológicas. O ser humano é identificado socialmente a partir das suas posses e haveres econômicos. O objetivo da vida das pessoas restringiu-se ao sucesso econômico individual e ao gozo material, mesmo que na prática, a maioria das pessoas siga apenas lutando pela sobrevivência diária. A consequência dessa visão estreita do humano é a proliferação da moral utilitarista, a única que conseguiu se espalhar por todo o sistema social, visto ser ela o sustentáculo filosófico-moral da acumulação.

¹⁸³ Neste item, encerro a exposição teórica que pretendia com algumas propostas e possibilidades para o sistema social do futuro. Trata-se de mera opinião deste mestrando, sem o rigor acadêmico ou científico, como simples exemplo de reflexão que cabe a todos nós, especialmente àqueles que circulam nos ambientes universitários. Para tanto, adoto o discurso pessoal em primeira pessoa, evidenciando a particularidade das visões aqui expostas. Que possa servir de contribuição ao debate racional e fraterno que se exigirá de nós no séc. XXI.

Diante desse cenário, o sistema social do futuro envolverá necessariamente a construção de uma nova racionalidade econômica e de novas formas de organização da produção, do consumo e do trabalho. A meta da acumulação, além de ser irracional em vários sentidos, tornou-se inviável, pois o planeta não dispõe de recursos suficientes para sustentar essa sanha acumuladora. O fato é que as pessoas não precisam da maioria das coisas que elas comprem, nem se sentem verdadeiramente realizadas por tais conquistas estritamente materiais. Se assim o fosse, era de se esperar que os índices de suicídio fossem menores nos países centrais da economia-mundo, onde há grande abundância material, e maiores nas regiões periféricas. Ocorre exatamente o contrário. Países com altos níveis de igualitarismo e bem-estar social como Suécia, Suíça, Finlândia, Austrália e França registram índices de suicídio superiores ao de países periféricos com piores condições de vida, como Peru, Colômbia, México, Venezuela e Brasil¹⁸⁴ (WHO, 2017).

Isso conduz diretamente a outro importante ponto. No sistema-mundo moderno, a ciência assumiu o monopólio da busca pela verdade. Nenhuma outra área do conhecimento humano tem a mesma legitimidade na construção da verdade que a ciência tem. O problema disso é que, além das limitações intrínsecas ao método científico empirista, a ciência não é capaz de esclarecer o fim do humano. Na conformação que ela recebeu na modernidade, ela se restringe a revelar como as coisas acontecem e não por que ou para que. É claro que a filosofia, a religião, a arte e a moral têm dado suas contribuições, especialmente na busca do belo, do bem e do justo, e não somente da verdade. Contudo, nenhuma dessas áreas está autorizada a influir na direção do sistema social em que vivemos. Manejar teses não-científicas na esfera pública é ser desacreditado. A economia e os aparatos estatais apenas ouvem as vozes da ciência materialista. Isso gera impactos na organização produtiva, nos currículos escolares, nas políticas públicas e em vários outros setores da vida social.

Não é possível manter a filosofia, a religião, a arte e a moral como artigos da vida privada. É necessário reinseri-las, em pé de igualdade com a ciência, como fontes legítimas de produção de valores humanos. Apenas assim será possível modificar a economia e a política, removendo delas objetivos que não condizem com as noções mais elevadas do fim do humano. As pessoas precisam voltar a refletir coletivamente acerca do belo, do bem e do justo, e serem ouvidas, respeitadas e reconhecidas nessa tarefa. A ciência moderna nos ofereceu alto nível de desenvolvimento material e tecnológico. A partir dela, o capitalismo histórico conseguiu

¹⁸⁴ As taxas de suicídio bruto a cada 100.000 habitantes, normalizadas para ambos os sexos, no ano de 2016, segundo a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2017) são as seguintes: Suécia – 14,8; Suíça – 17,2; Finlândia – 15,9; Austrália – 13,2; França – 17,7; Peru – 4,9; Colômbia – 7,2; México – 5,1; Venezuela – 3,7; Brasil – 6,5.

construir a civilização material em que vivemos. Contudo, é preciso convocar a filosofia, a religião, a arte e a moral para nos ajudar a construir, para o futuro, uma civilização espiritual, isto é, baseada em valores não-materiais, em dimensões mais amplas da vida humana, na qual as pessoas vivam e se relacionem a partir de noções mais universais de certo e errado, de justo e injusto, e não apenas em critérios de utilidade ou eficiência. Dessa forma, poderemos encontrar uma nova razão de ser para o sistema social que não a meta limitada da acumulação capitalista.

Outro ponto essencial é repensar a finalidade da educação. De fato, foi sob o capitalismo histórico que ocorreu a popularização da educação como um instrumento de socialização e aprimoramento humano, especialmente a partir do séc. XIX. Contudo, ele o fez interessado na domesticação das classes populares e na melhoria da eficiência produtiva da força de trabalho. Pretendia melhorar a acumulação capitalista e criar um ambiente político mais estável, impedindo sublevações da ordem hierárquica por ele engendrada. Em razão disso, a educação limitou-se ao aspecto da instrução e da aquisição de habilidades valorizadas pelo mercado de trabalho. As pessoas buscam o conhecimento como mecanismo para melhorar sua posição na divisão do trabalho e no espectro socioeconômico.

Trata-se de uma visão muito estreita da finalidade da educação. O desenvolvimento da razão, da sensibilidade e da virtude são atividades eminentemente humanas que devem igualmente ser perseguidas pela educação, como fins em si mesmas. É verdade que elas servem de meio para o desenvolvimento material das sociedades. Contudo, por si só, elas já constituem um fim louvável que merece investimentos sociais permanentes. São notórias as dificuldades hoje enfrentadas por áreas como as artes, a filosofia e a música para se manterem como tarefas sociais de longo prazo. Enquanto outras, como a engenharia, a medicina e as ciências naturais, recebem largos aportes financeiros visando aos benefícios que elas podem oferecer aos processos produtivos e à acumulação capitalista. Logo, acredito ser imprescindível construir uma educação verdadeiramente emancipatória, cujo foco seja o desenvolvimento integral do ser humano, para além dos desdobramentos econômicos imediatistas.

Na esteira da renovação das estruturas econômicas do sistema social do futuro, insere-se outro ponto muito relevante: a relação do ser humano com a biosfera. A modernidade legou-se a crença de que a natureza está a serviço das ambições humanas, de que tudo pode ser instrumentalizado e explorado, sem maiores consequências. Isso me parece um enorme equívoco. Grande parte dos problemas de saúde e de outros padecimentos que abalam a qualidade de vida das pessoas está relacionada com essa forma viciada de relacionamento com a natureza. Em um momento em que a população do globo se multiplicou imensamente, em relação à média

histórica anterior ao séc. XIX, o padrão de vida e consumo que o Ocidente tem propagado tornou-se absolutamente insustentável. Ainda não atingimos uma catástrofe de grandes proporções porque a porcentagem da população mundial que adota esse padrão é bem reduzida (um sétimo ou menos). Todavia, já é possível perceber que não é viável seguir no ritmo atual.

O último elemento que eu gostaria de destacar trata de uma questão incomum no meio acadêmico-científico, mas que julgo de extrema importância se quisermos mudar o rumo das coletividades humanas. Refiro-me à normalidade com a qual o egoísmo é tratado pelo sistema-mundo moderno e pelos sistemas sociais que lhe antecederam. Entendo o egoísmo como noção de que o interesse individual tem preponderância sobre o interesse do outro e deve ser buscado a todo custo; e como a ideia de que as pessoas estão moralmente desobrigadas de pensar e agir no atendimento de interesses que não sejam os seus próprios. A normalidade com que se observa esse aspecto do comportamento humano é tamanha que os filósofos modernos chegaram a considerar o egoísmo como inerente à natureza humana, isto é, como uma característica inata. A sociedade surgiria para limitar muito parcialmente as condutas egoístas dos indivíduos, como um mal necessário, que se possível, seria evitado. Até hoje, não se pôde observar o surgimento de nenhuma doutrina ou filosofia de grande penetração e aderência social para afirmar o contrário.

Segundo me parece, contudo, uma avaliação acurada da realidade demonstrará que o egoísmo, em qualquer de suas manifestações, é um elemento social desagregador, responsável, em última instância, pela instabilidade dos sistemas sociais. Se observarmos nossa origem como espécie, desde o ancestral comum que nos irmana aos primatas, veremos que, antes do desenvolvimento da capacidade de pensar, não possuíamos nenhuma vantagem evolutiva digna de nota para atender ao imperativo da sobrevivência. Não temos garras, pelos, peçonha, não somos velozes, nem muito ágeis, nossos filhotes gastam anos para se emancipar dos cuidados maternos/paternos etc. O que nos dava vantagem era o fato de que agíamos em grupos, em colaboração. Utilizando um clichê, pode-se dizer que, no caso dos hominídeos, a união fazia a força. Logo, desde antes do surgimento do *homo sapiens*, seguimos a marcha evolutiva contando uns com os outros. Depois do advento da inteligência, da capacidade de pensar e racionar, de se comunicar e de escrever, adquirimos verdadeiras e imbatíveis vantagens sobre as demais espécies. Na origem, contudo, prevalecia o espírito colaborativo e de mútua assistência.

Curiosamente, os sistemas sociais que foram construídos até aqui, a despeito de conterem em si mesmos o imperativo da convivência humana em grupo, não conseguiram superar o egoísmo como elemento do comportamento ético dos seus membros. E talvez se possa até dizer que o sistema-mundo moderno tenha ido mais longe do que qualquer outro em justificar a

normalidade e a “naturalidade” do egoísmo. A partir daí, não foi difícil sustentar uma sociedade de privilégios, que considere normal a exploração e subjugação dos mais fracos. O egoísmo ganhou as dimensões da raça e da nacionalidade, como se os interesses de determinadas nações ou povos fossem superiores aos dos demais. No seio de cada sociedade nacional, as pessoas são educadas para buscar o destaque individual. Os cargos mais bem remunerados são ocupados por pessoas que conseguem agir com alto grau de egoísmo, desumanizando seus semelhantes, para atender suas ambições. A meta central do capitalismo histórico, que é a acumulação incessante de capital, só faz sentido em um ambiente de normalização e estímulo do egoísmo, que se tornou um valor.

Valorizamos socialmente quem triunfa sobre os demais, e não quem busca construir sua vida em harmonia com o interesse dos seus semelhantes, renunciando ao seu interesse pessoal, se necessário for. Dessa escala invertida de valores, a vaidade, o personalismo e o orgulho tornaram-se virtudes. Tolos são os que agem com humildade, desprendimento, desinteresse e imbuídos do desejo de servir sem esperar por recompensas. O altruísmo, quando encontrado, virou peça publicitária voltada a melhorar a imagem das corporações.

Essas posturas são muito contraditórias, pois, se é que podemos realizar qualquer coisa de grandiosa por nós mesmos, necessitaremos imensamente do apoio e participação de muitas pessoas. É só lembrar que, para atingirmos a idade adulta, tivemos que estar, por longos anos, sob os cuidados abnegados e incansáveis de um pai, de uma mãe, de muitos familiares, amigos e professores, que nos ajudaram e nos ampararam nas nossas necessidades e deficiências, sem esperar nada em retorno. Por que razão devemos abandonar esse espírito fraterno e colaborativo, experienciado nos primeiros anos de nossas vidas, quando ingressamos no mercado de trabalho e na vida pública? Se nossa mãe e nosso pai tivessem agido com o egoísmo propalado e valorizado pela atualidade, será que teriam arriscado a conceber um filho, uma nova vida, cheia de incertezas, riscos e sacrifícios? Nossa espécie segue viva na Terra justamente porque não somos egoístas. Egoísmo não é natural. É um vício, que merece ser combatido e superado no sistema social do futuro.

É necessário, portanto, converter o espírito colaborativo dos primatas, que um dia experienciamos por obra do instinto, nas virtudes sublimes da fraternidade, da solidariedade, da abnegação e da caridade. A partir daí, as atrocidades que vimos e vemos ocorrer no mundo desaparecerão. Os povos se reconhecerão como iguais, e não mais manterão relações econômicas de subordinação e exploração, nem empreenderão guerras de extermínio. Eles se ajudarão mutuamente, sabendo que a dor que um ser humano sente é a dor da humanidade inteira.

Bom, e quanto ao Estado moderno? O que dizer do seu futuro?

Propositalmente, eu me omiti acerca das possibilidades para a política do séc. XXI. A razão é simples: o Estado moderno, nas suas permanências e peculiaridades, foi um produto da sua época. Segundo me parece, a política se organiza sempre de conformidade com os interesses e valores nutridos no âmbito social, cultural e econômico. Se há algo que as lições de WALLERSTEIN e BRAUDEL ensinaram é que não se pode compreender a política sem olhar para todas as demais ordens da vida social. As grandes limitações e fragilidades do Estado moderno derivam justamente da sua estreita vinculação com a lógica econômica capitalista e com as hierarquias sociais e culturais produzidas e difundidas pelos europeus. A formação do Estado moderno, portanto, espelhou esse estado de coisas do século XVI em diante.

Se logarmos renovar as estruturas econômicas e extirpar da sociedade as ideias deletérias que ela vem cultivando, o Estado refletirá esse novo ambiente. Por outro lado, é possível propor reformas e mudanças ao nível político, tais como maneiras mais eficazes de instrumentalizar a participação democrática; remover vícios dos processos eleitorais e da estrutura partidária; reformar as instituições burocráticas do Estado; alterar o sistema tributário e as políticas redistributivas; criar legislações mais protetivas ao trabalhador; proibir condutas exploratórias e desumanas; melhorar a prestação de serviços públicos; mudar a política de investimentos públicos e de exploração de recursos não-renováveis como o petróleo e as reservas mineiras, etc. A lista de possibilidades de mobilização do poder político do Estado é verdadeiramente imensa.

Todavia, devemos lembrar que o aparato estatal não pode tudo. Há tarefas que precisam ser feitas no nível não estatal. Quando o Estado intenta realizá-las, mediante o emprego da força, o resultado é o deplorável cenário de abusos e violações que os regimes socialistas e totalitaristas empreenderam em prol dos seus inquestionáveis ideais. Além disso, é de se considerar que já temos excelentes leis, códigos, tratados e constituições, de forma que a capacidade renovadora do Estado pela via legislativa já foi amplamente utilizada. O problema é que não as cumprimos. E, se não fazemos, é porque essas normas ainda não encontraram ressonância nos interesses e valores que as pessoas verdadeiramente cultivam na sua vida diária.

Ademais, não acredito pessoalmente na viabilidade do progresso por meio de revoluções. Quando se pretende renovar o mundo usando o poder do Estado, em ações revolucionárias, obtém-se violência e mais violência, criando maiores fraturas e dissensões entre as pessoas. O saldo pode ser, em alguma medida, positivo, porém o meio utilizado me parece atentar contra a dignidade e o respeito que devemos uns para com os outros. Não podemos repetir os erros do capitalismo histórico. Temos de buscar soluções novas e verdadeiramente criativas. Somente assim construiremos um mundo melhor, mais justo e mais pacífico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões que se poderiam retirar deste trabalho já foram amplamente tratadas no Capítulo 5, a título de síntese. Contudo, cabe fazer algumas considerações acerca do estudo do Estado moderno a partir da moldura metodológica da análise dos sistemas-mundo, com vistas a guiar novas pesquisas nesse campo e nessa temática.

A maior virtude da perspectiva metodológica proposta por WALLERSTEIN é certamente a amplitude de visão, no espaço e no tempo, que ela lança sobre as estruturas mais íntimas do Estado, conforme moldadas pela história. A superação da divisão disciplinar também colabora imensamente, pois permite uma análise mais consistente da concretude do Estado, avaliando-se as relações que ele teceu e segue tecendo com as outras ordens da vida social, especialmente com a economia.

Contudo, é possível perceber algumas vulnerabilidades. Inicialmente, é de notar que a análise dos sistemas-mundo parte de uma premissa central de cunho econômico, segundo a qual o que confere unidade à realidade social, para fins de estudo, é a existência de uma divisão única do trabalho. São os fluxos econômicos diuturnos entre diversas regiões geográficas que dão unidade e coesão a um sistema social. Não são as fronteiras de um Estado, de um povo, de um grupo étnico ou cultural, ou mesmo de uma religião dominante.

Essa visão é muito útil e plausível, sobretudo quando se percebe como a vida das pessoas é moldada, em todas as suas dimensões, pela forma como elas se organizam economicamente. Nesse sentido, a economia é um elemento de ligação mais acurado para compor a moldura espaço-temporal sobre a qual as ciências sociais devem se debruçar.

Entretanto, essa visão é também limitada. É possível perceber outras forças uniformizadoras de cunho não econômico, que moldam as regularidades e o funcionamento dos espaços sociais por elas circunscritos. O nível de entrosamento obtido por determinadas nações ou por alguns paradigmas culturais admite que se estude a realidade social sobre tais bases. Assim, é legítimo o estudo da história nacional de um povo e seu Estado, seguindo critérios próprios. Muito embora o ideal seria coordenar os dois enfoques, isto é, a visão ampla e geral do sistema-mundo com o aspecto mais particular e centrado da história de um povo.

Para melhor compreender o Estado brasileiro, por exemplo, é justo que se utilizem as contribuições mais gerais e de longa duração que a análise dos sistemas-mundo oferece desde que associadas aos estudos mais circunscritos de historiadores e cientistas sociais brasileiros, que se debruçaram sobre os regionalismos e peculiaridades culturais desse povo. Nesse ínterim,

as conclusões mais abrangentes e generalizantes às quais WALLERSTEIN chega, por exemplo, sobre o Estado periférico, a colonização, a lógica econômica capitalista e o sistema interestatal, podem ser cotejadas com evidências particulares colhidas na história do Estado brasileiro. São visões complementares que sanam as fragilidades umas das outras.

Assim, as permanências do Estado moderno, evidenciadas pelo estudo aqui realizado, não devem ser tidas como verdades imutáveis e aplicáveis com a mesma força em todo o espaço da economia-mundo. Contrariamente, elas devem servir como balizas para olhares mais pormenorizados sobre a história de cada Estado em particular. A complexidade da realidade social não admite uma visão unilateral e definitiva.

Por fim, o que se espera é que as informações coletadas neste trabalho sirvam de ponto de partida para investigações mais específicas. Ao que toca a compreensão que as teorias jurídicas têm sobre o Estado, a análise dos sistemas-mundo vem abrir possibilidades de revisão e aprimoramento. Pode-se, por exemplo, questionar acerca do papel do Direito, como ferramenta de controle e mudança sociais e expressão da soberania do Estado, diante das lições oferecidas por WALLERSTEIN, BRAUDEL e ARRIGHI; indagar-se sobre qual o grau de eficácia de determinadas normas diante das permanências e resistências da longa duração; o porquê da existência de espectros normativos baseados em valores tão incompatíveis com o funcionamento da economia-mundo capitalista etc.

São, de fato, muito amplas as possibilidades de pesquisa no diálogo entre o Direito e a análise dos sistemas-mundo. Que elas possam ser exploradas pelos que vierem depois.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016. 10ª Reimpressão.

_____. **Capitalism and the Modern World-System**: rethinking the nondebates of the 1970's. *Review* (Fernand Braudel Center). State University of New York at Binghamton. Vol. 21, n. 1, 1998, p. 113-129.

BACH, Robert L. **On the Holism of a World-System Perspective**. In: HOPKINS, Terence K. [et. al.]. *World-systems Analysis: Theory and Methodology*. Beverly Hills: Sage Publications, 1982.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 2ª Edição. 3 Volumes.

_____. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. **A dinâmica do capitalismo**. São Paulo: Rocco, 1987.

_____. **Afterthoughts on Material Civilization and Capitalism**. Baltimore, London: The Johns Hopkins University Press, 1977.

_____. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Editorial Presença, 1990. 6ª Edição.

CANO, Ignacio. **Nas trincheiras do método**: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. *Sociologias*, UFRGS, Porto Alegre, ano 14, nº 31, set./dez. 2012, p. 94-119.

CARVALHO, Daniel [et. al.]. Concessões do governo a caminhoneiros vão custar R\$ 10 bi ao contribuinte. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 27 maio 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/05/concessoes-do-governo-a-caminhoneiros-vao-custar-r-10-bi-ao-contribuinte.shtml>. Acesso em: 28 maio 2018.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 2ª Edição.

FRANK, Andre Gunder. **Latin American Underdevelopment or Revolution**. New York/London: Monthly Review Press, 1969.

GOLDFRANK, Walter. **Paradigm regained? The rules of Wallerstein's world-system method**. In: ARRIGHI, Giovanni; GOLDFRANK, Walter. *Journal of World-System Research*. Special issue: Festschrift for Immanuel Wallerstein – Part 1. Vol. VI, n. 2, summer/fall, 2000.

HOPKINS, Terence K. [et. al.]. **World-systems Analysis: Theory and Methodology**. Beverly Hills: Sage Publications, 1982.

KYMLICKA, Will. **Contemporary Political Philosophy**: an introduction. New York: Oxford University Press, 2002. 2ª Edição.

MARX, Karl. **Capital**: a critique of political economy. Volume 1. Moscow: Progress Publishers, 1995. (1st edition: 1887).

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel** (tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus). São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Ideologia alemã** (tradução de Luís Claudio de Castro e Costa). São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**, 26 junho 1945. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/>. Acesso em: 3 junho 2018.

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas: tempo, caos e as novas leis da natureza**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: a inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 2ª Edição.

_____. **Tempo, história e evasão**. Campinas: Papirus, 1994.

_____. **História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 3ª Edição.

SKOCPOL, Theda. **Review Wallerstein's World Capitalist-System: a theoretical and historical critique**. *American Journal of Sociology*. The University of Chicago Press. Vol. 82, n. 5, mar/1977, p. 1075-1090.

SNOW, Charles Percy. **The two cultures**. New York: Cambridge University Press, 1998.

TROTTA, Wellington. **A crítica da filosofia do direito de Hegel como matéria-prima da teoria da política de Marx em 1843**. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais). UFRJ. Rio de Janeiro, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-System Analysis: an introduction**. Durham-London: Duke University Press, 2004.

_____. **The Modern World-System**. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 2011. 4 volumes.

_____. **Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do século XIX**. Aparecida – SP: Ideias & Letras, 2006.

_____. **O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

_____. **The Itinerary of World-System Analysis; or, How to Resist Becoming a Theory**. In: BERGER, J.; e ZELDITCH JR., M. *New Directions in Contemporary Sociological Theory*. Lanham, Maryland: Rowan & Littlefield, 2002.

_____. **Após o Liberalismo: em busca da reconstrução do mundo**. Petropolis – RJ: Vozes: 2002.

_____. **The essential Wallerstein**. New York: The New Press, 2000.

- _____. **The capitalist world-economy.** Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- _____. **The politics of the world-economy.** Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- _____. **Capitalismo histórico e civilização capitalista.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- _____. **Utopistics or Historical choices of twenty-first century.** New York: The New Press, 1998.
- _____. **European Universalism: The Rhetoric of Power.** New York: The New Press, 2006.
- _____. **Geopolitics and Geoculture: Essays on the changing world-system.** Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- _____. **The Decline of American Power: the U.S. in a chaotic world.** New York-London: The New Press, 2003.
- _____. **The rise and future demise of the world capitalist system: concepts for comparative analysis.** *Comparative Studies in Society and History.* Cambridge University Press. Vol. 16, n. 4, sep. 1974, p. 387-415.
- _____. **The Social-Democratic illusion.** Comentário nº 313. Setembro/2011. Disponível em: <https://www.iwallerstein.com/socialdemocratic-illusion/> Acesso em 16/06/2018.
- _____. **The west, capitalism, and the modern world-system.** In: BROOK, Timothy. BLUE, Gregory (edit.). *China and Historical Capitalism.* Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- WALLERSTEIN, Immanuel [et. al.]. **Open the social sciences: report of Gulbenkian Commission on the Restructuring of the Social Sciences.** Stanford: Stanford University Press, 1996.
- WALLERSTEIN, Immanuel; Hopkins, Terence K. **The age of transition: trajectory of the world-system: 1945-2025.** London, New Jersey: Zed Books e Pluto Press Australia, 1996.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World Health Statistic: suicide mortality rate.** 2017. Disponível em: <http://apps.who.int/gho/data/node.sdg.3-4-data?lang=en>. Acesso em 07/07/2018.

ANEXO ÚNICO – LIVROS DE IMMANUEL WALLERSTEIN EM ORDEM CRONOLÓGICA DE PUBLICAÇÃO¹⁸⁵

Ano da 1ª publicação	Título e dados bibliográficos
1961	Africa, The Politics of Independence. New York: Vintage, 1961. [Revised edition, with Epilogue, 1971] [new edition 2005].
1964	The Road to Independence: Ghana and the Ivory Coast. Paris & La Haye: Mouton, 1964. (Ecole Pratique des Hautes Etudes, VIe Section, Le Monde d'Outre-Mer, Passé et Présent, Etudes, XX)
1967	Africa: The Politics of Unity. New York: Random House, 1967. [Paperback: Vintage, 1969][new edition 2005]
1969	University in Turmoil: The Politics of Change. New York: Atheneum, 1969. [Trans. Japanese 1969]
1972	Africa: Tradition & Change (with Evelyn Jones Rich). New York: Random House, 1972.
1974	The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century. New York & London: Academic Press, 1974. [Text edition, 1976] [Trans. Dutch 1978; Italian 1978; Norwegian 1978-79; Braille 1979; Spanish 1979; French 1980; Japanese 1981; Hungarian 1983; German 1986; Serbo-Croat 1986; Portuguese 1990; Romanian 1992; Chinese 1998, 2000; Korean 1999] [new edition 2011].
1979	The Capitalist World-Economy. Cambridge: Cambridge Univ. Press; Paris: Ed. de la M.S.H., 1979. [Trans. Jap. 1987].
1980	The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750. New York: Academic Press, 1980. [Trans. Ital. 1982; Dutch 1983; Fr. 1984; Sp. 1984; Serbo-Croat 1986; Japanese 1993; German 1998; Chinese 1998, 2000; Korean 1999] [new edition 2011].
1982	World-Systems Analysis: Theory and Methodology (with Terence K. Hopkins, and Associates). Beverly Hills: Sage, 1982.

¹⁸⁵ Considerada a data da primeira publicação. Lista extraída do site www.iwallerstein.com, com complementações das obras publicadas depois de 2009. Não inclui obras em que WALLERSTEIN foi apenas editor ou coordenador.

1982	Dynamics of Global Crisis (with Samir Amin, Giovanni Arrighi, and Andre Gunder Frank). New York: Monthly Review Press, 1982; London: Macmillan, 1982. [Trans. French 1982; Italian (pt.) 1982, 1988; Spanish 1983; Turkish 1984; Serbo-Croat, 1985; German 1986].
1983	Historical Capitalism . London: Verso, 1983. [Trans. Dutch 1984; German 1984; French 1985; Italian 1985; Portuguese 1985; Japanese 1985; Swedish 1985; Finnish 1987; Indonesian (chapter I) 1987; Spanish 1988; Serbo-Croat 1990; Farsi 1992; Korean 1993; English sound recording, 1993] [new edition 1995].
1984	The Politics of the World-Economy . <i>The States, the Movements and the Civilizations</i> . Cambridge: Cambridge Univ. Press; Paris: Ed. de la M.S.H., 1984. [Trans. Japanese 1992].
1986	Africa and the Modern World . Trenton, NJ: Africa World Press, 1986.
1989	The Modern World-System III: The Second Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730-1840's . San Diego: Academic Press, 1989. [Trans. Chinese 1998; Italian 1985; Japanese 1997; Chinese 1998, 2000; Korean 1999; Spanish 1998, 1999] [new edition 2011].
1989	Antisystemic Movements (with Giovanni Arrighi and Terence K. Hopkins). London: Verso, 1989. [Trans. Italian 1992; Japanese 1992; Korean 1994; Turkish, 1995, Spanish 1999] [new edition 2012].
1990	Transforming the Revolution: Social Movements and the World System (with Samir Amin, Giovanni Arrighi, and Andre Gunder Frank). New York: Monthly Review Press, 1990. [Trans. Arabic 1991, French 1991].
1991	Race, Nation, Class: Ambiguous Identities (with Etienne Balibar). London: Verso, 1991. [Trans. Fr. 1988, Germ. 1990, Greek 1991, Ital. 1991, Spanish 1991, Turkish 1993, Japanese 1995, Swedish 2002, Russian 2003].
1991	Geopolitics and Geoculture: Essays on the Changing World-System . Cambridge: Cambridge Univ. Press; Paris: Ed. de la Maison des Sciences de l'Homme, 1991. [Trans. Jap. 1991; Turkish 1993; Korean 1995; Farsi 1998; Spanish 2007].
1991	Unthinking Social Science: The Limits of Nineteenth Century Paradigms . Cambridge: Polity Press, 1991. [Trans. Japanese 1993; Korean 1994; French 1995; German 1995; Italian 1995; Spanish 1998, Turkish 1999] [Second edition, with new Preface: Temple Univ. Press. 2001].

1995	After Liberalism. New York: New Press, 1995. [Tr. Korean 1996; Spanish 1996; Japanese 1997; Italian 1999; French 1999; Chinese 2001; Arabic 2002, Portuguese 2002, Russian 2003; Serbian 2006].
1995	Historical Capitalism with Capitalist Civilization. London: Verso, 1995. [Tr. Korean 1993, Japanese 1997; Portuguese 1999; Italian 2000; Brazilian 2001] [new edition 2011].
1996	Open the Social Sciences: Report of the Gulbenkian Commission on the Restructuring of the Social Sciences (et al.). Stanford: Stanford Univ. Press, 1996. [Tr. French 1996; Spanish 1996; Portuguese 1996; Brazilian 1996; German 1996; Dutch 1996; Serbian, 1996; Chinese 1996, 1997; Japanese 1996; Korean 1996; Turkish 1996; Norwegian 1997; Italian 1997; Danish 1998; Czech. 1999; Swedish 1999; Polish 1999; Finnish 2000; Slovenian 2000; Lithuanian 2002; Bulgarian 2002; Hungarian 2002].
1997	El futuro de la civilización capitalista [in Spanish]. Barcelona: Icaria Antrazyt, 1997.
1998	Utopistics: Or, Historical Choices of the Twenty-first Century. New York: New Press, 1998, [Tr. Spanish 1998, Korean 1999, Slovenian 1999, Japanese 1999, French 2000, German 2002, Turkish 2002, Catalan 2003, Portuguese 2003; Swedish 2005; Czech 2006, Greek 2007, Polish 2008].
1999	The End of the World As We Know It: Social Science for the Twenty-first Century. Minneapolis: Univ. of Minnesota Press, 1999. [Trans. Turkish 2000, Japanese 2001, Korean 2001, Spanish 2001, Russian 2003; Polish 2004].
2001	The Essential Wallerstein. New York, New Press, 2001. [Trans. Chinese 2002, Portuguese 2002, Spanish 2003].
2001	Analysis of the World-System: and the Situation in the Contemporary World [in Russian]. St. Petersburg: Universitetskaya Kniga, 2001.
2001	Liberalismens Död [in Swedish]. Stockholm: Vertigo Forlag, 2001.
2001	Güncel Yorumlar [in Turkish]. Istanbul: Aram Toplum, 2001.
2002	Navigando nella Transizione [in Italian]. Roma: Prospettiva, 2002.
2002	At the Turning-Point: Collection of Immanuel Wallerstein's Commentaries on Transitionary World-system, 1998-2002 [in Japanese]. Tokyo: Fujiwara 2002.
2002	Un mundo incierto [in Spanish]. Buenos Aires: Ed. Zorzal 2002.

2002	Sistema-mundo y mundo sistémico [in Spanish]. Panamá: IDEN, 2002.
2003	Yeni Bir Sosyal Bilim İçin [in Turkish]. Istanbul Aram Düşünce, 2003.
2003	Decline of American Power: <i>The U.S. in a Chaotic World</i> . New York: New Press, 2003. [Trans. French 2004; Korean 2004, Portuguese 2004; Serbian 2004; Slovenian 2004; Czech 2005; Greek 2005; Romanian 2005; Spanish 2005; Chinese 2007] [new edition 2011].
2004	The Uncertainties of Knowledge . Philadelphia: Temple Univ. Press, 2004; Chinese 2006].
2004	21. Yy'da Siyaset [in Turkish]. Istanbul: Aram, 2004.
2004	La Esperanza venció el miedo: <i>Alternatives al nuevo orden capitalista</i> [in Spanish]. Lima: Raiz, 2004.
2004	World-Systems Analysis: <i>An Introduction</i> . Durham, NC: Duke University Press, 2004. [Transl. Turkish 2004; Korean 2005; Serbian 2005; Spanish 2005; Swedish 2005; Russian 2006; Polish 2007].
2004	Alternatives: <i>The U.S. Confronts the World</i> . Boulder, CO: Paradigm Press, 2004. [Transl. Spanish 2004].
2005	La crisis estructural del capitalismo [in Spanish]. Las Casas: CIDECEI & México: Contrahistorias, 2005.
2005	Social Science and Social Policy: <i>From National Dilemmas to Global Opportunities</i> (et. al.). Paris: Unesco, 2005. [Trans. French 2005; Spanish 2005].
2006	The World-System in Transition: <i>Commentaries from a Long-term Perspective, 1998-2004</i> . Beijing: SDX Press, 2006.
2006	European Universalism: <i>The Rhetoric of Power</i> . New York: New Press, 2006. [Transl. German 2007, Italian 2007, Norwegian 2007, Portuguese 2007, Spanish 2007, Catalan 2008, Czech 2008, French 2008, Japanese 2008, Korean 2008, Serbian 2008].
2011	The Modern World-System IV: <i>Centrist Liberaism Triumphant, 1789-1914</i> . Berkely, Los Angeles, London: University of California Press, 2011.
2016	Does Capitalism have a Future? [et. al.]. New York: Oxford University Press, 2016.
2017	The World-System and Africa . New York: Diasporic Africa Press, 2017.